



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UESB)



Mestrado em Geografia

ERIC FABIANO SILVA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE BARRA DO CHOÇA – BA E O
PROCESSO DE SUJEIÇÃO DA RENDA CAMPONESA.**

**Barra do Choça – BA
2022.**

ERIC FABIANO SILVA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE BARRA DO CHOÇA – BA, E O
PROCESSO DE SUJEIÇÃO DA RENDA CAMPONESA.**

Dissertação de Mestrado escrito sob a orientação do Prof. Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos e coorientação da Prof^a. Dr^a. Suzane Tosta Souza, apresentado ao Programa de Pós Graduação de Geografia – PPGeo, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, como parte de requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico.

Linha de pesquisa: Produção dos Espaços Urbanos e Rurais.

**Barra do Choça – BA
2022.**

S58p

Silva, Eric Fabiano.

A produção do espaço agrário de Barra do Choça – Ba e o processo de sujeição da renda camponesa. / Eric Fabiano Silva, 2023.

252f.; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2023.

Inclui referência F. 244 – 252.

1. Produção do Espaço Agrário. 2. Trabalho - Propriedade Privada da Terra. 3. Renda da Terra – Camponês - Capital. 4. Estado e Sujeição da Renda. I. Santos, Jânio Roberto Diniz dos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. T. III.

CDD: 338.1098142

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA.



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Recredenciada pelo Decreto Estadual
Nº 16.825, de 04.07.2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

ERIC FABIANO SILVA

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE BARRA DO CHOÇA – BA E O PROCESSO DE SUJEIÇÃO DA RENDA CAMPONESA.

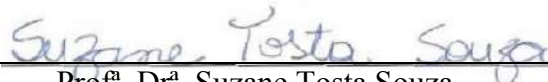
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

Aprovada em: 18 de janeiro de 2023

Banca Examinadora

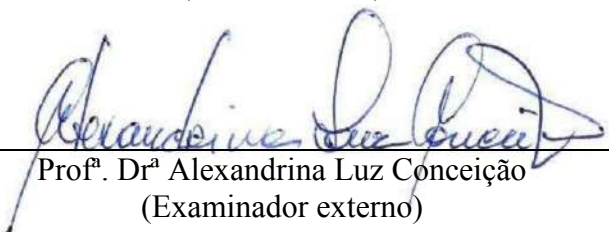

Prof. Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos

(Presidente da Banca)

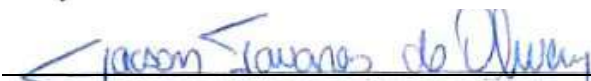


Prof. Dr. Suzane Tosta Souza

(Coorientadora)


Prof. Dr. Alexandrina Luz Conceição

(Examinador externo)



Prof. Dr. Jacson Tavares de Oliveira

(Examinador externo)

Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico.
Linha de pesquisa: Produção dos Espaços Urbanos e Rurais.

**Vitória da Conquista- BA
2023**

DEDICATÓRIA

Dedico a todo homem e mulher do campo, trabalhadores que doam suas vidas, debaixo do sol e chuva, para à produção de alimentos e cuidado com o meio ambiente, resistindo a todas intempestividades climáticas e a voracidade do capital em se apropriar do fruto do seu trabalho. Independente das circunstâncias, os camponeses mantém viva a sua relação de reprodução e pertencimento com a terra.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos aqui realizados são uma forma de demonstrar o carinho e reconhecimento a todos que, de certa forma contribuíram para a superação do desafio de conclusão do curso de pós-graduação *strictu sensu* e a construção desta pesquisa científica.

À Deus por dá inteligência, sabedoria e força nos momentos mais difíceis, onde a limitação humana não pode agir, ele sempre esteve presente acalmando e ajudando a refletir sobre os melhores caminhos.

À minha querida mãe Luzia que sempre acreditou, motivou e dedicou a sua vida para a minha educação, sempre mostrando que o melhor são os estudos, sendo exemplo de força, luta e determinação. Mãe amor incondicional!

À Rosane minha esposa que nesse momento tão especial de nossas vidas, teve a paciência, companheirismo e solidariedade em me apoiar em toda essa luta. Enrico é a nossa maior riqueza!

Aos professores Dr. Jânio Diniz e a professora Dra Suzane Tosta, exemplos de pessoas, professores e cidadãos ativos que acreditam e lutam por uma sociedade mais justa e digna. Acreditaram na proposta do meu projeto e ao longo de todo processo se mantiveram como colaboradores da construção desse trabalho, me orientando e guiando pelo difícil caminho da leitura crítica da realidade concreta, dando uma base e aprofundamento teórico.

À todos os professores e professoras do PPGEIO que contribuíram na construção do conhecimento e aprofundamento teórico. Parabéns a todos (as)! Vocês estão contribuindo para uma sociedade melhor.

À todos amigos e amigas que sempre estiveram ao meu lado nos momentos difíceis e nas vitórias, vocês fazem parte dessa conquista.

Aos entrevistados e colaboradores desta pesquisa, a contribuição de vocês foi de fundamental importância para a construção fidedigna e conclusão do trabalho.

RESUMO

A pesquisa científica aqui proposta, estuda, desenvolve e analisa a compreensão sobre a produção do espaço agrário em Barra do Choça – BA e o processo de sujeição da renda camponesa. Buscando em sua essência discutir as dificuldades da reprodução camponesa no campo, em que a consequência pode colocar em risco toda uma estrutura de segurança alimentar para a sociedade, a preservação e conservação do meio ambiente. Desenvolvendo uma leitura e estudo crítico da realidade concreta que perpassa a narrativa desenvolvimentista propagada em larga escala, uma análise baseada nas contradições e crises do capitalismo. A pesquisa se inicia por uma abordagem histórica e geográfica do município, em que esteve presente o processo de expropriação, exploração do trabalho e apropriação da renda da terra, desde a presença dos povos originários, passando pelo desenvolvimento agrícola, até os dias atuais. Evidenciando como a propriedade privada da terra, é a gênese de geração e apropriação de renda do campo no sistema capitalista, e tem um papel fundamental ao longo desse processo, algo legitimado pelo Estado. Em destaque, como o Estado esteve alinhado aos interesses do capital e dispôs de sua estrutura governamental, nas diferentes esferas: municipal, estadual e federal, criando possibilidades para o avanço, ampliação e reprodução do capital no campo, principalmente através das políticas governamentais. A partir de 1970, com a disponibilidade de crédito rural que possibilitou a implantação da cafeicultura no município, servindo, naquele contexto a uma classe detentora do poder, houve o aumento das desigualdades, a intensificação da exploração do trabalho e a concentração de terras, em detrimento da classe camponesa que já vivia em condições desfavoráveis. Já no final dos anos de 1990 com a difusão do crédito rural para os camponeses, através do PRONAF, fato aparentemente vantajoso, ocorreu o avanço e apropriação do capital sobre as pequenas propriedades, tornando os camponeses dependentes e subordinados à lógica capitalista. Todo desafio da pesquisa

é vislumbrar e compreender como desenvolve o processo de apropriação da renda, através da compra de insumos, equipamentos e máquinas, e na circulação, distribuição e consumo dos produtos fruto do trabalho camponês. E desmitificar a visão do desenvolvimento sustentável que na verdade é a forma simplista e reducionista de analisar ou difundir o avanço, ampliação e reprodução do capital no campo.

Palavras – chaves: Produção do Espaço Agrário, Trabalho, Propriedade Privada da Terra, Renda da Terra, Camponês, Capital, Estado e Sujeição da Renda.

SUMMARY

The scientific research proposed here, studies, develops and analyzes the understanding about the production of the agrarian space in Barra do Choça - BA and the subjection process of peasant income. Seeking its essence, I discussed the difficulties of peasant reproduction in the field, in which the consequence can jeopardize an entire structure of food security for society, the preservation and conservation of the environment. Developing a reading and critical study of the concrete reality that permeates the developmentalist narrative propagated on a large scale, an analysis based on the contradictions and crises of capitalism. The research begins with a historical and geographic approach to the municipality, in which the process of expropriation, exploitation of labor and appropriation of land income was present, from the presence of the original peoples, through agricultural development, to the present day. Evidencing how private land ownership is the genesis of rural income generation and appropriation in the capitalist system, and has a fundamental role throughout this process, something legitimized by the State. In highlight, how the State was aligned with the interests of capital and had its governmental structure at different levels: municipal, state and federal, creating possibilities for the advancement, expansion and reproduction of capital in the countryside, mainly through government policies. From 1970 onwards, with the availability of rural credit that made possible the implementation of coffee growing in the municipality, serving, in that context, a class that held power, there was an increase in inequalities, the intensification of labor exploitation and the concentration of land, in to the detriment of the peasant class that already lived in unfavorable conditions. At the end of the 1990s, with the spread of rural credit to peasants through PRONAF, an apparently advantageous fact, there was an advance and appropriation of capital on small properties, making peasants dependent and subordinated to capitalist logic. Every research challenge it is to envision and understand how the income appropriation process develops, through the purchase of inputs, equipment and machines, and in the circulation, distribution and consumption of products resulting from peasant labor. And demystify the vision of sustainable development, which is actually a simplistic and reductionist way of analyzing or disseminating the advancement, expansion and reproduction of capital in the countryside.

Keywords: Production of the Agrarian Space, Work, Private Land Property, Land Income, Peasant, Capital, State and Subjection of Income.

RESUMEN

La investigación científica aquí propuesta estudia, desarrolla y analiza la comprensión sobre la producción del espacio agrario en Barra do Choça - BA y el proceso de sujeción de la renta campesina. Buscando su esencia, discutí las dificultades de la reproducción campesina en el campo, cuya consecuencia puede poner en peligro toda una estructura de seguridad alimentaria para la sociedad, la preservación y conservación del medio ambiente. Desarrollar una lectura y estudio crítico de la realidad concreta que permea la narrativa desarrollista propagada a gran escala, un análisis basado en las contradicciones y crisis del capitalismo. La investigación inicia con un acercamiento histórico y geográfico al municipio, en el cual estuvo presente el proceso de expropiación, explotación del trabajo y apropiación de la renta de la tierra, desde la presencia de los pueblos originarios, pasando por el desarrollo agropecuario, hasta la actualidad. Evidenciando cómo la propiedad privada de la tierra es la génesis de la generación y apropiación del ingreso rural en el sistema capitalista, y tiene un papel fundamental en todo este proceso, algo legitimado por el Estado. Se destaca cómo el Estado se alineó con los intereses del capital y tuvo su estructura de gobierno en diferentes niveles: municipal, estatal y federal, creando posibilidades para el avance, expansión y reproducción del capital en el campo, principalmente a través de políticas de gobierno. A partir de 1970, con la disponibilidad del crédito rural que permitió la implementación de la cafoicultura en el municipio, atendiendo, en ese contexto, a una clase que detentaba el poder, se produjo un aumento de las desigualdades, la intensificación de la explotación laboral y la concentración de la tierra, en detrimento de la clase campesina que ya vivía en condiciones desfavorables. A fines de la década de 1990, con la difusión del crédito rural a los campesinos a través del PRONAF, hecho aparentemente ventajoso, se produjo un avance y apropiación de capitales en las pequeñas propiedades, haciendo a los campesinos dependientes y subordinados a la lógica capitalista. Cada reto de investigación es vislumbrar y comprender cómo se desarrolla el proceso de apropiación de la renta, a través de la compra de insumos, equipos y máquinas, y en la circulación, distribución y consumo de los productos resultantes del trabajo campesino. Y desmitificar la visión del desarrollo sostenible, que en realidad es una forma simplista y reduccionista de analizar o difundir el avance, expansión y reproducción del capital en el campo.

Palabras clave: Producción del Espacio Agrario, Trabajo, Propiedad Privada de la Tierra, Renta de la Tierra, Campesino, Capital, Estado y Sujeción a la Renta.

LISTA DE FIGURAS

Figura – 01	Pintura do Príncipe Maximilano de Wield, em sua viagem ao Brasil, durante a sua passagem pelo Sertão da Ressaca, em destaque indígenas Camakã.	81
Figura – 02	Pintura do Príncipe Maximilano de Wield, em sua viagem ao Brasil. Durante a sua passagem pelo Sertão da Ressaca, em destaque indígena Botocudos.	82
Figura – 03	Pintura do Príncipe Maximilano de Wield, em sua viagem ao Brasil. Durante a sua passagem pelo Sertão da Ressaca, em destaque Tropa de animais.	86
Figura – 04	Ato de assinatura da lei estadual nº 1694, de 22-06-1962, emancipação do município de Barra do Choça – BA.	89
Figura – 05	Visão panorâmica da Avenida Getúlio Vargas na década de 1970 do município de Barra do Choça – BA.	94
Figura – 06	Visão panorâmica da Feira Livre na década de 1970 do município de Barra do Choça – BA.	94
Figura – 07	Visão panorâmica da Praça Senhor do Bonfim na década de 1970 do município de Barra do Choça – BA.	101
Figura – 08	Visão panorâmica da Praça do Comércio na década de 1970 do município de Barra do Choça – BA.	101
Figura – 09	Imagem aérea da Praça Senhor do Bonfim, 2022 do município de Barra do Choça – BA.	101
Figura – 10	Imagem aérea da Praça do Comércio, 2022 do município de Barra do Choça – BA.	101
Figura – 11	Visão frontal da Prefeitura Municipal de Barra do Choça – BA, na década de 1980.	102
Figura – 12	Visão frontal da Prefeitura Municipal de Barra do Choça – BA, nos anos 2000.	102
Figura – 13	Visão frontal da Prefeitura Municipal de Barra do Choça – BA, em 2022.	102
Figura – 14	Banco BANEB e ao lado prédio Câmara de Vereadores de Barra do Choça – BA, década de 1980.	103
Figura – 15	Praça Castro Alves de Barra do Choça – BA, década de 1970.	104
Figura – 16	Homens trabalhando na limpeza da Praça Castro Alves de Barra do Choça – BA, década de 1970.	104
Figura – 17	Unidade Mista Dr. Edgar Santos, inaugurada em 05/01/1979. Atualmente Hospital Dr. José Maria de Magalhães Netto do	104

	município de Barra do Choça – BA.	
Figura – 18	Pavimentação da Praça da Feira de Barra do Choça – BA, década de 1980.	105
Figura – 19	Pavimentação da BA – 641, trecho Sede – Lucaia, 2004.	105
Figura – 20	Pavimentação da rua Eugênio Grilo de Barra do Choça – BA, 2010.	105
Figura – 21	Pavimentação do bairro Nova Esperança de Barra do Choça – BA, 2010.	105
Figura – 22	Sede da Secretaria Municipal de Educação de Barra do Choça – BA, 2022.	106
Figura – 23	Construção da Praça e Quadra Poliesportiva do bairro Ouro Verde de Barra do Choça – BA, 2004.	106
Figura – 24	Creche Sheila Teixeira Oliveira de Barra do Choça – BA, 2011.	106
Figura – 25	Reforma da Escola Municipal Teódulo Leite de Barra do Choça – BA, 2022.	106
Figura – 26	Imagem aérea do Distrito de Barra Nova de Barra do Choça - BA, 2022.	107
Figura – 27	Imagem aérea da Comunidade da Serraria de Barra do Choça - BA, 2022.	107
Figura – 28	Imagem aérea do Povoado Cafezal de Barra do Choça - BA, 2007	107
Figura – 29	Imagem aérea de Cafezal abandonado e substituído por pasto na região dos Morrinhos, de Barra do Choça - BA, 2022.	108
Figura – 30	Imagem aérea de Cafezal abandonado e substituído por pasto na região dos Morrinhos, de Barra do Choça - BA, 2022.	108
Figura – 31	Imagem aérea da Sede de Barra do Choça - BA, 1980.	109
Figura – 32	Imagem aérea da Sede de Barra do Choça – BA, 1990/ 2000.	109
Figura – 33	Imagem aérea da Sede de Barra do Choça - BA, 2022.	109
Figura – 34	Visão panorâmica aérea central de Barra do Choça - BA. 2022	110
Figura – 35	Visão panorâmica de uma fazenda de café no início da década de 1970, Visita de técnicos do IBC, Banco do Brasil e produtores.	117
Figura – 36	Imagem aérea da barragem Água Fria II e ao fundo chacreamento de antigo cafezal, de Barra do Choça - BA, 2022.	131
Figura – 37	Imagem aérea da barragem Serra Preta, de Barra do Choça - BA, 2022.	131

Figura – 38	Imagem aérea da barragem do Catolé em construção de Barra do Choça - BA, 2022.	131
Figura – 39	Imagem aérea da barragem do Catolé em destaque um corte transversal, a obra causa um grande impacto negativo no meio ambiente de Barra do Choça - BA, 2022.	131
Figura – 40	Imagem aérea da Agrovila do Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2022.	151
Figura – 41	Imagem bidimensional do Assentamento Cangussu, Barra do Choça – BA, 2008.	154
Figura – 42	Imagem aérea da sede do Assentamento Mocambo, Barra do Choça - BA, 2022.	156
Figura – 43	Imagem aérea da sede do Assentamento Pátria Livre, Barra do Choça - BA, 2022.	158
Figura – 44	Imagem de satélite da fazenda que atualmente é o assentamento Pátria Livre, 2008.	159
Figura – 45	Visita de técnicos do IBC, Banco do Brasil e produtores em área rural do município de Barra do Choça – BA.	166
Figura – 46	Visão panorâmica da Praça do Comércio na década de 1970, Barra do Choça - BA.	171
Figura – 47	Imagem aérea da fazenda de Café na região do Urubu Fogoso, Barra do Choça - BA, 2022.	184
Figura – 48	Foto da Reunião da Associação da Lagoa Verde, Barra do Choça - BA, 2004.	187
Figura – 49	Visita da diretoria da Associação da Lagoa Verde, nos cafezais dos associados, Barra do Choça - BA, 2004.	189
Figura – 50	Família camponesa da Lagoa Verde, Barra do Choça - BA, 2004.	190
Figura – 51	Dia de campo para o manejo de Tratos culturais, Barra do Choça - BA, 2001.	190
Figura – 52	Composição da mesa de abertura da 5ª Semana do Café, Barra do Choça, 2002.	191
Figura – 53	Produtor José Walter estampando a capa do Caderno SEBRAE IX, nº 91, 2000.	194
Figura – 54	Imagem aérea de um Cafezal na região do Corredor dos Ricos, Barra do Choça - BA, 2022.	214
Figura – 55	Visão panorâmica da Região do Sossego, Barra do Choça - BA, 2001.	214
Figura – 56	Café adulto em época de florada, Barra do Choça- BA, 2022.	216

Figura – 57	Café jovem em época de florada, Barra do Choça- BA, 2022.	216
Figura – 58	Imagem aérea de um Cafezal na região do Corredor dos Ricos, Barra do Choça - BA, 2022.	218
Figura – 59	Plantio de mudas de café arábica Catuaí Vermelho na Fazenda Esperança em Barra do Choça – BA, 2022.	220
Figura – 60	Ordenha das vacas no cocho, na Fazenda Redenção em Barra do Choça – BA, 2022.	222
Figura – 61	Ordenha das vacas na Fazenda Redenção em Barra do Choça – BA, 2022.	222
Figura – 62	Área de reserva energética - Milho, na Fazenda Redenção em Barra do Choça – BA, 2022.	223
Figura – 63	Área de pasto na Fazenda Redenção em Barra do Choça – BA, 2022.	223
Figura – 64	Ordenha das vacas com o bezerro ao pé na Fazenda Redenção em Barra do Choça – BA, 2022.	224
Figura – 65	Ordenha das vacas na Fazenda Redenção em Barra do Choça – BA, 2022.	224
Figura – 66	Área de tomate na Fazenda Nova Canãa, Barra do Choça – BA, 2022.	226
Figura – 67	Área de tomate na Fazenda Nova Canãa, Barra do Choça – BA, 2022.	226
Figura – 68	Plantio de morango na Fazenda Comunidade Terapêutica Vida Nova e Esperança - COTEFAVE, Barra do Choça – BA, 2022.	229
Figura – 69	Área de morango na Fazenda Comunidade Terapêutica Vida Nova e Esperança - COTEFAVE, Barra do Choça – BA, 2022.	229
Figura – 70	Etapa de embalagem do morango na Fazenda Comunidade Terapêutica Vida Nova e Esperança - COTEFAVE, Barra do Choça – BA, 2022.	229

LISTA DE QUADROS

Quadro – 01:	Dez principais produtores de café no Brasil – 2007.	100
Quadro – 02:	Estrutura Fundiária Barra do Choça – BA, 2017..	111
Quadro – 03:	Condição do produtor em relação às terras por nº de estabelecimentos agropecuários em Barra do Choça - BA	112
Quadro – 04:	Sexo do produtor por nº estabelecimento agropecuário em Barra do Choça – BA.	113
Quadro – 05:	Cor ou raça do produtor por nº estabelecimento agropecuário em Barra do Choça - BA	113
Quadro – 06:	Lavoura: por nº estabelecimento agropecuário em Barra do Choça – BA.	114
Quadro – 07:	Pastagens por nº estabelecimento agropecuário em Barra do Choça – BA.	114
Quadro – 08:	Evolução do Índice de Gini do município de Barra do Choça – BA, 1970 – 2017.	122
Quadro – 09:	Distribuição da população por situação domiciliar em Barra do Choça – BA (1970-2010).	126
Quadro – 10:	Incremento populacional de Barra do Choça e municípios vizinhos, 1970 – 2021.	127
Quadro – 11:	Crédito Rural Contratado no Brasil – 1970 a 1980.	180
Quadro – 12:	Nº de estabelecimentos agropecuários produtores de Café – 2017.	195
Quadro – 13:	Número de estabelecimentos agropecuários que recebem Assistência Técnica.	200
Quadro – 14:	Café - indicador do café arábica Cepea/ Esalq: 1997 - 2022	201
Quadro – 15:	Custos para a Lavoura de Tomate em 01 hectare, Barra do Choça – BA, novembro, 2022.	213
Quadro – 16:	Custeio de Café Arábica para 01 hectare. Fazenda Gaviãozinho, Barra do Choça – BA, novembro de 2022.	215
Quadro – 17:	Plantio de 3.500 mudas de café arábica – Catuaí Vermelho sequeiro por hectare. Fazenda Esperança, Barra do Choça	219

	– BA, 2022.	
Quadro – 18:	Produção para 7.500 l de leite semi intensivo, Fazenda Redenção. Barra do Choça, 2022.	221
Quadro – 19:	Custo médio para uma hectare de hortaliças, Fazenda Nova Canãa, Barra do Choça – BA, 2022.	226
Quadro – 20:	Esquema do Processo de Sujeição de Renda na Circulação do município de Barra do Choça – BA, 2022.	235

LISTA DE MAPAS

Mapa - 01	Rota do Tropeirismo o Sertão da Ressaca – século XIX.	85
Mapa - 02	Localização do município de Barra do Choça – BA, 2021.	92
Mapa - 03	Hidrografia do município de Barra do Choça – BA, 2021.	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico – 01:	Estrutura Fundiária Barra do Choça – BA, 2017.	112
Gráfico – 02:	Curva de Lorenz e Índice de Gini das áreas dos estabelecimentos agropecuários de Barra do Choça – BA, 2017.	114
Gráfico – 03:	Evolução do Índice de Gini do município de Barra do Choça – BA, 1970 – 2017.	121
Gráfico – 04:	Evolução do Crédito Rural no Brasil, de 1970 a 2009.	182
Gráfico – 05:	Há quanto tempo está na atividade agrícola?	199
Gráfico – 06:	Café indicador do café arábica Cepea/ Esalq: 1997 - 2022	202
Gráfico – 07:	Evolução do preço da tonelada de Ureia, 1994 – 2018.	203
Gráfico – 08:	Evolução do preço do Calcário a granel Tonelada, 1994 – 2018.	204
Gráfico – 09:	Evolução do preço da tonelada de adubo (05-20-20) ao consumidor: 1994 – 2018.	205
Gráfico – 10:	Evolução do preço médio do diesel ao consumidor (R\$/ Litro): 2002 – 20018.	206
Gráfico – 11:	Evolução do Preço Glifosato (litro): 1997 – 2018.	207
Gráfico – 12:	Evolução do preço da Ureia, DAP e KCL, US\$/t. 2001 – 2022.	208
Gráfico – 13:	Evolução do preço mensal do café arábica, dezembro 2020 – novembro 2022.	217
Gráfico – 14:	O que o senhor ou a senhora produz é suficiente para manter você e sua família?	232
Gráfico – 15:	Exerce alguma outra atividade, além da agricultura?	232
Gráfico – 16:	Forma de pagamento de insumos e venda dos produtos agrícolas do município de Barra do Choça – BA.	234

LISTA DE SIGLAS

BB – Banco do Brasil;

BANEB – Banco do Estado da Bahia;

BNB - Banco do Nordeste;

BACEN - Banco Central do Brasil;

CEBs – Comunidade Eclesiais de Base;

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento;

CRD - Comissão Rural Diocesana;

CPT – Comissão Pastoral da Terra;

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada;

CREAI - Carteira de Crédito Agrícola e Industrial;

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;

IBC – Instituto Brasileiro do Café

CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional;

CEASA – Centro de Abastecimento de Alimentos;

CMN - Conselho Monetário Nacional;

COOPERBAC – Cooperativa Mista de Pequenos Produtores de Café;

EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola;

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;

FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos;

GEBAM - Grupo Executivo do Baixo Amazonas

GERA - Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária

GETAT - Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantis

GERCA - Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura;

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

INTER - Instituto Jurídico de Terras Rurais

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário;

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra;

MEAF - Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários;

MIRAD - Ministério da Reforma e do desenvolvimento Agrário;

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil;

PCB – Partido Comunista Brasileiro;

PIN - Plano Nacional de Integração;

PGPM – Política de Garantia de Preço Mínimo;

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras do Norte e Nordeste;

PMBC - Prefeitura Municipal de Barra do Choça- BA;

PRODER – Programa de Emprego e Renda;

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;

PRONAMP – Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

PRRC - Plano de Renovação e Revigoramento da Cafeicultura;

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;

SEMARH - Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico e Recursos Hídricos;

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural;

SUPRA - Superintendência da Política Agrária;

UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia;

ULTAB - União dos Trabalhadores Agrícolas.

SUMÁRIO

Seção 1	INTRODUÇÃO	23
Seção 2	EXPANSÃO DO CAPITAL NO CAMPO E O PROCESSO DE REPRODUÇÃO E SUJEIÇÃO DA RENDA CAMPONESA AO CAPITAL.	33
	2.1 A Produção desigual do espaço agrário e o processo de reprodução camponesa	33
	2.1.1 A reprodução camponesa no sistema capitalista	50
	2.2 Da Economia política, a Geografia Agrária à renda da Terra	59
	2.3 O processo de sujeição da renda camponesa e a ação do capital financeiro	69
Seção 3	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE BARRA DO CHOÇA E O PROCESSO DE REPRODUÇÃO E SUJEIÇÃO CAMPONESA.	79
	3.1 As transformações decorrentes da chamada modernização da agricultura	97
	3.2 As formas de reprodução/sujeição da pequena produção camponesa e os conflitos por terra	115
Seção 4	EXPROPRIAÇÃO E LUTA PELA TERRA: DO BRASIL À BARRA DO CHOÇA	134

	4.1 Uma abordagem histórica dos movimentos sociais camponeses no Brasil	135
	4.2 A luta do MST na Bahia e no Sudoeste baiano	145
	4.2.1 Cangussu: uma onça ruge na luta pela terra	150
	4.2.2 Mocambo: sangue na luta pela terra	155
	4.2.3 Assentamento Pátria Livre	157
Seção 5	SUJEIÇÃO DA RENDA CAMPONESA EM BARRA DO CHOÇA E A INSERÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO.	161
	5.1 - A relação entre capital financeiro e Estado na política de créditos no município	173
	5.2 - As políticas de crédito na sujeição da renda e dificuldade na reprodução camponesa	196
	5.3 - Da dificuldade de reprodução da/na terra à expropriação e mobilidade do trabalho	211
	CONCLUSÕES	238
	REFERÊNCIAS	247

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa científica aqui desenvolvida é tão importante quanto às outras, quando se trata do estudo acadêmico, porém para o estudo das Ciências Agrárias e da Geografia, ela traz em seu seio o que é de mais importante para a reprodução camponesa no campo: a geração e apropriação de renda, condição necessária e vital para sua reprodução. E, conseqüentemente, para toda sociedade, pois se essa classe que é responsável pela produção de alimentos que chega à mesa de todos, deixando de existir, como a sociedade sobreviverá? Como já anuncia um grito de ordem: “se o campo não planta, a cidade não janta”, e aqui não se discute apenas a produção ou a quantidade de alimentos, mas sim, e principalmente, a qualidade e a reprodução da classe camponesa.

A pesquisa é fruto de toda uma síntese dialética, entre a prática e a teoria, das relações sociais vivenciadas pelo pesquisador, ao longo dos anos, e sua formação e conscientização enquanto ser humano e sujeito/classe social. Na sua gênese familiar, formada por camponeses que passaram pelo processo de migração da região Nordeste para a região Sudeste na década de 1970 e, posteriormente, retornaram às suas origens em meados da década de 1990, principalmente dadas dificuldades enfrentadas para reprodução enquanto camponês

Tendo a oportunidade de acessar o meio acadêmico – a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, em 2002, por meio do curso de Graduação em Licenciatura em Geografia e, concomitante, ingressar no Movimento dos Trabalhadores Rurais do Brasil Sem Terra – MST, inicialmente como professor e logo depois como assentado, período em que houve a compreensão de como a propriedade privada da terra – concentrada em poucas mãos, é a natureza de todo o processo de geração de renda, e acúmulo de riquezas no sistema capitalista.

Em 2009 ao concluir uma Pós-graduação *Lato sensu* em Educação de Jovens Adultos, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em experiência viabilizada pelo MST, despertamos para a importância do aprofundamento acadêmico e como precisamos aproximar a Universidade, berço do conhecimento científico do dia a dia, das pessoas mais simples.

A partir desse contexto e já como uma certa maturidade e consciência social, começamos uma caminhada política partidária, passando por experiência em alguns partidos (Partido Verde – PV, Partido dos Trabalhadores – PT e atualmente a presidência do Partido Socialista Brasileiro – PSB). Dessa maneira, compreendendo que as transformações também podem ser feitas pela via institucional, dentro do processo democrático.

Em sequência, exercendo a função de Gestor público municipal pela prefeitura de Barra do Choça - BA, inicialmente como Coordenador de Meio Ambiente (2009-2012) e depois como Secretário de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do município de Barra do Choça/BA (2013-2016). Algo de extrema relevância para minha formação, pois constantemente convivo em uma balança em que busco equilibrar as questões políticas, administrativas, técnicas, teóricas e principalmente a necessidade - enquanto classe trabalhadora em viver uma sociedade tão desigual e injusta.

Atualmente, dividindo as atividades como servidor público (Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Barra do Choça – BA) e camponês. Vivendo diariamente essa situação contraditória e desigual que se expressa: de um lado, na expansão e intensa exploração, expropriação e apropriação da renda camponesa pelo capital, seja por meio das relações de trabalho ou pela compra, distribuição e circulação dos produtos agrícolas; e do outro na resistência para conseguir se manter e reproduzir na condição camponesa.

Um processo intensificado pela crise estrutural do capital, da década de 1970 e seguintes, e suas ações sobre o trabalho, com fortes rebatimentos no campo brasileiro e em nossa realidade de pesquisa, como a dolarização da produção, e, mais recentemente os efeitos provocados pela Pandemia do COVID 19¹ e a Guerra da Ucrânia².

¹ Os primeiros casos da doença foram registrados no China, em dezembro de 2019. Logo, o vírus atravessa o Oceano Atlântico e chega ao Brasil e demais países da América Latina. No Brasil, o atraso na compra de vacinas, fruto de uma postura negacionista e anticientífica do Governo Federal, sob o comando de uma extrema direita representada por Jair Bolsonaro, fez com que, em pouco tempo, o país se tornasse o principal alvo mundial dos efeitos desastrosos de pandemia do Sars-Cov-2 e da doença (a Covid 19). De acordo com dados do Ministério da saúde, até o dia 25 de novembro de 2022 foram vitimadas 689.442 pessoas oficialmente. Dados disponíveis em: <https://covid.saude.gov.br/>

² A Guerra entre Ucrânia e Rússia é um conflito contínuo e prolongado que começou em fevereiro de 2014, envolvendo principalmente a Rússia, forças pró-russas e Ucrânia; concentrada na península da Crimeia e partes do território de Donbas, que são internacionalmente reconhecidas como parte do território ucraniano. As

Nessa perspectiva, surge a necessidade de pesquisar essa temática, diretamente ligada ao processo de produção, circulação, distribuição e apropriação de riquezas no campo, que, nas suas contradições, envolve a exploração e expropriação camponesa de um lado e a apropriação e acúmulo de riquezas por parte das classes detentoras dos meios de produção, dentre esses a terra, fruto do trabalho do camponês, o que implica diretamente na condição desigual da produção e reprodução do espaço agrário, bem como na vida do camponês que permanece na terra.

O município de Barra do Choça – BA está localizado na mesorregião do Centro Sul baiano, distante 500 km da capital do estado – Salvador. Situado no Planalto da Conquista, possui características geomorfoclimáticas que, em princípio, favorecem o desenvolvimento da agricultura, destacando sua diversa rede hidrográfica, por isso, recentemente, lhe foi atribuído o título de Caixa D' Água do Sudoeste, bem como ao se encontrar em uma faixa de transição entre a Mata Atlântica e a Caatinga, conhecida como Agreste.

Embora esses aspectos sejam relevantes, não são determinantes para expansão, ampliação e reprodução do capital no campo, para que haja diversos investimentos por parte do governo do estado e de empresas capitalistas que passam a se territorializar na região a fim de promover um processo de modernização da produção – via monocultivo do café, a partir da década de 1970, em um contexto de crise e reestruturação do capital, inclusive em direção ao campo. O que esta pesquisa pretende investigar é como esse processo infere nas formas de uso do território e de que forma e em que medida sujeita a produção camponesa que caracterizava a região às determinações do mercado, sobretudo produtor de *commodities* – que opera em nível mundial.

Atualmente o município possui uma população de 34.788 habitantes (IBGE 2010) e uma área de 782,00 Km² (SEI, 2014). Nas últimas décadas, o município vivenciou um processo de auge à decadência do seu carro chefe - a economia do Café, o que levou a graves problemas sociais e econômicos, bem como a

tensões entre a Rússia e a Ucrânia explodiram especialmente de 2021 a 2022, quando ficou claro que a Rússia estava considerando lançar uma invasão militar da Ucrânia. Em fevereiro de 2022, a crise se aprofundou e as negociações diplomáticas para subjugar a Rússia falharam; isso aumentou quando a Rússia moveu forças para as regiões controladas pelos separatistas em 22 de fevereiro de 2022.

processos de apropriação privada da terra e degradação da natureza, conforme veremos no desenvolvimento da pesquisa.

Ao considerar que a história da humanidade no modo capitalista de produção é marcada através de processos econômicos fundamentados de modo objetivo e racional na otimização da exploração do trabalho e dos recursos naturais, na expropriação dos trabalhadores camponeses – visando o acúmulo de riquezas, desprezando os valores humanos e subjetivos, o uso dos recursos passam a se direcionarem até o ponto que a atividade seja remunerada e lucrativa para as classes que se apropriam do capital, da terra e assim controlam a riqueza socialmente produzida. E assim não foi diferente com o município de Barra do Choça – que em seus primórdios teve sua história ligada a escalada do ouro, ao tropeirismo e, recentemente, ao desenvolvimento da cafeicultura, com seu auge, declínio e uma possível retomada devido a recente alta dessa *commoditie*, a partir de dezembro de 2020.

Desse modo, o processo histórico de construção e transformação do espaço de Barra do Choça está ligado ao período do século XIX que destaca a decadência das atividades de mineração no estado de Minas Gerais e região do Rio de Contas, o que levou os europeus, especificamente os portugueses, a se adentrarem mais no interior (Sertão) do estado baiano em buscas de novas terras para exploração mineral, e assim manutenção de viabilidade comercial da referida atividade e também criando rotas importantes para a apropriação do território, conhecida como tropeirismo.

As relações sociais que promovem a (re)produção do espaço e a reprodução dos sujeitos que vivem no campo e na cidade são aqui tratadas a partir do processo de expropriação dos meios de produção, apropriação da renda dos camponeses e das dificuldades na reprodução social dos mesmos. Apontando, ainda, a força e o poder de adaptação do capital que através das relações capitalistas e não capitalistas – que se desenvolvem de modo desigual e contraditório, baseado na exploração da força de trabalho dos assalariados e na apropriação da renda camponesa, e uma conseqüente acumulação de riquezas.

Atualmente, com a intensificação da internacionalização da agricultura, baseada no processo de monopolização e reprodução ampliada do capital,

sobretudo do capital financeiro, percebe-se uma maior complexidade em analisar e compreender o processo de produção, distribuição, circulação e consumo – PDCC, e apropriação das riquezas que sucedem nos diferentes espaços e envolvem diversos sujeitos que trabalham.

Ao compreender que a lógica das relações capitalistas na sua totalidade se desenvolve a partir de onde já existe o capital em fase de desenvolvimento ampliado, e que, por sua vez, no processo de acumulação busca novas áreas em que essas relações ainda não estão estabelecidas e haja possibilidades de reprodução do capital, assim promovendo uma relação de domínio, exploração, expropriação, apropriação e acúmulo de riquezas.

Nesse contexto, destaca-se a relação entre os municípios vizinhos de Vitória da Conquista/BA e Barra do Choça/BA que seguem, de forma desigual e combinada, a lógica capitalista implementada em qualquer outro espaço, ficando explícito o desenvolvimento de relações capitalistas e a sua posição na divisão social do trabalho. Enquanto o primeiro se destaca como centro de circulação de mercadorias, saúde, educação e, em menor escala, a produção industrial, sendo a 3ª maior cidade do estado da Bahia em população, o segundo destaca-se por possuir um grande potencial hídrico e produção agropecuária, marcada pela produção de café, que rendeu em 2010 o título de maior produtor do Norte e Nordeste do país e 10º em todo território nacional (IBGE, 2010); além de ocupar a 4ª posição do PIB no Setor Primário, entre os 417 municípios baianos (SEI, 2009), tendo um perfil baseado nas relações agrícolas e na presença camponesa.

Mesmo tratando-se de municípios distintos, observa-se que os valores citadinos do primeiro se sobrepõem ao do outro, onde predomina os valores do campo. E isso se torna mais evidente quando comparamos a relação dos produtores rurais de Barra do Choça/BA com a estrutura de circulação de mercadorias de Vitória da Conquista/BA. Exatamente porque na divisão social do trabalho desempenham papéis “distintos”, mas interligados – no movimento da produção, circulação, distribuição e consumo visando a acumulação de capital.

Nesse processo, encontramos o cerne da questão proposta por esta pesquisa. Em que se evidencia no espaço da cidade conquistense, por ser também um *loco* de circulação de mercadorias, os produtores barrachocenses que se

deslocam para comercializar todo o produto do trabalho realizado no município vizinho e sofrem com o sistema explorador e especulador do mercado, mas não diretamente determinado e restrito ou estabelecido em Vitória da Conquista, representado por atravessadores, atacadistas e grandes empresas do ramo de alimentos.

Sendo que, na relação de troca, os comerciantes passam a se apropriar de parte do trabalho dos agricultores, através da compra de seus produtos de modo subvalorizados – estabelecendo uma clara relação de sujeição da renda da terra, em que os alimentos se transformam em mercadorias, trocadas por dinheiro que, por outro lado, é a fonte de sobrevivência e conseqüentemente a condição de manutenção e reprodução desses camponeses.

Nesse aspecto, vislumbra-se a problemática a ser estudada: De que forma vem se estabelecendo o processo de apropriação da produção (da renda da terra) camponesa em Barra do Choça – BA e o que isso implica na reprodução desses sujeitos, bem como na produção do espaço agrário?

Ao considerar a lógica das relações capitalistas que se baseiam na exploração do trabalho, expropriação dos bens e meios de produção dos trabalhadores, em que sua expansão nas relações não capitalistas busca, de algum modo, se apropriar da renda camponesa oriunda do fruto do trabalho desses – ainda que indiretamente, acredita-se que os camponeses, nesse caso específico de estudo, tenham a sua renda apropriada por diversos sujeitos que não estão ligados diretamente ao processo de produção, a exemplo de comerciantes intermediários (atravessadores), comerciantes de insumos que tem suas mercadorias supervalorizadas em relação aos produtos oriundos do campo, as instituições financeiras – que estabelecem políticas que não garantem condições necessárias para a produção e quitação de valores baseados em altas taxas de juros, quando comparadas a rentabilidade do campo, assim corroborando a força e atuação do capital produtivo e financeiro que se metamorfoseia em cada etapa do processo para garantir a apropriação e acumulação de riquezas.

Assim, engendrado em um processo desigual de apropriação da renda e do trabalho, no qual os camponeses encontram dificuldade para a (re)produção social, bem como a construção do seu espaço.

O desenvolvimento desta pesquisa, baseando em toda essa realidade apresentada, almeja, principalmente, compreender o processo de sujeição da renda dos camponeses de Barra do Choça/BA e suas implicações na produção do espaço agrário local.

Para desenvolver esta pesquisa recorreu-se a alguns procedimentos metodológicos, além da pesquisa bibliográfica realizada. Buscou-se o levantamento de dados secundários sobre a estrutura fundiária brasileira e no município de Barra do Choça; dados sobre o avanço na produção de *commodities* no Brasil; dados da produção de café no Planalto da Conquista e no Brasil; dados sobre conflitos e formas de organização camponesa – no Brasil e no município em estudo; dados sobre a evolução de preços de *commodities* e insumos. Além disso, dados sobre o município de Barra do Choça – populacionais, econômicos, culturais e ambientais. Esses dados foram coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no IBGE/PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar, no IBGE Cidades, nos Censos Agropecuários do IBGE, no Banco Central – BACEN, Planalto.gov, bem como junto a organizações sociais e grupos de pesquisa como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Grupo de Pesquisa Geografia dos Assentamentos Rurais (GeografAR/UFBA).

Além disso, no que se refere ao município de Barra do Choça, buscou-se constituir um banco de dados, tanto com os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, quanto com os camponeses que foram entrevistados. Segundo o IBGE – Censo Agropecuário. 2017, o município possui 1747 produtores individuais, no qual foram aplicados 58 questionários com 59 questões para esse público, representando um percentual de 3,22%³.

Na pesquisa empírica ressalta-se a entrevista, com perguntas semi estruturadas (ver apêndices) com os camponeses (pequenos produtores), empresas, instituições financeiras e Secretário Municipal de Agricultura,

³ Ressalta-se que nesse dado geral constam as diversas formas de propriedade, inclusive médias e grandes. Como optamos por realizar entrevistas com camponeses considerados pequenos proprietários esse dado diminui. Além disso, a presente pesquisa possui caráter qualitativo, não se limitando a um percentual estatístico pré-estabelecido. Foram as respostas obtidas em pesquisa de campo que, junto com vários outros elementos de coleta de dados, deram às principais respostas às questões lançadas por esta pesquisa.

Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente - SEMAGRI, Presidente do Conselho Municipal Desenvolvimento Social – CMDS, Presidente da Associação dos Produtores e Irrigantes - APIBAC, Diretora Presidenta da Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores de Barra do Choça – COOPERBAC, Prefeito Municipal, Ex- Secretário de Agricultura, Irrigação, Pesca e Aquicultura, Membro titular da Comissão Parlamentar da Agricultura e Política Rural, e Deputado Estadual da Bahia. Assim aproximando da realidade de dificuldades que os produtores diretos possuem, não apenas em produzir, mas em comercializar e fazer sua produção circular, bem como as relações entre esses e o capital financeiro, quais as prioridades produtivas dessas instituições, como os contratos são celebrados, se há endividamentos, etc.

Por meio do contato com as estruturas públicas (executivo e legislativo) a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio ambiente, buscou-se respostas para entender como essa interfere e se relaciona com a produção agrícola municipal; que tipo de ação ocorre com os produtores e o propósito dessa relação. E com as entidades civis buscou analisar como essas organizações se desenvolvem e percebem as ações das políticas governamentais nas esferas municipal, estadual e federal.

A esses se somam levantamento cartográfico e fotográfico – que servem para dar uma melhor visibilidade a leitura do real concreto e as transformações efetivas no espaço agrário do município. A pesquisa documental consta de documentos que conseguimos arquivar: contrato de compra e venda de produção; contrato de empréstimos bancários; documentos e atas de associações rurais, etc.

A pesquisa encontra-se dividida em 5 seções, distribuídas do seguinte modo:

Nesta primeira seção é apontada a Introdução e aos aspectos gerais do trabalho: a problemática, os objetivos e a relevância teórica do tema e para os camponeses do município de Barra do Choça/BA, bem como a metodologia desenvolvida para a realização da pesquisa e sua estruturação;

Na segunda seção é realizado um estudo sobre os referenciais teóricos que abordam o tema, destacando alguns conceitos e categorias de análise fundamentais para a efetividade da pesquisa, como: Trabalho, Campesinato,

Produção do espaço agrário, Propriedade privada terra, Estado, Movimentos Sociais, Renda da Terra e Sujeição da Renda da terra, embasando-se em autores como: Bogo (2008), Harvey (2005), Hofling (2001), Lefebvre (2006), Lessa (2011), Mançano (2004), Martins (1983), Marx (1984), Medeiros (2003), Oliveira (1999 e 2001), Smith (1988), Souza (2008) e outros.

A terceira seção apresenta um estudo sobre o processo de formação histórica e geográfica do município com base na realidade concreta, buscando superar a mera narrativa dos fatos, fazendo uma análise crítica de toda a história, desde o tropeirismo no século XIX, a implantação da cafeicultura por meio de política governamentais com base no crédito rural, a partir da década de 1970, a crise na década de 1980, a retomada no final dos anos 90 e as ações dos últimos 20 anos. Toda essa análise fundamentada na perspectiva de expansão e ampliação do capital no campo.

A quarta seção refere-se ao processo de formação da estrutura fundiária brasileira, destacando, de um lado, o papel do Estado alinhado com a classe detentora de capital que sempre promoveram a exploração e expropriação, do trabalho, a concentração de terras e conseqüentemente o acúmulo de riquezas, e do outro lado os movimentos de resistência e luta no campo para uma distribuição de terras justa e digna, bem como a garantia do direito ao acesso à terra e o cumprimento de sua função social. Evidenciando a luta pela terra no Centro Sul Baiano e no município de Barra do Choça – BA.

Na quinta seção desenvolve-se a síntese entre teoria e prática, através de uma leitura crítica da realidade concreta, buscando desmitificar o discurso desenvolvimentista. Faz a abordagem sobre a produção do espaço agrário de Barra do Choça – BA, diante do processo de sujeição da renda camponesa, que foi desenvolvido, em sua essência, com base no movimento que articula, dialeticamente, os estudos teóricos e os resultados obtidos em pesquisa de campo. Fundamentando-se, em uma longa pesquisa e vivência de campo, onde vislumbra-se o estudo e a análise das situações vivenciadas pelos camponeses no município, buscou-se a coleta de dados, a tabulação das informações, dando enfoque para o processo de produção e apropriação da renda na distribuição, circulação e consumo, e o reflexo na reprodução camponesa.

Ao final desta pesquisa, na relação teoria e prática, apontada nas conclusões enfatiza-se às determinações e mediações que permitem compreender as formas de sujeição da renda da terra no município de Barra do Choça/BA e as formas de organização e luta camponesa para continuar se reproduzindo na terra de trabalho, com o fito de contribuir com o debate da temática e o conhecimento sobre a realidade da produção do espaço agrário em Barra do Choça, no movimento de avanço do capital no campo e a resistência/permanência do campesinato.

2 EXPANSÃO DO CAPITAL NO CAMPO E O PROCESSO DE REPRODUÇÃO E SUJEIÇÃO DA RENDA CAMPONESA AO CAPITAL.

Busca-se nesta seção abordar o processo de expansão do capital no campo, com o fito de extrair trabalho não-pago e renda camponesa, ou mesmo de sujeitar a terra à condição de produzir renda para as classes proprietárias. Nesse processo, objetiva-se compreender como nas contradições desse modo de produção, se reproduz no campo o campesinato, e, ao mesmo tempo, como o capital visa se apropriar de parcelas dessa produção mediante o mecanismo de extração da renda da terra camponesa.

Analisa a produção contraditória do espaço agrário, marcado por processos de permanência e luta camponesa pela terra e a expansão do capital – em suas diversas frações – com o propósito de se apropriar da riqueza produzida pelo trabalho. Aponta, ainda, como no modo de produção a propriedade privada da terra funciona como forma de expropriação e sujeição do campesinato, concentrando a terra e a riqueza produzida pelo coletivo de trabalhadores, fomentando a produção desigual do espaço.

2.1 A Produção desigual do espaço agrário e o processo de reprodução camponesa

O processo de desenvolvimento e evolução da condição social do ser humano, originou-se de sua condição animal à um ser social, no qual perpassou de sua situação nômade, onde vivia em constante locomoção, buscando alimento para manter sua sobrevivência, sem grandes intervenções na natureza e no seu modo de vida social, para um certo controle sobre a natureza, mediante a intervenção sobre essa – por meio do trabalho, o que o levou ao processo de fixação em determinados espaços, e portanto maior transformação sobre esse, sobre a natureza e sobre sua própria forma de organização em sociedade.

No contexto histórico em que através do seu trabalho e melhoria de suas técnicas, o ser humano consegue produzir seus próprios alimentos, a partir de

então inicia-se um processo de intervenção e transformação na natureza, conseqüentemente produzindo seu espaço, e concomitante o surgimento de uma organização social – em que a produção de alimentos passa ser fundante nessa nova estrutura social.

Ao longo do processo histórico, o homem/ser social – por meio de sua capacidade de pré-ideação (de pensar, de planejar suas ações) fomenta formas concretas de objetivação, por meio do trabalho, intervindo na natureza, portanto nas suas próprias condições de vida (LESSA e TONET, 2011) – promovendo o desenvolvimento da técnica, fomentando a produção de diferentes espaços, mediante a consolidação de distintas e complexas formas de sociabilidade, sendo a que nos interessa, a sociedade moderna, que se desenvolve no processo de transição de uma sociedade anterior (feudal), para uma sociedade pautada no controle da natureza, do trabalho e fundamentada na produção crescente de mercadorias – a sociedade capitalista urbana-industrial, que se desenvolve de forma mundializada e impõe seu fundamento a todo o planeta, produzindo e reproduzindo espaços desiguais, produto de uma sociedade composta por classes sociais com interesses distintos e mesmo antagônicos.

Na ciência, a discussão sobre o espaço desperta diversas análises e compreensões, desde a forma mais cartesiana, natural, biológica, espiritual, digital e física até o espaço produzido pela sociedade ao longo do processo histórico. Desse modo, aprofundaremos os estudos na perspectiva da compreensão da categoria espaço no lugar onde sucedem as relações sociais de acordo aos interesses, necessidades e acúmulo cultural do ser humano, nas suas contradições, em determinado contexto histórico, ao mesmo tempo sendo parte e todo, constantemente modificado e construído.

Segundo Lefebvre (2006, p. 102) “o espaço social é a materialização humana”. Essa conceitualização leva a compreender o espaço em todas as instâncias, considerando-o na totalidade e composicionalidade, onde sucedem todos os tipos de relações sociais. O espaço social está contido no espaço geográfico que, por sua vez, concretiza a existência de vários outros espaços, a partir da construção das relações sociais, espaços: cultural, econômico, político, espiritual, econômico e ciberespaço. Assim, o espaço (no sentido de absoluto –

base, matéria) seria uma gênese natural, sendo transformado pelas relações humanas, do espaço visto quanto movimento.

Tal debate, levado a cabo pelo desenvolvimento da Geografia Crítica, ao longo das reflexões ocorridas a partir da segunda metade do século XX, nos permite compreender, também, o movimento de produção do espaço agrário de Barra do Choça, diante de um processo de expansão do capital no campo – inicialmente mediante o projeto de modernização e, posteriormente, do avanço do agronegócio e da produção de commodities: dentre as quais, o café que se constitui uma das principais mercadorias. Mas, também, nas suas contradições, a permanência e a resistência de um campesinato local – que tem no trabalho e na terra sua principal forma de reprodução social.

A discussão sobre espaço na Geografia atualmente, baseia-se, sobretudo, na leitura desenvolvida por Lefebvre – que acunhou o termo de Produção do espaço e posteriormente desenvolveu a tese de Espaço Social. Ainda neste sentido, o geógrafo David Harvey (1973) avança na discussão sobre os distintos espaços, e a sua relação com o tempo e a apropriação pelo sistema capitalista, enfatizando a divisão social e territorial do trabalho implementada pelo capital, como fundamental para se compreender a produção desigual do espaço. É nesse movimento que buscamos compreender o lugar de Barra do Choça e dos municípios do Centro-Sul Baiano – enquanto produtores de *commodities* direcionadas, sobretudo, ao processo de acumulação de capital, em nível mundial, sobretudo voltados ao mercado financeiro. Assim Harvey argumenta que:

Se considerarmos o espaço como absoluto ele se torna uma ‘coisa em si mesma’, como uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para classificar ou distinguir fenômenos. A concepção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio fato dos próprios objetos existirem e se relacionarem. Existe outro sentido em que o espaço pode ser concebido como relativo e eu proponho de chama-lo espaço relacional – espaço considerado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto pode ser considerado como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos. (HARVEY, 1973, p.13)

Ainda sobre a discussão do espaço relativo (para Harvey, também relacional – espaço onde as relações sociais acontecem), essa concepção aborda a superação sobre a compreensão de espaço absoluto, pois apresenta a ideia de um espaço não meramente estático e físico, mas sim onde sucede as relações humanas dotadas de suas necessidades, interesses, contexto histórico e acúmulo cultural, em que se apropria, transforma e constrói o mesmo. Deste modo, Souza, afirma que:

Pode-se entender o espaço social como aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade. Com isso, fica claro que não está se falando de um nível de abstração como o das conceituações de espaço matemático, dos físicos e de vários filósofos (como Immanuel Kant, por exemplo). Assim como espaço geográfico, em uma primeira aproximação, corresponde a superfície terrestre; o espaço social, aqui, corresponde, também em uma primeira aproximação e que igualmente precisará ser complementada, à superfície terrestre apropriada, transformada e produzida pela sociedade. (SOUZA, 2017, p. 22).

Portanto, esse espaço foi e é, constantemente, produzido e modificado pela sociedade, em sua realização histórica e em acordo aos seus interesses contraditórios. É o que nos aponta as reflexões de Smith (1988), que além de superar a visão do espaço como simplesmente absoluto, propõe uma compreensão de espaço além do real e físico, o que nos leva a compreender melhor essa produção do espaço dentro da lógica capitalista, não se restringindo apenas ao material, mas sim às relações humanas. Deste modo, afirma:

(...) o espaço social é o campo abstrato humanamente constituído pelos eventos sociais e pode ser definido de vários modos. Um objeto ou uma relação pode ser bastante real, por exemplo, a classe trabalhadora, ou a relação salário-trabalho, mas colocá-los como pontos no espaço social não implica absolutamente nada sobre sua localização no espaço físico ou no espaço natural. (SMITH, 1988, p. 120).

Assim, cabe compreender o espaço como um processo de relações dinâmicas e vivas, onde a própria matéria física que o compõe é apenas uma parte. Desse modo, se torna fundamental, para uma análise crítica, a superação da ideia do espaço como um receptáculo das ações humanas. É evidente que, historicamente, às condições naturais e físicas do espaço foram fundantes para atração, domínio e apropriação, porém no processo de superprodução e acumulação capitalista, essa característica foi superada diante da relação social tensa e dialética, com esse próprio espaço em que constantemente e contraditoriamente é apropriado, transformado e construído de acordo aos interesses e necessidades de determinados sujeitos/classes, sendo, então, o espaço imbuído de valores de uso e de troca. No que se refere ao espaço do município de Barra do Choça e demais municípios do Centro-Sul Baiano, isso se torna mais evidente com às transformações oriundas do denominado processo de modernização da agricultura, representando a inserção subordinada na divisão social e territorial do trabalho – enquanto produtora de produtos primários, mas profundamente necessários à acumulação de capital estabelecida mundialmente, implicando, ainda em conflitos territoriais com os sujeitos que já se reproduziam no campo, questões que retomaremos na seção 2 e 3 desta dissertação.

Expresso na forma de território, o espaço geográfico torna-se um apêndice do desenvolvimento social. A ideia de que as coisas acontecem “no espaço” não é somente um hábito do pensamento mas também um hábito de linguagem, e apesar de seu apelo ao absoluto, o espaço natural é anacrônico, até mesmo nostálgico e uma barreira a uma compreensão crítica do espaço. Por suas ações, a sociedade não mais aceita o espaço como um receptáculo, mas sim o produz; nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos “no” espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando e trabalhando. (SMITH, 1988, p. 120).

Sob essa dinâmica, não podemos afirmar que a produção espacial sucede de modo homogêneo, ela acontecerá de acordo a cada peculiaridade, interesse e necessidade, o capital se metamorfoseará e apropriará, estabelecendo distintas relações de produção, nem sempre essencialmente capitalistas, porém bem articuladas, dentro da exploração e expropriação do trabalho e conseqüentemente

no acúmulo de riquezas. Desse modo, observaremos um desenvolvimento heterogêneo, que Smith, denomina Desenvolvimento Desigual:

O espaço não é igualizado fora da existência, nem é diferenciado infinitamente. Antes, o padrão resultante é o do *desenvolvimento desigual* não num sentido geral, mas como um produto específico da dinâmica contraditória que dirige a produção do espaço. O desenvolvimento desigual é a manifestação concreta da produção do espaço sob o capitalismo (...). As relações espaciais são geradas “logicamente”, mas tornam-se “dialectizadas através da atividade humana no espaço e sobre ele. É este espaço “dialectizado” de conflito (...) que produz a reprodução, introduzindo nele suas múltiplas contradições. (SMITH, 1988, p. 139).

Assim, o espaço é uma produção social, dotado de valores de uso e de troca, de acordo aos interesses das classes que o controlam, a cada contexto histórico, social, econômico e ambiental. A produção e reprodução do espaço estão condicionalmente ligadas à reprodução do próprio sujeito, se ele não encontra condições sociais, econômicas, culturais e ambientais, para sua reprodução, o mesmo não terá condições para modificar ou construir efetivamente o seu espaço. Portanto, entende-se que tais discussões teóricas são fundamentais para compreendermos a produção e reprodução do espaço do campo e, conseqüentemente, do camponês; em que o espaço agrário de Barra do Choça/BA pode ser, também, compreendido. A reprodução do espaço é algo inerente à reprodução dos indivíduos, que também se constituem sujeitos sociais. Por outro lado, percebemos algo já aberto nas discussões sobre a produção e reprodução do espaço das cidades, que em geral aparece sob uma conotação de produto, valor de troca, aparentemente voltando-se a discussão das formas, da aparência, do concreto armado. Nessa concepção, o ser humano assume uma postura de sujeito, com um posicionamento alienado ao sistema, sobrepondo-se à condição de reprodução do ser humano nesse espaço, sendo esse compreendido como uma obra e uma dinâmica em que prevalece o valor de uso.

Tal realidade, nos leva a refletir, também, tomando como ponto de partida dessa pesquisa, para a necessidade de compreender a produção do espaço agrário, aqui entendido como expressão concreta dos conflitos e interesses dos sujeitos/classes sociais que nesse se reproduzem. Assim, torna-se premente compreender que, ao lado do avanço do capital e da consolidação da propriedade privada da terra, concentrada nas mãos das classes proprietárias (dos meios de produção, da terra), se reproduz e resiste uma típica população camponesa – que tem na pequena produção familiar, e no trabalho compartilhado entre seus membros, a condição de sua existência. Compreendemos aqui como camponês o sujeito dotado de seus valores históricos, culturais e econômicos, detentor dos meios de trabalho: terras (ainda que nem sempre sob a égide da propriedade privada), trabalho familiar, equipamentos e técnicas voltadas para a produção agrícola, o que, por si só, não o coloca como um sujeito “autônomo”, pois quase sempre está subordinado ao modo de produção. Enquanto classe social, metamorfoseando-se, nas diferentes estruturas sociais e meios de produção, tendo seu grau de importância definido de acordo com suas relações e dinâmica, junto ao processo de produção e subordinação com as esferas de poder.

Não se tem, nessa pesquisa, o objetivo de aprofundar nas características dos modos de produção, porém o destacaremos, de modo genérico, sem criar uma linha temporal ou espacial, pois é sabido que esses modos de produção se desenvolvem diferentemente de acordo com cada contexto histórico, espaço e valores culturais e econômicos. E para discernir do objetivo principal que é construir uma análise a partir da realidade do sistema capitalista. Desse modo, destacamos os seguintes modos de produção: a) Comunal; b) Tribal; c) Escravocrata e d) Feudal.

Os dois primeiros modos de produção em destaque, tendo como foco a figura do camponês, se caracterizam por engendrar um sujeito social ligado diretamente à produção de alimentos, dotado de meios de produção e técnicas rudimentares que lhe garantiam pequenos índices de produtividade, mas que geralmente eram suficientes e garantiam o seu principal objetivo: a satisfação das necessidades por alimentos de forma comum. Isso não significa que inexistia uma estrutura social hierarquizada e uma divisão de trabalho baseada na questão do gênero, por exemplo.

Já no sistema escravocrata, mesmo tendo como base o trabalho realizado por escravos, em que sua grande maioria exercia o trabalho na agricultura, não podemos compreender esses como camponeses, pois são destituídos dos meios de produção, tendo apenas a sua força de trabalho empregada no processo de produção, essa que é totalmente expropriada pelo seu “proprietário”, sem receber nada em troca, apenas condições precárias para a sua sobrevivência – o que impedia a sua própria reprodução enquanto sujeitos, sendo apenas para manter a sua condição de permanência para o trabalho. A figura do camponês existe nesse modo de produção paralela ao do escravo, porém o primeiro é detentor dos seus meios de produção e desenvolve uma produção de alimentos por meios de técnicas pouco aprimoradas que promovem uma produção de alimentos com intuito para sua subsistência, e dividida entre a troca do pequeno excedente (escambo) e satisfação das necessidades imediatas da família, além da forma pagamento de impostos para o poder político instituído.

No Feudalismo observamos a figura do camponês com maior destaque, um sujeito fundamental para a produção, pois esse grupo social é responsável quase que completamente pela produção de alimentos, dentro de uma estrutura social que fica clara sua posição enquanto classe social, mesmo que não detentora exclusivamente dos meios de produção, pois as terras estavam sob o poder do senhor Feudal, no qual cediam essas terras e cobravam boa parte da produção como forma de pagamento. Nessa situação, o camponês ficava com a menor parte – que deveria garantir a sua reprodução enquanto sujeitos naquele espaço, de modo a permitir a satisfação de suas necessidades básicas e também a prática da troca de parte de sua produção por outros bens. Nessa estrutura, a figura camponesa se mostra de extrema relevância para o desenvolvimento e manutenção do sistema, porém em um movimento extremamente contraditório e desigual – em que é explorado e submetido à uma condição social de degradação e pobreza.

No capitalismo, essa estrutura societal é profundamente alterada, como aponta Oliveira (2000) ao fomentar uma discussão sobre as relações engendradas pelo capitalismo na agricultura, enfatizando a produção e a reprodução do mesmo e sua repercussão na dinâmica socioeconômica atual, não só no espaço do campo, mas também no ambiente da cidade. Partindo de uma breve análise histórica

desde o feudalismo, enfatizando as principais características de cada modo de produção, e a fase de transição do feudalismo para o capitalismo, enfatiza os estágios mais importantes do capitalismo: o concorrencial e o monopolista.

Para prosseguir na análise, Oliveira (2000) destaca algumas correntes teóricas muito discutidas e polêmicas sobre o entendimento e reprodução do campesinato em uma sociedade capitalista. Algo em comum, é a compreensão desse processo na fase do capitalismo monopolista, no qual se iniciou o processo de integração da industrialização com a produção agropecuária, provocando uma nova estruturação socioeconômica e política no campo. Dessa forma, a tecnologia industrial passa a ter um papel fundamental no processo produtivo, agora fragmentado.

Por outro lado, a força de trabalho familiar ganha uma função significativa, tendendo a um aumento produtivo. Mas, os fatores básicos que irão firmar as relações capitalistas, no espaço agrário e no espaço urbano, seria o capital produzido e os trabalhadores despojados dos meios de produção, no qual a relação entre esses dois resultaria em outro aspecto que viria consolidar as relações capitalistas – o assalariamento.

Como produtor individual, o camponês agora estaria integralmente inserido na agricultura de mercado (...) vê-se obrigado a vender a propriedade e tornar-se um trabalhador assalariado, haveria, pois, um processo de separação dos meios de produção do camponês, ele ficaria sem esses meios de produção e conseqüentemente se proletarizaria, o que abriria para a implantação da forma especificamente capitalista no campo. Essa forma seria o assalariamento. (OLIVEIRA, 2000, p. 10).

Esse processo ocasionaria em uma generalização e homogeneização, a criação de duas classes: um proletariado único e uma classe burguesa. Outro processo teria um movimento contrário, o que levaria a uma heterogeneização, produzindo uma relação de assalariamento em expansão no campo, mas que se reproduziria *pari passu* a outras formas de trabalho e reprodução, a exemplo da permanência das relações não-capitalistas de produção, como o campesinato. Em torno dessa premissa, surge uma teoria clássica, defendendo que o processo de expansão das relações de produção capitalista na agropecuária, teria duas

tendências: a destruição do campesinato, ou seja, do pequeno produtor familiar, aquele que prioriza sua produção para subsistência, sendo representado pela seguinte fórmula M-D-M (mercadoria - dinheiro - mercadoria) ou a sua reprodução nas contradições do modo de produção – que se apropriaria de seu trabalho de forma indireta, pela via da sujeição da sua renda; tendo, portanto, sua dinâmica de reprodução social bastante alterada pelos mecanismos do mercado.

(...) na produção camponesa, estamos diante da seguinte fórmula: M-D-M, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poderem obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. (OLIVEIRA, 2000, p. 68).

Diante das circunstâncias apresentadas estabelece-se uma nova hierarquia no campo, tendo como base uma grande massa de camponeses pobres; acima uma camada menor de camponeses 'ricos' (que dada sua integração ao mercado prosperaria economicamente, em acordo aos mecanismos determinados pelo capital) e no topo uma minoria de latifundiários, todos corrompidos pelos valores do capital (que viveria da extração da renda da terra, pela via da propriedade privada, ou se aliaria às empresas capitalistas que se difundem no campo, ampliando seus ganhos econômicos).

Com relação à segregação entre camponeses ricos e pobres, alguns autores, a exemplo de Lênin ([1899], 1984) denominaram tal acontecimento de "*farmerização*"; a outra tendência seria a modernização do latifúndio, através da implantação de insumos e máquinas modernas, no qual o latifúndio passaria a ser administrado como uma empresa rural. Essa visão encontra ecos em leituras sobre a modernização conservadora ou "*junkerização*", o último sendo uma analogia feita em relação ao processo que ocorreu com os *junkers* prussianos que se 'modernizaram'. Nesta lógica, o campesinato e o antigo modelo de latifúndio são resquícios de relações não-capitalistas, então seguindo um processo de extinção no plano econômico.

Consiste em que os camponeses das vizinhanças trabalham a com seus próprios instrumentos, sendo que a forma de pagamento não muda na essência deste sistema (seja em dinheiro, quando são contratados por tarefa; em espécie, quando se trata da parceria, em terras ou servidões, quando se trata de pagamento-em-trabalho no sentido estrito da expressão). (OLIVEIRA, 2000 apud LENIN. 1982, p. 125).

Segundo Oliveira (2000), o desenvolvimento do capitalismo no campo passaria por três vias: 1) a destruição da "economia natural" que consistia nos modelos tradicionais de reprodução do campesinato; 2) a separação da indústria rural e a agricultura, que seria a inserção forçada do agricultor ao mercado capitalista; 3) haveria uma integração total do antigo camponês ao mercado, tornando-se um trabalhador assalariado. Na corrente teórica adotada pelo autor, o mesmo enfatiza o poder de mutabilidade do capitalismo, consistindo na produção e reprodução ampliada do capital, ocorrendo um desenvolvimento contraditório de criação e recriação de relações não capitalistas de produção, para sua legitimação.

(...) para os autores dessa corrente o processo contraditório de reprodução ampliada do capital além de se redefinir antigas relações de produção, subordinando-as a sua reprodução engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a sua reprodução. (OLIVEIRA, 2000. p 12).

Dessa forma, o latifúndio e o campesinato seriam compreendidos como partes integrantes desse todo e não fora dessa lógica. Assim essa fase do capitalismo monopolista ocasionou em uma sujeição do camponês, e a propriedade da terra ao capital: a terra passando a ser vista como renda capitalizada e o camponês, cada vez mais, como um trabalhador rural, que venderia sua força de trabalho. Mas, nas contradições do processo de desenvolvimento do capital no campo, o autor aponta para as formas de sujeição, mas ao mesmo tempo de resistência desses sujeitos no campo: no controle de pequenas frações de terra, no trabalho familiar realizado, na tentativa de manter uma produção variada que atenda as demandas familiares, ainda que em parte sujeitada ao mercado, ou mesmo na resistência em sair da terra e se proletarizar completamente.

Segundo Oliveira, na análise da agricultura, sob o modo feudal de produção, deve-se destacar a estrutura que havia naquele contexto, que se restringia ao senhor feudal (donos das terras) e os servos (trabalhadores camponeses). O servo diferia do escravo, pois o poder sobre a sua pessoa era limitado em comparação ao escravo. A relação de produção entre o servo e o senhor, consistia em uma relação de parceria, o senhor destinava uma pequena parcela da produção aos servos pelo trabalho prestado, no caso se os servos desejassem usar mais terras ou outros meios de produção que não estivessem estipulados na relação com o senhor feudal, aqueles deveriam pagar com mais trabalho. Essa situação ficou conhecida como renda-em-trabalho. Com o tempo, devido as lutas camponesas contra a corvéia e o desenvolvimento das relações pré-capitalistas, tornou-se mais interessante para o senhor feudal, receber o pagamento na forma de renda-em-produto, sendo um pagamento na forma de mercadorias.

A estrutura do feudo era fechada – “auto-suficiente”, pois não só produzia bens agrícolas, produzia-se outros bens fundamentais para a sobrevivência, podendo admitir a existência de uma indústria doméstica, passando a concorrer com uma indústria urbana. A última passou a direcionar a sua produção a outro público: o feudo, produzindo bens que o camponês não conseguia produzir.

(...) pois o feudalismo constituía uma sociedade economicamente quase auto-suficiente, porque não só produzia os produtos agrícolas necessários, como também construía ou fabricava os produtos fundamentais a sua sobrevivência (casa, móveis, roupas etc), e só conhecia períodos de crise quando ocorria um incêndio, uma má colheita ou mesmo a invasão de um exército inimigo todos estes males passageiros em geral (OLIVEIRA, 2000. p. 22)

Essa condição, juntamente com outros fatores, promoveu situações mais complexas. A relação de troca entre feudo e cidade, baseada na maioria das vezes em dinheiro, algo que não era tão necessário para se viver no feudo. Diante dessas circunstâncias, o senhor feudal passa a desenvolver outra visão sobre os seus servos e suas terras, e os bens produzidos nos feudos passam a ser direcionados ao abastecimento das cidades com mais intensidade.

No contexto referido acima, surge a figura do comerciante, primeiramente como uma necessidade para a avanço das relações que ascendia. O comerciante exercia a função de intermediário entre o produtor e o consumidor, uma situação que anteriormente inexistia, ocasionando na ausência da relação de contato direto entre esses dois sujeitos, apropriando-se de parte da renda produzida pelo trabalho camponês sem muito esforço. Assim, permitindo por parte do comerciante uma maior exploração e apropriação do trabalho, antes direcionada, sobretudo, ao senhor feudal, esse que, por sua vez, repassava ao camponês, em forma de renda-em-trabalho ou até mesmo em pagamentos de tributos em espécie (dinheiro). Essas formas, ao longo das sociedades capitalistas, foram se complexificando, representando novos mecanismos de apropriação da renda, dimensionada para o processo de reprodução ampliada do capital no campo.

Com a aceleração da transformação da produção agrícola em produção de mercadorias, a manutenção da situação primitiva de venda direta do produtor aos consumidores tornou-se praticamente impossível, pois quanto maiores eram as distâncias e a duração das viagens aos mercados para os quais o camponês produzia, mais difícil era vender diretamente aos consumidores. Tornava-se necessário, assim necessário o intermediário, comerciante, que passa a figurar entre o produtor e o consumidor. Assim, o produtor perdia o contato com os consumidores e perdia também a visão do próprio mercado. O comerciante aproveitava-se desta situação para explorar o camponês. (OLIVEIRA, 2000, p. 23 e 24)

De forma sintética, pode-se dizer que as relações de transição do feudalismo para o capitalismo, teve como os principais aspectos o desenvolvimento do comércio e um processo de sujeição maior dos camponeses a esses sujeitos, algo que foi se complexificando ao longo do desenvolvimento das relações tipicamente capitalistas. Traz, também, um elemento subjetivo fundamental para a compreensão desse processo: a visão sobre a terra – que no sistema feudal voltava-se, sobretudo, ao valor de uso, algo que vislumbrava um sentimento de pertença, uma valorização do meio, sendo utilizada basicamente para a produção que permeasse a garantia de sobrevivência, embora houvesse relação de exploração e extração da renda, inicialmente por parte do senhor feudal e, posteriormente, por parte do capitalista comercial nascente. Enquanto no

capitalismo, não somente a terra como outros elementos que constituem o campo no sistema de produção, passam a ser vistos como valor de troca, tornando-se meramente mercadorias, incluindo os camponeses que passariam a ser agricultores, vendendo a sua força de trabalho quando necessário. Mas, tal processo não se faz sem contradições. O desenvolvimento desse processo não quer dizer que extinguiu totalmente as relações camponesas, como era de se esperar. Pois, o capitalismo se desenvolve de modo desigual e contraditório, se expandido reproduzindo formas que não lhe são próprias – como as relações não capitalistas, como forma de garantir sua reprodução ampliada no campo.

A transição do feudalismo ao capitalismo gerou no campo um conjunto muito grande de produção não especificamente capitalistas, o que, particularmente, resultou na aparição de uma volumosa massa de camponeses proprietários individuais que, na lógica geral do capitalismo, deveriam posteriormente desaparecer em função da chamada superioridade técnica da grande produção capitalista. (OLIVEIRA. 2000, p.26).

A medida em que o capitalismo se torna a modo de produção dominante no ocidente, especificamente na Europa, assim como afirma Oliveira (2000), os seus agentes se movem, progressivamente, no sentido de expansão e começam a mostrar o seu poder de adequação e articulação com as mais distintas realidades, sempre dinamizando-se, seguindo a lógica e seus princípios básicos, que são distintos, porém articulados e ligados, contraditoriamente, a uma única premissa, o processo de expropriação dos meios de produção, a exploração do trabalho e a acumulação de riqueza. Engendrando as relações da produção imediata de distribuição, de circulação de bens e a instantaneidade do consumo, no qual evidencia-se outros processos, como o ciclo dinheiro - mercadoria – dinheiro e a produção da mais valia, mais uma forma de maximizar o lucro, através do tempo de trabalho sobre o indivíduo. Desta forma, a agricultura sob a égide do capitalismo concorrencial desenvolveu-se, de forma desigual, tanto no espaço, como no tempo.

O capital teve o poder de adequar-se e articular-se, ou seja, metamorfoseia-se as peculiaridades de cada realidade, até mesmo produzindo relações não capitalistas, no sentido de apropriar-se da riqueza produzida. Nessa nova dinâmica econômica, no qual o capitalismo almeja uma expansão cada vez maior, surge um grande mediador entre os interesses de determinadas classes sociais subordinadas e os interesses dos agentes capitalistas, que é concretizado na construção de uma representação organizada e legal das diferentes estruturas sociais, nesse sentido é criada a estrutura do Estado burguês, em face ao capitalismo.

Nas diversas realidades do mundo, o capitalismo teve uma maneira peculiar no seu desenvolver, através da articulação e adequação das decisões políticas aos interesses das classes dominantes, que, na maioria das vezes, ainda governam sobre as formas primitivas ou despóticas. Dessa forma, o capitalismo aproveitava-se de cada estrutura social para efetivar os seus interesses, quando o processo de produção e reprodução do capital não é mais viável, cria sua expansão de forma horizontal, buscando novos espaços para o seu desenvolvimento.

Nessa perspectiva vale destacar o caso da escravidão no Brasil. Os escravos naquele contexto histórico eram uma forma de renda capitalizada da terra, isto é, era uma mera mercadoria que permitia a exploração do trabalho e a produção de riqueza, gerando dividendos; quando a estrutura baseada no sistema escravocrata não era mais conveniente, devido as pressões sociais e econômicas, internas e externas, mudou-se a estrutura para um estágio mais avançado – denominado trabalho livre ou assalariado. O “trabalho livre”, consiste na relação em que o trabalhador recebe um pagamento pela venda de sua própria força do trabalho, e se difunde no processo de ampliação da estrutura da produção tipicamente capitalista, que se configura na expropriação de parcelas significativa de camponeses de sua terra, e na conversão desse a condição de ser “livre como um pássaro” (MARX, 1984), mas de terem que vender sua própria força de trabalho para não sucumbir, ficando à mercê das condições e disponibilidade de trabalho oferecido pelo mercado.

Por outro lado, a expansão das relações capitalistas de produção não altera a estrutura de controle sobre a terra, sendo essa ampliada e conservada, por via da

propriedade privada (via titulação estabelecida por meio da compra e venda), que também expropriou e negou/nega a terra para reprodução de centenas e milhares de camponeses, como o que ocorre no Brasil, por exemplo. Assim, na permanência e reprodução da grande propriedade fundiária – controlada nas mãos de uma classe que extrai renda da terra, essa se mantém concentrada, almejando produzir em maior quantidade, visando, sobretudo, a exportação, ou seja, atender o mercado dos países centrais do capitalismo.

No período do capitalismo concorrencial, houve um embate desigual entre agricultura e a indústria, pois a última cobrava preços altos pela aquisição de seus bens (máquinas e insumos), o que era necessário para manter a qualidade da produção agrícola, enquanto essa vendia os seus produtos a custos baixos, como consequência desse desequilíbrio nos países imperialistas, aconteceu uma transposição para o mercado internacional. Implementa-se o estabelecimento de uma divisão social e territorial do trabalho desigual, fomentando desigualdades sociais e espaciais, caracterizando o comércio em produtos primários (agrícolas) e produtos manufaturados (industrializados). E a resposta ou solução para esse desequilíbrio, surge a partir de ações baseadas no capital monopolista, que promove o monopólio da produção, ou seja, a circulação está subordinada à produção, dentro de uma lógica do capitalismo na indústria. Esse processo pode ser representado pelo modelo agroindustrial, assim sujeitando o trabalho que se dá no espaço agrário em detrimento da produção industrializada.

Mesmo dentro dessa nova dinâmica econômica o capitalismo não produz relações estritamente capitalistas no campo. O camponês submetido aos elos mais frágeis da economia, agora endividado e dependente de recursos do Estado para desenvolver a produção, seguindo o princípio da especialização contínua e a alta produção e produtividade, vive a intensificação de uma relação de dependência entre o monopólio e a produção camponesa. Dessa forma, ocasionando uma ascendência do camponês ultra especializado no mercado internacional, continuando subordinado e explorado pelo capital monopolista e paralelamente há o aumento da concentração da terra, como o que ocorre no Brasil, levando a novos processos de expropriação dos que ‘não se adaptam’ ao apetite voraz do mercado ou permanecem na terra com maiores dificuldades de obter uma produção autônoma, definida a partir de suas próprias necessidades.

Oliveira (2000) argumenta que as relações de produção são frutos das relações estabelecidas entre os homens no processo de produção social. No seio da manutenção de produção e reprodução das relações capitalistas, há uma influência muito grande do fator ideológico. Legitimador de tais valores, o Estado propagandeia a ideia de igualdade e liberdade, pois somente cidadãos nessa condição de igualdade podem celebrar um contrato que legitime sua equidade na venda e compra de sua própria força de trabalho, como mercadoria, essa que, por sua vez, é a única capaz de produzir outras mercadorias, recebendo um pagamento por essa venda (salário), o que condiciona o indivíduo a um estado estático socialmente, ao vê-se obrigado a retornar a essa condição para garantir sua reprodução. Concretiza-se, assim, um processo de formação ideológica que faz com que o trabalhador se sinta fora do processo de produção de riquezas, aceitando facilmente sua condição social (alienação).

Não se vê como é, mais como parece ser, como igual e livre; não como se o capital dependesse dele, do seu trabalho, mais como se ele dependesse do capital. Ele se torna estranho de sua própria obra, além de se alienar, de entregar o seu trabalho, ele também se aliena, se entrega. É isso que se quer dizer quando se fala de alienação do trabalhador na sociedade capitalista. Ele não aparece como criador da riqueza, do capital, mas como criatura desse mesmo capital. As suas relações sociais e o mundo em que vive lhe aparecem exatamente ao contrário do que são, completamente invertidos, completamente de cabeça para baixo, completamente mascarados. O homem não aparece aí como pessoa, se não em um limitado sentido de que é ele mesmo produto humano da troca. Não é a sua pessoa que importa no capitalismo, mas a mercadoria que a sua pessoa pode vender ou pode comprar, a força de trabalho, as mercadorias em geral. Entre uma pessoa e outra interpõe-se a coisa, objeto, a mercadoria. Não são as pessoas que se relacionam entre si; são as coisas que o fazem na troca, por isso e que as relações entre as pessoas aparecem no capitalismo, como se fosse relações entre coisas e as relações entre as coisas, as mercadorias é que surgem como se fossem relações sociais entre as pessoas. (MARTINS, 2000 apud OLIVEIRA, 1981, p. 156-157).

No processo de reprodução da produção camponesa, Oliveira (2000) aponta três componentes fundamentais: os proprietários que especulam a terra como mercadoria, e na comercialização acaba fomentando, contraditoriamente,

possibilidades para recriação do camponês-proprietário; o segundo agente seria o Estado, que com suas políticas de colonização e fixação do homem e a mulher no campo, garante condições mínimas e conflitantes para que o camponês se reproduza (o que, em geral, se faz através das lutas sociais implementadas pelos camponeses – por via movimentos sociais e entidades organizativas); e o terceiro condiz a organização do campesinato, encontrando através das cooperativas e associações, um instrumento de defesa contra os comerciantes que exploravam a sua produção.

2.1.1 A reprodução camponesa no sistema capitalista

Conforme já apontado anteriormente, nos modos de produção anteriores ao capitalismo, a produção de riquezas se desenvolvia no espaço do campo e parte se destinavam para as cidades que não possuíam ainda a importância da produção das riquezas, apenas se apropriava de parte delas, algo que será transformado drasticamente pela força do capital com o processo de industrialização.

Com a fase inicial do processo de Industrialização o capitalismo intensifica suas relações de produção, exploração e expropriação, não somente na cidade, mas também no campo, estabelecendo novas relações e se apropriando das riquezas já existente (terra, meios de produção e força de trabalho). Marx (1984) em O capital, dedica um capítulo de sua obra para entender o que denomina: “A assim chamada acumulação primitiva”, que se constitui em uma crítica a forma que era descrito ou justificado o acúmulo de riqueza por parte do capital e da nova classe que ascendia socialmente: a burguesia. Ele descreve todo esse processo, de modo crítico, como “primitivo”, no contexto em que iniciou, enfatizando toda a dinâmica de expropriação dos trabalhadores camponeses, impossibilitando a sua condição de produção e reprodução no campo. Assim, podemos afirmar, segundo Marx:

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre

crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de realização do trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 1984, p. 262).

Considerando o contexto histórico em que iniciou o processo de acumulação primitiva do capital, que ocasionou na consolidação de uma nova estrutura social, marcada por uma grande parcela de indivíduos destituídos dos seus objetos e meios de produção, tendo somente a sua força de trabalho como fonte de reprodução, surgem duas categorias de trabalhadores: de um lado, na cidade, a predominância do proletário que irá vender sua força de trabalho para os industriais (inicialmente) – que por sua vez quantificará um valor por esse trabalho e também expropriará o seu excedente (mais valia) e por fim pagará um salário, valor para suprir as necessidades mínimas de sobrevivência dos trabalhadores e, por outro lado, no campo, o camponês que ainda permanece e desenvolverá seu trabalho na condição de “autônomo” e terá no fruto do seu trabalho (convertido em mercadoria) a condição para a sua reprodução. Mas essa estrutura social começa a passar por profundas transformações com o desenvolvimento da produção capitalista no campo, a fim de atender às determinações do modo de produção que passa a se concentrar, sobretudo, na cidade.

Esse processo da acumulação primitiva vai alterar as relações de produção do campo e da cidade, e com isso também cria novas classes sociais e específicas desses espaços, como os arrendatários capitalistas, os proprietários fundiários, a burguesia industrial, a pequena burguesia e os trabalhadores assalariados. A acumulação do capital é a própria reprodução privada burguesa, e com ela as classes sociais que as personificam. (ROCHA, 2018, p. 53).

A acumulação primitiva do capital que se iniciou principalmente com o processo de expropriação dos meios de produção dos camponeses, marcados pela

destituição das suas terras e equipamentos, deixando “livres ou iguais juridicamente” detentores apenas de sua força de trabalho para se desenvolverem nessa nova realidade de avanço do capital. Obrigando essa parcela da população a se deslocar para a cidade, destacados por Marx (1984) como um dos momentos mais violentos e brutais da humanidade e, posteriormente, referendado por Engels (2013), quando descreve a situação degradante desses trabalhadores, agora parte de uma nova classe que surgia – o proletariado, nas principais cidades da Inglaterra.

(...) esses recém libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. E a história dessa sua apropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo. (MARX, 1984, p. 262).

Uma nova organização social que de um lado não deixava qualquer possibilidade e condição para reprodução no campo, e do outro lado criando um mundo aparente e de ilusão, no qual a cidade seria o novo mundo pregado e oferecido pela classe burguesa que emergia ao poder do capital. Um mundo de realização de sonhos e oportunidades para todos, que, em sua essência, se apresentava igual juridicamente, no qual dois indivíduos iguais juridicamente poderiam celebrar um contrato de compra e venda da força de trabalho, estabelecendo a relação clássica do capitalismo, a compra da força de trabalho, por meio do salário (esse calculado a partir da compreensão do valor necessário para sobrevivência e reprodução do indivíduo); porém, em sua essência, esse mundo refletia uma estrutura social totalmente desigual e contraditória, ficando evidente que uma real desigualdade social se transforma em igualdade jurídica para o capitalista. Sendo que o acúmulo da riqueza só seria possível através da expropriação da força de trabalho, na forma de trabalho não pago e no acréscimo de valor no tempo de produção e comercialização dessa mercadoria transformada em dinheiro, e posteriormente em capital. Desse modo, tornando-se claro que o processo de expropriação do camponês e a base de toda a pirâmide do estabelecimento desse novo modo de produção. Então, quanto maior o volume de trabalho não pago, maior o acúmulo de riquezas, por isso na prática se desenhava

uma realidade cruel, desumana, desigual e contraditória, mas bem articulada.

Como afirma Engels (2008) em A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, os camponeses foram brutalmente forçados pelas forças capitalistas a deixarem seu espaço, através da pressão do mercado e do Estado pelas compras de terras, legitimada pela propriedade privada – os cercamentos. Essa parcela sai em busca de algo desconhecido, porém muito propagado como o Novo Mundo de justiça social, igualdades e oportunidades, o mundo possível através do processo de industrialização. As novas classes que emergiam nesse sistema – a burguesia e o proletariado, a segunda subjugada e chegando nesse novo mundo, logo percebeu que nem todas as suas fantasias poderiam ser parte integrante de suas vidas. Para Engels (2008):

(...) a burguesia não deve dizer a verdade: pronunciá-la equivaleria a condenar a si mesma. Muito mais numerosas foram as mortes causadas indiretamente pela fome, porque a sistemática falta de alimentação provoca doenças mortais: as vítimas viam-se tão enfraquecidas que enfermidades que, em outras circunstâncias, poderiam evoluir favoravelmente, nesses casos determinaram a gravidade que levou a morte. À isso chamam os operários ingleses de assassinato social. (ENGELS, 2008, p. 69).

Relegados a longas jornadas de trabalho e condições de subsistência e de habitação totalmente insalubres, realidade expressa nos casos de povoarem os porões das cidades e dividirem ou ocuparem estábulos de animais, pois o novo mundo que surgia (as cidades) não estava pronto para receber essa massa de pessoas e muito menos lhe proporcionarem qualquer tipo de bem estar; pois o que estava no cerne da questão agora era a acumulação de riquezas, através da superprodução, que só seria possível através da expropriação de sua força de trabalho, e exploração de seu trabalho, em grande medida sob a forma de trabalho não pago.

Erige-se a cidade capitalista, produto e condição das desigualdades existentes e insuperáveis entre capital e trabalho. As desigualdades de classes promovem e reproduzem os espaços desiguais no campo (exploração do trabalho, concentração da propriedade privada da terra e sujeição da renda camponesa) e nas cidades (onde a concentração dessas contradições podem ser evidenciadas

nos espaços da riqueza e do consumo, *versus* os espaços de reprodução dos trabalhadores – as periferias urbanas).

Nessa nova dinâmica o camponês não deixa de existir, porém vivencia as profundas transformações ocorridas no modo de produção. Com o fenômeno da industrialização, o centro da produção das riquezas passa a ser as cidades, o campo continua com sua função de produção de alimentos e outros produtos da agricultura, além de atividades extrativas e minerais; mas, no contexto da industrialização da produção, deixa de ser o centro de produção das riquezas, a cidade passa a ter o papel da produção de riquezas e decisões políticas e militares (LEFEBVRE, 2001). Esse processo proporciona mudanças drásticas na dinâmica de produção e reprodução do espaço, tanto na cidade, bem como no campo. Isso não quer dizer que as forças capitalistas atuam somente nas cidades, o capitalismo se expande e se metamorfoseia, também, no espaço do campo, estabelecendo diferentes relações capitalistas e não capitalistas para se apropriar das riquezas oriundas e produzidas nesse espaço.

Sendo assim, o camponês, no processo de trabalho, não vende a sua força de trabalho diretamente ao capital, o que lhe propiciaria o salário, o mesmo se reproduz a partir da venda de seus produtos, transformados em mercadoria, passando a ter valor de troca e, conseqüentemente, transformada em dinheiro e, posteriormente, em capital. Assim, se dá o processo de apropriação da renda, do produto gerado na terra por meio do trabalho camponês, mas drenada, em grande medida para o capital e suas frações (produtivo, financeiro) mediante mecanismos de sujeição estabelecidos pelo mercado. Poderia se afirmar, em princípio, e em uma leitura aparente, que o camponês sim poderia se constituir em um trabalhador livre e autônomo (no sentido de que poderia direcionar e planejar sua produção em acordo com suas necessidades), porém essa afirmação não condiz com a realidade, devido a mercadoria, fruto do seu trabalho, está subordinada aos interesses e necessidades do capital. Segundo Moura:

Fazer essa análise do campesinato como classe social de modo capitalista de produção não significa ter um entendimento de que essa classe social é autônoma e que não está sujeita ao capitalismo. Pelo contrário, os camponeses fazem parte das chamadas classes subalternas (MOURA, 1986, p. 10).

Para Oliveira (1989), o camponês está inserido e se reproduz no modo de produção capitalista, devendo ser considerado como uma classe social do mesmo, no qual as relações não capitalistas são adequadas à reprodução deste sistema.

O capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução. (MARTINS, 1996, 19-20).

O campesinato, inicialmente, pensa no fruto do seu trabalho para a satisfação das necessidades básicas e a garantia de sua reprodução no campo. Oliveira (1989) destaca as seguintes fórmulas para exemplificar o destino da produção camponesa, pautada na relação $M - D - M$ (mercadoria – dinheiro – mercadoria), onde parte-se da produção obtida por meio do trabalho realizado na terra, essa produção é vendida e com o dinheiro adquirido com essa, se compra os demais produtos em que necessitam e não produzem; enquanto na produção capitalista seria $D - M - D$ (dinheiro – mercadoria – dinheiro) na sua versão simples, já na sua versão ampliada $D - M - D'$ (dinheiro – mercadoria – mais dinheiro); o que significa que a lógica não é a da reprodução da vida, a satisfação das necessidades mais vitais, mas a produção do lucro, mediante extração de horas de trabalho não pagos ao trabalhador. Essa mais-valia, apropriada pelo capitalista (o detentor dos meios de produção e os objetos do trabalho) se transforma em capital, reaplicado, em parte, no processo produtivo, fazendo crescer o capital inicialmente empregado. Assim, tem-se o lucro, objeto primeiro e último da produção do capital.

Além disso, outras frações do capital também se apropriam de parte da riqueza social gerada pelo trabalho, como o capital financeiro. Um exemplo disso pode ser observado no avanço do capitalismo no campo, algo que envolve, inclusive, o universo de reprodução camponesa. Para se inserir na produção dos produtos voltados aos interesses do mercado, o camponês obtém empréstimos bancários, a fim de adquirir os equipamentos e insumos produzidos via capital produtivo. Ao final do processo, ainda que não obtenha os resultados esperados

com a produção, terá que pagar os juros bancários, acrescentando esse capital, e o preço dos produtos agropecuários obtidos, aumentando o capital da empresa produtora e do comerciante – que também se apropria de parte do lucro. O que fica para esse camponês acaba sendo irrelevante em relação a todo trabalho que desempenhou, quando não fica em dívida e sobre a constante ameaça da perda da terra.

Nesse processo, importante apontar que embora interesse ao capital reproduzir e se apropriar da renda camponesa, não interessa reproduzir o caráter social de classe em luta, resistindo para permanecer na terra, conforme apontam as diversas experiências dos movimentos camponeses na América Latina e no Brasil, questionando o latifúndio e, até mesmo, as formas em que o capital se transverte no campo – a exemplo das modificações genéticas nas plantas, operadas no sentido de atender o aumento da produção e da produtividade, tão logo do lucro das empresas do agronegócio que atuam no campo, degradando a natureza e as forças sociais do trabalho (MESZAROS, 2002).

Assim, o que, efetivamente, interessa ao capital é reproduzir o sujeito, o indivíduo, não a classe e seu poder político. Nesse processo, o camponês tende a perder totalmente autonomia do seu ser social, se subordinando, inteiramente, ao mercado, tornando-se, junto com sua família, apenas força de trabalho para reproduzir o capital no campo. É desse movimento que nasce o conceito de agricultor familiar, como aquele totalmente integrado (diga-se sujeitado) ao mercado, em detrimento do conceito e do entendimento social e político que historicamente representa o ser camponês.

No campo teórico, a distinção elementar entre camponês e agricultor familiar, está estritamente no modo de relacionar o seu sistema de produção com o mercado, existindo algumas diferenças subjetivas que estão ligadas a concepções ideológicas de cada um.

Os termos camponês e agricultor familiar consistem em que o primeiro produziria estritamente para o autoconsumo, ou seja, desenvolveria uma produção dando prioridade para a subsistência da família, tendo autonomia frente as relações de mercado; enquanto o segundo direcionaria sua produção as necessidades do mercado, desta forma, almejando estabelecer relações

estritamente mercantilista que, diante da conjuntura econômica atual, subjugam-se aos interesses do capital, perdendo a sua autonomia. Na prática, contudo, há uma dinâmica social muito maior e mais complexa do que a diferença destacada acima. Além da representação ideológica que cada termo representa, eles também atendem a lógica de determinadas organizações sociais, sejam elas instituições governamentais ou privadas, movimentos sociais, assim representando uma relação entre capital e trabalhador(a) do campo.

Torna-se perceptível na construção teórica desses conceitos - camponês e agricultor familiar, que o campesinato ao longo da sua história é uma classe que se reproduz por meio da resistência em sair da terra de trabalho e de continuar produzindo nessa, não apenas no modo de produção capitalista, pois nota-se resquícios de resistência desde o feudalismo, sendo notório discutir esse fato dentro do modo capitalista nos dias atuais.

A dinâmica camponesa dificulta a implementação das relações capitalistas em seu espaço, isto é, a maximização do lucro entorno da produção, no que seria materializado através da territorialização dos valores tipicamente capitalistas no campo, porque além dos valores camponeses citados, em torno da produção, o mesmo possui princípios do cotidiano que produzem relações contraditórias aos valores capitalistas.

O termo agricultor familiar foi criado justamente para conotar uma ideia oposta ao conceito camponês, e assim negar a história de luta e resistência camponesa. Na verdade, essa distinção não condiz apenas ao campo teórico, como já foi explicitado anteriormente, existe uma grande repercussão social, a partir do significado desses termos. A diferença conceitual entre os termos fomentou-se tanto por parte do Estado, como das organizações sociais envolvidas na questão agrária.

Criou-se a ideia de que o agricultor familiar é o sinônimo de um homem moderno, preparado para a dinâmica capitalista, um trabalhador capitalista pronto para relacionar-se e ser mais uma engrenagem que dá movimento a nova dinâmica social da acumulação. Enquanto o camponês, sofre os preconceitos imbuídos na relação campo e cidade, também personifica a imagem do atraso e incapacidade de viver, diante da lógica do mercado capitalista. Essas distinções conceituais

variam desde os valores culturais, relações de trabalho, produção e mercado, até parcerias ou oposições com instituições particulares e governamentais.

Pode-se afirmar que atualmente esses termos representam uma face da luta, refletida no campo teórico, entre capital e as classes sociais subordinadas. Vale ressaltar que o camponês embora se reproduza, sobretudo por meio das relações não-capitalistas de produção, ainda que o mesmo ou parte de sua família se assalarie, em um determinado período, não está expropriado totalmente da terra, tendo certo controle dos instrumentos e do processo do trabalho.

Esse o camponês também está inserido, por outras vias – que não o assalariamento direto, no processo de reprodução ampliada do capital no campo, pela via da sujeição de sua renda ao capital produtivo e financeiro; em que, muitas vezes, o que consegue com o produto do trabalho serve, apenas, para pagar as parcelas ao banco – dos créditos e produtos que são levados a consumir. Assim, sua renda não mais lhe pertence, foi totalmente drenada, ampliando o capital dessas empresas. Essas evidências são concretizadas ao longo dos diversos momentos e processos históricos da humanidade, funcionando como um suporte, que consubstancia algumas relações em favor da cidade. Todavia, o essencial a se discutir é: quais são os objetivos primordiais de cada sujeito/classe dentro dessa nova dinâmica social, tão injusta e desigual? Assim, o termo agricultor familiar, por um lado, vislumbra como uma maneira de legitimar e facilitar a implementação dos interesses capitalistas, mediado pelo papel do Estado. Tendo como pressuposto essa distinção conceitual, vale destacar, ainda, dois termos que constroem uma analogia para os termos aqui apresentados, mostrando a real situação e interesses implícitos a estas conotações. Os termos são “rebeldes” e “domesticados”, sendo que o primeiro refere-se ao camponês, enquanto, que o segundo ao agricultor familiar (MANÇANO, 2000).

2.2 Da Economia Política, para a Geografia Agrária à Renda da Terra

Transpor a categoria analítica Renda da Terra da Economia Política para a Geografia Agrária em uma perspectiva marxiana é um grande desafio metodológico e analítico e utilizá-la para a compreensão do cenário de formação do espaço do campo brasileiro é maior ainda, onde o capital se desenvolveu de modo contraditório, baseado, na monopolização, territorialização de terras e na separação do produtor direto dos seus meios e instrumentos de produção, o que ocasionou em uma estrutura fundiária marcada pelo alto índice de concentração de terras, desigualdades sociais, destituição dos povos originários da posse de suas áreas e conflitos por terras.

A compreensão da categoria renda da terra permite compreender a composição da estrutura fundiária brasileira e mundial dada mundialização do capital que toma como movimento fundamental de sua existência a monopolização do território em escala global, pois, no jogo a propriedade da terra entra como renda capitalizada, antecipada, podendo ser vendida, comercializada, por players, commodities, e outras formas de articulação do capital em sua ânsia de ampliação, reprodução e acumulação. Lembremos que no modo de produção capitalista tudo e todos devem ser transformados em mercadorias. (NOGUEIRA, 2017, p. 25).

Segundo Nogueira (2017) o processo de expansão e ampliação do capital, especificamente no espaço do campo levou a desenvolver mecanismos de expropriação e apropriação das riquezas produzidas através do trabalho, ou seja, por meio do trabalho não pago, desse modo, seja através de subordinação ao capital – assalariamento, produzindo a mais valia ou através das relações mais complexas não capitalistas – a sujeição da renda da terra, assim engendrando diversos cenários aparentemente distintos da natureza do capitalismo. Independente da relação, mas sempre mantendo algo em comum, a extração do excedente do trabalho ou apropriação de parte do produto camponês, e contraditoriamente impulsionando a concentração de terras e meios de produção, outrora já retirados da classe camponesa.

A subordinação advém, sobretudo, da venda da força de trabalho para uns e da sujeição da renda da terra para outros. Isso permite ao capital por meio de suas estratégias subtrair do produto

excedente do camponês sua mais valia, aprofundando a concentração de terras. (NOGUEIRA, 2017, p. 25).

A categoria Renda da Terra é de suma importância para a Geografia Agrária no sentido de compreender a totalidade do processo de expropriação, apropriação e subordinação do trabalho excedente – a mais valia, do produtor direto, pelo capital, estabelecendo relações sociais capitalistas e ora não capitalistas no espaço social do campo.

Assim, a (re) produção do capital no processo de construção do espaço social do campo se desenvolve, a partir das relações de produção, mercadorias, circulação, distribuição e consumo. Todo esse processo calcado na subordinação ou sujeição do trabalho excedente e não pago do produtor direto, onde o capital em dado momento irá se apropriar dessa riqueza, por meio do trabalho excedente ou produto, assim ampliando e expandindo.

Para Lima (2017) a renda da terra é o valor – um tributo compactuado a partir das relações sociais de produção no campo, pago ao proprietário pelo uso de uma fração de terras, em determinado período, estabelecidas entre os sujeitos em determinados contexto histórico e espaço, no qual esse valor ele é representado e repassado para toda a sociedade, através do valor das mercadorias.

Também refletindo sobre a categoria renda da terra e sua relevância nos estudos da Geografia Agrária, Souza, Santos e Menezes (2017) baseando-se em Marx, destacam que renda é contabilizada a partir da diferença de capital aplicado e o retorno desse capital através do preço das mercadorias, o qual terá empregado os custos, mais a diferença para a maximização do capital:

“(…) é sempre a diferença entre o produto que se obtém por meio do emprego de duas quantidades iguais de capitais e trabalho” (...) acrescentadas “sobre a mesma quantidade de terra”. Isto é, iguais quantidades de capital e trabalho são empregados com resultados desiguais em duas superfícies iguais. Posteriormente, ocorrerá a metamorfose do sobrelucro produzido em renda fundiária. (SOUZA, SANTOS e MENEZES, 2017, p. 150).

A renda da terra é uma parcela da renda fundiária que se torna real a partir da garantia do direito à propriedade privada, essa que, por sua vez, será legitimada

de forma distinta e de acordo aos interesses da classe dominante vigente de dado contexto, através da força política-jurídica do Estado. Nesse cerne que se encontra a necessidade da posse da terra, pois a partir dele que se consegue o desenvolvimento das relações de produção e conseqüentemente o acúmulo de riquezas.

A renda fundiária é a forma pela qual a propriedade se realiza economicamente. Para que isso aconteça, faz-se necessária existência de grupos de pessoas/ classes que detenham o monopólio de dispor sobre determinadas partes do globo terrestre. (SOUZA, 2019, p. 146 apud MARX, 2004)

Não podemos confundir a renda da terra como algo intrínseco ao modo de produção de capitalista, mas ela está na raiz do direito à propriedade privada. Tendo uma grande relevância no sistema produtivo feudal e sendo a força motriz no desenvolvimento do capitalismo no campo.

O monopólio da propriedade da terra é pressuposto histórico e fica sendo base constante do modo capitalista de produção, como de todos os modos anteriores que se fundamentam de uma forma ou de outra na exploração das massas. Mas a forma de propriedade fundiária que o sistema capitalista no início encontra não lhe corresponde. Só ele mesmo cria essa forma, subordinando a agricultura ao capital. (MARX, 2008, p. 826).

Considerando o contexto atual do processo de mundialização da agricultura e a territorialização do capital no campo, onde se produz uma gama de relações baseadas na subordinação e sujeição ao capital, bem como pensar em alternativas que minimizem ou superem esse campo de desigualdade, necessita-se compreender na sua essência a renda da terra como algo ligado diretamente ao direito à propriedade privada da terra, que permite a compactuação de cobrança pelo uso da terra, e o roubo do trabalho alheio.

Por seu turno, o entendimento da renda da terra requer de antemão o reconhecimento da importância da propriedade privada, da inserção cada vez mais acentuada da tecnologia nas relações de produção contemporânea, e ainda, acima de tudo, do conhecimento da lei de valor enquanto lei geral da acumulação capitalista. Requer também a compreensão da forma com que cada vez mais o capital subordina a renda da a seu interesse (CARIO e BAZUELO, 1986, p.32 apud NOGUEIRA, 2017, p. 14)

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro é marcado pelas relações sociais estabelecidas, sobretudo, por: camponeses (esses que possuem uma diversidade significativa em suas formas de reprodução), o arrendatário (que, em geral, é um proprietário - latifundiário) e o capitalista (que investe dinheiro no campo, para reproduzir seu capital). O camponês encontra-se ligado, diretamente, ao processo de produção e cuidado com a terra. O proprietário fundiário, em geral, desenvolve alguma atividade econômica na terra por meio do emprego do trabalho alheio (sendo esse assalariado ou não), se apropriando, pela condição de proprietário da terra, de toda riqueza produzida por meio do trabalho coletivo – de homens e mulheres, ou, simplesmente, arrenda a terra ao capitalista, ou, ainda, mantém a terra como reserva de valor. Já o capitalista tem por propósito, nessa relação, transformar a agricultura em mais um setor de expansão de seu capital, ao emprega-lo no campo para retirar maior quantia ao final do processo produtivo – o lucro, que é sua razão de ser. Entretanto, é preciso reconhecer que embora as classes proprietárias atuem no campo objetivando seus interesses, o proprietário fundiário a renda, e o capitalista o lucro, e que ambos advêm do trabalho, da riqueza produzida pelo conjunto dos trabalhadores, esses personificam realidades distintas, que, por vezes, também, se estabelece em uma relação conflituosa, vez que cada uma quer abocanhar maior parcela da riqueza produzida pelo trabalho.

O capital estrategicamente articula estas questões no campo, recria-se e define como se dão no espaço geográfico as relações sociais. Entende-se, portanto, que através da produção/ reprodução do capital, da geração da mais-valia e da reprodução do trabalho humano ocorre a transformação do território. No campo brasileiro esse movimento capitalista possibilitou a industrialização da agricultura permitindo a apropriação da renda da terra (OLIVEIRA, 2004, p. 15 apud NOGUEIRA, 2017, p. 14).

Por outro lado, o avanço do capital no campo, no Brasil, foi baseado em um processo contraditório e desigual de rentismo fundiário e formação de latifúndios, que ao invés de se tornar uma barreira para o seu desenvolvimento, na verdade se tornou uma atividade altamente rentável, devido ao corporativismo da classe

dominante, em que, muitas vezes, o capitalista se tornou proprietário fundiário e vice versa.

Nogueira (2017) afirma que dentro do modo de produção capitalista onde o camponês se encontra expropriado de seus meios de produção e aparentemente subjugado às relações capitalistas, mas, na verdade, dentro de uma perspectiva de avanço e ampliação do capital, gera relações não capitalistas que buscam formas distintas de apropriação do excedente de seu trabalho, seja por meio da força de trabalho ou parte do produto do trabalho (mercadoria). Assim cita:

Nesse sentido, observamos que o capital dentro de seu processo de ampliação e expansão no campo, produz relações não somente capitalistas, como aquelas vislumbradas nas indústrias, onde há a apropriação formal do excedente da força de trabalho dos trabalhadores e por conseguinte a remuneração por meio de salários. No campo através das forças produtivas geram relações não capitalistas, essas não perdem os princípios e a gênese de contradição, exploração, expropriação, apropriação e desigualdade combinada do modo de produção capitalista. Assim, observamos:

Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não capitalistas de produção se dá, sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura; ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É nesse contexto que devemos entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital. (OLIVEIRA, 1986, p. 67).

De modo sintético, a sujeição da renda ao capital é um processo que acontece a partir de relações não capitalistas no espaço do campo, no qual o capitalismo em seu movimento de expansão e ampliação desenvolveu relações sociais que permitem se apropriar em dado momento do excedente ou fruto do trabalho do produtor direto, seja o excedente da força de trabalho ou através da mercadoria produzida, diferente da indústria em que há apropriação direta – formal, através da mais valia.

Na prática a fundamentação da subordinação do campo ao capital passaria por um processo de proletarização, no qual os camponeses, agora expropriados

dos seus meios de produção e instrumento do trabalho, teriam apenas sua força de trabalho para vender aos capitalistas, assim se condicionando ao processo de assalariamento e subordinando-se ao capital através da apropriação formal. Já os capitalistas pagariam uma parte aos proprietários de terra (arrendatários) pelo uso da terra por determinado período, e por fim os capitalistas se apropriam da renda através da venda das mercadorias vendidas, onde estariam embutidos os custos e o sublucro no preço para obtenção de lucro. Como defendem:

O pressuposto sobre qual se sustenta o modo de produção capitalista estabelece, em princípio, que os verdadeiros agricultores sejam assalariados, empregados pelo capitalista-arrendatário, que por sua vez exerce a agricultura como campo específico de exploração do capital. Já o capitalista paga o proprietário da terra o direito de explorá-la. A soma é paga em dinheiro pelo capitalista-arrendatário ao proprietário fundiário e é previamente definida por meio de contrato, assim tornando-se renda fundiária. (SOUZA, SANTOS e MENEZES, 2019, p. 147).

É relevante a compreensão de como a renda fundiária é produzida e distribuída no campo a partir dos mecanismos capitalistas e não capitalistas, mas, inicialmente, precisamos entender os elementos que fazem parte dessa estrutura social e o modo que eles participam desse processo.

Há uma discussão polêmica e divergente dentro da geografia agrária na corrente marxiana sobre quais são as classes e sujeitos existentes no campo, a partir do processo de modernização da agricultura, mas, partiremos de uma base conceitual, contextualizando para a realidade camponesa do Brasil, assim:

(...) Marx (1984) deixa clara a existência de três classe sociais: os capitalistas - que vivem da extração do lucro -, os proprietários fundiários – que extraem a renda – e os trabalhadores – que vivem do salário, da venda de sua força de trabalho. José de Souza Martins, em o Cativo da Terra, chama atenção para o fato de, no Brasil, o capitalista e o proprietário fundiário muitas vezes constituem-se na mesma pessoa, ou seja, auferem renda da terra e lucro. (SOUZA, SANTOS e MENEZES, 2019, p. 149).

O capital desenvolve-se no espaço agrário brasileiro de modo tão severo e cruel, em conservar as estruturas e manter as relações sociais baseadas na exploração e desigualdades que, ao longo do tempo, se metamorfoseou, de acordo as expressões sociais diferentes no tempo, gerando peculiaridades na realidade

brasileira. Nessa perspectiva, Nogueira (2017), tomando por base as reflexões de Oliveira (1986) analisa a produção do espaço agrário brasileiro do seguinte modo:

(...) Oliveira sustenta que a modernização não extinguiu o camponês, pelo contrário, tornou-se sua contradição e condição de existência. Dessa forma, o camponês não se integra ao sistema capitalista pela via de modernização, isto é, o camponês não se tornaria empresário rural capitalista sob a possibilidade de se duplicar, ou seja, formaria uma classe de camponeses rica e outra classe de camponeses pobres propensos ao assalariamento, isto é, à proletarização (...) o camponês é um trabalhador subjugado pelo capital, e dessa forma, tanto o latifundiário quanto o camponês devem ser entendidos como de dentro do capitalismo. (NOGUEIRA, 2017, p. 16).

Sabemos da importância da construção teórica para desenvolvimento da ciência, mas jamais podemos abandonar o princípio dos estudos teóricos que são, de algum modo, voltados para contribuir na melhoria da vida social – prática. Assim, qualquer discussão que desconsiderar a existência do camponês, no campo brasileiro, e mesmo em outros lugares do mundo, estará descolada da realidade, que é a base do método e da análise adotada por esta dissertação. Não podemos desprezar a figura do sujeito que possui diversos sentimentos subjetivos pela terra (pertencimento, cuidado, vivência, valores sociais e particulares) e relação de trabalho que não se resumem somente aos valores capitalistas, voltados à exploração e expropriação do trabalho e a obtenção de lucro.

Para Marx (2008) a renda da terra é analisada em fases distintas e em modo de produção diferente, de acordo ao processo de evolução da relação de trabalho, destacando o feudalismo e capitalismo: a pré-capitalista e a capitalista. No Feudalismo ainda percebemos uma relação direta do camponês com a terra e os meios de produção e “uma aparente autonomia e liberdade”, já na fase capitalista se caracteriza a expropriação dos meios de produção e dos instrumento de trabalho do camponês, o que Marx chamou de Acumulação Primitiva.

Para Nogueira (2017), com base no pensamento marxista, a fase pré-capitalista pode ser definida em três formas de parceria entre o produtor direto – camponês e proprietário – arrendatário: 1) Renda em Trabalho – que se constitui

na forma mais simples, onde o trabalhador pagava pela utilização das terras em forma de dias de trabalho ao proprietário e não tinha nenhum controle sobre a produção total. Ainda:

A renda em trabalho, segundo Marx, constitui-se na forma simples de renda fundiária e consiste no fato de o produtor direto (cujo instrumentos de trabalho lhe pertencem, mas não a propriedade da terra) trabalhar dias da semana em um pedaço de terra definido para seu consumo familiar e outros dias da semana na propriedade do senhor fundiário, sem remuneração para tal. Portanto, essa renda espelha o mais trabalho não pago apropriado pelo detentor proprietário dos meios de produção. (SOUZA, SANTOS e MENEZES, 2019, p. 163).

A segunda forma de renda não capitalista apontada por Marx (1984) é a renda em produto – uma forma intermediária – que consistia no pagamento em forma de produtos oriundos da produção pelo uso da terra. Nessa fase já se tinha um certo avanço na produção, isto é, deveria haver uma produtividade mínima que garantisse a sua sobrevivência e das classes proprietárias.

A renda em produtos, segunda forma de renda pré-capitalista, não altera em termos a essência da renda fundiária com base na renda em trabalho. Consiste o mais-produto naquilo que o produtor direto deve entregar ao proprietário, uma vez que a terra, enquanto condição indispensável do trabalho, encontra-se em propriedade alheia, personificada no proprietário da terra (...) a renda em trabalho requer um estágio mais desenvolvido do trabalho e da sociedade, já que o mais trabalho não mais se faz sob a vigilância do proprietário da terra, mas sob a própria responsabilidade do trabalhador. (SOUZA, SANTOS e MENEZES, 2019, p. 163).

A terceira forma de renda não capitalista apontada por Marx (1984) é a renda em dinheiro – que seria a fase inicial do processo de rentismo fundiário e avanço do capitalismo no campo, isto é, o produtor direto – o camponês tinha uma maior autonomia sobre o processo de produção, desde o cuidado com a terra, até a produção, o transporte e a venda, no qual obteria o valor em dinheiro da produção e pagaria ao proprietário da terra, em dinheiro, pelo uso e período da utilização da terra.

A renda em dinheiro se originada metamorfose da renda em produto, assim como esta representa uma metamorfose da renda em trabalho. Assim, o produtor direto, em vez de pagar em produtos, tem que pagar o preço dele em dinheiro, ao proprietário das terras. Dessa forma, um excedente de produtos (forma natural) já não basta, é necessária sua conversão em forma-dinheiro, ou seja, parte do seu produto precisa servir como meio de reprodução (para o proprietário) e parte como meio de subsistência (para o produtor direto). (SOUZA, SANTOS e MENEZES, 2019, p. 164).

Vale destacar que mesmo que o processo de rentismo de terras tenha se iniciado no período feudal, no capitalismo essa avança e se complexifica. Essas formas, apesar da relação aparentemente ser semelhante, não são iguais, posto que, no feudalismo, o regime de parceria era diretamente entre o proprietário e o camponês, já no capitalismo era estabelecido o contrato entre o proprietário e o capitalista onde se fortalece o papel da força política jurídica do Estado – em garantir o contrato e o direito à propriedade.

Para a análise da renda da terra no modo de produção capitalista, Marx (2008) parte do princípio que a renda está ligada diretamente ao direito à propriedade privada e, conseqüentemente, na sua relação econômica de produção que promova a produção de mercadorias metamorfoseadas em lucro – que se transforma em capital. Assim, a renda da terra é o resultado do investimento em partes iguais de capital e trabalho, sobre a mesma área de terras, no final através da conversão da mercadoria em dinheiro e, conseqüentemente, em lucro. Desse modo, ele destaca inicialmente a renda em dois tipos: Renda diferencial I e Renda diferencial II, as quais veremos as definições a seguir.

A renda diferencial I pressupõe os valores naturais ligados diretamente a terra, ou seja, as condições naturais que a propriedade pode oferecer em um primeiro momento – dentro do âmbito da cadeia produtiva, que proporcione uma diminuição de custos e uma elevação da mais valia e, conseqüentemente, uma obtenção maior de lucro. São aqueles que não dependem diretamente da intervenção humana ou dependem de algum tipo de ação para que seja aperfeiçoados, benefícios construídos ao longo do tempo, tais como: a fertilidade do solo, a topografia dos terrenos, a disponibilidade de água e a localização das propriedades, como argumentam:

(...) a renda diferencial I estão a fertilidade natural do solo, sua localização, a distribuição de impostos, as desigualdades do desenvolvimento da agricultura em diferentes regiões e a desigualdade investida pelo capital entre os arrendatários. (SOUZA, SANTOS e MENEZES, 2019, p. 150).

Poderia ser erguido sobre a melhoria da qualidade físico e química do solo, existe essa possibilidade, principalmente com o avanço da agricultura vinculada à produção industrial, em que ocorre um grande investimento na implementação de novas tecnologias, com o intuito da alta produtividade. Com base nessa lógica que se firma o conceito da renda diferencial I. Para que essa condição ocorra deve-se, haver investimento de capital, e quando há afirmação sobre a renda diferencial I é justamente sobre as condições naturais ofertadas.

(...) para Marx, a sua propriedade objetiva sempre implicará em uma relação econômica, ou seja, um certo estágio de desenvolvimento químico e mecânico da agricultura que, modificado, se for o caso, poderá eliminar os obstáculos que tornavam menos rentáveis os terrenos (de igual fertilidade). Melhorias artificialmente introduzidas na composição do solo podem transformá-las em menos ou mais fértil. (SOUZA, SANTOS e MENEZES, 2019, p. 150).

Segundo os autores, a renda diferencial II é fruto do processo de expansão e reprodução do capitalismo na agricultura – que pressionado por uma maior concorrência, produção de alimentos em atendimento as demandas das cidades, e principalmente pela ampliação do capital, busca por novas terras, até mesmo, menos produtivas, assim aumentando os investimentos para que atividade se torne lucrativa. A renda diferencial II está ligada diretamente ao aporte de capital investido em propriedades que ofertam menores condições de produtividade, para obter uma maior produtividade e atingir um lucro médio na produção.

A renda diferencial II é extremamente presente na agricultura moderna que é baseada na concorrência entre grandes propriedades, produção de grandes volumes, isto é, da alta produtividade, afim de minimizar os custos e maximizar o lucro médio da produção.

Conforme, Souza, Santos e Menezes (2019), Marx ainda destaca mais dois tipos de renda da terra: a renda Absoluta da Terra e Renda da Terra de Monopólio.

As duas possuem os mesmos princípios de exploração da terra e a extração de lucro sobre o processo produtivo. A primeira possui um caráter especulativo sobre a propriedade da terra e a segunda está voltada a exclusividade de produção de determinados produtos.

A renda Absoluta da Terra está intrínseca ao poder de posse da propriedade da terra por determinadas classe de produtores, que em determinados momentos podem regular o preço médio das mercadorias para toda sociedade, devido possuir o controle de produção, em que podem auferir valores maiores sobre os preços médios dos produtos, afim da obtenção de uma maior renda.

A renda da terra de monopólio é um lucro extra embutido no processo de produção da mercadoria, pelo fato da exclusividade, limitação ou restrição da produção de determinados produtos. É uma produção de mercadorias que busca atingir um público de mercado específico, em sua grande maioria que possui um poder aquisitivo maior para pagar por essa “exclusividade”. Atualmente vemos esse tipo de renda nos produtos com a denominada Identidade geográfica – IG, exemplos de tipos de vinho, queijo, café, etc.

2.2 O processo de sujeição da renda camponesa e a ação do capital financeiro

A fim de compreender como no modo de produção capitalista se dá os mecanismos de sujeição da renda da terra camponesa, cabe realizar algumas considerações em torno da categoria renda da terra, que, grosso modo, se constitui, segundo Marx (1984), em um processo de apropriação de determinadas porções do globo terrestre, mediante propriedade privada sobre essa, dando aos senhores proprietários dessa o direito legal de se apropriar de toda a riqueza produzida nessa, ou ainda a possibilidade de arrendar essa terra, colocando-a a disposição da produção agrícola, desde que obtenha uma renda, um aluguel pelo uso dessa. Se considerarmos uma empresa capitalista, por exemplo, que não se territorializa no campo, ou seja, não adquire grandes propriedades para difundir a produção, mas arrenda uma terra de um proprietário fundiário, pagando um verdadeiro tributo a esse, a renda da terra – é o que garante o seu uso econômico.

Assim, o proprietário não precisa fazer nada para obter uma renda, que em geral é oriunda de parte da produção efetivada na terra por meio do trabalho. Essa realidade da propriedade fundiária, fez Marx (2004) considerar essa classe proprietária uma verdadeira parasita, cuja renda não lhe demanda nenhum esforço.

Em outra publicação, Marx (1984) vai apontar que as formas de produzir riqueza na sociedade capitalista são o direito e o trabalho. O trabalho mediante a expropriação camponesa e a subsunção do mesmo ao capital, e o direito mediante a constituição da propriedade privada – que dá as classes detentoras da propriedade, inclusive da terra, a possibilidade de se apropriar de parcelas da riqueza social efetivada pelo trabalho.

Mas, não se esquecendo das contradições que configuram a forma de expansão do capital no campo, reconhece-se, como já apontado neste texto, que a classe camponesa se reproduz no campo brasileiro, vivendo do trabalho familiar, em geral, em pequenas propriedades. Nesse caso, conforme apontado por Souza (2008), embora o campesinato atual possa, em parte, deter a propriedade privada da terra, é o uso, e não a extração da renda da terra que configura sua reprodução social. Ou seja, esses vivem do próprio trabalho na terra e não da exploração do trabalho de outros. Assim, a renda camponesa da terra, por meio do trabalho familiar, é a principal condição de reprodução social do campesinato, inclusive no Brasil; não podendo, assim, ser colocada no mesmo prisma do grande proprietário fundiário – que em geral não trabalha a terra, explora a renda mediante trabalho dos outros.

Considerando o processo de extração da renda da terra em uma sociedade capitalista – configurada pela apropriação privada sobre essa nas mãos das classes proprietárias, Oliveira (2000), aponta como uma categoria fundamental, especialmente no estudo da agricultura, podendo ser denominada de renda territorial ou renda fundiária, transformada em lucro extraordinário e permanente, produto da mais valia para aqueles que a controlam. Desta forma, apresentando três modos distintos sobre renda da terra: renda diferencial, resultado da concorrência do sistema produção capitalista, sendo produto de caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo; enquanto a renda absoluta provém do estágio monopolista e é resultado da posse privada do solo e da

oposição existente entre o interesse do coletivo; e uma terceira renda seria relativa ao monopólio, também um lucro suplementar derivado de um preço de monopólio, de uma certa mercadoria produzida com exclusividade.

De acordo com Souza (2008) para se entender os mecanismos de apropriação e extração da renda da terra há que se considerar a concentração da terra, sob a forma da propriedade privada de determinados grupos/classes sociais que dessas se apropriam, podendo usá-la como bem quiser, ou mesmo mantê-la como forma de especulação e valorização; sendo, esse processo, produto do monopólio de uma classe, sobre o meio de produção - terra, por isso, entende-se que a concentração da terra segue os mesmos objetivos exploratórios do capital, mas esse extrai trabalho não pago, o outro, pelo fato de ser proprietário da terra, se apropria de parte do trabalho, de toda riqueza nessa produzida, por deter o título legal da terra, ainda que não derrame uma gota de suor oriunda de trabalho.

Assim, para Oliveira (2000) a concentração da propriedade fundiária é uma forma de aumentar o poder de extração da renda, via fração da mais-valia social, sem participar do processo produtivo. Diante dessa visão, aponta para a realização da reforma agrária, em países com forte concentração fundiária e graves problemas sociais – como no Brasil, como um paliativo que poderia proporcionar terra e trabalho para quem deseja nessa trabalhar, inferindo na concentração fundiária, sem, necessariamente mexer no edifício da acumulação do capital; solucionando mais os problemas do capitalismo como um todo, do que os problemas da agricultura em particular.

Nessas circunstâncias, nota-se, aparentemente, a intrínseca relação com o Estado ou essencialmente a subordinação ao capital para a resolução dos entraves sociais do campo. Assim, parte dos camponeses passam a se organizar para lutar por seus direitos e a conscientizar aqueles que os desconhecem. É essa a realidade propiciadora para o aparecimento de movimentos de resistência a expansão e ampliação do capital no campo – que lutam não só pelo acesso à terra, mas, também, por uma melhor condição de vida no campo.

O desenvolvimento das relações do modo de produção capitalista, especificamente no espaço agrário, é que nos mais diferentes contextos históricos e territórios, a lógica do capital gerou uma capacidade de mutabilidade no processo

de produção e reprodução ampliada dos seus valores, desenvolvendo-se de forma contraditória, desigual e combinada.

No que se refere ao processo de reprodução camponesa, pode-se compreender que para esses a terra é condição de reprodução da vida, por meio do trabalho realizado pela família. Isso se dá porque, em geral, controlam pequenas frações de terra, não servindo essas para o arrendamento ou a especulação, sendo condição de vida.

Por outro lado, o processo de expansão do capitalismo no campo se deu na mesma lógica do que aconteceu nas indústrias, a partir da expropriação dos objetos e meios de produção dos trabalhadores e camponeses e a reprodução desses a partir da exploração do trabalho, mediante, sobretudo, o trabalho assalariado. Porém, surge um elemento nessa relação que é a Terra, essa que não pode ser entendida como capital, e nem como um meio de produção, como elucida Martins:

A terra não é produto não é produto do trabalho assalariado nem de outra forma de trabalho. É um bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho (...) A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é. (MARTINS, 1983, p. 160).

Mas, a terra, no capitalismo, passa a ser mercadoria, tem um valor social e, ao mesmo tempo, se constitui em um entrave para o sistema se apropriar da força de trabalho do camponês, assim como o faz no processo de assalariamento. Sendo assim, passa existir várias relações de apropriação da terra, em que essa pode ser vendida, arrendada, alugada ou até mesmo ocorrer a apropriação dos bens produzidos no processo de circulação das mercadorias que passam a ser revertidos em renda da terra.

Assim o modo de produção capitalista também promoverá relações não capitalistas, enfatizando que o mesmo em sua essência não é meramente um sistema de produção de mercadorias, mas sim de exploração do trabalho que gera

a mais valia, que tem sua efetivação na troca da mercadoria pelo dinheiro, assim concretizando a sua reprodução ampliada.

Desse modo, o capitalismo promoverá relações que diretamente ou indiretamente o camponês fique dependente do sistema, causando uma aparente sujeição formal do trabalho, porém a situação circunscrita vai além da separação do trabalhador e os meios de produção, como acontece nas indústrias. Nessa condição, o produtor continua e resiste em suas terras e ainda possui os seus meios de produção, porém apresenta uma grande dependência que vai desde o que, como e quando produzir e para quem comercializar, tendo toda a sua cadeia produtiva dependente dos mecanismos do mercado. Para Martins:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. (MARTINS, 1983, p. 175)

A sujeição da renda da terra é a forma que o capitalismo desenvolveu para expandir e extrair o lucro pela utilização da terra, que pode ser desde a compra, aluguel e arrendamento da terra em lugares viavelmente econômicos ou pela junção do capital e o proprietário da terra, no qual desenvolve mecanismos de exploração que vai desde empréstimos bancários, até o domínio no processo de circulação de mercadorias, em que se apropria da mercadoria agrícola por preços baixos e gera uma mais valia indireta, sobre a mercadoria fruto do trabalho do camponês.

Portanto, tendo como base uma análise crítica, observamos que desde o início do processo de desenvolvimento da sociedade, os seres humanos tiveram imbuídos de necessidades e interesses em suas relações – desde as mais simples às mais complexas, como vista no sistema capitalista. Essas relações que, por sua vez, são parte integrante da apropriação, transformação e construção do espaço, respeitando as peculiaridades históricas, econômicas, sociais, culturais e ambientais. Assim, a figura do camponês é de extrema importância nesse

processo, não apenas por ser o sujeito responsável pela produção de alimentos, mas sim por toda uma questão de valores que compõe a sua existência histórica.

A condição do camponês sempre foi subjugada ao processo de desenvolvimento social dos modos de produção. Quanto mais um modo de produção é sofisticado, mais se estabelece o domínio e a apropriação do fruto do trabalho camponês, como ocorre no capitalismo e, tão logo, as dificuldades na situação social dessa classe.

A lógica do sistema capitalista não respeita os limites de tempo e espaço, independente do contexto histórico ou lugar ela irá se produzir e reproduzir, se apropriando do próprio espaço, impondo a sua relação ou dominando as já existentes, sempre buscando o seu desenvolvimento através da exploração e expropriação e do trabalho, a superprodução e o acúmulo – através da transformação dessas riquezas em capital.

Atualmente vislumbramos, em diferentes lugares do mundo, a superposição do capital sobre a agricultura e aqui especificamente sobre a lógica camponesa, quando não o insere nas relações do agronegócio, da produção de *commodities*, mediante domínio da biotecnologia e insumos, se apropriando, de diferentes modos, das relações de trabalhos camponesas (relações não capitalistas), no final se apropriando do fruto do seu trabalho, através da compra da mercadoria e opostamente pelo controle da venda de insumos, bem como no acesso ao crédito que torna a grande maioria dos camponeses refém da políticas financeiras das instituições bancárias, toda uma estrutura legitimada ou propagada pelo próprio Estado.

Constatamos no Brasil uma grande pressão do capital, aliado ao Estado, sob a agricultura, no qual o agronegócio se tornou o carro chefe da economia, esse que, por sua vez, não encontra barreiras jurídicas e ambientais para atingir a sua superprodução e muito menos a condição de vida de parcelas da população que têm o seu acesso restrito a alimentação, como é o caso da compra da carne bovina que em sua boa parte é destinada ao exterior, além de outros produtos que ficam informalmente baseados na especulação do dólar. Na medida em que essas grandes empresas vendem com base na cotação do dólar, todo o resto da

economia passa a ter o mesmo fundamento, desde a compra de insumos para a própria agricultura, até os itens básicos de consumo da população.

Nessa perspectiva, e tendo como premissa a análise de Marx a respeito da acumulação primitiva – fundamentada na expropriação, considera-se que esse processo se desenvolve e se agrava continuamente, fomentando novas formas de acumulação do capital espacial e historicamente. Nesse movimento, o camponês – que tem sua produção voltada para o mercado interno, vende um produto no mercado com uma moeda desvalorizada e compra seus insumos baseados em uma moeda valorizada (dólar). Deste modo, a sua condição de reprodução passa a ser inviável, pois o mesmo está sendo expropriado, mesmo que indiretamente, e, conseqüentemente, terá seu nível de vida precarizado, podendo vir a perder sua condição de reprodução – a terra, restando apenas a venda de sua força de trabalho para o capitalista.

Mas a crise estrutural do capital, tal qual analisada Meszáros (2002), aponta uma realidade de avanço das forças produtivas e, conseqüentemente, uma menor utilização do capital variável – a força de trabalho, no processo produtivo, ocasionando o desemprego estrutural e com ela a intensificação da precarização do trabalho, representando, para o capital maiores possibilidades de explorar trabalho, mas para o trabalhador, totalmente expropriado dos meios de produção uma realidade de maior exploração do trabalho, quando não o desemprego e o desalento. Se foi camponês e perdeu sua terra, dificilmente esse trabalhador consegue retornar a terra de trabalho, a menos que se insira nas trincheiras da luta pela terra.

Por isso, considera-se que a categoria trabalho possui grande relevância para construir uma compreensão sobre as relações sociais, em sua essência, nos distintos espaços e tempos, tendo em vista que o trabalho é ontológico ao ser humano, uma atividade de capacidade cognitiva e física que o difere dos demais animais, que a partir do acúmulo de conhecimento, técnicas e tecnologia podem construir e modificar o espaço sob sua influência, de acordo aos seus interesses e necessidades.

Por si só essa afirmação já contribuiria de modo significativo para elucidação de diversos nós sociais, porém o trabalho sobre as premissas capitalistas vão além

da compreensão do real e concreto, ou seja, do mundo aparente e perpassa por diversas relações complexas, desiguais e contraditórias, mas se baseia principalmente na expropriação do trabalhador e sua conversão à condição de força do trabalho – que passa a ser força motriz de acúmulo, produção e reprodução ampliada do capital. Desse modo:

(...) o trabalho pode ser compreendido como condição ontológica do homem, necessário a sua existência. Esse trabalho, condição de realização do ser social, no capitalismo é apropriado para gerar, em escala crescente, a mais valia – a ser apropriada pelos capitalistas. Esse modo de produção, ao separar o trabalhador dos meios de produção o converte em força de trabalho para produzir mais mercadorias. Desse modo, o trabalhador não mais trabalha para a sua satisfação de suas necessidades, para produzir valores de usos para si e sua família, mas para produzir valores de troca, mercadorias para a realização do capital, em sua condição de força extratora do trabalho excedente. (SOUZA et. al., 2017, p. 77)

O modo de produção capitalista, em seu processo de expansão, busca dominar de todas as formas às relações de produções, nos diferentes espaços, da agricultura e da indústria, para transformá-los em mercadorias e, conseqüentemente, na produção, reprodução e acúmulo de riqueza. Portanto, para os capitalistas, detentores do capital, instrumentos e meios de produção por si só não são suficientes para engendrar o ciclo de reprodução, pois ainda resta a força motriz dessa engrenagem que é força de trabalho da classe trabalhadora, esta que em sua essência será a responsável e o meio de geração das riquezas - que se dará de modo distinto e contraditório na cidade e no campo.

Nessa perspectiva, nas relações estritamente do capitalismo, o capitalista se apropria da força do trabalho do trabalhador, e dentro do processo de trabalho o quantifica, de acordo a mercadoria que produz. Ainda extrai o excedente dessa força de trabalho – a mais valia, e paga parte do seu capital ao trabalhador, uma parte ínfima desse, que adquire, para o trabalhador, a forma de salário, esse que representa a condição mínima para satisfação de suas necessidades e reprodução. Assim, Martins, define:

Nós sabemos que só o trabalho cria valor, cria riqueza, e que esse valor se mede pelo número de horas de trabalho socialmente necessárias à produção da mercadoria. Ora, a força de trabalho do trabalhador não é produto de trabalho, do mesmo modo que não o é o trabalhador. Por isso, o valor da força de trabalho é medido pela parte do valor, da riqueza, criado pelo trabalhador com seu trabalho que a ele retorna por intermédio do capitalista, sob a forma de salário. (...) a função do salário é de recriar o trabalhador, fazer com que o homem que trabalha reapareça como trabalhador do capital. Assim, ele recria ao mesmo tempo a sua liberdade e a sua sujeição. (MARTINS, 1983, p. 154).

O processo de assalariamento no capitalismo se deu mais intensamente no chão das fábricas, no espaço das cidades, o que não impediu em se expandir no campo, essa relação entre capitalista e trabalhador, aparentemente se cria de forma igualitária, entre indivíduos iguais juridicamente, porém na realidade gera uma situação econômica extremamente desigual, na qual o primeiro tem a vantagem da obtenção do lucro e o acúmulo de capital, através da exploração da força de trabalho do segundo.

Considerando a possibilidade desse trabalhador ter sido um camponês um dia, ao ser expropriado pelo avanço do capital e a conversão da terra em mercadoria, dificilmente a essa retorna. No Brasil, essa realidade se fez muito forte após significativo período de repressão e ditadura militar, em que houve, sobretudo dos anos de 1980 a 2000, uma rearticulação dos movimentos camponeses e a ocupação de terras em busca de articular as forças para a realização de um projeto de reforma agrária, o que só aconteceu paliativamente, ao passo em que o agronegócio se expandiu e concentrou ainda mais a propriedade privada da terra nas mãos de poucos donos. Essa articulação dos movimentos sociais do campo encontra-se em descenso nos tempos atuais, um muito se deva ao processo de perseguição, criminalização e violência que as forças reacionárias, aliada aos interesses do agronegócio mundial, impôs aqueles que lutam, no campo e nas cidades, por terra, trabalho, dignidade ou qualquer direito social.

Aponta, também, para uma análise do papel de classe, historicamente assumido pelo Estado do sistema do capital (MESZAROS, 2001) um ente que se apresenta 'mínimo' para as classes subordinadas, mediante implementação de

reformas neoliberais lesivas aos trabalhadores, mas que atende, plenamente, os projetos do capital, em se apropriar dos espaços e do trabalho.

No campo, a concentração fundiária vem acompanhada da grilagem, da violência e da expropriação, como apontam os dados da Comissão Pastoral da Terra, em levantamento realizado há mais de 30 anos no campo brasileiro (CPT, 2019).

Essa, também implica na expropriação camponesa, no avanço da grilagem para os territórios dos povos originários e tradicionais que se reproduzem historicamente; ou mesmo fomentando outros processos de monopolização da produção e apropriação da renda de diversas comunidades camponesas que conseguem permanecer na terra, via mecanismos de mercado.

Essa é uma realidade presente no município de Barra do Choça/BA, para onde irá convergir, como uma particularidade na totalidade, a análise do processo empírico e teórico do avanço do capital no campo, mediante a denominada modernização da agricultura, a partir da década de 1970, por meio da difusão do monocultivo do café – que atualmente se constitui em uma das principais *commodities* do agronegócio brasileiro, e que se espalha por alguns municípios do Centro-Sul baiano, mediante ação orquestrada do estado para fomentar um projeto de desenvolvimento que significou a expansão e territorialização do capital, criando às condições para a apropriação do espaço e do trabalho para a reprodução ampliada do capital (SOUZA, 2008).

Esse processo também repercute na intensa expropriação camponesa, que caracterizava o espaço agrário desses municípios anteriormente (SOUZA, 2008), fomentando a mobilidade do trabalho e a concentração fundiária, garantindo a significativa apropriação do território. Os rebatimentos desse processo no município de Barra do Choça/BA serão abordados na seção que se segue.

3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE BARRA DO CHOÇA E O PROCESSO DE REPRODUÇÃO E SUJEIÇÃO CAMPONESA.

A história da humanidade no modo capitalista de produção é marcada por processos sociais e econômicos que se alternam em momentos de crises e intensificação da expropriação, da exploração do trabalho e da apropriação e acúmulo de riquezas. Fundamentado, de modo objetivo e racional, desprezando os valores humanos e subjetivos, sujeitando povos e territórios aos interesses do capital.

A análise da realidade histórica da pesquisa desenvolvida não se faz diferente, o processo histórico de Barra do Choça está ligado ao período do século XIX que destaca a decadência das atividades de mineração no estado de Minas Gerais e Região do Rio de Contas, o que levou os europeus, especificamente os portugueses a se adentrarem mais no interior (Sertão) do estado baiano em buscas de novas terras para exploração mineral, e assim manutenção de viabilidade comercial da referida atividade. Trazendo esse debate para a Geografia e os processos de apropriação do território, com o fito ao acúmulo de riqueza que atendia os países centrais do capitalismo, Souza aponta que:

Para compreender a luta camponesa no Sudoeste da Bahia e sua materialidade no território, necessário se faz entender o processo histórico, ou seja, a forma como este território foi apropriado, o que requer resgatar o século 18, quando, na busca de metais preciosos, bem como de escravos fujões e ainda na tentativa de abrir o interior do país – a fim de criar as condições de novas formas de exploração, que serviram ao processo de acumulação europeia, os bandeirantes iniciaram o processo de abertura do território (SOUZA, 2008, p. 365).

O processo de ocupação e povoamento do Sertão da Ressaca (Região Sudoeste da Bahia) faz parte do movimento de expansão econômica com a interiorização do sertão baiano, com base na instalação de fazendas de criação de gado e da produção agrícola. João Gonçalves da Costa fixou-se na região em fins do século XVIII, atuou como funcionário da Coroa portuguesa e fundou o arraial da

Conquista, no qual se tornou vila em 1840, com a denominação de Imperial Vila da Vitória (NOVAIS, 2008).

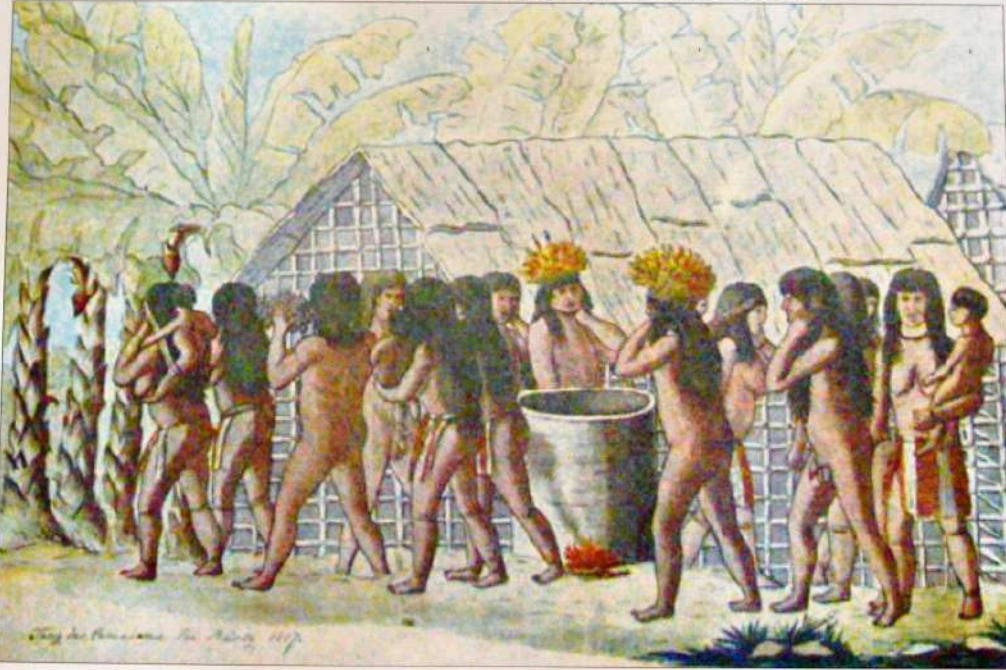
João Gonçalves da Costa é tido por muitos autores como aquele que consolidou a conquista do Sertão da Ressaca. Em meados do século XVIII, vindo da região de Minas Novas, juntamente com o seu sogro, João da Silva Guimarães, fez parte do movimento que, em busca do ouro adentrou pelo sertão baiano, no momento em que o esgotamento das Minas das Gerais e em Rio de Conta alimentava o sonho de encontrá-las em outras regiões da colônia. (NOVAIS, OLIVEIRA & GOMES, p. 36. 2012)⁴.

Vê-se, portanto, que a relação com o apontado por Marx (1984) e já destacado por esta pesquisa, no entendimento do processo de acumulação primitiva do capital, concentrado, inicialmente, nos países centrais do capitalismo europeu se deu com base na expropriação, no roubo, no saque e na violência praticado contra povos inteiros, fomentado pelo que denomina “pecado econômico” que é a base de expansão desse modo de produção, cuja história é marcada na humanidade (sobretudo nos dominados) “a ferro e a fogo”. No Centro-Sul baiano a realidade não foi diferente do ocorrido ao longo do processo de formação e apropriação do território brasileiro, e se deu mediante o signo da força, da violência extrema, do extermínio dos povos originários (mongóios, pataxós e imborés – Figuras: 01 e 02), para a tomada e apropriação de seus territórios e suas riquezas⁵.

⁴ Devido às dificuldades financeiras Portugal passou a depositar esperanças na descoberta de novas minas no interior do país; tal busca foi determinante na invasão territorial do Sertão da Ressaca, assim como outras regiões. Neste intuito, não faltaram ordens da metrópole para que se vasculhasse o interior do país, na busca do metal, inclusive nas áreas do sertão. Contudo, encontradas reservas de ouro estas nunca satisfaziam Portugal, que dependente da Inglaterra acabava destinando o ouro para este país, o que, sem dúvida favoreceu a industrialização inglesa. (SOUZA, 2008, p. 366).

⁵ João Gonçalves não é lembrado nos documentos elaborados pelos homens que administravam a Capitania da Bahia como um descobridor de zonas de mineração, apesar de, como já vimos, ter sido através desta atividade o seu ingresso no desbravamento do sertão. Para o governo português, o seu mérito reside nas inúmeras tentativas de melhoria da comunicação do interior com o litoral, por meio das explorações dos rios da região e seus afluentes e da abertura de estradas. Mas, sobretudo, pelas ações comandadas por ele de intenso combate ao índio, independente dos métodos violentos e traiçoeiros que utilizava, razão pela qual conseguiu destruir aldeias indígenas numericamente superiores ao grupo de homens que comandava. (SOUZA, 2004, p. 16 apud SOUZA, 2008, p. 368).

ÍNDIOS NO SERTÃO DA RESSACA



Desenhos do Príncipe Maximiliano de Wied, em sua "viagem ao Brasil 1815-1817". Durante a sua passagem pelo Sertão da Ressaca registrou os índios Camakã, que já apresentavam um certo grau de sedentarismo. Essa tribo indígena foi dizimada pelo colonizador português, quando desbravou a região.

Figura – 01: Pintura do Príncipe Maximiliano de Wied, em sua viagem ao Brasil. Durante a sua passagem pelo Sertão da Ressaca, em destaque indígenas Camakã.

Fonte: Arquivo Idelma Aparecida Ferreira Novais, 2022.

Mas, tal processo não se fez sem resistências, é o que aponta artigo de Medeiros (2003),

A ocupação do solo não ocorreu sem lutas. Os nativos que ocupavam o Sertão da Ressaca (Mongoiós, Imborés e Pataxós) reagiram a ocupação do solo pelos invasores, em conflitos armados que, em relação aos Pataxós, perdurou até o século XX. Foram lutas que terminaram por liquidar a população Mongoió e Imboré, em verdadeiro genocídio. (p. 23).

Sobre o acirramento dos conflitos em torno da terra vista pelos povos originários (Figura 01 e 02) como uso *versus* os interesses dominantes na consolidação da propriedade privada sobre essa, Santos (2019) ressalta que:

Nota-se que a ameaça portuguesa à sobrevivência dos nativos estava centrada no fato de que estes usavam a terra por meio da subsistência, ou seja, a terra era apreendida como um meio necessário para a sobrevivência, e, portanto, não se conhecia o seu uso privado. Por outro lado, a apropriação privada deste meio de produção foi consolidada pelos portugueses para atender à nova demanda por espaços para a criação de gado, o que deu origem aos primeiros latifúndios. Esse processo se intensificou com a implantação da Lei de terras nº 601 de 18 de setembro de 1850. (SANTOS, 2019, p. 56).



Ao que se segue, fomenta-se o controle do território, a fuga e o quase desaparecimento dos povos originários, cuja terra e as riquezas passam a ser controladas por poucas famílias proprietárias⁶, em geral descendentes do

⁶ Os portugueses, após período de contato em relativa paz, vão necessitando apreender privativamente a terra, entrando em choque com os indígenas, que não conheciam a propriedade privada e para os quais a ocupação da terra representava uma ameaça a subsistência, pois implicava em despojá-los de áreas tradicionais de caça e pesca e de agricultura de subsistência. O resultado foi um conjunto de guerrilhas cruéis. (MEDEIROS, Jornal O FIFÓ, 09/11/1977).

bandeirante e outras famílias abastadas e proprietárias, comerciantes – que começam a se instalar à medida em que passa a ocorrer maior integração dessa região à dinâmica de apropriação capitalista, definida há quilômetros de distância, mas, sob a qual, as classes proprietárias locais também se beneficiam, embora, em diversos momentos entre em conflito⁷, ao se apropriar da renda da terra e de parcelas da riqueza produzida pelo trabalho dos expropriados dos meios de produção.

Essa realidade é mostrada na dissertação da Santos (2019) em que embora a autora estivesse se referindo ao município e a cidade de Vitória da Conquista/BA, durante a primeira metade do século 20, permite, também, aferir sobre a realidade concreta do município de Barra do Choça, que foi oriundo do primeiro, e traz, em seu signo, todo processo de violência, expropriação e controle sobre a terra e o trabalho, como condição de dominação e enriquecimento das classes proprietárias – e que configura a atual e desigual produção do espaço.

Vitória da Conquista (...) é a expressão mais clara da contradição inerente ao processo de produção capitalista do espaço, pois a forma como aconteceu, historicamente, a expropriação dos indígenas via massacre sangrento e a apropriação desses espaços por meio da propriedade privada consolidou as classes proprietárias e a própria gênese da expansão do capital. (...) O quadro político deste município esteve centrado por muitas décadas no embate entre grupos de famílias tradicionais que buscavam defender seus interesses no contexto da economia agrária. O poder emanava sempre dos latifúndios para a cidade, e os fazendeiros eram os que possuíam o poder de mando. Esse quadro perdurou por muitos anos. A divergência de interesses das classes antagônicas privilegiava sempre o latifundiário, que, ao possuir o monopólio da terra, detinha, também, a “posse” da vida do camponês desprovido dos meios de produção para sua subsistência. (SANTOS, 2019, p. 61).

⁷ Leia-se, por exemplo, as seguintes referências: SOUSA, Maria Aparecida Silva de. **A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia**. Vitória da Conquista: UESB, 2001. 220p.; IVO, Isnara Pereira. **O Anjo da Morte contra o Santo Lenho. Poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004. 275p.; AGUIAR, Edinalva Padre; MEDEIROS, Rui Hermann; MIGUEL, Antonieta. Ymboré, Pataxó, Kamakã. **A presença indígena no Planalto da Conquista**. Museu Regional de Vitória da Conquista/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2000. (Série Memória Conquistense N.º. 5). AGUIAR, Edinalva Padre; MEDEIROS, Rui Hermann; MIGUEL, Antonieta. (et. al.). **Política: O Poder em Disputa – Vitória da Conquista e Região**. Museu Regional de Vitória da Conquista/ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1999. (Série Memória Conquistense N.º. 4). MEDEIROS, Rui H. de Araújo. Vitória da Conquista nos anos 1960-1978. In: MOSCONI, Luís (Org.). **Edivanda uma vida de fé e de muitas lutas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.223p.

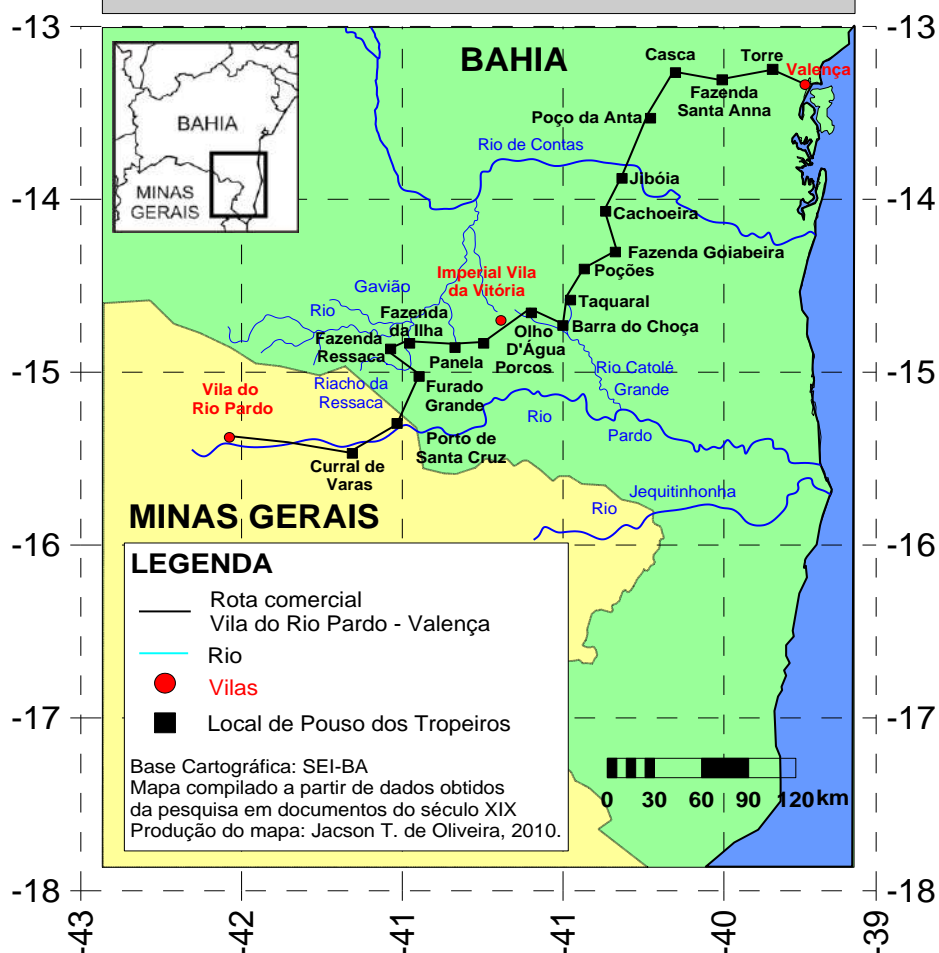
Tratando-se mais especificamente, da realidade histórica que configurou o hoje município de Barra do Choça, a Série Memória Conquistense, uma revista publicada pela parceria ente a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e o Museu Regional de Vitória da Conquista, vai dar conta que a nova região a ser apropriada era o Sertão da Ressaca, hoje o Planalto da Conquista, e do qual é parte o atual território barrachocense – que era intitulado de Fazenda de Barra do Choça, simplesmente denominado como ponto de passagem e descanso das tropas comerciais, bem descrito por suas riquezas naturais e principalmente a hidrográfica. No século XIX a área mais próxima era o Arraial da Conquista, pertencente a Caetité. Representado pelo Mapa – 01, a seguir.

Nesse contexto, encontramos referências à fazenda Barra do Choça nos documentos do século XIX, como inventários e correspondências da Câmara Municipal. Ressalta-se, então, que desde a década de 1840 Barra do Choça (Mapa – 01) era uma fazenda que servia de pouso para tropeiros, boiadeiros e outros viajantes que faziam o percurso entre Minas Gerais e litoral da Bahia (NOVAIS, 2008).

Os tropeiros contribuíram muito para a abertura de estradas, pois percorriam grandes distâncias à procura de feiras e lugares para vender suas mercadorias. O transporte era feito por animais, burros ou carros de boi (GOMES, 2008).

Mapa – 01: Rota do Tropeirismo o Sertão da Ressaca – século XIX.

**SERTÃO DA RESSACA - SÉCULO XIX
ROTA COMERCIAL DOS TROPEIROS**



Mapa – 01: Rota do Tropeirismo o Sertão da Ressaca – século XIX. Fonte: NOVAIS, OLIVEIRA & GOMES, 2012. Autor: Jacson Tavares de Oliveira, 2010.

De acordo com documentos da época, um dos melhores pousos era o lugar denominado Barra do Choça com “água corrente que não seca”, já evidenciando a abundância desse recurso, que, posteriormente, será considerado relevante para a expansão da agricultura comercial, mediante avanço do capital no campo, inserindo-o na rota do agronegócio nacional e mundial.

O TROPEIRISMO E A FORMAÇÃO DE BARRA DO CHOÇA



Desenhos do Príncipe Maximiliano de Wied, durante sua passagem pelo Sertão da Ressaca em sua "Viagem ao Brasil 1815-1817"

Figura – 03: Pintura do Príncipe Maximiliano de Wied, em sua viagem ao Brasil. Durante a sua passagem pelo Sertão da Ressaca, em destaque Tropa de animais. Fonte: Arquivo Idelma Aparecida Ferreira Novais, 2022.

A fazenda Barra do Choça foi descrita nos inventários da Família Gonçalves da Costa e Oliveira Freitas. Mais tarde, em 1875, no inventário de Thimóteo José Freire, consta que Barra do Choça pertencia a ele em comum com outros herdeiros. A partir de 1870, ela passa a ser dividida em comum com outros membros da família Oliveira Freitas, como também a outras famílias através da compra e venda da propriedade (NOVAIS, 2008). Nessa referência histórica, fica evidenciado um efetivo controle sobre a terra, sobre a égide da propriedade privada, demonstrando tanto um processo de expropriação dos povos originários, quanto a concentração da propriedade privada nas mãos de poucos senhores, e, tão logo, dificuldades no acesso à terra para os pequenos produtores camponeses que se começa a se formar daí por diante.

No século XIX as terras eram habitadas pelos povos indígenas principalmente do tronco Jê e de uma riqueza natural imensurável, tanto na fauna como a flora. Como esse processo não foge à lógica do capital, iniciou-se, uma realidade de perseguição, expropriação das terras, exploração e dominação dos povos

autóctones, ao ponto da expulsão, fuga e praticamente dizimação desses. Fatos esses bem conhecidos e narrados através de termos “Guerra Justa” e “Banquete da Morte”.

Antes da chegada dos colonizadores portugueses, o Sertão da Ressaca (e, em especial, Barra do Choça) era povoado por tribos indígenas das nações Ymboré (Aymoré), Camakã (Mongoió) e Pataxó, todos pertencentes ao troco dos Jê. A região era recoberta por florestas e bosques com uma vegetação variada. Havia muitos rios e córregos, além de animais como macacos, onças e outros. (NOVAIS, OLIVEIRA & GOMES, p. 38. 2012).

O termo ‘Guerra Justa’ era utilizado para expressar as disputas de terras entre os indígenas e o homem branco pecuarista, sabendo que o último tinha grande vantagem nesse conflito, principalmente pela posse da arma de fogo. E o outro termo conhecido como “Banquete da Morte”, foi utilizado a partir do massacre indígena promovido pelo líder responsável por se apropriar de novas terras – o bandeirante João Gonçalves, que convidou os indígenas para uma festa e posteriormente prendeu e matou todos que ali estavam (NOVAIS, OLIVEIRA & GOMES, 2012).

Nos anos que se seguem a ‘dominação do território’, a busca pela exploração mineral no sertão da Ressaca se mostrou inviável, devido à ausência da matéria prima e a resistência dos povos originários, assim a região se torna uma produtora de bovinos e alimentos de subsistência, bem como o principal trecho de ligação do norte de Minas a cidade da Bahia – a capital Salvador e do interior a diversos pontos no litoral. É nessa condição que a fazenda Barra do Choça, se torna um ponto de pouso para os tropeiros que se lançavam nas viagens e nos transportes de cargas, onde ao longo dos anos passa do posto de povoado para distrito, até sua emancipação em 1962.

O termo Barra do Choça tem suas origens ligadas ao fato do rio Choça fazer “barra” com o rio Catolé, onde o termo “choça” é o nome de um capim nativo da região (COSTA, 1991).

As informações sobre os primeiros moradores não são muito precisas, havendo divergências. O hino da cidade aponta o Sr. Pedro Botelho como o

fundador, mas a maioria dos relatos aponta para João Cardoso de Sá, João Aleixo, Filoteu Xavier de Amorim, João Antonio Amorim, Leonídio Oliveira, Inocêncio Oliveira, Justiniano Cardoso (Tino), Álvaro Cardoso (Alvo) e Dário Alves de Amorim (GOMES, 2008). Esses, originários e descendentes das famílias proprietárias.

Até o início do século XX, Barra do Choça se configurou como fazenda, depois povoado, e só mais tarde, na década de trinta, do século XX, como distrito de Vitória da Conquista, juntamente com mais oito localidades (NOVAIS, 2008).

De acordo com Santos (2008), no ano de 1952 foi constituída em Barra do Choça a colônia agrícola, com a compra da fazenda do Sr. Leonídio Oliveira, dividida em 52 lotes e que foi destinada para os imigrantes italianos que aqui chegaram em 1953. Os imigrantes faziam a correção do pH do solo, que consistia apenas na aplicação do calcário que vinha da região de Itapetinga, a custo zero, mas as despesas com o transporte ficavam a cargo dos colonos. Eles trouxeram novas técnicas de cultivo e houve diversificação da produção agrícola com o desenvolvimento da horticultura (repolho, couve-flor, alface, pimentão, tomate) e fruticultura (melancia, laranja, caqui). Tipos desses cultivos continuam a acontecer, na atualidade, na realidade de diversas famílias camponesas entrevistadas, como veremos ao longo desta pesquisa, sobretudo na seção 5.

Barra do Choça permaneceu como distrito de Vitória da Conquista até o dia 22 de junho de 1962, quando foi emancipada, ou seja, passou a ter governo próprio e tomar suas próprias decisões com a participação do povo nas eleições (SEBRAE, 1997)⁸.

O município de Barra do Choça – BA foi emancipado, por meio da lei estadual nº 1694, de 22-06-1962 (Figura – 04), de Vitória da Conquista, devido as questões políticas e partidárias que estavam ligadas aos currais eleitorais. Áreas da zona rural que naquele contexto permitiram a ascensão do grupo político do Partido

⁸ É preciso elevar esse discurso à crítica, uma vez que a denominada emancipação aponta, também, para os interesses políticos e econômicos de uma classe proprietária local, em suas articulações estaduais, e mesmo de fora, com o fito de obter ganhos econômicos, ocupar cargos políticos, etc; sendo um projeto dominante que em nada altera, substancialmente as formas de vida da população mais pobre, que continua se reproduzindo sobre o ciclo da exploração de seu trabalho. Também não é essa classe (quer seja já composta de trabalhadores assalariados ou camponeses) que domina as relações locais, a riqueza produzida, e ao se vincular a um esquema de exploração e dominação, em geral, tem seus interesses abocanhados e subvertidos aos seus padrões, mas aqui é uma discussão que escapa o escopo desta proposta de dissertação.

Democrático Social – PDS, com então candidato a prefeito Gerson Sales que perdeu as eleições na sede e saiu vitorioso nos distritos em 1958, naquele contexto assumindo o compromisso de emancipar os distritos mais estruturados e influentes. Mas, com o interesse de manter o controle sobre parte do território, o que confirma que não foi um projeto do e para o povo e sim para as frações mais conservadoras da classe proprietária – com forte pé no latifúndio.



Figura – 04: Ato de assinatura da lei estadual nº 1694, de 22-06-1962, emancipação do município de Barra do Choça – BA. Fonte: Câmara de Vereadores, 2022.

Posteriormente a emancipação de Barra do Choça – BA, sua sede apresentava uma estrutura bem limitada, com a oferta de poucos serviços públicos, um número pequeno de ruas e a maior parte de sua população vivendo na zona rural, com a produção de alimentos para a subsistência e a pecuária de corte e leite. Essa era a principal fonte de economia das famílias que ali viviam.

Historicamente o município de Barra do Choça – BA possui seu processo de ocupação ligado ao tropeirismo. Na literatura, é referido como um local estratégico, tanto do ponto de vista comercial, bem como natural, situado em uma faixa de transição entre a Mata Atlântica e a Caatinga, conhecida como Agreste. É, comumente, colocado como um ponto de passagem e entroncamento de rotas que

proporcionavam um bom deslocamento e pontos de descanso com disponibilidade de alimentos e água.

Mas, nem só de aspectos naturais, e nunca se limitando apenas a esses, se faz a História do município. Na leitura da produção do espaço, enquanto produto social e histórico, considerando a sua realidade concreta, cabe elevar esse debate à crítica, na medida em que, embora, de fato, o município conte, até hoje, com relevantes aspectos naturais, foi o processo de abertura, apropriação e as possibilidades de criar riquezas, mercadorias, que interessasse ao modo de produção, em pleno processo de expansão e desenvolvimento, quem vai determinar as transformações ocorridas nesse espaço, e seu entorno; sua relação com o município e a cidade de Vitória da Conquista, para onde a produção efetivada na Barra do Choça e nos municípios vizinhos é direcionada à circulação e assim consumida, o inserindo – junto com a região, posteriormente, em um dinâmica econômica enquanto produtora de produtos agrícolas, com destaque para o café, mediante investimentos estatais e os interesses de empresas agrícolas – que passam a se territorializar na região, inserindo-a na denominada região do Planalto Brasileiro, grande produtora e exportadora do grão (SANTOS, 1987; SOUZA, 2008).

Assim, o município de Barra do Choça – BA, conforme já destacado, foi emancipado em 1962, fruto do desmembramento do município de Vitória da Conquista – BA, devido a articulações e compromissos de grupos políticos dominantes daquele contexto.

O município de Barra do Choça – BA está localizado na mesorregião do Centro Sul baiano, distante 500 km da capital do estado Salvador. Situado no Planalto da Conquista, onde possui características geomorfoclimáticas que, em princípio, favorece o desenvolvimento da agricultura, mas cujas relações se dão, sobretudo, no âmbito da apropriação social e econômica para a acumulação do capital. Possui em média 900 metros de altitude, fazendo divisa com os seguintes municípios: a Oeste e Norte com Vitória da Conquista, Sudoeste com Itambé, Sudeste com Caatiba e a Nordeste com Planalto. Localiza-se em uma zona de transição entre a Mata Atlântica (Leste) e a Caatinga (Oeste), representada pelo nível de reflectância

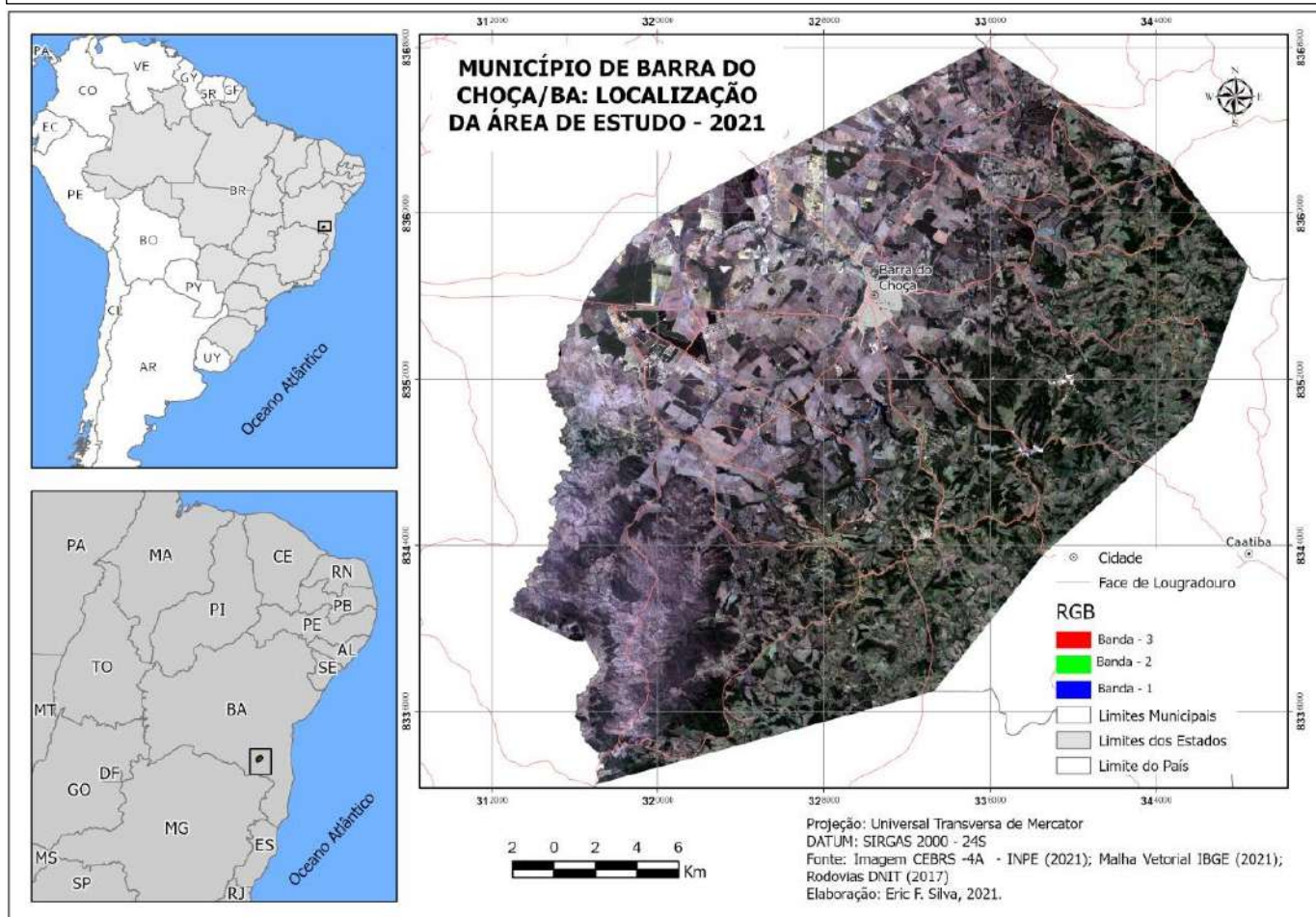
que representa uma variação de vegetação densa a rala na porção Leste, enquanto um gradiente de vegetação rala ao solo desnudo na parte Oeste.

No Mapa – 02, a seguir, é possível observar a localização do referido município, em relação ao estado da Bahia, ao Brasil e a América do Sul. Observando o mapa é possível constatar uma considerável porção de terras ao Oeste com solo desnudo, com uma coloração mais clara de tons cinza e formatos retangulares, oriundo na sua maior parte por abandono de cafezais e, atualmente, utilizado para a divisão de pequenos lotes “chacreamento”, uma modalidade de especulação de terras que se tornou, de um lado, uma grande tendência para a obtenção de renda dos proprietários e por outro lado uma possibilidade de implementação de um estilo de vida – “a vida no campo”, mediante a oferta e a compra de mercadorias que mesmo próxima ao “estilo urbano” apresenta amenidades rurais – valorizando os mesmos.

Através de uma breve retomada histórica sobre o município, como a já apontada por essa pesquisa, fica evidente a relação da produção de seu espaço com as relações que se estabelecem no campo, e sua forte relação com o município de Vitória da Conquista/BA, para onde convergem os investimentos de capital de modo a fomentar o escoamento, ou seja a circulação da produção, visando seu consumo e assim o acúmulo do capital, em um sentido mais geral e a renda da terra às classes a quem pertence a propriedade fundiária.

Essas condições históricas vão se efetivando à medida em que vai sendo criada a infraestrutura desejada, representada pela imobilização de capital – por parte do Estado, que fomente a inserção da região na produção agropecuária estadual e mesmo nacional, posteriormente voltando-se a produção de uma das principais *commodities* do agronegócio brasileiro. E esse processo não se faz sem contradições: concentra a terra, expropria um campesinato local e fomenta profundas desigualdades espaciais, conforme veremos ao longo da dissertação.

Mapa – 2: Localização do município de Barra do Choça – BA, 2021.



Até a década de 1960, poderíamos apontar, com base nas fontes de pesquisa consultadas, que o município de Barra do Choça (até 1962 distrito de Vitória da Conquista) possuía um desenvolvimento urbano bem limitado, sendo a sua população concentrada no campo, vivendo, sobretudo, de um cultivo variado e diverso, e que embora se observe uma significativa concentração da propriedade fundiária, essa não era tão valorizada no âmbito do capital, fazendo com que se reproduzisse uma típica agricultura camponesa, ainda que, em parte, baseada no trabalho desenvolvido em propriedades de outros, por meio das denominadas relações não-capitalistas de produção⁹.

⁹ Conforme aponta Martins (1983), em debate já referendando na seção 2 desta pesquisa, as relações não-capitalistas de produção são aquelas que não são oriundas diretamente da sociedade capitalista baseada no binômio burguesia e proletariado, onde há a separação total dos

A atividade pecuária passou a comandar o processo de ocupação econômica na região, baseada na criação em grandes fazendas, controladas por poucas famílias, em detrimento de uma significativa população empobrecida trabalhadora, que vivia do trabalho nestas fazendas. Nas áreas mais distantes, por outro lado, desenvolvia-se uma considerável produção camponesa, em pequenos pedaços de terra. Isto ocorria por conta de não haver, até então, um controle, no sentido da propriedade privada. As terras mais cobiçadas tinham “donos”, mas a preocupação com titulação das mesmas não era tão efetiva. (SOUZA, 2008, p. 376).

Essa forma de organização social pautada no campo enquanto local de produção, com pouco desenvolvimento do espaço urbano, marca a configuração do município de Barra do Choça entre as décadas de 1960 e 1970; e embora comece a apresentar transformações nas décadas de 1980 em diante, mediante processo de inserção mais significativa do capital – por meio do incentivo à produção de café, o campo (e a produção), mais agora totalmente modificado, continua a desempenhar papel fundamental nas transformações espaciais.

Um dos aspectos que permite referendar esse pequeno desenvolvimento urbano no município e o seu caráter rural – fundamentado em uma economia mais camponesa, é o fato de só dispor de um sistema de energia no ano de 1963, mesmo assim, mediante a chegada de um motor a óleo diesel, trazido do município de São Bento do Sapucaí e que tinha a função de bombeamento de água no período diurno e eletrificação noturna apenas até às 21:00 horas (SANTOS, 2008).

As Figuras 05 e 06 apresentadas a seguir, tiradas na década de 1970, portanto nos anos posteriores a denominada emancipação política do município, vão dar conta de evidenciar esse pequeno desenvolvimento urbano (Figura – 05), aliado ao papel desempenhado pelo campo, na produção de alimentos diversificados que são levados desses espaços para a feira livre da cidade, fomentando, por um lado, a alimentação dos que viviam no pequeno aglomerado

trabalhadores dos meios de produção e instrumentos de trabalho, estando esses totalmente dispostos ao assalariamento como condição de sobrevivência. No caso das relações não-capitalistas de produção, essas são aquelas não assalariadas, uma vez que não há a separação total desses da terra e dos instrumentos de trabalho, a exemplo da lógica camponesa, onde esses sujeitos podem ou não ter a posse da terra, mas tem um certo controle sobre o processo de trabalho, trabalha diretamente na terra, junto com sua família, ainda que tenha que arrendá-la ou ter a concessão de um proprietário para o uso, mediante o pagamento da renda em produtos, em trabalho ou em dinheiro.

urbano, e, por outro, a comercialização da produção camponesa, onde após a venda de seus produtos, os sujeitos poderiam adquirir – na cidade aquilo que não produzia (Figura - 06), evidenciando uma intensa relação campo-cidade que bem caracteriza o município e a cidade de Barra do Choça/BA.



Figura – 05: Visão panorâmica da Avenida Getúlio Vargas na década de 1970. Fonte: Arquivo Público, Cinquentenário de Barra do Choça - 2012.



Figura – 06: Visão panorâmica da Feira Livre na década de 1970. Fonte: Arquivo Público, Cinquentenário de Barra do Choça - 2012.

É a partir da década de 1970 que a região e o município de Barra do Choça começa a passar por transformações mais significativas em seu espaço e no modo de organização social da população.

As transformações do espaço no campo e na cidade se intensificam, a estrutura fundiária se modifica, e o papel da propriedade privada da terra se torna de grande relevância, com a difusão de projetos de modernização no campo, mercado, sobretudo, pelo monocultivo do café, mediante a política de disponibilidade de crédito rural, expansão da agricultura e os investimentos do governo federal, em toda a estrutura produtiva, parque industrial de máquinas, equipamentos, insumos, etc.

Um conjunto de transformações econômicas, de equipamentos, e de desenvolvimento comercial – que mobilizou capital na região, sobretudo na cidade de Vitória da Conquista/BA, ou seja, uma série de determinações que a elevaram ao interesse do capital, em um momento em que, segundo Mészáros (2002), esse modo de produção começa a entrar em crise, em seu processo de acumulação, e

onde a expansão espacial passa a ser uma perspectiva de manter as margens de extração de mais-valia, seja essa realizada por via das formas tipicamente capitalistas ou não-capitalistas.

Esse processo se inicia, sobretudo, entre as décadas de 1940-1950, tendo como centro urbano central à cidade e o município de Vitória da Conquista, por meio da criação de um rede rodoviária, seguida de melhorias comunicacionais e outros serviços, a exemplo da BR - 116 (Rio-Bahia), a BA - 262 (Conquista-Brumado), a BA - 265, que liga Vitória da Conquista a Barra do Choça (essa diretamente importante para esta pesquisa de dissertação), além da BA - 263 e a BR - 415, ligando ao Porto de Ilhéus, sendo uma importante rota para a exportação da produção.

É a partir do ano de 1972, mediante elaboração do Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC), que as transformações decorrentes da modernização da agricultura se tornam mais evidentes no território, fomentando transformações significativas no campo e nas cidades; assim como a concentração fundiária, mudança nas relações de trabalho e conflitos por terra, nos anos posteriores a 1980.

A expansão territorial da cultura cafeeira não pode ser compreendida, apenas por uma ótica que situe os problemas e os interesses localizados somente em seu próprio âmbito. As causas concretas da descentralização do café do País estão vinculadas ao próprio movimento da acumulação em direção a outros setores e regiões, em sua trajetória de incorporação dos espaços. Um elemento essencial na estratégia atual do capital em busca do espaço econômico nacional é a sua ação cada vez mais ampliada no setor rural (...). (...) A intervenção do Estado, tanto a nível nacional quanto a estadual, é decisiva no sentido de propiciar as condições econômicas, financeiras e administrativas que solidificam a opção de investir no campo como algo vantajoso. Neste sentido, o PRRC – Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais é uma expressão da ação governamental de forma a contribuir para o avanço do capitalismo no campo, dentro das características assumidas no patamar atual da acumulação. (SANTOS, 1987, p. 44).

A referida ação do Estado, associada aos interesses do capital em busca de novos espaços, bem como o interesse da classe proprietária regional fomenta profundas transformações no espaço, inferindo, também, na realidade concreta do município de Barra do Choça. O denominado Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais se implementa sob o discurso de aproveitamento das potencialidades e aptidões “do local”, a exemplo da já existência de uma significativa produção de café, sobretudo em moldes mais tradicionais e em pequenas propriedades. Mas essa estrutura não lhe serve, é preciso destruir o considerado “velho” para que o “novo” representado pelos interesses do mercado internacional pudesse definir as regras de uso e apropriação do território. Assim, à produção de café de tipo tradicional, se impõe a erradicação dessa produção, para dar lugar ao café tipo arábica, aquele aceito e definido pelo mercado.

A tese de Souza (2008) vai refletir sobre as transformações espaciais decorrentes desse processo de expansão do capital no campo no Centro-Sul baiano, demonstrando a intrínseca relação Estado-Capital e o que isso implica em termo do trabalho, da expropriação camponesa e da luta de classes que se expressa no território a partir de então. Para a autora, já na década de 1980, o Estado, após incentivar o monocultivo do café e financiar a produção (contando para isso com vultosos sistemas de crédito), passa a repassar toda a estrutura produtiva para os produtores, fomentando um processo de seleção entre os mesmos, que leva ao endividamento e a perda das terras para os pequenos agricultores – que não conseguem concorrer no mercado e quitar suas dívidas bancárias. A concentração fundiária e a mobilidade do trabalho se tornam faces da mesma moeda. Além disso, alerta que as terras passam por um processo de valorização, o que provoca a titulação das mesmas – que antes não tinham documentação, fomentando a grilagem e a expropriação de famílias camponesas que não tinham como princípio básico a propriedade privada sobre a terra e sim seu uso.

O governo do estado da Bahia, ao criar as condições para a denominada modernização da agricultura, fomentando o desenvolvimento do capital agrário, produtivo e financeiro no campo, logo que consolida a difusão comercial do café, passa a repassar às responsabilidades da produção, o que causa uma seleção entre os produtores considerados mais competitivos no mercado, geralmente

grandes produtores com maior aporte de recursos financeiros e acesso ao sistema de crédito; realidade que não se estende aos pequenos agricultores, o que intensifica a mobilidade do trabalho desses em direção às cidades ou a permanência no campo com maior dificuldades.

Embora a literatura científica aponte mais para os efeitos desse processo de modernização e concentração fundiária como condição a difusão da agricultura comercial no município de Vitória da Conquista, pode-se aferir que situação semelhante passa a ocorrer em Barra do Choça, que em poucas décadas se consolida como o maior produtor de café da região e um dos maiores produtores do país, enquanto no município de Vitória da Conquista tem-se, além da produção do cultivar, a implantação de toda uma rede de comercialização e a criação ou chegada de uma série de instituições: de pesquisa, de infraestrutura, bancárias, etc., para viabilizar o aumento e escoamento da produção em direção aos seus mercados consumidores. Essa rede, vai fomentar a estrutura produtiva da região, inserindo-a na divisão social e territorial do trabalho – sobretudo como produtor desse cultivo que hoje ocupa papel de destaque na produção e exportação do agronegócio mundial.

Ao longo das décadas, o município de Barra do Choça (e os demais produtores da região Centro-Sul) vivenciou o auge e a decadência do seu carro chefe na economia - o Café, cultivo por meio do qual esse e a região se insere na divisão social e territorial do trabalho, como grande produtor, tendo, para tanto, contado com a ação indissociável entre capital-estado nesse processo. O que ocasionou graves problemas sociais e econômicos, bem como apropriação e destruição da natureza, conforme veremos a seguir.

3.1 As transformações decorrentes da chamada modernização da agricultura

A partir da década de 1970, como já apontado, houve a implantação da cafeicultura em municípios do Centro-Sul Baiano, inclusive no município de Barra do Choça-BA, promovendo profundas transformações no espaço do campo e da cidade no referido município, bem como proporcionou avanços gigantescos na

economia regional, principalmente para as cidades que detinham um maior desenvolvimento das relações capitalistas e a força de atração do capital, como Vitória da Conquista - BA.

Esse processo não se fez sem contradições. Ao passo em que abriu os territórios antes predominantemente camponeses para o grande capital, expropriou, concentrou a terra, a renda, fomentou o crescimento urbano e a quantidade de trabalhadores expropriados da terra¹⁰, buscando viver do assalariamento.

No Centro-Sul baiano, com destaque para os municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, essa realidade é tão evidente que poucos anos após a implantação do PRRC, estourou na região a greve dos trabalhadores do café – reunindo mais de 30 mil trabalhadores expropriados do campo, que lutavam por melhores condições de trabalho.

Ao analisar essa realidade em municípios do Sudoeste da Bahia, Souza (2008) demonstra as contradições do desenvolvimento capitalista no território, enfatizando, sobretudo a expropriação da terra e a mobilidade do trabalho que se estabelece, principalmente, em direção a cidade de Vitória da Conquista, para onde passa a convergir grande parte desse exército de trabalhadores expropriados disposto ao assalariamento.

O que se verifica no Sudoeste da Bahia, a partir da década de 1970, em diante, é um crescimento econômico proporcionado pela difusão do cultivo do café, e que este processo não se reverte no desenvolvimento que significaria a melhoria das condições de vida da população como um todo. Quem se beneficia do discurso de “desenvolvimento” são as classes dominantes. Quanto aos trabalhadores o que se observa são os processos de expropriação

¹⁰ Antes da introdução do café nas áreas de Mata existiam muitas unidades de pequena produção que produziam mandioca, milho, feijão, tradicionalmente, e de vez em quando pepino, melancia, abóbora em base familiar. As pequenas unidades de produção familiar da área de Mata, pré-existentes ao PRRC – Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais, eram tanto de famílias que possuíam legalmente a terra, ou seja, tinham terra própria, quanto famílias assentadas em terras alheias ou em terras de outros proprietários, como arrendatário, meeiro, agregado, além de uns poucos casos de posseiros. (...) A valorização das terras, pelo café, levou a uma redefinição do domínio e/ou posse da terra. O arrendamento subiu tanto de preço que se tornou inviável; os agregados e meeiros desapareceram e as pressões surgiram em relação aos posseiros. (SANTOS, 1987, p. 96).

da terra e a máxima exploração do trabalho, tanto no campo, quanto nas cidades. Contudo, com o crescimento urbano, o asfaltamento da cidade e as possibilidades de ampliação do comércio e da indústria, ocorrem melhorias significativas no espaço urbano, como a chegada de escolas, hospitais, universidade e faculdades, atividades de lazer, dentre outros, embora, beneficiando, de forma desigual, a população. (SOUZA, 2008, p. 397).

Essas transformações espaciais também ocorrem, de forma menos intensa, no município de Barra do Choça. No campo, ao congregar o aumento da produção cafeeira; com algum efeito na cidade provocado pela expropriação no campo, pequeno crescimento no comércio e instalação de alguns equipamentos públicos e privados: bancos, diversificação do comércio, etc. Essas mudanças, nas suas contradições, colocou o município no cenário nacional, entre os maiores 10 produtores de café do país; mas também representou: concentração fundiária, desemprego no campo e mobilidade da força de trabalho para outros locais. O Quadro - 01 destaca os maiores municípios produtores de café do país.

Após os avanços de crescimento no campo e na cidade durante as décadas de 1970 e 1980 são marcadas com grandes transformações no espaço, com o aumento da população no município, formação de aglomerações, povoados e distritos e toda uma infraestrutura que se criava para dá suporte ao desenvolvimento da cafeicultura.

Na cidade, foram implantados diversos serviços: banco, escolas, hospital, rodoviária, disponibilidade energia elétrica, rede de abastecimento de água potável, o que levou ao fortalecimento do comércio local, a exemplo do CEASA e demais infraestrutura urbana. Essas mudanças espaciais na cidade caminharam *pari passu* a expansão da produção cafeeira no campo. O município se transforma dentro desse processo contraditório e desigual.

Quadro - 01: Dez principais produtores de café no Brasil - 2007.

UF	Município	Área plantada (há)	Área Colhida	Quantidade colhida (t)	Rendimento médio (kg/há)	Valor da produção em R\$ (1.000)
ES	Jaguaré	19.000	19.000	36.480	1.920	116.736
ES	Vila Valério	22.500	22.500	31.050	1.380	102.465
MG	Patrocínio	29.340	29.340	29.927	1.020	119.708
ES	Sooretama	17.000	17.000	27.200	1.600	89.760
ES	Linhares	15.050	15.050	27.030	1.796	94.064
ES	Rio Bananal	15.000	15.000	24.750	1.650	81.675
ES	Nova Venécia	20.000	20.000	24.000	1.200	76.800
SP	Garça	12.000	12.000	21.600	1.800	69.120
ES	São Mateus	13.510	13.510	21.076	1.560	68.497
BA	Barra do Choça	23.000	18.400	20.976	1.140	75.514

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2007.

O crescimento da cidade foi realizado a partir das ruas antigas que existiam, desde o período do tropeirismo. As antigas ruas que serviam de passagem se tornaram Av. Getúlio Vargas, com uma grande Praça Central de 02 vias, em uma ponta a matriz da Igreja Católica Senhor do Bonfim e na outra extremidade o prédio da Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores. As figuras (07, 08, 09 e 10) a seguir demonstram um pouco dessas transformações espaciais da cidade de Barra do Choça ao longo das décadas.



Figura – 07: Visão panorâmica da Praça Senhor do Bonfim na década de 1970. Fonte: Arquivo Público, Cinquentenário de Barra do Choça - 2012.



Figura – 08: Visão panorâmica da Praça do Comércio na década de 1970. Fonte: Arquivo Público, Cinquentenário de Barra do Choça - 2012.



Figura – 09: Imagem aérea da Praça Senhor do Bonfim, 2022. Foto: Gutemberg Ferreira de Oliveira, 2022.



Figura – 10: Imagem aérea da Praça do Comércio, 2022. Foto: Gutemberg Ferreira de Oliveira, 2022.

Uma dos prédios de referência na busca de serviços públicos para a comunidade ao longo de sua formação histórica e geográfica, é o prédio da Prefeitura Municipal de Barra do Choça – Ba, que teve diversas transformações arquitetônicas desde a sua construção, como pode-se visualizar nas figuras 11, 12 e 13.



Figura – 11: Visão frontal da Prefeitura Municipal de Barra do Choça – BA, na década de 1980.
Fonte: Arquivo Público, Cinquentenário de Barra do Choça - 2012.



Figura – 12: Visão frontal da Prefeitura Municipal de Barra do Choça – BA, nos anos 2000.
Fonte: Arquivo Público, Cinquentenário de Barra do Choça - 2012.



Figura – 13: Visão frontal da Prefeitura Municipal de Barra do Choça – BA, em 2022.
Foto: Foto Eric Fabiano Silva.

Diante da movimentação financeira que se formava por conta da cafeicultura e o início da estruturação do comércio local, houve a implantação do primeiro banco do município na década de 1980, o banco BANEB¹¹.

¹¹ O Banco do Estado da Bahia (BANEB) foi um banco estatal fundado em 1952 e arrematado em leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, pelo banco Bradesco, em 22 de junho de 1999, por 260 milhões de reais.



Figura - 14: Banco BANEB e ao lado prédio Câmara de Vereadores de Barra do Choça – BA, década de 1980. Fonte: Arquivo Público, Cinquentenário de Barra do Choça - 2012.

A população aumentava e conseqüentemente a sede do município, gerando uma demanda por serviços. Assim, diversos espaços eram construídos pelas relações que ali se desenvolviam, tanto pelo interesse do poder público, bem como do capital que se expandia e consolidava já definindo as melhores condições para a especulação. As transformações aconteciam na cidade, mas ainda muito ligadas aos costumes agrícolas. Construções de praças, outros espaços públicos e pontos comerciais emergiam e iam delineando a sede (Figuras 15 e 16).

Algumas fundações criadas a partir do banco ainda são mantidas por ex-trabalhadores do banco. O Clube do Baneb e a Caixa de Assistência dos Empregados do Baneb (CASSEB) por exemplo são duas das empresas ainda mantidas por administração de ex-empregados. Em 2012, o Clube encerrou suas atividades alegando falta de recursos e retorno financeiro para manter o clube de portas abertas.



Figura - 15: Praça Castro Alves de Barra do Choça – BA, década de 1970. Fonte: Arquivo Público, Cinquentenário de Barra do Choça - 2012.



Figura - 16: Homens trabalhando na limpeza da Praça Castro Alves de Barra do Choça – BA, década de 1970. Fonte: Arquivo Público, Cinquentenário de Barra do Choça - 2012.

Um dos equipamentos públicos mais esperados pela comunidade municipal foi a construção do Hospital Sr. José Maria de Magalhães Netto (Figura 17), para atendimento da população. Há diversos relatos dos agricultores entrevistados que no passado as famílias se dirigiam em grupos para a sede de Vitória da Conquista e até mesmo para Feira de Santana, em lombos de animais, para buscar atendimento médico.



Figura – 17: Unidade Mista Dr. Edgar Santos, inaugurada em 05/01/1979. Atualmente Hospital Dr. José Maria de Magalhães Netto. Pesquisa de campo: 2022.

Nas décadas que se seguem, 1980 e 1990, com o rápido crescimento populacional que ocorria, devido à procura de emprego nos cafezais e um comércio que surgia, iniciou-se uma grande demanda de serviços públicos urbanos, principalmente as pavimentações das ruas (Figuras 18, 19, 20 e 21), em que, anteriormente, devido ao clima as ruas passavam a maior parte do ano em situação de lama e até mesmo lodo.



Figura - 18: Pavimentação da Praça da Feira de Barra do Choça – BA, década de 1980. Fonte: Arquivo Público, Cinquentenário de Barra do Choça -



Figura - 19: Pavimentação da BA – 641, trecho Sede – Lucaia, 2004. Fonte: Arquivo Público, Cinquentenário de Barra do Choça - 2012.



Figura - 20: Pavimentação da rua Eugênio Grilo de Barra do Choça – BA, 2010. Fonte: Arquivo Público, Cinquentenário de Barra do Choça - 2012.



Figura - 21: Pavimentação do bairro Nova Esperança de Barra do Choça – BA, 2010. Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

A partir da década de 1980, com o crescimento da população, sobretudo urbana, demandou-se de uma quantidade maior de serviços, como os em educação, cultura e esporte, a exemplo da criação de mais de 40 escolas na sede e na zona rural do município, e que atualmente são mais de 45 unidades de ensino

ativas entre creches e escolas. As figuras (22, 23, 24 e 25) apontam a construção de alguns desses equipamentos na cidade de Barra do Choça/BA.



Figura - 22: Sede da Secretaria Municipal de Educação de Barra do Choça – BA, 2022. Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.



Figura - 23: Construção da Praça e Quadra Poliesportiva do bairro Ouro Verde de Barra do Choça – BA, 2004. Fonte: Arquivo Público, Cinquentenário de Barra do Choça - 2012.



Figura – 24: Creche Sheila Teixeira Oliveira de Barra do Choça – BA, 2011. Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.



Figura - 25: Reforma da Escola Municipal Teódulo Leite de Barra do Choça – BA, 2022. Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

O desenvolvimento da agricultura comercial no campo também levou a transformações espaciais significativas no município. A valorização e concentração das ‘melhores’ terras¹² fomenta a concentração fundiária e a mobilidade do trabalho de parte dos que viviam do campo em direção à cidade. Também no campo, verifica-se a tendência a formação de aglomerações rurais, principalmente pela facilidade de conseguir emprego, proximidade com as propriedades produtoras de

¹² Vê-se aqui relação com o debate da renda diferencial trazida na seção 2 desta dissertação. Em que as condições produtivas e as possibilidades de auferir maior renda leva aos grandes proprietários ou os empreendimentos agrícolas a se expandirem, se apropriando dessas terras e expropriando parte significativa da população local camponesa.

café, e também o preço dos terrenos nessas áreas serem mais baratos do que na sede. Atualmente o município possui um Distrito Barra Nova (Figura 26), e povoados Cafezal (Figura 28), Santo Antônio I e II, e Boa Vista e diversas outras aglomerações (Figura 27).



Figura – 26: Imagem aérea do Distrito de Barra Nova de Barra do Choça - BA, 2022. Foto: Gutemberg Ferreira de Oliveira, 2022.



Figura – 27: Imagem aérea da Comunidade da Serraria de Barra do Choça - BA, 2022. Foto: Gutemberg Ferreira de Oliveira, 2022.



Figura – 28: Imagem aérea do Povoado Cafezal de Barra do Choça - BA, 2007. Arquivo Público, Cinquentenário de Barra do Choça - 2012.

Porém, após a auge na produção do café – o que ficou marcado na produção do espaço do município foi a desigualdade social, caracterizada pela exploração do trabalho e a degradação da natureza, devido ao uso desenfreado da terra e dos incrementos da indústria química – via pacotes tecnológicos que caracterizaram tal projeto ‘modernizante’ e diversas fazendas que abandonaram os cafezais ou transformaram em pastos (figuras 26 e 27). A desigualdade social é marcada pelos índices educacionais e sociais alarmantes, alta taxa de violência e mortes da população jovem, motivadas principalmente pelo tráfico de drogas, dentre outras questões, como podemos vê nos dados a seguir.

Na área utilizada para a cultura cafeeira de Barra do Choça – BA houve uma oscilação considerável em um movimento negativo, sendo que em 2004 representava 19.500 ha, atingindo o ápice em 2008 com 23.260 ha, em 2019 o seu menor valor de 14.500 ha e para o ano de 2021 o valor de 16.000 ha (Fonte: IBGE, Cidades, 2022). Considerando esse intervalo ocorreu uma diminuição de 7.260 ha, o que representa 31,21% do valor quando atingiu uma maior área de produção no intervalo abordado.



Figura – 29: Imagem aérea de Cafezal abandonado e substituído por pasto na região dos Morrinhos, de Barra do Choça - BA, 2022. Foto: Gutemberg Ferreira de Oliveira, 2022.



Figura – 30: Imagem aérea de Cafezal abandonado e substituído por pasto na região dos Morrinhos, de Barra do Choça - BA, 2022. Foto: Gutemberg Ferreira de Oliveira, 2022.

Outro dado significativo e preocupante condiz com a taxa de homicídio de jovens por armas de fogo por 100 mil habitantes, para o ano de 2000 o município possuía uma taxa de 7,47, já em 2019 a taxa subiu para o surpreendente valor de 101,23 (Fonte: Atlas da Violência – IPEA, 2022). As ações de violência com

requite de crueldade passam a fazer parte do cotidiano e afetam diretamente o modo de vida.

As figuras 31, 32 e 33 apresentam as transformações no espaço urbano de Barra do Choça em diferentes períodos históricos, estando a foto 30 destacando parte da atual configuração da sede municipal.



Figura – 31: Imagem aérea da Sede de Barra do Choça - BA, 1980. Arquivo Público, Cinquentenário de Barra do Choça - 2012.



Figura – 32: Imagem aérea da Sede de Barra do Choça – BA, 1990/ 2000. Arquivo Público, Cinquentenário de Barra do Choça - 2012.



Figura – 33: Imagem aérea da Sede de Barra do Choça - BA, 2022. Foto: Gutemberg Ferreira de Oliveira, 2022.

Atualmente o município possui uma população recenseada de 35.332 habitantes, dividido em 17.383 homens e 17.949 mulheres (Censo demográfico, IBGE 16/dez/2022, em curso), sendo que no último Censo representava 34.788 (IBGE 2010) e uma área de 765,936 Km² (IBGE 2021), com o gentílico de barrachocense e o seu aniversário em 22 de junho.



Figura – 34: Visão panorâmica aérea central de Barra do Choça - BA. 2022.
Foto: Gutemberg Ferreira de Oliveira, 2022.

Considerando a temática abordada por essa pesquisa, apresenta-se alguns dados que são de fundamental importância para a contribuição e análise dos estudos e mostram o perfil do espaço agrário estudado, principalmente no aspecto da estrutura fundiária. Com base no Censo Agropecuário – 2017 e dados organizados pelo Projeto GeografAR/UFBA, o município possui 57.643 ha de área de cultivo, sendo que 55.557 ha são de propriedade privada individual.

Observando o Quadro - 02 e gráfico– 01 constata-se que as propriedades entre 0ha a 20ha representam o número de 1.434 unidades, o que equivale um percentual de 71,85% dos estabelecimentos agropecuários, ocupando apenas uma área 6.906 ha o que abrange apenas 11,96% das terras. Esse perfil no município é típico de pequena propriedade, característico do camponês em que a grande

maioria tem como fonte de trabalho a própria família, de forma manual e a produção é a principal fonte de renda, condição fundamental para sua reprodução.

Quadro – 02: Estrutura Fundiária Barra do Choça – BA, 2017.

Município: Barra do Choça (BA) Ano: 2017 MF¹: 35(ha) FMP²: 2(ha) IG³: 0,765

Grupo de Área	Estabelecimento (nº)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	13	1	0,65	-
De 0,1 a menos de 0,2 ha	16	2	0,80	-
De 0,2 a menos de 0,5 ha	127	47	6,36	0,08
De 0,5 a menos de 1 ha	109	76	5,46	0,13
De 1 a menos de 2 ha	261	325	13,08	0,56
De 2 a menos de 3 ha	165	365	8,27	0,63
De 3 a menos de 4 ha	104	331	5,21	0,57
De 4 a menos de 5 ha	64	268	3,21	0,46
De 5 a menos de 10 ha	251	1.591	12,58	2,76
De 10 a menos de 20 ha	324	3.900	16,23	6,77
De 20 a menos de 50 ha	271	8.179	13,58	14,19
De 50 a menos de 100 ha	126	8.742	6,31	15,17
De 100 a menos de 200 ha	97	12.760	4,86	22,14
De 200 a menos de 500 ha	49	14.593	2,45	25,32
De 500 a menos de 1.000 ha	7	5.250	0,35	9,11
De 1.000 a menos de 2.500 ha	1	1.213	0,05	2,10
De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-	-	-
De 10.000 ha e mais	-	-	-	-
Produtor sem área	11	-	0,55	-
Total	1.996	57.643	100*	100

Fonte de dados: IBGE, INCRA e Censo Agropecuário, 2017.

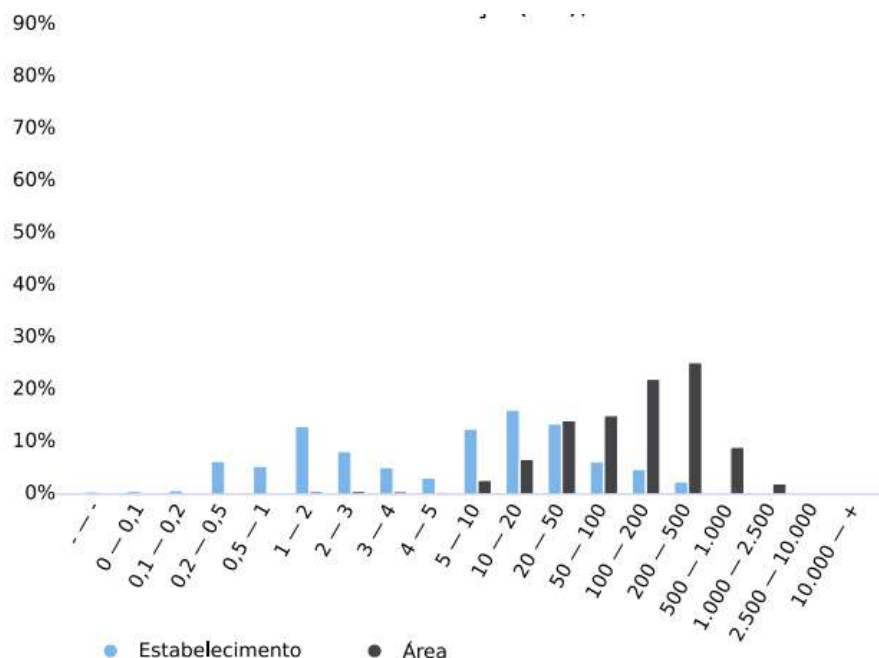
Elaboração: Projeto GeografAR 2020/ 21.

Já as propriedades de 20 ha a 200 há possuem 494 unidades, representando 24,75%, que ocupa uma área de 29.681ha, equivalente 51,82% da área total. Com base na realidade estudada, apresentam características de média propriedade, onde existe, em geral, o trabalho da família, com a contratação de terceiros e a utilização de equipamentos e máquinas. Nesse caso, boa parte dos produtores possui algum outro tipo de renda, mas dependem da produção agrícola para a sua reprodução.

Entre as propriedades de 200 ha a 2500 ha existem 57 unidades, equivalendo a 2,85% das propriedades, abrangendo uma área 21.086 ha, com o percentual de 36,53% das terra, não tendo estabelecimentos acima de 2.500ha. Esses grupo de estabelecimentos são classificados como grandes propriedades com o perfil voltado para o agronegócio onde a força de trabalho é praticamente contratada em sua totalidade, prevalecendo o uso de máquinas e equipamentos. A produção predominante é a de *commoditie* e os produtores possuem mais um caráter de

investidores, sendo o desenvolvimento da produção agrícola uma atividade secundária.

Gráfico – 01: Estrutura Fundiária Barra do Choça – BA, 2017.



Fonte de dados: IBGE, INCRA e Censo Agropecuário, 2017.
Elaboração: Projeto GeografAR 2020/ 21.

O município possui 1.996 estabelecimentos agropecuários e 1.797 produtores individuais, em que na sua grande maioria possuem uma condição de proprietário desses estabelecimentos, um fato que corrobora a consequência da intensa política de crédito rural, pois para ter acesso é pré-requisito a comprovação de posse da terra, apresentando uma pequena prática de arrendamento ou parceria.

Quadro – 03: Condição do produtor em relação às terras por nº de estabelecimentos agropecuários em Barra do Choça – BA.

Condição	Nº
Proprietário(a) inclusive os(as) coproprietários(as) de terras tituladas coletivamente (estabelecimentos)	1843
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva (estabelecimentos)	55
Arrendatário	9
Parceiros	18

Comodatário(a) (inclusive com termo de autorização de uso sustentável - taus) (estabelecimentos)	50
Ocupante (a justo título ou por simples ocupação)	10
Produtor sem área	11
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos.	

O perfil dos proprietários dos estabelecimentos agropecuários é composta em sua grande maioria por homens de cor ou raça parda, seguido por branca e preta. Essa situação ainda demonstra a relação histórica de machismo em que o homem fica a frente da gestão das propriedades e posse dos bens. Quanto a raça, quando comparados com a realidade concreta nota uma disparidade grande, por conta de ser uma coleta de dados baseado na autodeclaração e o campo vivencia intensamente heranças de um racismo estrutural.

Quadro – 04: Sexo do produtor por nº estabelecimento agropecuário em Barra do Choça – BA.	
Sexo	Nº
Masculino	1681
Feminino	315
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos.	

Quadro – 05: Cor ou raça do produtor por nº estabelecimento agropecuário em Barra do Choça – BA.	
Raça	Nº
Branca	719
Preta	270
Amarela	3
Parda	1000
Indígena	4
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos.	

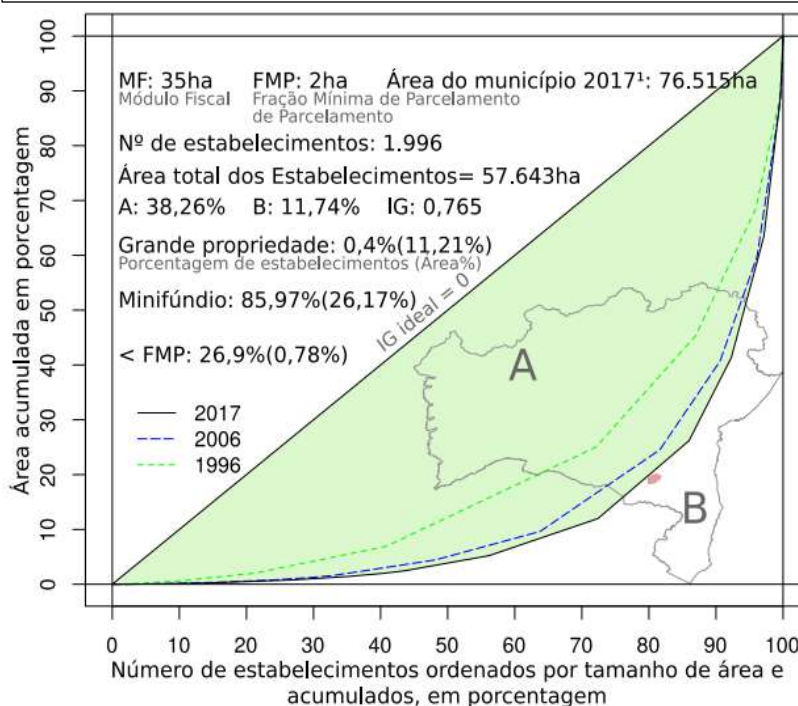
Observando o Quadro – 06 e 07 constata-se que a grande parte dos estabelecimentos são produtivos e em sua grande maioria de lavouras permanentes, representando principalmente os cafezais e pastos. E as lavouras temporárias são resultado da política de diversificação de culturas ligadas ao hortifuti.

Quadro – 06: Lavoura: por nº estabelecimento agropecuário em Barra do Choça – BA.	
Lavouras	Nº
Permanentes	1567
Temporárias	543
Área p cultivo de flores	6
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos.	

Quadro – 07: Pastagens por nº estabelecimento agropecuário em Barra do Choça – BA.	
Pastagens	Nº
Naturais	595
Plantadas com boas condições	626
Plantadas em más condições	58
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos.	

A pastagem é algo comum no campo barrachocense e está presente em quase 80% dos estabelecimentos; faz parte da história o fato de que muitos proprietários criavam seus animais de forma extensiva, traziam de outros lugares e criavam na larga¹³. E atualmente tem a agropecuária de leite muito forte que abastece o mercado interno e alguns municípios vizinhos.

Gráfico – 02: Curva de Lorenz e Índice de Gini das áreas dos estabelecimentos agropecuários de Barra do Choça – BA. 2017.



Fonte de dados: IBGE e INCRA. Elaboração: GeografAR 2020. Área do município em 2017, segundo o IBGE, pode ter alterações nos anos anteriores.

¹³ Larga: termo utilizado pelos produtores em meados do século XX para o manejo do gado que vinham do sertão para o município barrachocense para repouso do pasto sertanejo no período de seca, onde os animais eram soltos sem isolamento de área.

Analisando o gráfico - 02, observa que o índice de Gini para o ano de 2017 era de 0,765, aproximando de 1, isso demonstra, na realidade concreta, a desigualdade e como a propriedade privada da terra é fonte de geração e apropriação de renda.

O município de Barra do Choça – BA possui uma estrutura fundiária baseada na concentração e desigualdade de distribuição de terras. A história do município é marcada pela luta e conquista de terras, por meio dos assentamentos rurais, mas mesmo assim não foram suficientes frente ao avanço do capital por meio da implantação do monocultivo do café e agropecuária extensiva.

Nessa análise da conjuntura e da realidade concreta que se busca compreender a produção do espaço agrário de Barra do Choça - BA e o processo da sujeição da renda ao mercado, desde a produção, a circulação e a distribuição das mercadorias fruto do trabalho camponês. Embora, parte dessa produção seja consumida no mercado local, regional, outra parte é direcionada ao mercado internacional. Partindo do pressuposto que os indivíduos por sua gênese são seres sociais e que é nas relações sociais, a partir do trabalho, que são construídas ou transformadas a nossa realidade.

3.2 As formas de reprodução/sujeição da pequena produção camponesa e os conflitos por terra

A partir da década de 1970, conforme já apontado, houve a implantação da cafeicultura, com foco na variedade "*Coffea arábica*", popularmente conhecido como arábica, o qual proporcionou avanço na produção e participação no mercado nacional e mesmo internacional. Conforme já destacado, essa realidade alterou a produção dos espaços dos municípios da região produtora, sendo de maior intensidade no município e na cidade de Vitória da Conquista, para onde convergiu os investimentos em infraestrutura urbana voltados, sobretudo, para viabilizar a difusão do cultivo e a circulação da produção. Esse aparato foi criado, inicialmente, pelo governo do estado, através de instalação de equipamentos públicos voltados a

pesquisa, a extensão rural e a viabilização do crédito bancário, seguindo-se de uma aparato de capital privado, que, também, favoreceu a expansão do comércio, da indústria (ainda que pouco representativa), dos serviços e outros setores econômicos.

No que se refere ao monocultivo do café, essa se espalha entre municípios do Centro-Sul como: Poções, Barra do Choça e Planalto, mas é em Vitória da Conquista que se concentra o capital investido – aquela parcela que é fixado, sendo, em grande medida os resultados da produção – da riqueza socialmente produzida, levada para fora da região, atendendo os interesses do grande capital, sobretudo financeiro – que se apropria dessas *commodities* e as valorizam por meio de operações nas grandes bolsas de valores do mundo. De uma forma ou de outra, é na cidade de Vitória da Conquista que se incorpora a parte do capital investido na consolidação do agronegócio do café, aumentando as desigualdades entre os municípios da região, e não fomentando o desenvolvimento regional – como difundido pelas políticas do estado – quando da implantação e incentivo ao monocultivo.

Ao se abordar o processo de sujeição da renda da terra camponesa ao capital, cabe destacar que estamos considerando aqueles pequenos produtores que se mantêm na terra de trabalho, retirando dessa o sustento da família; mas de um campesinato que, conforme já mostrado na seção anterior, também é influenciado e sujeita sua terra e o seu trabalho a produzir em acordo com as determinações do capital.

Nesse processo, embora possamos referendar que a difusão do monocultivo do café concentrou a terra e expropriou muitas famílias camponesas, essas não desapareceram, se reproduziram, inclusive no município de Barra do Choça, mas, também, passam a ser influenciados pelo mercado e, muitas vezes, deixa de produzir cultivos variados, que historicamente caracterizou a vida camponesa, para produzir aquilo que o mercado define, como no nosso caso em estudo o café e, mais recentemente, o morango.



Figura – 35: Visão panorâmica de uma fazenda de café no início da década de 1970, Visita de técnicos do IBC, Banco do Brasil e produtores.
Fonte: Arquivo Público, Cinquentenário de Barra do Choça - 2012.

Assim, se insere nas determinações do mercado. Para produzir, adquire pacotes tecnológicos, equipamentos, produtos e créditos bancários, tornando-se refém dessas frações do capital industrial e financeiro. Além disso, para comercializar a produção, se tornam vinculados às redes de comercialização, tendo sua produção definida pelo preço que o mercado estabelece. Em geral, por ter pouca terra e obter resultados mais pacatos na produção, muitas vezes a repassa para atravessadores e redes de comerciantes, estabelecidos em Vitória da Conquista, que também abocanha, sem muito trabalho, parcela de sua renda.

Conforme já apontado, a renda da terra se configura no resultado do trabalho que se pode obter com a produção efetiva, a transformação do trabalho em mercadoria. No caso da produção camponesa, por esses obterem pouca terra e recurso, essa renda, geralmente, direciona-se para a satisfação da própria família, sendo o excedente da produção, em geral, destinado a venda e satisfação das necessidades imediatas. Ao inserir-se nas determinações do mercado, aquilo que é colocado como possibilidade de desenvolvimento e autonomia financeira para o

camponês, se torna um grande 'canto da sereia', onde agora, o mercado determina o como e o quanto produzir, como essa produção deve ser comercializada e o preço que se paga por ela.

O círculo vicioso se inicia antes mesmo da produção, onde, para obtê-la o produtor direto tem que fazer empréstimos bancários, adquirir todos os equipamentos, trabalhar durante um longo período, assumir os riscos da produção – se houver perdas, e cumprir com os patamares produtivos. Quando consegue produzir a contento, os camponeses, sobretudo os mais pobres, encontram a dificuldade na circulação e comercialização dessa produção. Ao final do processo, uma parte da sua renda, produto de seu trabalho, fica com o banco, outra parte com a indústria – dos equipamentos, dos produtos químicos utilizados, etc., outra fica com as redes de comércio – que fazem com que essa produção chegue a seu destino. Para o camponês a absorção da renda, produto de seu trabalho, pode ser mínima, ou mesmo inexistente.

Não raro, as famílias ficam endividadas ao final do processo, sobretudo se enfrentam situações inesperadas, como o prolongamento de uma seca, por exemplo, o adoecimento de membros da família, o constante encarecimento dos insumos utilizados na produção, ou mesmo as flutuações nos preços do mercado. Tudo isso, pode vir a representar maiores dificuldades na lógica da reprodução camponesa.

Além disso, o processo de sujeição da renda dos camponeses de Barra do Choça, no qual toda riqueza produzida passa a ser destinada as localidades onde as relações capitalistas estão mais desenvolvidas, é, em parte, absorvida em Vitória da Conquista, que desfruta, ao longo dos anos, da condição de centro de circulação de mercadorias, concentrando a parcela de capital que permanece na região, nos campos da economia, educação e saúde; e concentrando a oferta dos serviços públicos mais qualificados.

Esse processo resultou em diversos aspectos considerados 'positivos' para as classes proprietárias locais: crescimento econômico e populacional, atração de outras frações de capital que, em certa medida, colocou o município de Vitória da Conquista, no cenário nacional. Porém, após o auge dos investimentos de capital e da produção da *commoditie* na região, marcado por um contexto de crise do capital

e sua busca desenfreada por novos espaços onde possa extrair valor (HARVEY, 2005) o que ficou marcado foi a desigualdade social, intensificada pela exploração do trabalho e a degradação da natureza.

Em 1972, com a implantação da lavoura cafeeira, o município contou com uma grande concentração populacional na zona urbana, ocasionada, em parte, pelo processo migratório, em função dos empregos gerados pelo café. Dessa forma, entre os anos de 1970 e 1980, enquanto a Bahia registrou um crescimento populacional anual de 2,35%, Barra do Choça apresentou uma taxa anual de 8,67%. No período de 1991 a 1996, o crescimento populacional foi de 56,2% (COSTA, 1987).

Nesse contexto, a pecuária e a pequena produção, que era de subsistência, perderam espaço para a produção em larga escala do café (Figura -32), o que gerou o crescimento da oferta de força de trabalho e o significativo aumento de sua população (SANTOS, 1987).

Uma vez que a cultura do café passou a ser um grande investimento, muitos proprietários passaram a se interessar pelas terras da região. Dessa forma, posseiros e meeiros, que cultivavam basicamente para a subsistência, foram separados das suas terras, que foram vendidas ou indenizadas (COSTA, 1987).

Com a concentração de terras, os camponeses se viram forçados ao deslocamento campo-cidade. O destino da maioria dos antigos produtores tem sido os bairros periféricos da cidade e trabalham como “bóias-frias” (SANTOS, 2001).

Embora em grande parte dos órgãos do estado, o que também é absolvido por parte da produção acadêmica, busca-se apelar para a posição geográfica do município, a ideia de espaço locacional, absoluto, e às condições naturais, a explicação para a difusão da lavoura cafeeira, sob o signo de uma possível ‘aptidão natural’, o que esta pesquisa vem reforçar é justamente o contrário; pois, embora as condições edafoclimáticas e mesmo a existência em abundância (em princípio) de um ‘recurso’ fundamental à produção agropecuária: a água, o processo é muito mais profundo.

Ainda que na teoria da renda da terra, tal qual apontada por Marx (1984), se possa admitir, no tipo de renda diferencial 1, que o tipo de solo e a localização do

terreno são importantes na extração da renda se comparada às condições de outro terreno em condições naturais e de localização mais delicada. Mas, desde o final do século XIX, quando elaborou a teoria, Marx (1984) já admitiria que esses casos, a medida em que os investimentos de capital na agricultura avançasse (diferencial 2) seriam, cada vez mais, raros.

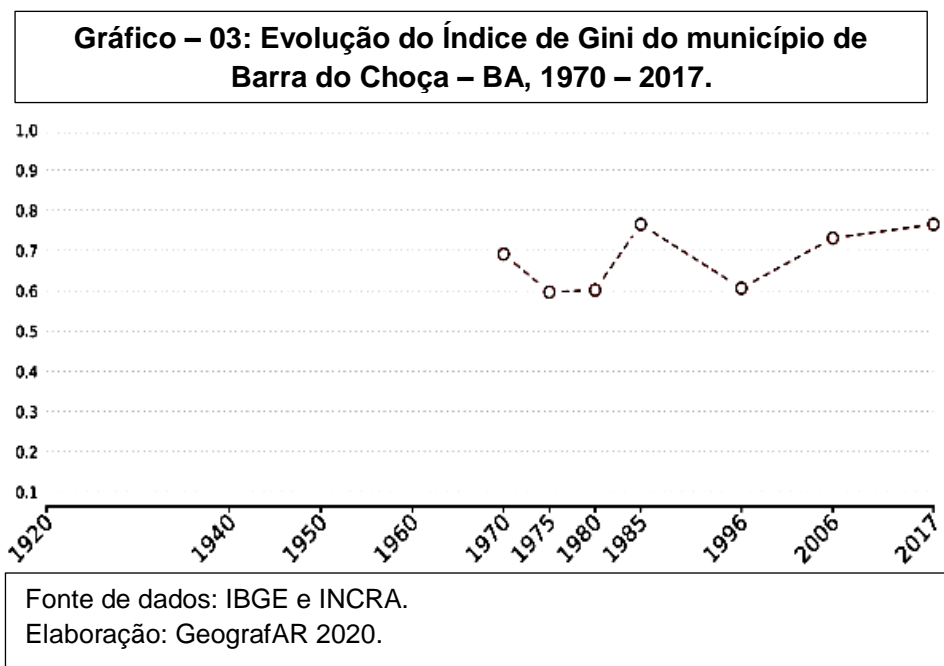
Portanto, quando se fala de um processo que se efetiva na década de 1970 e seguintes no Centro-Sul baiano, com significativo aporte de capital, tanto público quanto privado, como o que foi investido na difusão da lavoura cafeeira, torna-se um pouco idílico, senão fantasioso, ou mesmo nada dialético, buscar naturalizar um processo que se deu no âmbito das próprias contradições sociais e históricas, aliada aos interesses do capital mundializado e em crise, que se apropria das terras e do trabalho como forma de ampliar suas riquezas.

Importante ressaltar que, além do monocultivo do café, outras atividades foram fomentadas no município, inclusive nas terras camponesas, com destaque para a bovinocultura leiteira (com indústria de processamento de leite e sistema de cooperativas), as culturas anuais de feijão e milho, a fruticultura e a floricultura.

O gráfico – 03 e quadro – 08, a seguir que trata da evolução do Índice de Gini em Barra do Choça no período 1970/1995, demonstra que o crescimento da lavoura cafeeira se deu com a redução das pastagens. Outra informação importante, neste gráfico, é que, a partir da década de 1980, o incremento das lavouras vem se dando mais pela incorporação de novas áreas, com impacto muito forte nas áreas de matas e florestas.

A estrutura fundiária, que já apresentava concentração em 1970, pouco mudou nas décadas seguintes. Enquanto os estabelecimentos pequenos (- de 20 ha) sofreram decréscimo de -38,75% no número de imóveis rurais e - 50% em área no período 1970/1980, os demais grupos cresceram ou se mantiveram dentro dos valores apresentados em 1970. Assim, o movimento mais importante foi a diminuição da pequena propriedade rural e o aumento dos estabelecimentos de 20 a 100 ha. Isso significa que no avanço da cafeicultura, os médios e grandes proprietários passaram a plantar café, enquanto os pequenos, na sua grande maioria, tiveram que vender suas terras e fazer o deslocamento campo-cidade,

provocando um significativo crescimento urbano na cidade de Barra do Choça (COSTA, 1987; SOARES, 1997).



Mas, em uma pesquisa que tem por questão central demonstrar as contradições na produção desigual do espaço agrário, trazendo o avanço do capital no campo e o processo de sujeição da renda camponesa, via mecanismo de mercado, que se desenvolve efetivamente na região e no município em estudo – por meio do monocultivo do café; cabe considerar que, ainda que se sujeitando ao capital, o campesinato, entre ele no município de Barra do Choça permanece e se reproduz ao longo do tempo.

Isso é demonstrado por Souza (2008) ao citar os posseiros de Matas de Pau-Brasil, um dos maiores conflitos por terra já ocorrido na região, em final da década de 1970, se estendendo para a década seguinte e que culminou em forte violência do grileiro e do Estado, *versus* a mobilização dos camponeses; a experiência dos movimentos de luta pela terra que atuam no município e na região, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – que organizou ocupação de áreas de latifúndios para fins de reforma agrária; ou mesmo as experiências de permanência de diversas comunidades tipicamente camponesas, no tempo e no espaço, organizadas em movimentos sociais como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) ou não; as diversas cooperativas,

associações rurais, e entidades sociais que atuam ou atuaram no município como: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Articulação do Semiárido (ASA), o Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB), a Cooperativa Mista Agropecuária dos Pequenos Agricultores do interior da Bahia (COOPASUB), dentre tantos outros. Evidenciando, que mesmo em um contexto de expansão do capital no campo, de projetos políticos à direita – como parte da estratégia de avanço de um capital em crise, de fascismo, estupidez, ignorância e negação da ciência, a luta pela terra e atuação dos sujeitos camponeses continuam a acontecer.

Quadro – 08: Evolução do Índice de Gini do município de Barra do Choça – BA, 1970 – 2017.	
anos	Índice de Gini
2017	0,765
2006	0,731
1996	0,606
1985	0,765
1980	0,602
1975	0,597
1970	0,691

Fonte de dados: IBGE e INCRA.
Elaboração: GeografAR 2020.

Em Barra do Choça existem três assentamentos rurais, totalizando 2430 hectares e atendendo a 163 famílias, que trabalham em sistema semi-cooperado com produção de café e pecuária leiteira. O Assentamento Mocambo, localizado na rodovia Vitória da Conquista/Barra do Choça - km 14, ocupa uma área de 1236 hectares e é cultivado por 80 famílias; o Assentamento Cangussu, localizado na região do Povoado Cafezal, ocupa uma área de 877 hectares e é cultivado por 60 famílias; e, finalmente, o Assentamento Pátria Livre, localizado na rodovia Vitória da Conquista/Barra do Choça – km 20, ocupa uma área de 317 hectares, atendendo a 23 famílias de trabalhadores rurais.

Ainda assim, a economia municipal encontra-se bastante vinculada à lavoura cafeeira, que responde por 83% da atividade econômica municipal e pela ocupação da maior parte da força de trabalho empregada na agricultura, fato que demonstra o impacto da modernização da agricultura nesse município, como em outros na região. Antes da implantação da cultura cafeeira, as atividades econômicas predominantes eram a pecuária extensiva e a agricultura tipicamente camponesa de feijão, milho e mandioca que atendiam às necessidades da população e o excedente era comercializado nas localidades próximas. Em 1997 foi criada a Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico (SEADE), responsável pela implementação de ações voltadas para o desenvolvimento de novas atividades produtivas, com o propósito de diversificar a economia local, fixando o homem no campo e gerando emprego e renda, alinhando-se, assim, a difusão dos projetos voltados a agricultura mercantilizada e não a pequena produção e permanência desses na terra. As principais atividades econômicas do município, além da cafeicultura, são o plantio de feijão, milho e mandioca, a fruticultura, a bovinocultura leiteira, a apicultura, a floricultura e a agroindústria.

A partir de 1997 muitas associações foram criadas, em diversas comunidades rurais, objetivando melhorar as condições de vida da população camponesa, mesmo diante ao avanço da produção capitalizada e do processo de sujeição do pequeno produtor ao mercado. Atualmente, já são mais de 26 associações, das quais 20 são de produtores rurais, congregando cerca de 1.000 famílias.

Com relação aos aspectos comerciais, de acordo com o SEBRAE (1997), no município de Barra do Choça foram cadastradas 435 unidades, das quais 41 são do setor industrial, 122 empresas do setor comercial, cabendo ao setor de prestação de serviços a hegemonia das unidades comerciais, com 272 unidades. Conforme já apontado anteriormente, a cidade não apresentou, ao longo das décadas de desenvolvimento do monocultivo do café um crescimento tão significativo em outras atividades econômicas – como o comércio e serviços, que, em grande medida, se concentrou no município vizinho – Vitória da Conquista, situado a 26 Km desse, *loco* que concentrou parte da infraestrutura e dos investimentos de capital empregado. Ainda assim, ocorre, via expropriação e mobilidade do trabalho, o crescimento desses setores, o que decorre, sobretudo da

demanda ocasionada por uma significativa concentração da população na sede do município. Desses serviços, o de saúde e educação possuem destaque, sobretudo no que se refere ao serviço público.

Na leitura das contradições que se materializam na produção do espaço, o que implica em objetividades e subjetividades, é possível se observar que mesmo diante das desigualdades sociais existentes, ocorreram mudanças significativas no município, tanto no campo quanto na cidade. No campo permeado por novos e crescentes processos de sujeição da renda, controle da terra e expansão da produção para atender o grande mercado comercializador de *commodities*, ou mesmo novos 'projetos' voltados a 'diversificação' da produção, a exemplo da produção de morangos.

Na cidade, embora considerado essa parcela de trabalho expropriado, cuja riqueza se volta para espaços externos, é possível visibilizar, de forma mais concreta, a mobilização de parte do trabalho que fica no município, mas cuja distribuição, também, é desigual. Essa se faz através de uma certa melhoria na infraestrutura, e da chegada de determinados equipamentos que alteram a feição do urbano, mas o grande debate é entender até que ponto esses servem, efetivamente, aos trabalhadores barrachocenses. Mas, do ponto de vista da fragmentação do real ao plano econômico, ou seja aquele que interessa aos que se apropriam de parcelas da riqueza produzida, o município é apresentado e divulgado como destaque nacional e exemplo de desenvolvimento e dinamismo.

Um exemplo disso é que no ano de 2003, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), delega a Barra do Choça o título de município com melhor distribuição de renda do país, tendo a educação como fator decisivo nessa transformação. Essa determinação 'econômica' alcança corações e mentes no município, mesmo entre os sujeitos da classe trabalhadora, o que, na prática não passa de uma ideologia dominante que só serve para alimentar o apetite voraz do capital – que é o grande beneficiário de suas terras, da natureza e do trabalho. Eis, então, o risco da leitura do aparente, cujos fundamentos econômicos se estendem como se representasse as reais questões sociais.

A população total do município em 1940, era de apenas 750 habitantes, em 1960, já alcançava o número de 1.382 e, em 1970, de 8.953 habitantes, dos quais

1.553 (16,88%) viviam na área urbana e 7.400 (83,12%) na zona rural. Em 1980, a população local passou para 20.770 habitantes, sendo 6.414 residentes na área urbana e 14.356 na zona rural, com uma taxa de urbanização de 31,28%. O município de Barra do Choça entra na década de noventa apresentando um crescimento demográfico avançado, com um grande aumento da população principalmente na zona urbana. A zona rural, ao contrário, teve uma diminuição na sua população, de 14.089 habitantes em 1980, para 13.669 habitantes em 1991. Em 1996, a população total do município era de 38.669 habitantes, desse total 43,4% na área urbana enquanto 56,6% habitava a zona rural, ampliando o percentual de ruralização em 3,43% de 1991 a 1996 efeito que se atribui a lavoura cafeeira.

Já o dado do Censo de 2006, divulgado no ano de 2007, vai dar conta de que o município contava com 32.489 pessoas, sendo que dessas 11.198 (34,5%) viviam na zona rural e 21.191 (65,2%) na zona urbana. Considerando os dados históricos, pode-se observar que ocorre a inversão no perfil da população que antes vivia e tinha seu modo de vida e trabalho ligado ao universo do campo, e agora vive, em geral, do trabalho assalariado realizado, sobretudo, na cidade. Mas, ao nos propormos fazer uma leitura crítica sobre a produção do espaço em Barra do Choça/BA como parte de uma realidade mais ampla – de avanço do capital no campo; reunimos os elementos para confrontar a tese positivista que aponta o simples crescimento urbano e a saída do campo (lido como atraso) como condição de desenvolvimento de um povo. Um discurso que só interessa às classes detentoras dos meios de produção.

Confrontando com dados da estrutura fundiária, por exemplo, o que se vê é a concentração da propriedade privada da terra, condição que se vincula a lógica de desenvolvimento capitalista no campo, uma lógica excludente e desigual, porque retira, sobretudo dos pequenos produtores, a possibilidade de continuar vivendo do trabalho na terra. A concentração da propriedade e a apropriação das terras na difusão da produção cafeeira também traz diversas implicações à análise: permite aumentar a produção, o que se acresce com a utilização de crescentes tecnologias visando a produtividade, representando ganhos concretos para as classes que controlam a produção; mas, em geral, concentra a renda, além de diminuir a quantidade de empregos no campo (desemprego estrutural) e aumentar a degradação da natureza.

Por outro lado, a perda ou endividamento, implica na vida camponesa. A mobilidade do trabalho, impulsionada pela saída do campo em direção a busca de empregos na cidade nem sempre se consolida. A realidade de desemprego e trabalhos precarizados e temporários recai na reprodução desses sujeitos, em geral nos espaços periféricos e desprovidos de uma estrutura mínima para esses e suas famílias.

No censo de 2000, através de dados disponibilizados pelo SIDRA/IBGE, a população da Barra do Choça apresentava-se com 40.810, sendo 23.080 na zona rural e 17.730 na zona urbana. Dez anos depois, verifica-se a mudança no perfil da população barrachocense, vez que há uma diminuição da população total do município, uma considerável queda da população rural e um pequeno aumento da população urbana. Esses dados podem ser verificados no quadro – 09, a seguir.

Quadro – 09: Distribuição da população por situação domiciliar em Barra do Choça – BA (1970-2010).

Situação do domicílio	1970	1980	1991	2000	2010
Rural	7.759	14.040	13.200	23.097	12.381
Urbana	1.445	6.484	11.644	17.721	22.407
Total	8.904	20.524	24.844	40.818	34.788

Fonte:www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em julho de 2022.

Observando a série histórica, afere-se que o município de Barra do Choça apresentou taxas de crescimento muito superiores às médias verificadas em outros municípios da região, ou mesmo se comparadas às do estado da Bahia. A tabela a seguir mostra que entre 1970 e 2003, o município obteve um crescimento superior a 410% na sua população, um dos maiores índices de crescimento populacional registrados no estado da Bahia para o período. O principal fator que fomentou esse crescimento populacional foi a migração regional, incentivada pela implantação e desenvolvimento da lavoura cafeeira no município (ocorrida no início da década de 1970), que ao se ancorar na difusão de um projeto de ‘desenvolvimento regional’ atraiu significativo quantitativo de pessoas que almejavam o acesso a alguma

forma de emprego e renda, sendo essa composta, sobretudo, por populações dos municípios circunvizinhos.

Os dados do censo populacional de 2006 (2007) apresentaram para o município de Barra do Choça uma população de 32.489 habitantes, o que representou uma redução de aproximadamente 30% na população em relação aos dados de 2003. Em função da discrepância verificada, o poder público municipal aponta que provavelmente houve falhas no processo de recenseamento, principalmente com a adoção das informações a partir de sistemas digitais, como o GPS, que proporcionou a exatidão dos imóveis em seus respectivos territórios, bem como o respeito do próprio limite municipal. Essa redução populacional representa uma perda inestimável para o município, já que o Fundo de Participação - FPM é calculado em função do número de habitantes, o que levou a uma queda na arrecadação e que pode, aparentemente, se traduzir em queda na quantidade/qualidade dos serviços públicos oferecidos à população. Mas a leitura do aparente também encerra alguns problemas, como veremos a seguir.

Quadro – 10: Incremento populacional de Barra do Choça e municípios vizinhos, 1970 – 2021.					
	Barra do Choça	Vitoria da Conquista	Caatiba	Itambé	Planalto
1970	8.953	127.528	13.387	28.319	19.766
1980	20.770	173.312	10.720	26.348	22.532
1991	26.068	242.472	9.473	23.386	23.828
2003	45.739	274.016	17.295	32.991	21.147
2010	34.788	306.866	11.420	23.106	24.481
2021	30.831	343.643	6.232	23.049	26.265
% Crescimento 1970/ 2021	344,36	269,46	-53,44	-18,60	32,87
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2003 e IBGE: 2021.					

Já os dados do Censo de 2010 apontam para um sutil aumento da população municipal para 34.788 pessoas, ocorrendo uma diminuição significativa da população rural para um pouco mais de 12 mil pessoas e a população urbana

em um pouco mais de 22 mil pessoas. Mas, na série histórica, com um população geral bem menor que a registrada em 2003, quando apontou-se a existência de mais de 45 mil pessoas no município. Existem hipóteses que podem nos ajudar a entender essa situação. Acreditando que no Censo Demográfico de 2022 a população se aproxime aos 35 mil habitantes. Vamos à elas.

Embora não se possa descartar a possibilidade de alguma falha no sistema de coleta de dados em algum dos Censos, o que pode subestimar ou superestimar a população, para nós, a explicativa é muito mais social e histórica do que meramente técnica.

E essa escapa à realidade de Barra do Choça lida como um em si, quando se insere em um movimento que é muito maior de expansão e territorialização do capital no campo, em que os efeitos da crise estrutural nas últimas décadas se fizeram mais claros. Após algumas décadas de investimentos de capital para fomentar a difusão do capital – via agronegócio no campo, o que de fato atraiu trabalhadores em busca de empregos e oportunidades, os efeitos de um capital em crise e se reestruturando se fizeram mais evidentes.

No campo, isso pode ser explicado, em grande medida, pelo processo de tecnificação da produção e drástica redução do número de trabalhadores empregados no monocultivo do café. Essa realidade foi apontada pelas dissertações de Santana (2016) e Leal (2018), vistos como parte do processo de crise e reestruturação do capital – com rebatimentos sobre o trabalho.

Na realidade concreta de nossa pesquisa, isso significa dizer que os postos de trabalho além de diminuírem, e se tornaram mais precários e temporários, à exceção dos poucos postos de trabalho mais especializado. Assim, diminui a atração da população que almejava algum trabalho e o desemprego e as poucas ofertas de emprego nos setores de comércio e serviços na cidade, leva a população a mobilidade do trabalho para fora do município, incidindo no movimento da população total, como evidencia os dados.

Faz parte da lógica do capital o tornar, cada vez mais, móvel, mobilizando, também, sua força de trabalho – que se desloca espacialmente como condição de manter sua reprodução, não sendo essa uma escolha desses, mas do capital; que

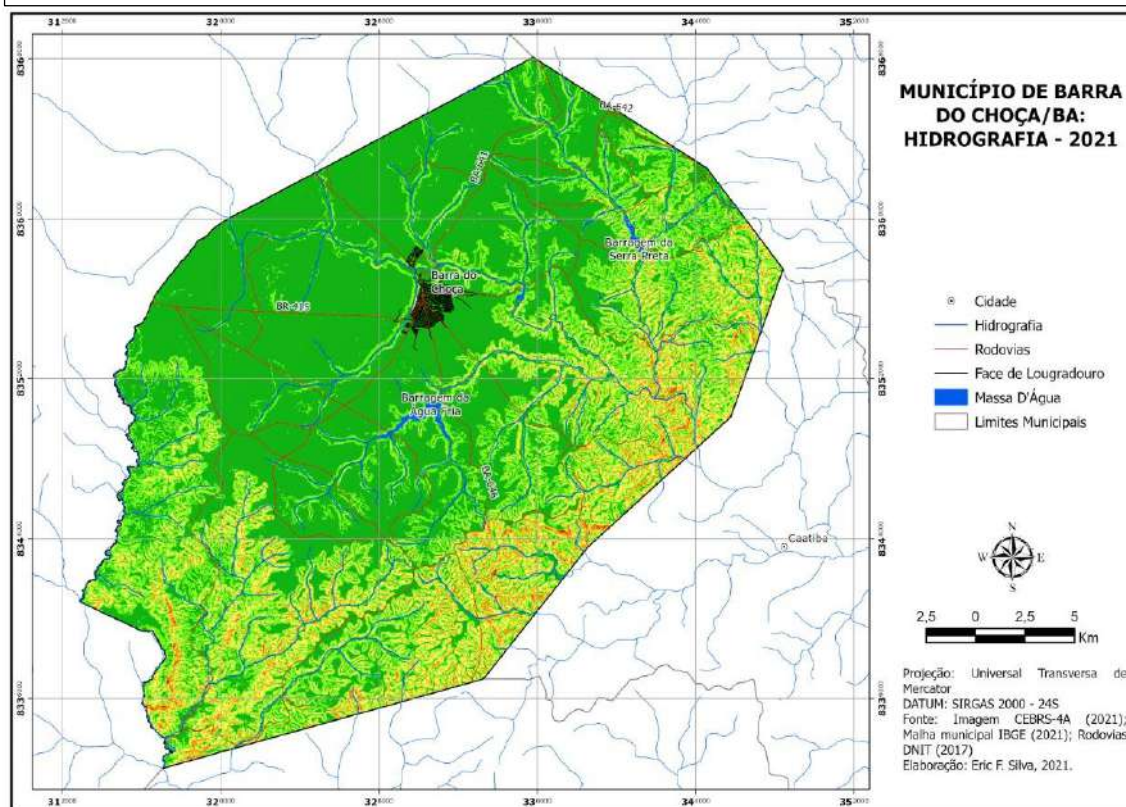
move-se visando extrair mais trabalho não pago. A leitura dos processos populacionais em Barra do Choça/BA deve ser compreendida, em nossa avaliação, por meio desse movimento mais geral, e seus rebatimentos na vida dos sujeitos, no referido município.

Outra 'lenda local' sob a qual precisamos refletir criticamente é a que determina às condições naturais existentes no município o denominado 'sucesso do desenvolvimento agrícola', uma espécie de 'aptidão natural' que nada tem de aspectos históricos, sociais e econômicos – definidos a quilômetros de distância e dotados de maior complexidade. Em tal leitura, reforça-se que o município de Barra do Choça - BA possui diversas características geomorfoclimáticas que favorecem o desenvolvimento da agricultura e agropecuária, tanto no campo do Agronegócio e da Agricultura Familiar, podendo destacar: Relevo - Declividade e Altimetria, disponibilidade de água em quantidade e qualidade e temperaturas amenas que variam durante o ano entre quentes e frias.

Embora se possa, de fato, concordar que esses elementos naturais existam e podem ser considerados no processo de atuação do estado para fomentar o projeto de desenvolvimento, nunca é determinante, senão as possibilidades históricas e sociais criadas para garantir o processo de reprodução ampliada do capital, e essa tem a ver com o controle privado sobre a terra e o trabalho para produzir mais-valia. Além disso, conforme já apontado, embora os aspectos naturais influenciem na extração da renda da terra diferencial 1 (ligada as características naturais do solo e sua localização – levando a vantagens econômicas aos seus proprietários) em uma agricultura altamente capitalista e mecanizada, os investimentos de capital superam essas condições naturais, desde que tal relação lhe permita aplicar capital e retirar capital acrescido no final do processo.

Ainda considerando os aspectos naturais, que embora não possam ser desprezados, mas não podem ser, aprioristicamente, colocados como determinantes, temos, ainda a significativa disponibilidade de recursos hídricos no município, em grande medida apropriados para fins privados.

Mapa – 3: Hidrografia do município de Barra do Choça – BA, 2021.



O Mapa – 3 demonstra a hidrografia do município de Barra do Choça – BA (2021) que recentemente lhe deu o título de caixa d'água do Sudoeste, por ser sede das barragens de Água Fria I e II, Serra Preta (ver figura 36 e 37), Biquinha, pontos de captação no Rio Catolé e Gaviãozinho, no qual já se encontra a construção da terceira grande barragem do Rio Catolé, onde ocorre uma grande impacto ambiental, com um intenso desmatamento e retirada do solo. Toda essa estrutura para abastecer uma população de aproximadamente 400 mil habitantes dos municípios de Vitória da Conquista, Barra do Choça, Belo Campo, Tremedal, Planalto e parte de Anagé através de caminhões pipas. Além de possuir uma grande demanda para o múltiplo uso da água, principalmente para a agricultura e agropecuária.



Figura – 36: Imagem aérea da barragem Água Fria II e ao fundo chacreamento de antigo cafezal, de Barra do Choça - BA, 2022. Foto: Gutemberg Ferreira de Oliveira, 2022.



Figura – 37: Imagem aérea da barragem Serra Preta, de Barra do Choça - BA, 2022. Foto: Gutemberg Ferreira de Oliveira, 2022.



Figura – 38: Imagem aérea da barragem do Catolé em construção de Barra do Choça - BA, 2022. Foto: Gutemberg Ferreira de Oliveira, 2022.



Figura – 39: Imagem aérea da barragem do Catolé em destaque um corte transversal, a obra causa um grande impacto negativo no meio ambiente de Barra do Choça - BA, 2022. Foto: Gutemberg Ferreira de Oliveira, 2022.

Na realidade concreta, podemos ainda interpretar o real de outra forma: **como historicamente o levantamento dos elementos existentes na natureza historicamente serviram aos processos de apropriação privada desses? Com o fito de transformá-los da condição de bens para toda a sociedade em recursos para aumentar as possibilidades de extração de renda da terra e a reprodução ampliada do capital?**. Assim, se evidencia a disponibilidade de tais “recursos” para atrair o capital, discurso sob o qual o estado empreende sua prática para garantir a apropriação desses espaços pelas empresas capitalistas sob o fito do projeto desenvolvimentista, que não pode ser lido fora das contradições.

Historicamente a relação ser humano e natureza, juntamente com o modo de produção vigente, influenciou diretamente o uso dos recursos naturais e conseqüentemente o seu manejo, preservação e conservação. Especificamente no modo capitalista de produção esse uso passa a se direcionar até o ponto que a atividade seja remunerada e lucrativa para as classes que os controlam, se tornando, ainda uma mercadoria onde tem acesso a ela que pode pagar (a água, por exemplo), e assim não foi diferente com o município de Barra do Choça que em seus primórdios teve sua história ligada a escalada do ouro, ao tropeirismo e recentemente ao desenvolvimento da cafeicultura, com seu auge, declínio e uma possível retomada devido a recente alta dessa *commoditie*. Ou seja, historicamente seu território, nas suas contradições, foi direcionado as formas diversas de exploração, fomentando desigualdades.

A história do campo brasileiro no que se refere ao desenvolvimento agrário é marcado por relações que estabeleceram forças e interesses divergentes e contraditórios, desde a chegada dos europeus, até nossos tempos, um processo fundamentado na “apropriação indevida”, direito e legitimação da propriedade privada, rentismo das terras e segregação dos trabalhadores da posse da terra e dos meios de produção.

É uma historização e geografização marcada por desigualdades, exploração, expropriação e concentração de terras, e conseqüentemente o acúmulo de riquezas por uma classe minoritária. Por outro lado, e de modo contraditório à essas relações, a presença da luta dos povos originários e trabalhadores camponeses que almejava pelos seus direitos, que não restringia necessariamente a posse da terra (propriedade privada algo criado e imposto pelos europeus), mas o direito de nela produzir e construir condições dignas para a sua sobrevivência e a reprodução da vida, enquanto sujeitos.

Em tempos difíceis em nosso país, como no ano de 2022, onde se propaga um movimento intenso de negacionismo e conservadorismo da elite da sociedade brasileira, é necessário afirmar que os conflitos no campo e a luta pela terra sempre foram levados ao obscurantismo e quando socializada na sua maior parte é apresentada sobre a perspectiva da classe dominante que propaga uma ideia equivocada e classista, construindo uma situação de discriminação e criminalização para aqueles que lutam e defendem tal causa.

As questões que envolvem a expropriação e a luta pela terra no Brasil, também se reflete, em sua particularidade, nos municípios do Centro-Sul baiano, dentre eles Barra do Choça. É o que traremos na próxima seção.

4 EXPROPRIAÇÃO E LUTA PELA TERRA: DO BRASIL À BARRA DO CHOÇA

O processo de formação da estrutura fundiária brasileira baseado na propriedade privada é característico pela contradição e impossibilidade do camponês ter acesso à terra como um bem da natureza. Assim a reprodução camponesa tornava-se contraditória ao modelo de desenvolvimento agrário imposto.

O modelo proposto difundia-se, a partir do desbravamento de novas terras e a concessão daquelas já expropriadas para pessoas próximas ao Rei, assim excluindo grande parcela da sociedade ao direito de acesso à terra. Desta forma, desenhava-se uma estrutura fundiária baseada em grandes extensões de terras o que denominamos ao longo do tempo como *plantations* e latifúndios. E de modo contraditório avançava horizontalmente à expropriação de novas áreas, daqueles que aqui habitavam – os indígenas. Esse processo se confirma no contexto em que o Rei, atribuindo de seus poderes, faz a divisão das terras em Capitânicas Hereditárias e posteriormente em Sesmarias, transformando algo de direito à todos em um privilégio de uma pequena classe.

Desse modo, a luta camponesa no Brasil pode ser dividida em quatro momentos históricos distintos e contínuos que se formam e relacionam com base, ao nível de desenvolvimento das relações capitalistas, baseadas na exploração, apropriação e expropriação: a) as lutas indígenas, escrava e os movimentos de caráter messiânico; b) a formação das Ligas Camponesas e o processo de institucionalização das organizações camponesas; c) o período do Golpe Militar; d) a formação e consolidação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST e outros movimentos sociais – em um contexto de reabertura política. Mas, podemos ainda considerar, em um contexto mais atual, dos anos 2000 à atualidade, um processo de perseguição, criminalização e violência – que atingiu em cheio a luta pela terra, com expressões mais nefastas após o golpe de 2016 e posterior ascensão de um governo de extrema direita no Brasil.

A forma de luta camponesa que conhecemos atualmente, destacando o MST, juntamente com outra enorme quantidade de movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra, é marcada pela ocupação e busca pela conquista da terra. Essa estratégia de luta é algo para refletir, pois a própria luta reafirma as relações capitalistas, pois são calcadas na posse da propriedade da terra, se o desejo é

superar o capitalismo, devemos avançar na essência do processo da renda fundiária que é a propriedade privada, necessita acabar com legitimação da propriedade, ao menos nos espaços de luta social organizada.

Analisando no contexto atual, poderíamos imaginar o quanto seria difícil superar esse desafio da propriedade privada, mas enfatiza-se que nem sempre foi desse modo, como já foi dito, a própria sobrevivência, permanência e consolidação do conceito que temos hoje sobre o camponês, se tornava uma expressão que em diversos momentos passava por lutas contra à exploração, à expropriação, o cativo do indivíduo e da terra. Uma realidade que concretizou-se sobre os indígenas, escravos, imigrantes, posseiros, boias-frias e tantos outros sujeitos, ligados de alguma forma a causa agrária – que contribuíram para a formação das lutas camponesas que, na sua essência, sempre buscou garantir a reprodução do camponês no campo e não a garantia da propriedade privada para o camponês.

Considerando as complexidades das relações capitalistas e a percepção do sujeito da realidade para a formação de sua consciência nos tempos atuais, não podemos ser deterministas ao ponto de defender o fim da propriedade privada total, mas compreender que a reprodução camponesa, não está intrínseca à condição da posse da propriedade privada da terra para sua reprodução, mas sim no fim da exploração da sua força de trabalho, através do trabalho não pago e a expropriação dos seus instrumentos de produção.

4.1 Uma abordagem histórica dos movimentos sociais camponeses no Brasil

A história da formação do Brasil é marcada no seu início pela invasão dos europeus ao território indígena, onde a própria sobrevivência do índio passava ser uma questão de luta, frente aos interesses europeus de produzir um território baseado nos princípios da acumulação de riquezas. Para alcançar os seus objetivos os colonizadores realizaram uma exploração do trabalho e uma expropriação das terras sem precedentes, além do genocídio aplicado aos povos originários.

A partir do modo de vida e organização que os índios desenvolviam, pode-se afirmar que esses foram os primeiros camponeses do Brasil, mesmo sabendo que baseavam-se, ainda, em modelo social primitivo, fundamentado na coleta e no uso

da natureza como condição de reproduzir a vida em comunidade. As relações de desigualdades impostas pelos colonizadores aos índios, levaram os mesmos a uma situação de insatisfação que em muitos momentos repercutiam em lutas contra o modelo imposto.

O mesmo modelo de exploração realizado com a população indígena, também seria praticado à uma nova camada social que se formava no Brasil: a comunidade negra. Diferentemente dos índios que aqui já estavam, os primeiros negros foram trazidos do Continente Africano com um único propósito, sendo meramente uma mercadoria de alta lucratividade praticada através do tráfico negreiro e um instrumento de trabalho e produção para as grandes fazendas.

Eles trabalhavam nas fazendas de cana-de-açúcar, e outras que vieram a surgir, subordinados à um intenso processo de exploração do trabalho que não garantia o mínimo de dignidade humana. Toda essa situação levava a movimentos insurgentes que lutavam contra tal realidade e uma das alternativas construída foi a formação dos quilombos, espaços transformados em um *território livre*, onde viviam não somente os negros, mas todos aqueles que buscavam refúgio – daquele sistema que prendiam, exploravam e expropriavam todos os seus direitos como seres humanos.

A luta negra não se limitava apenas a sua conquista de liberdade em relação ao poder do senhor de engenho. A *liberdade negra* era o seu direito de viver de acordo aos seus princípios e possuir condições dignas de reprodução do seu modo de vida. Tais anseios se materializavam na formação dos quilombos que além de ser um território de refúgio, também se tornava uma nova proposta alternativa de organização social onde prevalecia o bem comum que contradizia e resistia aos valores capitalistas.

O movimento de luta dos negros alcançou uma dimensão maior do que aquela criada pelos índios, tanto no seu âmbito territorial, quanto ao seu nível organizacional, espalhado por todo o Brasil. Tendo como o seu maior quilombo o de Palmares, liderado por Zumbi dos Palmares, localizado na Zona da Mata, onde hoje é a região fronteira entre os estados de Alagoas e Pernambuco, formando um conjunto de povoados socialmente organizados denominados de União dos Palmares. Tendo como principais: Acotirene, Andalaquituche, Zumbi, Tabocas,

Osenga, Subupira, Macaco, Aqualtume, Dembranga e Amaro. Para o poder institucionalizado, toda essa estrutura passava a ser não somente um território de refúgio, mas também uma ameaça ao sistema proposto pelo Estado. Dessa forma, acabarem com essas formas de organização passava a ser uma prioridade. Foi o que aconteceu com grande parte delas. No caso de Palmares, depois de diversas investidas, o exército do bandeirante Domingos Jorge Velho, conseguiu vencer o exército de Zumbi, dizimando a estrutura criada naquele território. Mas, seus remanescentes e poucos sobreviventes continuaram as suas lutas no sertão alagoano e em vários outros lugares do território brasileiro.

Essa mesma luta pelo território se seguiu nos séculos seguintes, com destaque aos processos ocorridos ao longo do século XIX e XX.

Da mesma forma no Contestado, como em Canudos e em diversos outros movimentos messiânicos que ocorreram no Brasil, os camponeses foram destruídos. Foram movimentos populares que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra e do latifúndio e da miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim a insurreição dos pobres no campo. (MARTINS, 1981, p. 62 apud FERNANDES, 2000, p. 31).

Com a nova realidade social circunscrita no Brasil no final do século XIX e todo o século XX, devido às condições criadas para a existência do trabalho livre, evidenciando a criação da propriedade rural privada, a partir da legitimação da Lei de Terras de 1850, desenhava assim as condições básicas para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Por outro lado, gerava-se toda uma camada de flagelados. Esses marginalizados, pois mais uma vez na história, foram relegados aos seus direitos, pois na elaboração da Lei de Terras apesar de serem apresentados projetos que limitavam o tamanho das terras o que daria oportunidades aos camponeses de acesso à terra, mais uma vez prevaleceu os interesses de uma pequena elite, assim consolidando legalmente o pequeno grupo dos grandes latifundiários.

A situação descrita acima associada ao poder que emergia dos grandes fazendeiros, agora intitulados de coronéis, devido ao poder à eles atribuído, engendrava uma situação de inconformismo e insatisfação social, por todos

aqueles que não tiveram os seus direitos respeitados. Dessa forma, surgem vários movimentos de resistência pelo Brasil muitos com um caráter messiânico, que lutavam contra o cerco da terra e a ordem instituída.

Na Bahia, camponeses, ex-escravos e seguidores de Antônio Conselheiro, depois de uma enorme peregrinação, fixam-se em Canudos, onde passariam a chamar de Belo Monte. E criam uma comunidade baseada nos valores comuns e atendimento à aqueles mais necessitados. Canudos além de ser uma alternativa encontrada diante das dificuldades vividas foi o maior modelo de organização de resistência camponesa do Brasil. A organização econômica se realizava por meio do trabalho cooperado, o que foi fundamental para a reprodução da vida naquele território.

Em Canudos criou-se uma estrutura social tão surpreendente não somente no seu modo de organização, mas na construção de valores subjetivos em relação a posse da terra e a luta pelo respeito e dignidade humana. O que divergiu diretamente com o poder instituído tanto dos coronéis como do governo. Dessa forma, destruir Canudos para aqueles que detinham o poder legal nas mãos passou ser questão de um maior poderio político. Sendo assim no período de outubro de 1896 a outubro de 1897, os ataques do exército foram contidos até o massacre quase por completo do povo de Canudos.

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda história, resistiu até o esgotamento completo (...) caiu no dia 5 de outubro de 1897, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados. (CUNHA, 1982, apud FERNANDES, 2000, p. 30).

Tantos outros movimentos de perfil campesino surgiram nesse período contra o sistema baseado nos princípios capitalistas que privilegiava um pequeno grupo social. Como a Guerra do Contestado, em 1912, em Santa Catarina, liderado pelo monge José Maria que se intitulava um curandeiro. A luta se desenrolou contra o uma empresa estadunidense *Railway Company* e o governo brasileiro que fez uma grande concessão de terras para aquela empresa, ao longo do caminho que seria construído a ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, onde as famílias que viviam naquela área foram expropriadas e expulsas de suas terras. A luta

perdurou por alguns anos até que em dezembro de 1914, em uma forte investida do Exército, na qual foram utilizados aviões contra os camponeses, conseguiram desarticular o movimento.

Outro movimento de relevância foi o Cangaço, no qual se destaca o bando de Lampião. Apesar de pairar ainda muito preconceito sobre essa luta, pois surgiu como uma forma de “banditismo social”, no qual seus militantes efetuavam saques as fazendas e as casas comerciais, essa foi uma forma de se rebelar contra o poder dos coronéis, que destruía famílias e tomava suas terras. Tornar-se cangaceiro foi a alternativa encontrado por muitos para lutar pela própria dignidade e da vida de sua família.

Após 1945 com final da ditadura do governo de Getúlio Vargas, iniciava por quase todo território brasileiro a construção de um movimento social camponês, constituído por camponeses proprietários, parceiros, posseiros, e meeiros que foi as Ligas Camponesas. A mesma era uma organização política que tinha o apoio do Partido Comunista Brasileiro – PCB e da Igreja Católica.

As Ligas Camponesas foram o primeiro movimento que realmente pensou e buscou uma unidade nacional na conscientização e luta pela reforma agrária, no qual se discutia e almejava uma representação no âmbito jurídico e político e pressionava através da luta social, trazendo consigo uma forma nova e efetiva de conquista da terra a ocupação, algo ainda desconhecido por outros movimentos e contextos históricos do campo brasileiro, pois até então a única forma conhecida era a resistência na permanência na terra, os camponeses lutavam para não ser expulsos da suas terras, agora neste contexto passam a lutar pelo seu direito ao acesso da terra, através da ocupação.

Dentre os fatos mais importantes do processo de luta das Ligas Camponesas, vale ressaltar o caso do município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, no de 1954, onde em propriedade chamada Engenho da Galiléia, construíram uma Sociedade Agrícola denominada como Liga Camponesa da Galiléia. Devido a um tributo cobrado de forma abusiva pelo fazendeiro anualmente – o *foro*, os camponeses daquela região eram conhecidos como *foreiros*, passaram a reagir a tal circunstância e buscaram o apoio de um advogado e deputado Francisco Julião, do Partido Socialista Brasileiro, que tornou-se um dos maiores

nomes nesse período de luta. A partir desse fato abriram-se novas Ligas no estado de Pernambuco, no Nordeste.

Pelo fato das Ligas Camponesas não serem formadas estritamente por camponeses, ela possuía também ideais distintos, os camponeses que a compunha eram a favor de reforma agrária radical, enquanto a ala do PCB e da Igreja Católica defendia uma reforma agrária moderada e por etapas, que buscasse respeitar a legislação vigente. Durante este contexto chegou a se formar até grupos guerrilheiros em favor dessa causa, mas todos esses e outros movimentos foram reprimidos pelo exército, principalmente com o golpe militar de 1964.

Um fator de extrema importância na luta pela reforma agrária brasileira, sucede no contexto das Ligas, pois em nenhum outro momento histórico houve a relação criada entre movimento social e Estado que se viu nesse período. Pois o Estado, diante da dimensão que essa luta alcançava no país, passou a negociar com o movimento, é claro que a repressão no campo não deixou de existir. Uma negociação que na verdade buscava o controle sobre tal processo, uma representação clara dessa realidade foi o incentivo a institucionalização do movimento a partir da criação de sindicatos, associações e confederações camponesas.

Entre os movimentos e as instituições criadas pelo governo, a fim institucionalizar e ter uma maior influência no processo de luta camponesa temos: a União dos Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), com a finalidade de coordenar as associações camponesas e a formação de uma aliança entre camponeses e operários, mas o mesmo não teve êxito onde coexistia outros movimentos já consolidados, como o caso das Ligas; o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) que surgiu no final da década de 1950, formado por camponeses, sendo que foi neste movimento que iniciou-se o processo de ocupação; a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), uma instituição que tinha o objetivo de promover a sindicalização dos diversos movimentos que surgiam e desenvolviam-se no território brasileiro, a fim de aproximá-las do governo, mantendo uma relação de subordinação e dependência; além de alguns atritos no campo da sociedade civil entre o PCB e da Igreja

Católica, que possuíam visões distintas nas estratégias de resistência política e social.

Nesse contexto as Ligas passam por um momento de crise, pois não se aproxima de nenhum caminho circunscrito por aquelas entidades. Por um lado, não participava do processo de sindicalização, e por outro, ficaram fora da discussão a respeito da organização dos trabalhadores rurais, além da perseguição e prisão de seus líderes.

Por fim, tanto as Ligas, como os outros movimentos sociais, com o Golpe Militar de 1964, foram duramente perseguidos e colocados na clandestinidade, um golpe fatal à continuidade desses movimentos, dando início a um novo processo, seguido a partir das diretrizes militares.

O golpe de Estado realizado pelos militares em 1964, que destituiu o presidente eleito João Goulart foi articulado pela elite do país: banqueiros, latifundiários e empresários. Esse fato representou para a nação uma regressão no desenvolvimento político-social, pondo fim a democracia e escancaradamente passou a desenvolver um sistema em pró de uma pequena camada social - a burguesia, e repreendia de modo violento todos aqueles que oferecessem qualquer ameaça ao projeto militar.

Tratando-se da questão agrária, o projeto que se pretendia desenvolver pelo Governo Militar era basicamente a modernização da agricultura voltada para exportação, ou seja, a implantação de um estágio mais avançado do capitalismo na agricultura. Para isso, criaram um conjunto de mecanismos que viessem a facilitar a consolidação de tal política.

O resultado das políticas aplicadas pelo governo militar foi o aumento das desigualdades sociais, a concentração de riquezas e de terras e o maior êxodo-rural, já visto no Brasil. Mudando a realidade do campo brasileiro, com a implantação de uma modernização desigual, pois beneficiava apenas aos grandes proprietários que cada vez mais intensificava a exploração e expropriação sobre o camponês, dessa forma, gerando uma grande camada de marginalizados que passava a ter como única forma de sobrevivência a venda de sua força de trabalho, criando uma forte dependência à uma relação típica do capitalismo: a busca pelo

assalariamento. Nesse contexto, surge um novo sujeito da luta agrária o *boia-fria*, que se constituía em uma forma de trabalho bastante precarizada no campo brasileiro.

No período da ditadura militar todos os movimentos sociais foram perseguidos e caíram na clandestinidade, toda organização social que representasse um ameaça a aquela estrutura montada deveria ser combatida. O desenvolvimento da agricultura naquele contexto passava a ser simples: controlar por meio da violência os problemas do campo e implantar o modelo de desenvolvimento econômico para o campo baseado nos valores do capital, enquanto a agricultura camponesa tornava-se algo secundário.

Como afirma Martins (1984), o Governo Militar teceu uma teia tão perigosa no campo brasileiro, que ele próprio posteriormente acabou sendo vítima do que havia criado, pois a luta armada contra a pobreza é uma luta invencível. A expansão do capitalismo e a não realização da reforma agrária causando uma situação de insatisfação e inconformismo tão insustentável que o Governo não foi mais capaz de controlar, somente por meio da violência, era necessário buscar outros caminhos.

Uma das alternativas encontradas foi a criação de diversas instituições, programas e projetos que passavam a ter a responsabilidade sobre a questão agrária do país, como: Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Superintendência da Política Agrária (SUPRA), Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária (GERA), Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), Ministério da Reforma e do desenvolvimento Agrário (MIRAD); e o Instituto Jurídico de Terras Rurais (INTER). Além dos projetos do Plano Nacional de Integração (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras do Norte e Nordeste (PROTERRA). Sendo que nesse emaranhado de criações destaca o Estatuto da Terra.

O Estatuto da Terra tinha por objetivo, assim como todas as instituições, projetos e programas, buscar o controle sobre os conflitos fundiários, desarticular

os camponeses e promover uma reforma agrária aos moldes do Governo, uma reforma de tal gênero que nem previa a desapropriação. Todavia, diante da insustentabilidade dos conflitos o Estado teve que realizar algumas desapropriações e extinguir algumas de suas instituições, programas e projetos, por não estarem tendo êxito em sua proposta inicial.

Outra tentativa de impedir o processo de reforma agrária por parte do Governo Militar, foi a implantação do processo de colonização que acabou engendrando em uma grande vergonha nacional devido aos casos de corrupção durante a administração e a falta de assistência e de infraestrutura básica que garantisse a reprodução do modo de vida dos camponeses; os mesmos que, em sua maioria, no final desse processo tiveram que vender as suas terras e se submeterem a opressão das relações exploratórias impostas.

Uma das poucas formas de organização social que restaram nesse período de perseguição foi através da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que atuavam tanto na cidade como no campo e a formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Essas organizações, partindo de uma reflexão religiosa, tornavam-se, espaços importantes de organização popular.

Diante da situação construída pelo Governo Militar as camadas populares que se viam acudadas naquele momento se sentiram obrigadas a desenvolver um nível de reflexão e organização maior que envolvesse e aglutinasse forças de boa parte do território para superar tal repressão. Desta forma, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que se torna um marco na forma de se organizar e atuar como um movimento social no território brasileiro.

O nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, não se deu em um momento específico, é produto de um aprendizado da luta camponesa, ao longo da história brasileira e uma prova de que o campesinato, apesar das dificuldades e contradições enfrentadas, permanece e consegue viver diante do desenvolvimento contraditório do capitalismo. Esse movimento surgiu a partir de um conjunto de ações, em diferentes momentos e espaços, porém articuladas a um único propósito: a luta pela reforma agrária.

A primeira ação organizada que podemos destacar como sendo do MST, aconteceu no Centro-Sul, em 07 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da gleba de Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, resquícios ainda da ação desenvolvida pelo MASTER anos atrás. Essa, juntamente com outras atividades desenvolvidas nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, contribuiu para a gênese do MST. O conjunto de ações e encontros promovidos pelo MST, no período entre 1979 a 1984, é denominado de processo de gestação, segundo Fernandes (2000). No ano de 1984, entre os dias 21 a 24 de janeiro, o Movimento realiza o seu primeiro Encontro Nacional, em Cascavel, no estado do Paraná, sendo essa data que marca o nascimento oficial do MST.

O MST nasce no seio de intensas contradições, o Governo Militar implantava seu modelo de desenvolvimento econômico baseado em uma *modernização conservadora*, seguindo os princípios capitalistas, o que gerava uma total desordem no meio social, devido a intensificação da concentração de riquezas e conseqüentemente o aumento das desigualdades sociais. Ainda, perseguia de modo violento aqueles que se viravam a tal sistema. Neste bojo de situações, associado aos resquícios dos movimentos que o precederam, como as Ligas Camponesas, o MASTER, a Igreja Católica por meio da CPT e das CEBs e outros militantes remanescentes é que se constrói o MST.

Na verdade o MST aglutinou todos os propósitos que obtiveram mais êxito dos outros movimentos na luta pela reforma agrária e buscou efetivá-los ao longo da sua formação e consolidação. O MST conseguiu desenvolver em suas ações uma organização e estratégias específicas, que se iniciam no processo de ocupação de terras, uma autonomia própria, a busca de uma representação política e o seu primor maior que foi construir um movimento de massa e conquistar a unidade territorial em favor de sua causa de luta.

Mas, não podemos esquecer, na leitura das contradições que consolida a luta pela terra em um movimento de enfrentamento ao avanço do capital no campo, às contradições que se desenvolvem nesse processo. É o que evidencia a pesquisa realizada por Barros (2018) ao destacar o recuo da luta pela terra no Brasil, oriunda tanto da mudança de rumos do movimento, quanto, e sobretudo, da

perseguição, criminalização e violência implementada tanto pelo estado brasileiro quanto pela ação direta dos latifundiários, grileiros de terras e empresas que atuam no campo brasileiro com o fito de extrair renda e lucro.

É partindo dessa realidade que a autora vai levantar uma série de aparatos jurídicos desenvolvidos – em acordo aos interesses das classes proprietárias no campo, para frear a luta pela terra e criminalizar a ação dos movimentos camponeses. Essa violência extrema é também reconhecida pela publicação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) intitulado Cadernos Conflitos no Campo, publicada no ano de 2020, mas referente aos processos ocorridos no ano de 2019, quando tivemos os resultados concretos do Governo de extrema direita, representado por Jair Bolsonaro, de um agravamento no desmatamento, grilagem de terras e absoluta perseguição aos movimentos em luta pela terra; ao passo em que legalizaram a grilagem para os grandes proprietários, a exemplo do PL 510/2021, também denominada PL da Grilagem e tantos outros ataques aos povos do campo. Essa realidade fez recuar a luta pela terra, e o movimento a buscar nas mobilizações – que também eclodiram no campo, a principal estratégia para evidenciar as contradições da concentração fundiária e a expropriação e criminalização dos que lutam pela terra.

4.2 A luta do MST na Bahia e no Sudoeste baiano

Se considerarmos que o processo de invasão e expropriação portuguesa se iniciou na Bahia, podemos considerar que a luta pela terra se inicia desde os anos posteriores a essa ação; mas, dados limites dessa dissertação, embora reconhecendo essa luta, ao longo da História, centralizaremos mais no momento atual, com destaque aos anos de 1980 e seguintes, quando os processos de luta pela terra passaram a ocorrer através dos movimentos sociais organizados em um contexto pós reabertura política, após duas décadas de ditadura militar. Nesse momento, se destaca, no caso do estado da Bahia e do Centro-Sul Baiano, a ação organizada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se

configurou na existência de centenas de áreas de assentamentos rurais no estado e de diversas áreas de reforma agrária no Centro Sul baiano.

Segundo Araújo (2000), é entre o período de 1985 a 1987 que as organizações sociais ligadas ao MST instituem-se a luta pela terra na Bahia, especificamente na microrregião do Extremo Sul, como: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os Sindicatos dos Trabalhadores Rural (STR) e a Pastoral da Juventude (PJ).

Através da articulação com essas organizações sociais o movimento ganha força e em 7 de janeiro de 1987, faz-se a primeira ocupação de terra nessa região, numa área denominada Projeto 40-45, no município de Alcobaça - BA. Na verdade esta área já estava desapropriada por um decreto nº. 93.024, de 15/01/87, e a emissão sendo concedida em 2/01/87, conforme portaria 483, da Presidência da República. Nesta luta não houve enfrentamento com o proprietário da terra, o único embate ocorrido foi com então prefeito da cidade de Alcobaça que pretendia utilizar a terra para fins eleitoreiros no ano de 1988, no que haveria eleições municipais.

Araújo (2000) divide inicialmente a história da luta do MST na Bahia em curtos e difíceis períodos. Ainda no tempo compreendido entre 1985 – 1989, denomina-o como a fase de formação e estruturação do MST, momento em que a luta pela terra passa a seguir estritamente os seus próprios princípios. Assim fazendo a sua segunda ocupação no Estado na Fazenda Riacho das Ostras, no município do Prado - BA, no dia 5 de dezembro de 1987.

O contexto histórico entre os anos de 1990 – 1992 é marcado pela estagnação, isolamento e criação dos setores do MST. A conjuntura política tanto estadual como nacional leva o MST a refletir sobre as suas estratégias, no qual prefere (re)direcionar a luta e administrar com êxito o que já fora conquistado. No mesmo período o MST expande sua luta pelo território baiano enviando lideranças para as outras mediações do sul da Bahia, atingindo o Sudoeste, seguindo para a Chapada Diamantina, Recôncavo Baiano e Juazeiro.

O Governador era Antônio Carlos Magalhães e o Presidente da República Fernando Collor de Mello, nessa conjuntura passamos dois anos basicamente sem se mobilizar, sobrevivendo das lutas que tínhamos feito anteriormente. O INCRA foi desestruturado pelo Governo Collor, a política de Reforma Agrária fora de intensa

repressão aos movimentos populares e sindicais, através da repressão policial e ações do poder judiciário. (ARAÚJO, 2000, p.47).

No contexto, referente a 1993 – 1996, Araújo (2000), afirma que o MST retoma suas atividades com mais força, até a sua plena consolidação no Estado. Isto devido ao afastamento do Presidente Collor, em 29 de setembro de 1992. A partir desse período o MST desenvolve-se, a sua luta com vitórias e derrotas mas sempre seguindo seu princípios e sendo uma grande esperança para aqueles que tem o sonho de possuir uma terra para garantir a sua própria sobrevivência.

No Centro Sul Baiano um dos fatores que mais contribuíram contraditoriamente, para o nascimento do MST foi a implantação da política de desenvolvimento econômico após o Golpe Militar de 1964, baseada em uma *modernização conservadora* que refletiu na região através da prática da cultura cafeeira.

A agricultura cafeeira desenvolveu-se no planalto baiano e em outras regiões do norte de Minas Gerais e outros Estados do Nordeste, devido à crise climática – as geadas que alastrou as outras regiões cafeeiras. As lavouras cafeeiras desenvolvidas no Sudoeste baiano seguiram os moldes do projeto militar, no qual era calcada em uma agricultura que demandava grandes extensões de terras e na exploração e expropriação sobre os camponeses. Para isso, a grilagem se tornou algo comum para a expropriação e legalização das terras neste espaço, ocorrendo o mesmo processo lógico desta prática, conflitos envolvendo posseiros e jagunços e conseqüentemente um intenso êxodo-rural. Essa situação foi vivenciada por um grupo de camponeses em uma área denominada de Pau-Brasil que dista da sede do município de Barra do Choça – BA, aproximadamente 18 km, no qual se expressa na fala de alguns sujeitos que vivenciaram esse conflito no município em estudo:

“Nós moramos aqui no Pau-Brasil, desde que nascemos e já temos mais de 50 anos de idade, mas tem gente muito mais velha do que nós aqui” – relatam os posseiros José e Pedro. “Nossos pais já morreram velhos caducos e tinham nascidos aqui. Essa terra nós ouvíamos falar, era do Rogério Gusmão, mas esse homem morreu e nós nunca fomos incomodados por ele. Nós nem chegamos a conhecê-lo. Faz mais de 10 anos que a viúva dele, Dona Sinhá, chamou os posseiros e explicou que queria vender a fazenda, mas

não queria tomar nada de ninguém. Por isso ela estava disposta a indenizar o que aceitassem: ela daria 50 alqueires de terra (cerca de 1.000 has) nos fundos da fazenda. Na verdade, ela indenizou uma parte das famílias e a outra parte que não aceitou a indenização, ela não chegou a dar a terra”.(CEAS, 1979, p, 24).

Diante dessa realidade desigual no campo brasileiro, a Igreja Católica surge como um agente formador que cumpre um papel de organização e formação entre os camponeses, agindo através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Foi realizando um efetivo trabalho em sua proposta, que a possibilidade de mobilização foi se acentuando, até permitir que, junto a outras entidades, em maio de 1980, nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, fosse deflagrada a primeira greve de trabalhadores rurais assalariados ocorrida na Bahia, após a implantação da ditadura militar. O movimento grevista durou 11 dias e os trabalhadores, pela primeira vez, forçaram os patrões a negociarem as cláusulas de um Dissídio Coletivo de Trabalho, homologado pela justiça em setembro do mesmo ano.

O MST, juntamente com o apoio de algumas entidades da Igreja Católica, como a Comissão Rural Diocesana (CRD) e a CEBs realizaram as suas primeiras ocupações no Sudoeste baiano nas áreas da fazenda Santa Marta em 1987 (hoje Assentamento Amaralina, com 131 famílias). Segundo Ariosvaldo Souza e Edvaldo Pereira, uns dos primeiros fundadores do movimento na Região Sudoeste:

“essa ocupação despertou a consciência de outros trabalhadores e influenciou para outras ocupações de terras, como a da fazenda São Domingos em 1988, com 70 famílias, a fazenda Santa Emília, em 1989 (1ª ocupação com despejo), a fazenda de experimentação do antigo Instituto Brasileiro do Café – IBC em 1990 (hoje Assentamento União, com 27 famílias), o Assentamento Etelvino Campos com 51 famílias, 1987 e Assentamento Amaralina, com 131 famílias (área pública do Estado, no Centro Industrial dos Imborés de Vitória da Conquista)”.

A consolidação do MST no Centro Sul baiano se dá com a ocupação da Fazenda Mocambo, em agosto de 1994 (hoje Assentamento Mocambo, com 80 famílias), tornando-se o marco do MST na região. É importante ressaltar ainda que no processo de luta pela conquista do Assentamento Mocambo, duas pessoas tombaram em confronto com jagunços a mando do “proprietário” da fazenda, no dia

29 de outubro de 1984, mas o sangue derramado dos acampados Manoel Bonfim e Maria Zilda revoltou o MST, que em resposta às classes dominantes, fez a ocupação da fazenda Lagoa e Caldeirão (hoje Assentamento com o mesmo nome, com 120 famílias).

A partir desses acontecimentos, o movimento dá um grande salto, conquistando várias áreas nos municípios de Vitória da Conquista, Barra do Choça, Ribeirão do Largo, Encruzilhada, Iguai e Cordeiros. Esses municípios compõem o MST do Sudoeste da Bahia, que já assentou 1400 famílias, e 420 famílias estão acampadas nos municípios de Encruzilhada, Itambé, Maiquinique e Anagé, aguardando a desapropriação das áreas para serem assentadas segundo os procedimentos de reforma agrária do MST.

Apesar disso, seguindo a conjuntura nacional, a regional Sudoeste do MST também passa a conviver com às dificuldades impostas pelo avanço do capital no campo, e pela ação das classes proprietárias que – por dentro do Estado, passam a desenvolver ações de criminalização e perseguições dos sujeitos que lutam. Isso se reflete no Centro-Sul Baiano, com um efetivo recuo da luta pela terra, assim como pelas dificuldades de manter as áreas já conquistadas, que não são prioridades nas políticas agrárias efetivadas no campo brasileiro.

Diante disso, novos desafios são postos às classes dominadas – trabalhadores (do campo e das cidades) e camponeses – que almejam uma fração de terra para produzir e sobreviver. Ainda assim, os movimentos sociais de luta pela terra cumpriram e cumprem papel histórico na denúncia a ação predatória do capital no campo, à concentração da propriedade fundiária, à expropriação de pequenos agricultores – tão importante para a manutenção da alimentação do povo brasileiro, os desmatamentos e queimadas – que destroem a natureza e as forças sociais do trabalho, além da violência extrema que consome os que insistem em permanecer na luta.

Ainda assim, as marcas da luta pela terra permanecem, se fazem presentes em cada pedaço de chão conquistado, em cada família que ao invés de se submeter a exploração do capital – via trabalhos precarizados, realizados no campo ou na cidade, vivem de seu próprio trabalho na terra, apesar das muitas dificuldades de tocar a produção e obter algum resultado mais efetivo. No

município de Barra do Choça – a ação do MST se materializou em efetivos territórios camponeses, como nos assentamentos Cangussu, Mocambo e Pátria Livre, conforme veremos a seguir.

4.2.1 Cangussu: uma onça ruge na luta pela terra

Dados informam que só após 12 anos de MST na Bahia, surgiu a resistência dos trabalhadores rurais na região do Pau-Brasil município de Barra do Choça. A conquista da Fazenda *Cascata Cangussu ocupada* pelo MST fez brotar o sonho dos trabalhadores de ter novamente um pedaço de terra para plantar e dele tirar o seu sustento. Essa Fazenda fazia parte do complexo – Fazenda Pau-Brasil que foi desmembrada da área por um antigo grileiro. Alguns trabalhadores que perderam no passado o direito de posse da terra se juntaram ao MST e hoje são assentados nessa área. A figura - 37 a seguir demonstra a imagem da atual agrovila do assentamento Cangussu.

A história desse assentamento teve início em 27 de abril 1997 na fazenda Tamboril de propriedade do senhor Raul Ferraz, situada no município de Vitória da Conquista, ocupada por 220 famílias, que tinham um objetivo comum: obter um pedaço de terra onde pudessem plantar e garantir o sustento de suas famílias.

Mas, em 10 de maio 1997, esse sonho teve que ser adiado, pois os acampados foram despejados e levados para um ponto de apoio na Lagoa das Flores, no assentamento Etelvino Campos, onde permaneceram até o final do mês maio desse mesmo ano.

Na data 1º de junho de 1997 imbuídos de um espírito de luta, coletividade e esperança de possuir um pedaço de chão que resgatasse sua dignidade e respeito como seres humanos, e também garantisse a sobrevivência de suas famílias. Bem organizados e articulados por volta de 1:30h da madrugada ocuparam outra área, a fazenda Cascata Cangussu, de propriedade do Sr. Wilson Ferraz, dessa vez com um número reduzido de famílias, muitas haviam desistido após o primeiro despejo na fazenda Tamboril.



Figura – 40: Imagem aérea da Agrovila do Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2022. Foto: Gutemberg Ferreira de Oliveira, 2022.

Em 13 de junho inicia-se as primeiras aulas, em um barraco de lona, com a educadora Selma e acampada Lucia Rocha, trabalhando com as turmas de jovens e adultos. Isso pelo fato do movimento entender que a educação é algo fundamental no processo de luta, vez que o conhecimento liberta. Nesse contexto, estava sendo construída a Escola Nova Esperança.

Após 5 meses de ocupação na fazenda Cascata Cangussu, sofreram o primeiro despejo de modo surpreendente, realizado por mais de 100 policiais bem armados, o que impossibilitou qualquer reação de permanência naquele instante. Recebendo uma ordem de desocupação, no qual tinham apenas 24 horas para realizar a mesma. Depois de algum tempo retornaram a construir acampamento na mesma área.

Com pouco tempo nessa área houve um processo de organização, baseado no trabalho cooperado para o desenvolvimento de práticas agrícolas de subsistência que rapidamente deram um nova configuração aquele espaço. Nesse

período, as famílias desenvolviam culturas de subsistência, para garantir o sustento durante o acampamento, como: feijão, milho, mandioca, banana, batata e criação de aves e suínos.

Diferente do assentamento Mocambo, a conquista do assentamento Cangussu não foi marcada por conflitos tão intensos na área da fazenda como o primeiro citado, porém alguns assentados sofreram fortes repressões durante as mobilizações realizadas pelo MST.

Com o passar do tempo, o acampamento havia se estruturado, organizado a partir dos princípios de organicidade do MST, tinha uma escola funcionando seguindo as diretrizes da *Pedagogia da Terra*¹⁴, o que contribuiu para a atração de outras famílias que foram chegando, totalizando 280 famílias que por ali permaneceram. Coletivamente faziam e organizam o acampamento, no desejo e na esperança da liberação das terras.

No entanto, com um ano de acampados sofreram outro despejo e foram levados para o assentamento Mocambo – onde permaneceram por apenas três dias, e logo depois retornaram para o local anterior, reocuparam a área e ficaram acampados em situação “ilegal”, por quase dois anos.

Finalmente, em 27 de agosto de 1999, logo após a mobilização denominada Marcha Brasil – de Vitória da Conquista a Salvador, um percurso realizado a pé pelos militantes do MST, receberam a notícia tão esperada a emissão de posse da Fazenda Cangussu, conforme decreto nº.85 do Diário oficial de 06 de maio de 1998.

Sendo que nessa fazenda foram selecionadas e assentadas 60 famílias, observando o critério: maior tempo de resistência na luta pela terra, enquanto as demais famílias foram subdivididas para outros assentamentos do MST, na regional. O assentamento foi dividido em 60 lotes com área de 10 ha para cada família, outras áreas destinaram-se para o trabalho coletivo e algumas nascentes e reserva florestal ficaram destinadas a uma área de preservação ambiental. Daí por diante, foi registrada por Assentamento Cangussu, localizado a 15 km a Sudoeste

¹⁴ Pedagogia da Terra: nomenclatura dada ao modelo de propostas pedagógicas desenvolvidas pelo MST.

da sede do município de Barra do Choça – BA. O assentamento recebeu esse nome devido ao fato de existir na região uma espécie de onça denominada Cangussu, portanto o nome é origem dessa expressão. Atualmente, tem-se aproximadamente 60 famílias assentadas e 303 pessoas, residindo todas em um modelo de agrovila da mesma área. Organizado e articulado, por representações coletivas em formas de núcleo e brigadas, sob a direção e coordenação do regional do MST.

Uma característica interessante do assentamento Cangussu é que desde o seu período de acampamento, as famílias dão grande importância ao desenvolvimento de práticas agrícolas voltadas para a subsistência, produzindo: batata, banana, milho, mandioca, melancia e feijão. Isto garantiu a reprodução do modo de vida daquelas pessoas naquele momento já que não recebiam nenhum amparo das instituições governamentais. E também modificavam seu espaço e construía o seu território a partir da perspectiva camponesa. Uma imagem do Assentamento Cangussu pode ser observado no ano de 2008 na figura - 38 a seguir.

Atualmente o Assentamento Cangussu possui uma Escola Municipal denominada Emiliano Zapata (uma homenagem ao líder mexicano que contribuiu intensamente no processo de Revolução daquele país) fundado em 2000, a escola conquistou a sua autonomia desde a elaboração pedagógica até a escolha da formação do seu quadro, isto é, em toda sua organicidade, o seu Projeto-Político-Pedagógico, baseia-se, na proposta Libertadora “Pedagogia da Terra”, tendo como principal referencial Paulo Freire. Oferecendo da Educação Infantil ao 9º do Ensino Fundamental, atendendo 243 educandos, número registrado no último Censo Escolar de 2008, funcionando nos três turnos, o público é oriundo das áreas de Assentamentos (Mocambo e Pátria Livre) como também das regiões circunvizinhas em um raio aproximadamente de 9 km (nove quilômetros).

Imagem do Assentamento de Cangussu - 2008



Figura - 41: Imagem bidimensional do Assentamento Cangussu, 2008. Fonte: maps.google.com, 2008.

A escola está estruturada basicamente no seu aspecto físico com 4 (quatro) sala de aulas, 1 (uma) cantina, 1(uma) secretaria, 4 (quatro) banheiros, a improvisação de 1 (uma) minibiblioteca, o saneamento básico - a água a fonte é por meio de cisterna e o esgotamento por fossas e uma extensão a Escola Oziel, com uma sala de aula, 1 (uma) cozinha e 1 (um) banheiro. O seu quadro de funcionários é composto por 14 (catorze) educadores e educadoras, na sua grande maioria da sede do município, somente 3 (três) do Assentamento, isto é, são assentados e 5 integrantes do apoio (cinco), todos estes do Assentamento e 3 (três) motoristas que realizam o transporte nos três turnos.

A coordenação pedagógica é feita pelo Setor de Educação Regional do MST que promove durante o ano momentos de capacitação para todo seu quadro. E um processo de acompanhamento pedagógico não somente as práticas realizadas na escola, mas sim em toda atividade educativa dos educandos da EJA, que estende do ambiente escolar até ao Assentamento e suas relações exteriores, buscando juntamente com os educadores (as) acompanhar de perto a vida deste educando, conhecendo melhor o seu cotidiano, os seus limites sociais, enquanto educando (a), indivíduo familiar, e ser social na sua amplitude.

4.2.2 Mocambo: sangue na luta pela terra

O processo de ocupação da fazenda Mocambo iniciou-se para muitas famílias no Assentamento Amaralina, em 17 de abril de 1994, em que algumas pessoas que estavam acampadas por aproximadamente 4 meses foram direcionadas ao Mocambo, no dia 12 de agosto de 1994, assim realizando a primeira ocupação – que logo depois de 8 dias de acampados sofreram o primeiro despejo. Retornaram a fazenda onde ficaram e resistiram por quase 2 anos, até receberem a emissão da posse da terra.

As famílias que ocuparam a fazenda Mocambo ficaram limitadas a uma área que eles mesmos denominaram de *Corredor*, uma parte localizada no alto da fazenda que se tornou palco de uma história difícil, de conflitos, tragédias e, por fim, de conquista da terra de trabalho. Os acampados não tinham acesso a toda a área devido às perseguições organizadas pelo proprietário da fazenda e por alguns fazendeiros da região. Essa situação representou para as famílias – que ali estavam – uma questão de risco de morte gravíssimo, pois estavam restritos a um espaço que impossibilitavam de criar as condições mínimas para a própria manutenção e reprodução do seu modo de vida. Até o acesso as fontes de água lhes eram negados, além de não conseguirem realizar uma parte de seus sonhos que era produzir em seu pedaço de chão. A figura - 39 a seguir mostra a antiga sede da fazenda, onde hoje funciona a escola e algumas instalações do movimento, já que as casas dos assentados foram construídas nos lotes e não em formato de agrovila, como observou-se no Assentamento Cangussu.

A conquista da fazenda Mocambo se tornou um marco na história do MST na Regional Sudoeste, pelo fato ao contexto da mudança na estrutura política do país (impeachment do presidente Fernando Collor de Melo) e principalmente a forma como o processo de luta pela terra sucedeu, que apesar do movimento passar por um momento de estagnação, os acampados em frente a situação extremamente tensa, foram guerreiros em manter seus objetivos - o direito ao acesso da terra.



Figura – 42: Imagem aérea da sede do Assentamento Mocambo, Barra do Choça - BA, 2022. Foto: Gutemberg Ferreira de Oliveira, 2022.

Durante o processo de acampamento no Mocambo, além de alguns despejos realizados, também foi marcado por conflitos tensos que envolviam as famílias que estavam acampadas, militantes, pistoleiros e policiais. Foi então que durante um final de semana por causa de um roçado próximo ao *Corredor* chega até o local alguns carros com homens armados tirando satisfação sobre aquela ação, chegando ao ponto de uma situação tensa que se desfechou em um conflito, no qual de um lado as pessoas se encontravam desprotegidas em todo sentidos, enquanto do outro se via homens disparando tiros, contra as famílias acampadas, assim legitimando mais uma vez o poder dos latifundiários neste país e a omissão do Estado em relação à aqueles que realmente precisam da terra para sobreviver. Este conflito culminou em duas mortes dos acampados Maria Zilda e Manuel Bonfim, mortos por disparos dos pistoleiros, um terceiro também fora baleado e posteriormente por outros problemas de saúde, chegou ao óbito. Até hoje ninguém sofreu punições pelo atos praticados.

No dia 25 de janeiro de 1996, depois de toda essa situação de conflito criada naquela terra foi emitida a emissão da posse da terra, assim realizando o

sonho, resgatando o respeito e a dignidade de dezenas de famílias. Desta forma, o assentamento foi registrado como Mocambo. Logo depois, foram selecionadas 80 famílias que ali se tornariam assentadas, usando os seguintes critérios: maior tempo de permanência no acampamento, afinidade com o trabalho agrícola e maior participação na militância do movimento. Nas quais as famílias que não foram “contempladas” foram direcionados à outros assentamentos da região, a exemplo do Acampamento Caldeirão, situado no município de Vitória da Conquista - BA.

O assentamento Mocambo tem 242 pessoas e está situado a aproximadamente 20 km a sudoeste da sede do município de Barra do Choça - BA, tendo dentro de seus limites territoriais uma parte reconhecida por esse município e outra pertencente a Vitória da Conquista - BA. Com uma área 63 alqueires, o que equivale a aproximadamente a 1260 ha, foi organizada em lotes individuais de 10 há, sorteados entre as famílias, em 3 espaços coletivos, devido ao tamanho da propriedade, e também um espaço destinado a uma reserva ambiental. Logo depois dos sorteios as famílias ansiosas foram para os seus lotes morar ainda em barracos e somente um ano depois conseguiram créditos para a construção das casas e o desenvolvimento de algumas culturas, como o café, a criação bovina, a mandioca e outros produtos.

4.2.3 Assentamento Pátria Livre

O assentamento Pátria Livre passou por um processo bem diferenciado no que condiz à conquista pela terra, em relação aos assentamentos Mocambo e Cangussu. As famílias assentadas atualmente no Pátria Livre não passaram pelo processo de ocupação, propriamente na área do assentamento. Essas são oriundas de ocupações de fazendas vizinhas e na sua maioria se originaram de outras ocupações feitas na zona rural de municípios da Região Sudoeste.

Quando as famílias chegaram na fazenda que hoje é o Pátria Livre, o processo já estava em fase final de liberação da terra. Isso não quer dizer que essas famílias não passaram por um processo de formação de base. A diferença é que elas não vivenciaram esse momento no espaço em que foram assentadas, assim não tendo a oportunidade de criar certas relações que são engendradas no período da ocupação.



Figura – 43: Imagem aérea da sede do Assentamento Pátria Livre, Barra do Choça - BA, 2022.
Foto: Gutemberg Ferreira de Oliveira, 2022.

A conquista do assentamento Pátria Livre foi uma luta pacífica devido aos interesses do proprietário e o condição em que a fazenda se encontrava. A emissão da posse e comemorada pelos assentados em 12 de outubro de 2004, onde foram assentadas 23 famílias. Uma conquista grandiosa naquele espaço, porém um processo lento, tanto na organização do assentamento, quanta na liberação de crédito para a habitação e o desenvolvimento de práticas agrícolas. Atualmente os 172 assentados vivem e desfrutam de uma estrutura que já havia na fazenda, onde foram construídos os barracos em uma espécie de núcleo de habitação (ver o caderno **ANCA**, p. 13, 2000) e um Centro de Formação. Vê a figura - 41 que ilustra a sede da antiga fazenda que atualmente é o Pátria Livre.

O assentamento Pátria Livre possui um processo diferenciado na fase de ocupação e há uma proposta inicial que vai além das perspectivas das outras experiências em outros assentamentos. Uma proposta baseada em produção totalmente voltada para o trabalho cooperado, no qual a terra não seria fragmentada em partes e destinada para as famílias, mas sim um inteiro, no qual todos teriam as mesmas responsabilidades e direito de usufruto da terra, só que agora a mesma se tornando um bem totalmente coletivo. A proposta inicial do Pátria Livre, além de ser diferenciada no que normalmente vemos nos

assentamentos, representa um desafio na construção de um território e princípios que teoricamente vai absolutamente contra os valores do capital.



Figura – 44: Imagem de satélite da fazenda que atualmente é o assentamento Pátria Livre. Fonte: www.mapsgoogle.com, 2008.

Dessa forma, fazer um trabalho de base com as famílias que compõe este assentamento também se torna um grande desafio, pois não só neste, mas nos assentamentos aqui pesquisados, os valores do capital ainda estão fortemente enraizados na vivência das famílias, principalmente no que diz respeito a posse da terra, pois prevalece o fetiche de uma posse individual, cada um se transformando responsável por sua produção, legitimando a propriedade privada da terra e consolidando a fonte da renda fundiária. Desse modo, fomentando as forças necessárias para a produção e reprodução do capital em suas relações.

Devido à falta de políticas agrícolas que garantam as mínimas condições de reprodução dos sujeitos aqui tratados e associada a falta de consciência e condição de classe que desenvolva plenamente um trabalho de cooperação, o assentamento Pátria Livre passa por diversas dificuldades que variam desde a reprodução do modelo de vida camponês até a sua manutenção na terra.

Os assentados sobrevivem e praticam de modo pouco expressivo, culturas de subsistência, basicamente: feijão, milho e mandioca; e inicialmente tinha uma roça de 80 mil pés de café, remanescente da antiga fazenda, no qual tentaram, mantê-la, no trabalho cooperado, mas logo tiveram problema

com a distribuição dos dividendos, o que levou a roça para uma queda significativa na produção. O mesmo fato ocorreu com a produção de ovelhas que teve o mesmo fim, a repartição dos lucros que levou praticamente ao fim da prática. Desta forma, muitos assentados acabam vivendo da venda de sua força de trabalho para fazendeiros vizinhos, e nas sedes dos municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista.

Observa-se que esses problemas não se limitam, nem se restringem ao universo próprio dos assentados – ou a sua condição individualista e egoísta; uma vez que esses sujeitos vivem em uma sociedade do valor – imposto pelo capital e também absorvem e reproduzem às suas contradições. Ao que se pode, ainda, acrescentar a falta de incentivo a pequena produção agrícola e a efetiva luta pela reforma agrária.

Assim, conclui-se que mesmo após a luta pela terra e o assentamento, esses sujeitos não se encontram apartados, nem fora das contradições do avanço do capital no campo. As dificuldades da produção com o mínimo de autonomia, a falta de políticas efetivas à produção camponesa, o endividamento junto ao capital financeiro, às dificuldades de comercializar o pequeno excedente produtivo, dentre várias outras questões, podem ser lidos como problemas reais e que recaem, também, no processo de sujeição da renda, inclusive desses camponeses. O debate sobre a sujeição da renda será retomado na seção 5 que se segue.

5 SUJEIÇÃO DA RENDA CAMPONESA EM BARRA DO CHOÇA E A INSERÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO.

O avanço das relações capitalistas no campo, no Brasil, se desenvolveu por meio do benefício de uma classe proprietária rentista, que concentrou a renda, a terra e subordinou o trabalho; em detrimento de uma classe camponesa que, ou é expropriada da terra, ou nessa se mantém com bastante dificuldade, não raro, sujeitando sua renda aos mecanismos de mercado. Uma ideologia baseada na propriedade privada da terra, fonte primordial para a geração da renda fundiária, seja por meio do bem natural – a terra ou o que nela é produzido através do trabalho.

O próprio camponês subordinado a lógica desigual e combinada do capital, baseada na propriedade privada e na extração do trabalho não pago, passa a se reproduzir condicionado a esse processo, sem ações concretas e contundentes que possam alterar, de fato, o desenvolvimento do capital no campo. Podemos excetuar as ações de movimentos sociais – que se configuram como processos de resistência, quando consideramos a totalidade agrária brasileira, mas que, também, vivenciam as dificuldades do avanço do capital no campo e a sobredeterminação desses interesses sobre o que e como produzir – configurando-se em um verdadeiro processo de sujeição da renda camponesa.

O camponês busca, por meio da posse na terra de trabalho, se reproduzir e garantir a manutenção das demandas familiares. Mas, nesse processo desenvolve uma relação desigual com o mercado – que em geral define o que e como plantar. Dada as condições precárias em que vive, a pequena quantidade de terra que lhe possibilite garantir uma produção mais autônoma, demanda da infraestrutura disponibilizada pelo capital produtivo (industrial) e dos créditos para adquirir os recursos necessários para tocar a produção. Mas, para adquirir esses recursos, o mercado, sobretudo o capital financeiro define aquilo que é rentável para ele, além de abocanhar, por via dos juros, sem nenhum sacrifício, parte significativa do trabalho camponês.

Por outro lado, para ter acesso ao sistema de créditos, o camponês só dispõe da terra como garantia do pagamento dos juros bancários, e se ao final da colheita não obtiver os resultados suficientes para arcar com os juros e outras despesas para garantir a produção, vive na constante ameaça da perda de seu bem maior – a terra de trabalho.

O capital financeiro se produz e reproduz no campo, não somente das relações aparentes do que podemos chamar de relações diretas entre capitalistas, proprietários de terras e trabalhadores, mas também de relações que não são perceptíveis e não são identificadas como formas diretas de reprodução do capital no campo, por uma grande maioria de sujeitos, principalmente os que estão subordinados ao capital. A exemplo dessas relações “indiretas” podemos evidenciar a implementação de tecnologias no campo, através da compra de insumos, as políticas de créditos, as modalidades de compra e venda de produtos, e formas de parcerias na produção. Todas essas relações fundamentadas na mesma lógica de apropriação da riqueza oriunda da renda da terra e do trabalho.

O município de Barra do Choça – BA possui um perfil agrícola no que condiz a sua economia, onde a presença do capital no campo é intensa, contraditória e desigual. Seguindo os mesmos moldes da política agrária brasileira, é possível se observar na história de formação do município, a expropriação das terras e dos povos originários, a separação dos trabalhadores dos seus meios de produção e dos instrumentos de trabalho e a fomentação de produção baseadas em monocultivos e em latifúndios.

No processo de desenvolvimento da agricultura e a inserção do capital financeiro em Barra do Choça – BA podemos destacar 3 principais momentos: 1) a implementação da Cultura cafeeira em grandes propriedades na década de 1970; 2) a reestruturação da cultura do café para pequenos e médios produtores no final da década 1990 e 3) A crise cafeeira e a diversificação das culturas a partir de 2006.

Na década de 1960 o Estado brasileiro projetava o desenvolvimento de uma agricultura com base em um modelo industrial, baseada na modernização e competitividade. Nesse processo, o padrão Norte Americano – que ficou conhecido como Revolução Verde, seria uma mudança de mentalidade, um crescimento

horizontal e vertical na gestão das propriedades, isso representava, na prática, o avanço sob novas terras, independente dos custos sociais e ambientais e uma maior produção e produtividade – com a implementação de tecnologia no campo, para o uso crescente de maquinários e toda gama de insumos agrícolas.

De acordo Santana (2016), a realidade da cadeia produtiva cafeeira era crítica naquele contexto, o país vinha de uma superprodução de café nos anos anteriores e enfrentavam fortes problemas climáticos que faziam a produção despencarem, assim ocasionando em um cenário altamente instável para o mercado. Nessas circunstâncias, o Estado brasileiro realizou fortes intervenções na cultura a fim de controlar a atividade e mantê-la, rentável. A exemplo, foi criado no Ministério da Indústria e do Comércio, com sede no Instituto Brasileiro do Café, o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura – **GERCA**, através do Decreto do Conselho de Ministros nº 79, de 26 de Outubro de 1961. Tinha por finalidade o GERCA:

Art. 2º O GERCA tem por finalidade coordenar, dinamizar e executar medidas específicas, principalmente as estabelecidas nos itens c, d, e, e h do Art. 2º da Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952 com a colaboração de órgãos governamentais e outros que tenham relação com a economia cafeeira. (Decreto nº 079/1961. p. 1 – Criação do GERCA).

O GERCA era um grupo de trabalho responsável pela execução de um programa que buscava em sua totalidade reestruturar e reorganizar a cadeia produtiva do café no Brasil, oferecendo e intermediando as condições necessárias para uma melhora quanti-qualitativa da cultura cafeeira. Competia ao GERCA:

Art. 3º Compete ao GERCA:

I - estudar e recomendar, tendo em vista as peculiaridades regionais, as medidas que os órgãos competentes, federais e estaduais, devem tomar a fim de fortalecer e diversificar a estrutura econômica das zonas cafeeiras do país;

II - adotar outras medidas de sua competência que visem especificamente a:

- a) concentrar a produção de café nas zonas ecológicas mais favoráveis;
- b) incrementar os níveis de produtividade das lavouras cafeeiras;
- c) adequar a produção de café às possibilidades de efetiva absorção pelo mercado externo e interno;

- d) financiar ou complementar financiamentos para a diversificação da produção através de entidades de créditos, oficiais e privadas, mediante convênios em que se determinarão as condições gerais, o juro e os prazos máximos atendendo à finalidade específica de cada financiamento e a capacidade de pagamento dos beneficiários.
- e) obter, através dos órgãos competentes, a assistência técnica necessária para realizar dos fins previstos no inciso "d" acima;
- f) criar os necessários incentivos para possibilitar uma distribuição mais eqüitativa da renda agrícola nas zonas cafeeiras e bem assim executar programas para melhorar as condições de vida dos assalariados, parceiros, colonos, arrendatários e demais dependentes da produção cafeeira;
- g) promover a higienização e padronização dos cafés; melhorando seu aspecto e qualidade, estabelecendo sistema de distribuição e tipos certificados para exportação ou consumo interno, visando a colocação dos cafés dos centros produtores aos de consumo. (Decreto nº 079/1961. p. 2 – Criação do GERCA).

Buscando uma leitura e compreensão crítica que supere a simples narrativa desenvolvimentista do mundo aparente que predomina na história e meio agrícola barrachocense, utilizaremos do método da crítica da realidade concreta sobre o trabalho de Dutra Neto (2004), onde ele desenvolve um trabalho em torno da história da cafeicultura no município com perfil desenvolvimentista, elitista e limitado, no aspecto em não apontar as principais contradições e crises ocorridas nesse processo. Em que o Estado alinhado com os interesses do capital, por meio das políticas públicas de crédito rural, motivou, criou possibilidades e legitimou o avanço e expansão do capital no campo, em destaque no barrachocense, beneficiando a classe detentora de poder naquele contexto, em detrimento de uma classe camponesa que já viviam em condições desfavoráveis, aumentando as desigualdades, concentração e acúmulo de riquezas

Segundo Dutra Neto (2004), a implantação da cafeicultura no município barrachocense a partir da década de 1970 está atrelada a história da cafeicultura na região Sudoeste, em que o GERCA por meio do Plano de Renovação e Revigoração da Cafeicultura – PRRC, estabeleceu um estudo para a viabilidade de desenvolvimento da cafeicultura de novas áreas. Assim, destacando três pontos

cruciais para a sua instalação, através do Instituto Brasileiro do Café - IBC¹⁵: 1) um fato de ordem nacional, devido à grande crise vivenciada na década de 1960 que levou à uma superprodução, que na tentativa de controle de preços, ordenou a erradicação de grande parte dos cafezais; 2) posteriormente por ações climáticas uma perda grandiosa de produtividade por conta das geadas nas regiões sul e Sudeste do país; e 3) As condições geográficas encontradas, tais como: altitude, temperatura, índices pluviométricos e disponibilidade hídricas.

No início da década de setenta, o IBC – Instituto Brasileiro do Café, lançou o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais, que visava aumentar a área de plantio do café.

A busca de novas áreas pelo Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais, foi determinante para a implantação do café na Bahia, pois parte do Sudoeste da Bahia atendia aos pré-requisitos exigidos: as áreas para novos plantios deveriam ter altitude acima de 700 metros e ser livres da ação da geada. (NETO, 2004, p. 95).

¹⁵ O Instituto Brasileiro do Café, com sigla IBC, foi uma autarquia do Governo Federal, com sede no Rio de Janeiro, vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio, que definia as políticas agrícolas do produto no Brasil entre os anos 1952 e 1989, quando foi extinto. O IBC como Autarquia do Governo Federal pertencia a administração indireta do Governo Federal vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio.

O Departamento Nacional do Café, organismo governamental, foi extinto em 15 de março de 1946, no governo do general Eurico Dutra, através do Decreto-Lei nº 9.068. Em 6 de setembro, por intermédio do Decreto-Lei nº 9.784, foi criada a Divisão da Economia Cafeeira (DEC) dentro do Ministério da Fazenda.

Em 22 de dezembro de 1952 foi criado o Instituto Brasileiro do Café durante o governo Vargas, por meio da Lei nº 1.179, de 22 de dezembro de 1952. Em julho de 1960 o governo de Juscelino Kubitschek criou o Ministério da Indústria e do Comércio do qual o IBC passou a fazer parte. A partir de 1964 passou a responder ao Conselho Monetário Nacional.

Em 8 de maio de 1990 foi extinto o IBC pelo governo Collor.

Com o fim do IBC o Governo do Brasil criou, em 1996, o Conselho Deliberativo de Política do Café.



Figura – 45: Visita de técnicos do IBC, Banco do Brasil e produtores em área rural. Fonte: Santana, 2016.

De acordo a leitura de Dutra Neto (2004), as condições naturais foram determinantes para a implantação do café em Barra do Choça – BA, desconsiderando a leitura crítica de toda a conjuntura mundial que havia entorno do café, como uma commodity e fonte de renda para apropriação do capital, naquele contexto; bem como a teoria da renda da terra, que para nós é fundamental para entender as transformações do espaço agrário de Barra do Choça/BA.

(...) tendo Barra do Choça uma temperatura média de 19,6° C. Na faixa de Aw, estreita do planalto, os agentes erosionais são menos ativos, os solos mais espessos e os níveis pluviométricos mais altos (...) com inverno chuvoso, ocorrendo uma maior reserva de água subterrânea nos sedimentos, que pode ser utilizada para irrigação de pequenas áreas mais favoráveis ao desenvolvimento da agricultura e pecuária (...) O município da Barra do Choça faz parte da bacia hidrográfica do Rio Pardo com o Rio Água Fria, Rio dos Monos, Riacho Catolé e Riacho Choça. (DUTRA NETO, 2004, p. 72 e 73).

O que se tem já é um capital em crise, uma busca por outros espaços – para garantir sua reprodução ampliada, foi por isso que não apenas Barra do Choça, como todo planalto conquistense é incorporado à expansão do capital cafeeiro já consolidado no Planalto Brasileiro (estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro). Assim, nessa busca de novos espaços, embora os aspectos naturais sejam considerados, o que determinou foi a disponibilidades de terras, a serem facilmente apropriadas, a ação do Estado para fomentar, por meio do discurso desenvolvimentista – sobretudo do emprego e da renda, a expansão do capital no campo no município e na região, além da ação conjunta das diversas frações do capital – agrário, produtivo e financeiro, para fomentar esse projeto de desenvolvimento do monocultivo do café. Isso sem falar, nos interesses da classe proprietária – que controlava a terra e parcela significativa do trabalho.

Analisando a partir da materialidade dos fatos e das relações desenvolvidas a partir da década de 1960 no espaço em estudo, as questões vão além das narrativas aparentes, isto é, das causas e condições deterministas apresentadas por Dutra Neto (2004). O que percebe-se, é um processo de expansão, reprodução e ampliação do capital no espaço agrário, criado a partir de um momento de crise, fundamentado em ações especulativas sobre a produção cafeeira que demandava controle do território e aumento da renda fundiária. Assim, buscando novas áreas e estabelecendo novas relações de subordinação, sujeição e apropriação do capital, todo o processo por meio da intervenção e legitimação do Estado.

Outra questão relevante nesse processo de implantação do café em Barra do Choça - BA diz respeito a questão dos produtores diretos terem que assumir a de nominada 'vanguarda' da produção, mesmo algo previsto no Decreto nº 079/ 1961 de criação do GERCA, no Art. 03: II, item F, como podemos analisar abaixo. No desenvolvimento não houve a preocupação de promover tal política de igualdade, distribuição de renda mais justa, digna e melhores condições para que os trabalhadores diretos ou proprietários menos abastados em poder aquisitivo pudessem tocar a produção.

f) criar os necessários incentivos para possibilitar uma distribuição mais eqüitativa da renda agrícola nas zonas cafeeiras e bem assim executar programas para melhorar as condições de vida dos assalariados, parceiros, colonos, arrendatários e demais

dependentes da produção cafeeira; (Decreto nº 079/1961. p. 2 – Criação do GERCA).

Na pesquisa desenvolvida por Dutra Neto (2004), fica cristalino como o processo de implantação da cafeicultura foi celetista, beneficiando aqueles que já detinham o poder do capital e da terra, segregando e afastando os camponeses da possibilidade de se inserirem efetivamente. A implantação foi feita, em grande parte, por pessoas que não possuíam nenhuma relação de produção direta com o campo, ou seja, não tinham perfil de cafeicultores ou produtor agrícola de qualquer outra atividade, eram, em grande medida empresários e comerciantes que viam na produção e nos incentivos governamentais possibilidade de adquirirem ganhos concretos. Portanto, beneficiou quem já era beneficiado socialmente. O mesmo aborda como algo positivo, pois facilitou a implementação do pacote tecnológico de insumos, pois a falta de conhecimento, diminuía os questionamentos para o uso no manejo.

Segundo Silvio Bulhões, primeiro avaliador do Banco do Brasil naquela época, a cafeicultura do Planalto de Vitória da Conquista foi toda implantada por pessoas que moravam em Vitória da Conquista, e, na maioria das vezes, essas pessoas não tinham nenhum contato com o campo. Eram profissionais liberais, comerciantes, fotógrafos, etc, que iniciaram o plantio e ficaram por muito tempo sendo os produtores de café das regiões de Barra do Choça (...). (DUTRA NETO, 2004, p. 97 e 98).

Ainda sobre o processo de especulação e compra de terras, o qual movimentou e transformou toda realidade local, vista sob a ótica dos camponeses que residiam no município, pode ser descrita abaixo:

Naquela época ninguém valorizava essas terras, eram oferecidas entre amigos aqui e ninguém comprava, quando comprava, se combinava o valor e pagava quando dava, tinha a ideia que as terras não prestavam e só juntavam carrapatos, até para trazer o gado do sertão, quando chegavam aqui e voltavam pistiados de carrapatos. Ai quando começou vim os grupos de advogados, médicos, comerciantes e quem tinha crédito no banco para comprar as terras, as coisas mudaram. Vendia as terras na ideia de caro para quem morava aqui, já que não valiam nada e era barato para quem vinha comprar com o dinheiro do banco, mas no final quem vendia não fazia quase nada com o dinheiro, mal comprava uma casa em Conquista, o dinheiro sumia. (entrevista com Prefeito Municipal, 30/11/2022)

O canto da sereia do capital tem as suas artimanhas, vai onde tem possibilidade de se reproduzir. Nesse aspecto, a ação do Estado – na criação da infraestrutura, os incentivos creditícios e a abundância de terras boas e baratas, podem ser considerados aspectos importantes para a expansão da agricultura capitalista no município. Assim, na verdade, o que se nota, na essência, além do mundo aparente descrito acima, é mais uma vez uma ação do processo de produção e reprodução do capital que expropria, segrega os produtores diretos dos seus meios de produção e instrumento de trabalho, assim criando mecanismos de extração da renda fundiária. Parte desses sujeitos passando a ter como fonte de reprodução apenas a venda da sua força de trabalho e outros subordinados a apropriação do capital por meio de relações não capitalistas.

Também fica evidente, a importância da propriedade privada como fonte de produção da renda fundiária, atrelada a política de acesso ao crédito rural, sabendo que todo o programa de implantação é sustentado a partir da lógica financeira, sendo que para isso necessária a comprovação da posse da terra, sendo que, a maioria dos pequenos produtores do município não possuíam tal documentação, ficando à mercê da grilagem e, posteriormente, da especulação do preço das terras.

Com o grande investimento na cultura do café, Barra do Choça passou a ser bem vista também por pessoas de outras regiões, que compravam terras a baixos preços de pequenos e médios proprietários, que não tinham consciência das mudanças em curso, não acreditavam na cultura do café ou não detinham as condições necessárias para o plantio. Os forasteiros também, em sua maioria, foram atraídos pelo dinheiro oferecidos, pois naquela época obtinha-se empréstimo até mesmo para aquisição da terra. Posseiros e meeiros que cultivavam basicamente para a subsistência foram impossibilitados de produzir como de costume, isso porque tiveram suas terras vendidas para beneficiar o plantio de café. (GOMES, NOVAIS e OLIVEIRA, p. 136, 2012).

A implantação da cultura do café que iniciou em Barra do Choça – BA, foi propagada com base em um discurso desenvolvimentista em que se criticava a realidade presente daquele contexto, e almejava o novo, o progresso, onde a oportunidade seria para todos, mas por traz desse discurso, trazia consigo os interesses do capital, a expropriação, exploração do trabalho e a apropriação da renda sobre os trabalhadores e camponeses. Desse modo, difundindo a ideia de

um espaço onde as relações sociais ainda eram bem restritas aos valores do campo, ou seja, ainda não havia a expansão e ampliação do capital em sua plenitude e necessitaria avançar.

O argumento para fomentar o projeto de desenvolvimento do capital no campo, partia, sempre, do fato de que até a década de 1960, logo após a sua emancipação política, o município de Barra do Choça, possuía uma infraestrutura muito limitada tanto na sede, como na zona rural. Na sede possuía uma pequena malha urbana que se resumia a poucas ruas, sem hospital, escolas, saneamento básico, instituições financeiras, um pequeno comércio, e no campo apontavam para a existência de poucas propriedades que se dedicavam a produção de subsistência e uma pecuária restrita a poucos animais, discurso bastante questionável e que condena as formas camponesas de viver e se reproduzir. Segundo:

Ainda no início da década de 70, Barra do Choça continuava muito pequena, carente, possuindo apenas duas ruas e poucos moradores; sem hospital, escolas e com um comércio muito restrito, dependendo inteiramente da cidade de Vitória da Conquista, local que o novo município estava ligado por uma estrada de terra mal conservada, o que dificultava muito o acesso. (GOMES, NOVAIS e OLIVEIRA, p. 129, 2012).

Nesse contexto, observamos o alinhamento do Estado, junto aos interesses do capital, quando se utiliza de seus meios e estrutura para efetivar as políticas de implantação. Assim narra, Dutra Neto (2004) sobre a visita de um técnico do IBC Dr. José B. Matielo¹⁶ que caracteriza o município do seguinte modo:

Em 1971, Dr. José Matielo visitou a cidade da Barra do Choça e descreveu que esta era muito pequena e pobre, mais parecia um povoado do que uma cidade, só tinha uma rua, sem calçamento e sem nenhuma infra-estrutura básica. Ele fez uma foto do lugar e a levou para a Diretoria do IBC para mostrar como precisava de investimentos, foi aí que o IBC repassou recursos para serem investidos em estradas, energia e tudo o mais que fosse necessário. (DUTRA NETO, 2004, p. 97).

¹⁶ Dr. José B. Matielo possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa (1965). Foi o grande técnico pioneiro na difusão da cafeicultura em Barra do Choça – BA é até os dias atuais se faz presente no município dando assistência técnica. Atualmente é pesquisador - MAPA / FUNDAÇÃO PROCAFÉ, pesquisador do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aposentado em 27 de fevereiro de 1992, atuando principalmente no seguinte tema: cafeicultura, com mais de 90 publicações e organizações de dezenas de eventos sobre o tema.



Figura – 46: Visão panorâmica da Praça do Comércio na década de 1970, Barra do Choça - BA. Fonte: Arquivo Público, Cinquentenário de Barra do Choça - 2012.

O que fica claro, nesse processo de implantação da cafeicultura em Barra do Choça – BA, é o processo de expansão, produção e reprodução do capital no campo, onde passa a desenvolver relações a partir dos princípios do capitalismo, baseado na expropriação das terras dos seus produtores diretos, separação dos meios de produção e instrumentos de trabalho dos produtores diretos, a fim de consolidar as relações fundamentadas na propriedade privada sobre a terra e a apropriação da renda fundiária, processo viabilizado, sobretudo, pelas políticas de créditos rurais – por meio das instituições financeiras. E o fortalecimento de uma classe detentora do capital – que via aquele processo como oportunidade de investimento, com condições favoráveis para ganhos significativos.

Mas que, para se fundamentar no território, tal discurso desenvolvimentista precisava se apresentar como a ideia de futuro e de progresso, e de condenação das formas e relações sociais existentes até então, como as formas camponesas de viver e produzir. Assim, propaga-se o entendimento do campo como lugar de atraso e de um desenvolvimento que deveria partir da cidade e das instituições nessa existente para fomentar o desenvolvimento. Um discurso que representou um prato cheio para que as classes proprietárias e os especuladores se apropriassem das terras consideradas pelo Estado produtivas e aptas à difusão do

monocultivo cafeeiro; realidade que levou a retirada de muitos posseiros de sua terra de trabalho. Além disso, para expandir a agricultura de negócio, às transformações no espaço urbano passam a ser vistas como fundamentais, não apenas para atrair a força de trabalho necessária a atividade econômica em expansão, mas para abrigar serviços diversos, diversificação comercial, bem como receber os bancos e os comércios e aparatos públicos diretamente ligados à produção e comercialização do café.

Iniciou-se um processo que, na sua essência, cria e estabelece uma relação de subordinação camponesa ao capital, e essa se fez, sobretudo, porque viviam do trabalho na terra, não na propriedade privada sobre a mesma. Esses se constituíram uma força produtiva extraordinária que não se restringe aquele dado momento histórico, ou envolveu apenas aqueles sujeitos que diretamente fizeram parte do Plano de Revigoração de Café e aderiram a produção do café. Ela perpassa pelo tempo e expande horizontalmente no espaço, de modo contínuo e permanente, envolvendo mesmo aqueles que de certo modo não aderiram a tal política, expandindo para outras culturas. Essas relações cada vez mais se aperfeiçoando e se transformando para garantir a apropriação da riqueza produzida, através de relações estritamente capitalistas e não capitalistas no campo.

Seja diretamente através da venda da força de trabalho – o assalariamento, pois os antigos camponeses alienados ao processo que transcorria em seu meio, ficaram expostos a força do capital e especulação de terras, em que venderam as suas terras a preços baixos, e depois esses mesmos voltaram a trabalhar como assalariados, pois a única forma de garantir a sua reprodução passou a ser à venda de sua força de trabalho.

Há, ainda, aqueles que se envolveram diretamente ou resistiram, mas tem a sua produção subordinada ao capital, em um processo de sujeição de renda, ou mesmo através da apropriação do trabalho não pago. Já às políticas de crédito se apropriam dessa renda através dos juros pagos às instituições financeiras. Em casos de arrendamento, o senhor proprietário fundiário se apropria de parte da riqueza produzida pelo trabalho por meio do rentismo das terras. Há, ainda, a apropriação de parte dessa renda através da compra de pacotes tecnológicos

(compra de insumos), regimes de parcerias, e a venda de seus produtos para intermediários (atravessadores). Em todos esses casos tem-se a apropriação de partes de tudo aquilo que é produzido pelo trabalho na terra, portanto da renda gerada nessa por meio do trabalho.

Desenvolveu-se, assim, toda uma política de produção da *commoditie* do café, fundamentada na grande propriedade, na produção extensiva e, inicialmente, no uso significativo da força de trabalho de forma predominantemente manual. Para que se efetivasse tal política o Estado promoveu a regularização fundiária¹⁷, a oferta de grandes linhas de créditos, a assistência técnica necessária e outros incentivos a difusão da produção. Nessa perspectiva, privilegiando uma classe que tinha acesso à propriedade privada sobre a terra, ao passo em que outra classe que apenas venderia a sua força de trabalho para a construção e desenvolvimento das grandes fazendas estavam se formando.

5.1 - A relação entre capital financeiro e Estado na política de créditos no município

A política de crédito rural no Brasil é um instrumento viabilizado na relação entre o grande capital financeiro e o Estado, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento agrícola em toda sua cadeia produtiva, parque industrial de máquinas e insumos, produção (investimento e custeio), comercialização e compra de terras. É considerada o grande alicerce no desenvolvimento, apesar de ser vista como uma atividade de risco. Possui um grande investimento de ativos na atividade, que mantém principalmente a estrutura do agronegócio.

As políticas de crédito rural é uma das formas clássicas em que o capital se expande e se reproduz, apropriando-se, também, da produção camponesa. É uma forma de participar do processo de produção sem estar ligado diretamente a etapa da produção dos produtos. Através dos juros se apropria de uma parte da produção, simplesmente com o papel de agiotagem legitimada pelo Estado.

¹⁷ Foi realizado um grande processo de regularização fundiária frágil (grilagem) para que as terras fossem regularizadas e assim tivessem a documentação comprobatória de posse da terra para acesso ao crédito rural.

A história do crédito rural no Brasil tem início ainda no período do Brasil Império com a criação do Penhor Agrícola, em 1885, no qual houve avanços na prática.

Em 1937, o governo republicano do então Presidente Getúlio Vargas avança com a edição da Lei nº 492, de agosto de 1937, iniciando o processo de fomentação ao apoio a atividade agrária, estabelecendo a penhor rural e a cédula pignoratícia¹⁸. Ainda na evolução da discussão dessa lei foi criado a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial – CREAL.

A cédula pignoratícia e o penhor rural podem ser considerados como algo irrelevante na totalidade do processo de crédito rural atualmente, porém esse item pode ter representado o grande avanço na política de Crédito Rural no país, posto que, a partir desse fato, o empréstimo passa ter uma garantia real, com a possibilidade do sequestro do bem. Além do instrumento dos juros, as terras, os animais e os meios de produção passam a ser garantia de pagamento, uma vantagem bem melhor para as instituições financeiras do que o próprio juros. Assim, há a possibilidade do ganho da renda fundiária em sua plenitude, legitimado pelo Estado. O produtor deixa de ser possuidor real do seu bem, agora ele repassa a instituição financeira juridicamente, ficando apenas na tutela do bem, um proprietário nominal. De acordo:

Art. 1º Constitui-se o penhor rural pelo vínculo real, resultante do registro, por via do qual agricultores ou criadores sujeitam suas culturas ou animais ao cumprimento de obrigações, ficando como depositários daqueles ou destes.

Parágrafo único. O penhor rural compreende o penhor agrícola e o penhor pecuário, conforme a natureza da coisa dada em garantia.

Art. 2º Contrata-se o penhor rural por escritura pública ou por escritura particular, transcrita no registro imobiliário da comarca em que estiverem, situados os bens ou animais empenhados, para valimento contra terceiros. (Lei: 492/1937, p. 1, 1937)

¹⁸ A cédula pignoratícia é um título de crédito representativo de penhor de mercadorias depositadas em armazéns gerais e cooperativas. O penhor é um direito real de garantia, vinculado a uma coisa móvel ou mobilizável. Genericamente, o penhor é qualquer objeto que garante o direito imaterial. De acordo com a Lei nº 492, constitui-se o penhor rural pelo vínculo real, resultante do registro, por meio do qual agricultores ou criadores sujeitam suas culturas ou animais ao cumprimento de obrigações. O penhor rural compreende o penhor agrícola e o penhor pecuário, conforme a natureza da coisa dada em garantia. Contrata-se o penhor rural por escritura pública ou por escritura particular, transcrita no registro imobiliário da comarca em que estiverem situados os bens ou animais empenhados. (RAMOS e MARTHA JUNIOR, p. 14, 2010),

Segundo o Caderno da Embrapa Evolução da Política de Crédito Rural brasileira (2010), apontado por Ramos e Martha Junior (2010), o CREAL foi a primeira ação efetiva de institucionalização da política governamental de crédito rural no Brasil, cuja operacionalização ficou sob a responsabilidade do Banco do Brasil. As operações para atividades específicas ou regionais ficaram a cargo do Banco de Crédito da Amazônia, do Banco do Nordeste do Brasil, do Banco Nacional de Crédito Cooperativo e de alguns estabelecimentos oficiais e estaduais. O trabalho do CREAL foi considerado favorável para o setor no sentido da oferta de condições de juros e carência, porém insuficiente diante da demanda nacional.

Segundo Ramos e Martha Junior (2010), a consolidação do crédito rural no Brasil advém da sistematização através da Lei 4.829/ 1965, no governo do então presidente Castelo Branco, em pleno auge da Ditadura Civil Militar no Brasil. Essa medida estabelecia a criação de um Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR. O SNCR tinha como objetivo financiar toda a estrutura da produção agrícola.

Art. 1º O crédito rural, sistematizado nos termos desta Lei, será distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento da produção rural do País e **tendo em vista o bem-estar do povo** (grifo nosso).

Art. 2º Considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou a suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor.

Art. 3º São objetivos específicos do crédito rural:

I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;

II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;

III - **possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais**, notadamente **pequenos e médios** (grifos nossos);

IV - incentivar a **introdução de métodos racionais de produção**, visando ao **aumento da produtividade** e à melhoria do padrão de

vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo; (Lei 4.829/ 1965, p. 1, 1965).

Tendo como algumas novidades a organização e divisão de atribuições no processo de liberação de crédito. O Conselho Monetário Nacional – CMN, órgão deliberativo máximo do sistema Financeiro Nacional criado em 1964, coube disciplinar o crédito rural, criar normas operacionais, e ao Banco Central do Brasil – BACEN, que ficou responsável pelo controle da execução da política.

Art. 4º O Conselho Monetário Nacional, de acordo com as atribuições estabelecidas na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, disciplinará o crédito rural do País e estabelecerá, com exclusividade, normas operativas traduzidas nos seguintes tópicos:

I - avaliação, origem e dotação dos recursos a serem aplicados no crédito rural;

II - diretrizes e instruções relacionadas com a aplicação e controle do crédito rural;

III - critérios seletivos e de prioridade para a distribuição do crédito rural;

IV - fixação e ampliação dos programas de crédito rural, abrangendo todas as formas de suplementação de recursos, inclusive refinanciamento.

Art. 5º O cumprimento das deliberações do Conselho Monetário Nacional, aplicáveis ao crédito rural, será dirigido, coordenado e fiscalizado pelo Banco Central da República do Brasil.

Art. 6º Compete ao Banco Central da República do Brasil, como órgão de controle do sistema nacional do crédito rural:

I - sistematizar a ação dos órgãos financiadores e promover a sua coordenação com os que prestam assistência técnica e econômica ao produtor rural;

II - elaborar planos globais de aplicação do crédito rural e conhecer de sua execução, tendo em vista a avaliação dos resultados para introdução de correções cabíveis;

III - determinar os meios adequados de seleção e prioridade na distribuição do crédito rural e estabelecer medidas para o zoneamento dentro do qual devem atuar os diversos órgãos financiadores em função dos planos elaborados;

IV - incentivar a expansão da rede distribuidora do crédito rural (grifo nosso), especialmente através de cooperativas;

V - estimular a ampliação dos programas de crédito rural, mediante financiamento aos órgãos participantes da rede distribuidora do crédito rural, especialmente aos bancos com sede nas áreas de produção e que destinem ao crédito rural mais de 50% (cinquenta por cento) de suas aplicações. (Lei 4.829/ 1965, p. 2, 1965).

Essa medida estava atrelada ao programa de Modernização da agricultura brasileira que previa um crescimento vertical e horizontal da produção no campo, e um retorno ao capital financeiro sobre a forma de juros – que seriam extraídos de parte de toda a riqueza produzida pelo trabalho coletivo gerado. Para tanto, investe-se no aumento da produtividade e em uma produção mais tecnificada, com a implementação de pacotes tecnológicos – que também funcionaram como poupadores de força de trabalho, além da utilização de insumos agrícolas e outros incrementos – a fim de difundir a produção industrial no campo.

Assim, o Estado, por meio do SNCR, criava as condições favoráveis para expansão e ampliação do capital no campo brasileiro, com o financiamento e estruturação de todos os setores aos moldes dos interesses do capitalismo, com a fomentação da “regularização” da propriedade privada, organização da comercialização dos insumos e máquinas, incentivos à produção de *commodities*, difusão do formato industrial nas propriedades rurais e a proletarização dos trabalhadores. Mas, também, onde essa expropriação do produtor direto não fosse possível, o Estado, vinculando-se aos interesses do capital financeiro – buscou viabilizar linhas de créditos para pequenos e médios produtores, dessa feita, criando as condições para se apropriar, sob a forma de renda, de parte dessa produção.

O SNCR traz como grande bandeira o apoio ao produtor, mas, na verdade, na sua criação, o grande objetivo foi estruturar, de modo institucional, o campo para avanço do capital em nível mundial – tanto produtivo (industrial) quanto financeiro (por meio dos créditos), garantindo a expansão espacial do capital em direção a países considerados potenciais produtivos. A força motriz para o seu desenvolvimento foi a exploração do trabalho do campo.

O SNCR ainda estabeleceu a distribuição de recursos para outras instituições financeiras, afim de aumentar o alcance e incentivar a concorrência:

Art. 7º.

II - como órgãos auxiliares, desde que operem em crédito rural dentro das diretrizes fixadas nesta Lei:

- a) Bancos de que os Estados participem com a maioria de ações;
- b) Caixas Econômicas;
- c) Bancos privados;
- d) Sociedades de crédito, financiamento e investimentos;
- e) Cooperativas autorizadas a operar em crédito rural. (Lei 4.829/1965, p. 2, 1965).

Um fator relevante no quesito de diminuir o processo de concentração de terras foi o SCNR trazer a possibilidade de financiamento para a realização da reforma agrária, como disposto no “Art. 11. V - Crédito aos programas de colonização e reforma agrária, para financiar projetos de colonização e reforma agrária como as definidas na Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964.” Mas, no fundo, o que se tem é um processo claro de expansão e expropriação, seguido de uma lógica de mercado que vê na luta pela terra e pela reforma agrária novas formas de possibilidade de financiamentos e expansão do sistema creditício, portanto dos juros.

Além disso, é preciso discernir os processos: a denominada política de colonização – vem no âmbito da ocupação de espaços pouco ocupados à exploração do capital, em que, em geral, o Estado se vale do significativo exército de trabalhadores em busca de emprego ou trabalhadores sem-terra que buscam uma fração de terra para plantar e os incentiva a entrar nos locais e regiões mais inóspitas do país sob a promessa de se obter, ao final do processo – a tão sonhada terra de trabalho. Como não se constitui objetivo desta dissertação aprofundar na leitura nos denominados projetos de colonização realizados pelo Estado, no país, em diferentes períodos, e seus rebatimentos para a vida dos trabalhadores

migrantes, destacamos, aqui, a existência de ampla leitura crítica sobre esse processo, a exemplo de Germani (2006).

Já a política de Reforma agrária se constitui em um processo efetivo de redistribuição da propriedade fundiária, algo amplo e que mexe nas estruturas da concentração da propriedade fundiária e das classes que controlam as terras e a produção efetivada no campo brasileiro, realidade que apesar de muita luta implementada pelos movimentos sociais de luta pela terra, encontra-se muito longe de ser realizada.

A proposta do SNCR, juntamente com a criação do GERCA e o PRRC foram fundamentais para a implantação da cafeicultura no município de Barra do Choça – BA. Desse modo, foi uma realização operada pelo Estado, que a partir da proposta de um programa de modernização da agricultura difundiu as suas ações no município. Mas, conforme apontado por Meszáros (2002) o Estado pode ser lido como ente político do capital, portanto, suas ações no campo foram fundamentais para entendermos toda origem e desenvolvimento da difusão do capital financeiro e suas operações crescentes no campo brasileiro – que se constitui amplo e promissor mercado.

A política de crédito rural no município barrachocense pode ser dividida em dois momentos distintos: a implantação da cafeicultura na década de 1970 a partir do PRRC; e 2) A política de financiamento com base no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. No tempo e no espaço, o capital financeiro vai se moldando no campo – com o fito de se apropriar da parcelas crescentes da renda da terra, seja em grandes propriedades ou em pequenas unidades de produção camponesa. Pouco importa, o que efetivamente interessa é que o capital portador de juros continue operando em plena expansão, se apropriando de todos os espaços.

Assim, a partir da década de 1970, com a proposta de Modernização da Agricultura no Brasil, houve uma intervenção forte do Estado por meio de financiamento para estruturar toda cadeia produtiva que envolvia o campo e propunha o modelo agroexportador, vinculada ao parque industrial de insumos e maquinaria, no amplo financiamento da produção (custeio e investimento), e na

significativa compra de terras para expandir a produção. Ação essa que se estendeu por Barra do Choça – BA.

O período foi marcado por forte intervenção governamental na atividade agropecuária, com a atuação do Estado pautando-se na concessão, em larga escala, de subsídios ao crédito rural e à PGPM. As políticas públicas implementadas tiveram por objetivo modernizar o setor, desenvolver o parque produtivo da indústria de insumos agrícolas, consolidar a indústria de processamento e expandir a fronteira agrícola através do crescimento da produção de grãos (RAMOS e MARTHA JUNIOR, 2010, p. 17).

Segundo Ramos e Martha Junior (2010), citando Bacha (1997), durante a década de 1970, a maior parte dos recursos do crédito era de fontes sem custos¹⁹. Essa condição facilitava a criação de normas operacionais mais brandas e, conseqüentemente, a disponibilidade do crédito em um tempo menor e volume maior.

As medidas repercutiram no município barrachocense ocorrendo uma motivação e facilitação da disponibilidade de crédito rural com condições aparentemente favoráveis: juros baixos, período de carência estendido, além da possibilidade de abatimento de pagamento à vista. Como podemos vê, na tabela abaixo, o volume de crédito negociado em nível de Brasil, em que se tinha por objetivo fomentar a expansão da agricultura capitalista no país, o que foi levado a cabo pelo capital financeiro, ainda que esse, inicialmente, se transvestisse de Estado.

Quadro - 11: Crédito Rural Contratado no Brasil – 1970 a 1980		
Ano	Total*	Taxa de juro real (em%)
1970	9.277	-3,9
1971	10.729	-4,0
1972	13.269	-1,5

¹⁹ Recursos sem custos são aqueles oriundos da emissão de moeda, das exigibilidades sobre os depósitos à vista e das transferências de recursos do Orçamento do Tesouro. Esses três tipos de recursos, ao serem repassados ao sistema bancário, permitem a concessão de empréstimos sem o custo de captação. Ou seja, os bancos podem emprestá-los, no limite, apenas cobrando um spread que cubra seus custos administrativos e lhe dê lucro (BACHA, 1997).

1973	18.762	-1,4
1974	23.203	-15,1
1975	33.827	-11,5
1976	34.678	-21,9
1977	30.944	-16,7
1978	31.475	-17,7
1979	39.205	-34,4
1980	37.492	-37,7

* Valores em milhões de reais.

Fonte: Santana (2016) apud Santos (2013)

Como observamos a partir da década de 1970 há um salto positivo no volume de empréstimos e uma queda vertiginosa na taxa de juros, chegando ao ponto de ter taxas negativas. Nessa perspectiva havia toda uma política para fomentar a produção de *commodities*, e entre elas estava o café. Como afirma Santana (2016).

Os créditos voltados para a agropecuária correspondiam a recursos exorbitantes e durante toda a década de 1970 as taxas de juros eram negativas, mostrando-se vantajosa e favorável para os produtores. Em 1980, a taxa de juros do crédito rural chegou a ser de -37,7%, o que significava que, em termos monetários, se um agricultor solicitasse um financiamento agrícola no valor de CR\$100,00, pagaria somente CR\$ 62,30. (SANTANA, 2016, p. 41).

Conforme Santana (2016) aponta as linhas de créditos foram direcionadas, beneficiando determinada classe que já detinham o poder do capital: latifundiários, comerciantes, autônomos, criando uma realidade de uma modernização “desigual e conservadora”. E assim foi em Barra do Choça – BA, beneficiando uma classe que em sua grande maioria não possuía vínculo inicial com a produção da terra, e se aventuraram nesse campo como investidores, devido a facilidade e disponibilidade de recursos que se ofertavam. Engendrando em um cenário de expansão, reprodução do capital no campo, onde se consolidava o processo de extração da renda terra e exploração do trabalho, bem como da concentração da propriedade fundiária.

É notório o crescimento do volume de crédito rural na década de 1970 por diversos motivos aqui apresentados, porém na década de 1980 inicia-se um processo de descenso desses, sobre a justificativa da crise econômica que assolava o país, criando um fenômeno que denominou-se como “estatização do crédito rural” (Gráfico – 04).

Sobre isso, Ramos e Martha Junior (2010), afirma que o processo inflacionário agiu como um instrumento de subsídio ao crédito, pois as taxas de juros nominais eram inferiores à inflação e o crédito não era corrigido pela mesma, resultando em taxas de juros reais negativas. Segundo Coelho (2001), o nível de subsídio, medido pela diferença entre a taxa de juros e a taxa de inflação, cresceu significativamente durante a década, passando de -5,6% em 1970 para -35,6 em 1979.

Gráfico – 04: Evolução do Crédito Rural no Brasil, de 1970 a 2009.

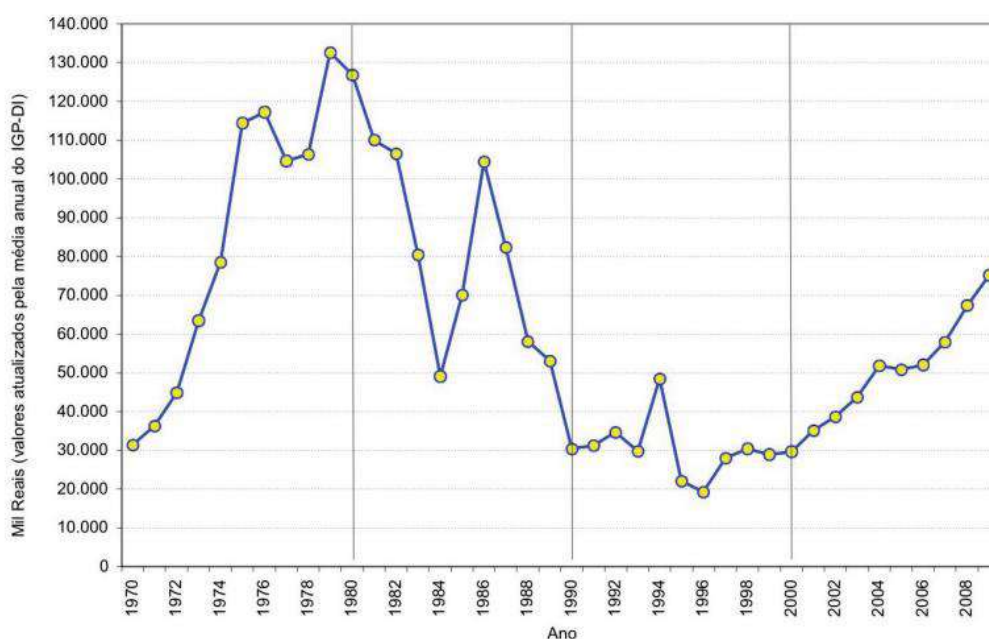


Figura 1. Evolução do crédito rural no Brasil, de 1970 a 2009.

Fonte: Banco Central do Brasil (2009).

Essa fase de disponibilidade de crédito da década de 1970 entra em dificuldade a partir do momento que se inicia o pagamento das dívidas, mesmo com os juros considerados baixos, uma vez que muitos produtores fizeram outros investimentos fora da agricultura, dentre outros aspectos, o que levou a dificuldades de quitar

seus débitos. Com a manutenção dos cafezais e pagamento de parcelas em vencimento, além da crise do capital que se agravou, no Brasil, na década de 1980, houve o aumento da inadimplência. Na sequência, houve o aumento dos juros e assim se encerrou a primeira fase de volumosos créditos rurais na agricultura do município e no país. Por outro lado, o capital financeiro já encontrava-se solidificado no campo e a política de dependência dos produtores com essas instituições mais evidentes do que nunca.

A implantação da cafeicultura na Barra só foi possível por conta da disponibilidade do crédito rural, era muito dinheiro e que tem tinha crédito no banco podia pegar, via todo mundo rasgando dinheiro, comprando terras, comprando bens, era aquela riqueza, mas quando chegou o período de pagamento, muitos se estrupicou, pois não conseguia manter as roças grandes, pagar o banco e manter a vida. Mas mesmo assim continuaram grandes roças e bonitas, só pararam de pegar o dinheiro. E os produtores aqui da Barra poucos conseguiram manter as roças grandes e pagar o banco, lá no começo tinha feito roça de café e também investiu na pecuária. (Entrevista com o prefeito municipal de Barra do Choça 1997 – 2004/ 2009 – 2016/ 2021 - atual).

Importante salientar e reportar ao já apontado por Marx (1984) neste texto de dissertação: ao capital importa se expandir, extrair trabalho não pago, aumentar seu processo de valorização, ainda que para isso tenha que adiantar/disponibilizar uma parte do capital para, posteriormente, ter esse capital acrescido. E é assim que podemos compreender esse derrame de créditos para a produção de *commodities* agrícolas, como o ocorrido em Barra do Choça/BA e região, em um determinado período; para que, posteriormente, se tivesse o retorno desse mesmo capital acrescido, seja sobre a forma de juros, lucro ou renda.



Figura – 47: Imagem aérea da fazenda de Café na região do Urubu Fogo, Barra do Choça - BA, 2022. Foto: Gutemberg Ferreira de Oliveira, 2022.

A segunda fase destacada sobre a política de crédito em Barra do Choça – BA, se inicia em um formato distinto do primeiro, em que em uma análise superficial, aparente e limitada, poderíamos afirmar que estaria voltada para um público diferente: os pequenos agricultores (para nós os camponeses), o que, de certo modo, dentro de uma perspectiva desenvolvimentista, seria um avanço. Porém, em sua essência, o que se constata é o capital financeiro se expandindo, inclusive para as pequenas unidades produtivas – e como linhas de crédito específicas são criadas para fomentar esse processo de vinculação da pequena produção ao mercado – ou seja a sujeição da renda camponesa, fazendo com que esses sujeitos passem a ficar subordinados ao interesse do capital.

Dessa maneira, há um grande esforço do Estado que, por meio de suas estruturas governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal, disponibilizou de suas forças para difundir e efetivar os interesses do capital em um processo de expansão e ampliação no campo, não restrito ao território barrachocense, pois não

se trata de algo do lugar, mas uma lógica produtiva e de apropriação do território que se estabelece a quilômetros de distância.

Assim, atuando com disponibilização de crédito realizados por meio de parceria entre o BNB e a Prefeitura Municipal de Barra do Choça - PMBC, através da Secretaria de Agricultura e Expansão Econômica. Ou seja, após se criar a dependência dos créditos – como forma de manter a produção agrícola, o Estado vai repassando ao capital essa intermediação. Foram criadas mais de 20 associações nos diferentes lugares do município, com o intuito de organizar, assistir tecnicamente e gerir os recursos investidos. Desse modo, eram realizadas diversas reuniões de formação com base nos valores associativistas e cooperativistas, afim de fortalecer às ações do capital financeiro no campo barrachocense.

Com essa discussão dos produtores de café que todos falavam (na campanha eleitoral), justamente que Barra do Choça tinha mais café que Vitória da Conquista, só quando ganhamos (eleição), criamos a Secretaria de Agricultura e Expansão Econômica e fizemos uma pesquisa, através de Claudionor e encontrou um disparate muito grande, através dessa pesquisa com Claudionor a gente identificou, aí foi quando nós propomos, iríamos criar a Secretaria de Agricultura que então na época não tinha em município nenhum, aqui na região nem Conquista tinha, foi quando nós iniciamos a construção de criar a SEMAGRI e criar um grande evento que na época já colocou ser a Semana do Café. Em trazer a discussão da cafeicultura de Vitória da Conquista, porque quem fazia na época era Claudionor em Conquista, fazia os eventos da ASCOM que era a Associação dos Cafeicultores de Vitória da Conquista, quando puxamos essa ideia que a discussão de cafeicultura não podia ser em Conquista, pois Barra do Choça era produtor de café, então a partir daí criamos a SEMAGRI. E fizemos a parceria na época com SEBRAE, EBDA, UESB, e o Banco do Nordeste, sendo que a UESB e a EBDA entraram com a parte tecnológica, desenvolvimento e da parte de orientação do produtor, o SEBRAE com a capacitação, importante para a implantação das associações. (Entrevista com o prefeito municipal de Barra do Choça 1997 – 2004/ 2009 – 2216/ 2021 – atual. Realizada em 30/11/2022).

As linhas de crédito disponibilizadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF²⁰ através do Banco do Nordeste -

²⁰ O PRONAF foi criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de

BNB²¹ contribuíram intensamente para o avanço de acesso ao crédito para os camponeses. Houve uma metodologia de empréstimos por meio de associações, no qual ocorreu um grande surgimento de Associações no município. Em um primeiro momento, uma inserção de capital no campo, mas esse, na verdade, era a forma de criar o vínculo com o camponês o tornando dependente e subordinado a tal lógica de desenvolvimento.

O processo intenso de financiamento por meio do PRONAF e do PRODER provocou rapidamente uma transformação social no município, com a estruturação e fortalecimento do espaço do campo, construção de escolas, postos de atendimento de saúde, estradas vicinais e rodagens, disponibilidade de energia elétrica. Provocando, em um determinado momento, um fenômeno atípico: o êxodo urbano, no qual as pessoas saíram da sede do município e de outras cidades e estados, para a zona rural, no intuito de se dedicar a atividade da cafeicultura e a pecuária de leite, muitos fazendo o caminho inverso de migração do Nordeste para o Sudeste. Mas, sendo esse um processo mais limitado e seletivo – ou seja para quem pudesse se tornar proprietário.

Mas, esse processo nos indica uma questão fundamental: que é a mobilidade do capital quem sobredetermina tais ‘deslocamentos’ sobre o prisma e as possibilidades reais de ganhos que é propagado pelo Estado e o capital portador de juros, em pleno desenvolvimento. Por outro lado, é preciso compreender que se há um atrativo do capital, há também o trabalho, e essa relação é contraditória. Isso porque a atratividade para se tornar proprietário e adquirir os créditos bancários para fomentar a agricultura de mercado requer recursos para investir, e esse processo é absolutamente seletivo. Além disso, esses, ao se inserirem, também terão que sujeitar parte de sua renda, seja para o capital produtivo, comercial ou financeiro.

promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural **constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva** (grifo nosso), a geração de empregos e a melhoria de renda.

²¹ Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é um banco brasileiro foi criado pela Lei Federal nº 1.649, de 19 de julho de 1952. Constituído na forma de sociedade de economia mista, com participação do Governo Federal do Brasil como maior acionista, com sede em Fortaleza, no Ceará. É um banco múltiplo com características de um banco de desenvolvimento e tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável da Região Nordeste do Brasil, por meio do apoio financeiro aos agentes produtivos regionais.



Figura – 48: Foto da Reunião da Associação da Lagoa Verde, Barra do Choça - BA, 2004. Fonte: Arquivo Associação da Lagoa Verde, 2022.

Por outro lado, a questão é: de onde vem a riqueza produzida? Na leitura que sustenta esta dissertação – do trabalho. E é aí que a relação contraditória entre capital *versus* trabalho se concretiza e permite explicar, também, a realidade concreta da expansão da cafeicultura no Centro-Sul baiano e no município de Barra do Choça/BA. Mas, para o capital, o que é difundido pelo Estado – o projeto de desenvolvimento é aparentemente colocado como um projeto de oportunidades para todos, não há diferença, portanto não há contradições.

(...) em Barra do Choça, cidade de 44 mil habitantes no Sudoeste Baiano que começa a “repatriar” seus filhos pródigos. E o motivo desta volta é justamente o café. Graças à implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável e integrado, que privilegiou a pequena produção, o município passou a ser o maior produtor de café do Norte e Nordeste brasileiro, com cerca de 300 mil sacas por ano. Esse novo paradigma econômico surgiu de um esforço e a parceria a Prefeitura Municipal, SEBRAE, Universidade Estadual do Sudoeste Baiano, Banco do Nordeste e Governo do Estado, através da EBDA que realizaram um mapeamento sócio-econômico de Barra do Choça, através do PRODER – Programa de Emprego e Renda. (Caderno SEBRAE - IX, 2000, p. 06).

O que se compreende em torno desse discurso – com base no desenvolvimento sustentável – é uma forma reducionista de ver a realidade concreta. O que na verdade levou centenas de camponeses a disponibilizar suas propriedades para posse das instituições financeiras, passando a ser meros proprietários nominais. Essa classe, sendo a base de toda produção e geração de riquezas, através da produção do seu trabalho, passando a sujeitar sua renda ao capital, através da compra de insumos, circulação, distribuição e comercialização dos seus produtos, além da quitação das dívidas acrescidas do valor de juros, junto aos bancos.

Conforme já apontado por essa pesquisa de dissertação, após a difusão da cafeicultura a terra se tornou mais concentrada no município, o que revela que a dita ‘oportunidade para os filhos pródigos’ se tornou oportunidade para ‘determinados filhos pródigos detentores da propriedade’. Os demais filhos pródigos, não detentores da propriedade e de dinheiro, continuaram da venda de sua força de trabalho. São esses que ao trabalhar a terra produzem o café, que por si só não brota da terra. Ainda que se tenha todo incentivo para o uso de insumos industriais e tecnologias, ainda assim, é o trabalho quem exerce a centralidade na produção do café.

Há, ainda, aqueles pequenos produtores que permanecem na terra ou que conseguem adquirir uma pequena fração de terra, que nós consideramos camponeses, como já apontado por esta pesquisa, mas esses, em geral, vivem do seu trabalho e de sua família, não tendo como questão central a exploração do trabalho de outros. Nesse caso, a terra é a condição de vida, forma principal de reprodução da família, pelo trabalho direto realizado nessa. Mas, como já apontado, isso não os eximem das contradições do capital – ainda que não pela forma direta capital *versus* trabalho. Nesse caso, o que se tem é a sujeição da renda ao capital, a medida em que esses, em geral, se inserem nas relações de mercado, passa o produzir o que e como esse determina. E o sistema de crédito, a exemplo do PRONAF, vem para cimentar esse processo.

No município de Barra do Choça/BA ocorreu uma mudança significativa na vida dos camponeses com a efetivação das políticas de créditos, juntamente com a infraestrutura desenvolvida no campo, pois, por um lado permitiu o acesso a alguns

equipamentos e ao crédito que o inseriu na produção cafeeira, mas em uma relação absolutamente desigual em relação aos grandes produtores, sem falar na fragilidade econômica desses, mais susceptíveis aos problemas naturais – como a estiagem, por exemplo, e outras questões. Na figura – 46, a seguir, pode-se observar a área de café sequeiro de uma família camponesa, sendo visitada pela diretoria da Associação da Lagoa Verde.



Figura – 49: Visita da diretoria da Associação da Lagoa Verde, nos cafezais dos associados, Barra do Choça - BA, 2004. Fonte: Arquivo Associação da Lagoa Verde, 2022.

Por toda parte do município foi fomentado, através do crédito rural, e orientado o plantio de café, com base na propriedade camponesa, ocorrendo uma grande adesão dos produtores que recebiam os recursos para financiar suas roças e mantê-las até a produção. Vê-se, portanto, como a relação entre Estado e o capital financeiro funcionou efetivamente no município.

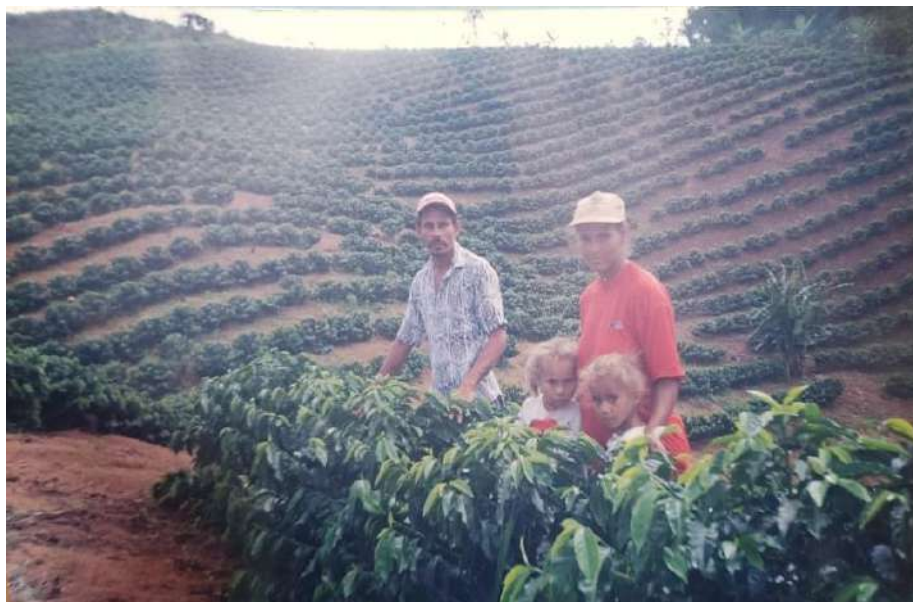


Figura – 50: Família camponesa da Lagoa Verde, Barra do Choça - BA, 2004. Fonte: Arquivo Associação da Lagoa Verde, 2022.



Figura – 51: Dia de campo para o manejo de Tratos culturais, Barra do Choça - BA, 2001. Fonte: Arquivo Associação da Lagoa Verde, 2022.

Juntamente com a política de crédito rural houve um esforço do Estado em garantir a disponibilidade de suas estruturas nas diferentes esferas municipal, estadual e federal, inclusive da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, para a implementação dos objetivos do capital e o avanço no campo. Foi desenvolvido um trabalho de assistência técnica, através da Empresa Baiana de

Desenvolvimento Agrícola – EBDA, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, que reverberou no fortalecimento da cafeicultura, por meio de atividade de campo, de feiras, como a Semana do Café e de Concursos de Qualidade do Café – que renderam títulos em níveis estaduais e nacionais.



Figura – 52: Composição da mesa de abertura da 5ª Semana do Café, Barra do Choça, 2002.
Fonte: Arquivo Público, Cinquentenário de Barra do Choça - 2012.

Vê-se que, quando se trata de fomentar um projeto que leve em conta os interesses do capital – inclusive internacional, todo o aparato do Estado é colocado à disposição. Não se quer dizer com isso que o Estado não deva atuar no campo e fomentar a melhoria da produção agrícola e tão logo transformações significativas no espaço; mas entendemos que isso deva partir de um debate e das demandas concretas daqueles que vivem e trabalham no campo. Por exemplo, não se tem maiores incentivos em melhorias ou disponibilidade de créditos agrícolas (a juros baixos ou mesmo inexistentes – como houve para o café) para cultivos voltados à alimentação básica da sociedade brasileira, o que iria repercutir, positivamente, na

disposição de alimentos de qualidade e mais barato. No que se refere à produção de café, ressalta-se que mesmo sendo algo comum na mesa dos brasileiros, o incentivo na produção se deve dado interesses do capital internacional – e o processo de exportação, que faz desse alimento uma *commoditie* – cujo preço é definido pela bolsa de valores. Assim, o propósito ao final do processo é valorizar o capital, produzir mercadorias, não alimentos que vá melhorar a alimentação e as condições de vida da população.

Com o discurso preconizado a partir da política de crédito – o “desenvolvimento sustentável”, uma falácia que se estendeu para o camponês, com a falsa ideia de injeção de dinheiro no campo – repercutindo no aumento da produção e da produtividade no campo. Junto a isso, foram implantados diversos serviços públicos no campo, como área da saúde, educação e infraestrutura, o que, certamente, beneficiou a população do campo, que até então tinham que realizar maiores deslocamentos, ou sequer tinham acesso a esses serviços. Mas, trouxe, também, a valorização das terras, denominadas anteriormente de “terra de carrapatos”, permitindo a consolidação do município no cenário Nacional como maior produtor de Café do Norte e Nordeste do Brasil e destaque no IDHM como um dos municípios com a melhor distribuição de renda. Mas, o que de fato sucedeu não foi esse “desenvolvimento aparente”, foi a expansão e ampliação do capital no campo que necessitava de condições mínimas para sua expansão e ampliação, em que se apropriou da renda gerada pelo trabalho dos camponeses e trabalhadores, aumentando a exploração, as desigualdades sociais e espaciais. Algo que aparentemente pode ser visto em melhorias para a população.

Mas, em uma pesquisa que prima pela leitura crítica, ressalta-se que o denominado projeto de desenvolvimento no campo, por meio do monocultivo do café trouxe a concentração fundiária, e o aumento da concentração de renda, uma vez que o IDHM trabalha com média, como se toda a população fosse igualitária, não permitindo um entendimento das desigualdades socioespaciais. Além disso, se em princípio o derrame de crédito representou, inicialmente, melhoria na vida das famílias produtoras de café, com o tempo, o endividamento e a dependência dos insumos e incrementos; além da concorrência, sobretudo com as condições melhores das grandes propriedades, passou a representar maiores dificuldades.

O apontamento feito nessa pesquisa sobre o alinhamento do Estado e os interesses do capital, fica cristalino a partir da difusão da ideia e intensa propaganda de desenvolvimento realizada pelo SEBRAE, um braço forte do capital na inserção de políticas na economia, fundamentadas na incorporação e sujeição dos trabalhadores e camponeses ao capital. Como foi descrito pela Revista SEBRAE Conexão Baiano, 2004, o município como um destaque internacional pelos seus feitos e apoio ao cooperativismo.

Depois de ser classificado como o detentor do maior número de associações de classe do país e maior produtor individual de café do Norte/ Nordeste, foi destacado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como “o de melhor distribuição de renda do país”, ao lado de Santa Maria do Herval (RS). O segredo do sucesso econômico desse município de 40 mil habitantes está no fato mais de 90% dos moradores estarem ligados, de algum modo, à produção agrícola, com apoio de associações e cooperativas. No total, 42 entidades, das quais 16 de pequenos produtores, recebem apoio técnico e capacitação do SEBRAE desde 1997. (Revista SEBRAE, 2004, nº 128, p. 10)

Toda essa política de disponibilidade de crédito gerou uma efervescência no município e, inicialmente, gerou diversos bons exemplos. Mas, o mercado ‘dá’ com uma mão, para receber mais na outra. E no município de Barra do Choça essa realidade não foi diferente. Os investimentos de crédito precisariam se reverter em novos ativos financeiros: a *commoditie* café, de modo que representasse ganhos concretos nos grandes mercados mundiais e nas bolsas de valores. E assim, as terras do município passam a se destinar, cada vez mais, a produção desse monocultivo. Quando se trata de pequenos agricultores isso vem a representar praticamente toda sua terra para o plantio do café e a impossibilidade de plantios para sua subsistência. O que se apresenta como vantagem para o produtor, se configura como vantagem para o mercado. O alvoroço da difusão e as vantagens da opção pela plantação do café pode ser observado na figura - 53 a seguir.



Figura – 53: Produtor José Walter estampando a capa do Caderno SEBRAE IX, nº 91, 2000. Fonte: Arquivo Público, Cinquentenário de Barra do Choça - 2012.

As duas fases a da década de 1970 e final de 1990 sobre a história do município apresenta aqui, em que enfatiza o crescimento econômico e toda transformação sócio espacial ocorrida, realmente promoveu mudanças significativas no cenário local, porém foram sustentadas na política de crédito – o que ocasionou, a curto prazo, uma falsa aparência de desenvolvimento e riqueza, pois o que havia era recursos financeiros na economia local através dos bancos, e a médio e longo prazo gerou crises, pois os agricultores não conseguiam honrar suas dívidas, se comprometendo ainda mais, a ponto de perder sua terra ou permanecer nessa com maiores dificuldades, e ainda endividado. Uma realidade que, em geral, é mascarada pelas autoridades ligadas ao Estado, também pertencentes às classes proprietárias, como vê-se no depoimento que se segue.

Avançou muito. Conseguimos repactuar dívidas históricas. Acredito que todos têm condições de até o final do ano de repactuar suas dívidas de forma sustentável e ter acesso a crédito novo. O Banco

do Nordeste, o DESENBAHIA, agências de fomento e bancos estatais como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal têm condições de facilitar o acesso ao crédito ao produtor. Mas repito: é preciso oferecer a assistência técnica para garantir que esse dinheiro seja bem aplicado. Crédito rural sem assistência técnica e sem tecnologia pode criar uma bola de neve porque caso o recurso não seja bem aplicado o produtor não consegue pagar no futuro. (Entrevista com um Deputado Estadual da Bahia e ex-Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia - SEAGRI, 2011-2014).

Nos dois contextos destacados, sobre a história do município, com enfoque na política de crédito rural houve uma disponibilidade massiva, que ocasionou diversas transformações no espaço, em que aparentemente dentro de uma perspectiva desenvolvimentista poderia ser levantados diversas situações, voltadas para a questão do planejamento ou estruturação do processo. Mas, o que realmente sucedeu, baseado na realidade concreta, foi a efetivação dos interesses do capital, prevalecendo a obtenção de lucro, ou no caso do capital financeiro os juros – que seria a forma dos capitalistas de se apropriar da riqueza produzida pelo trabalho.

Atualmente Barra do Choça conta com uma produção de café representada abaixo, de acordo ao último Censo Agropecuário.

Quadro - 12: Nº de estabelecimentos agropecuários produtores de Café – 2017.	
Estabelecimentos	Nº
Nº estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés	1.360
Quantidade produzida tonelada	4.550
Nº de pés estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés * 100	25.765
Área estabelecimentos agropecuários em ha	12.133
Área colhida – há	6.795
Valor da produção estabelecimento agropecuário * 100	28.842,85
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário – 2017. Resultados definitivos.	

O quadro – 12 apresenta uma realidade, como uma presença marcante do café no município, o que, em princípio, demonstraria o sucesso da expansão do capital – via esse monocultivo – no campo barrachocense. Essa é uma realidade, apesar de toda crise vivenciada nos últimos anos e a fomentação de outras

culturas. Dos 1.996 estabelecimentos agropecuários identificados no Censo Agropecuário de 2017, 1.360 ainda, de alguma forma, tinha lavouras de café e somando a uma área de 12.133 ha, são valores significativos que leva a afirmar o café como a principal cultura e atividade econômica do município, sendo denominado o carro chefe da economia local.

Por outro lado, a denominada crise pode vir a representar, em um momento posterior, um certo distanciamento do Estado – em princípio onipresente – no sentido de difundir o monocultivo no município. Mas, após os produtores plantarem café e com isso, comprar terra para expandir a produção, o que expropriou os produtores diretos mais pobres, ou que não tinham a propriedade privada sobre a terra, transformando-se em um processo seletivo que implementou uma desigual produção do espaço municipal, a realidade muda. Após implementada a produção do café em praticamente todo espaço agrário municipal, e ação do Estado muda. O capital privado entra com força e os produtores mais frágeis passam a conviver com as dificuldades do sistema financeiro. Para os camponeses, sobreviver na terra significa repassar toda sua produção para as agências financeiras, o que nem sempre quitava suas dívidas. A solução passa a ser adquirir mais empréstimos e se tornar mais viciado no sistema de créditos. Outra é a saída definitiva da terra, o que intensifica a concentração fundiária. Essas questões serão retomadas na subseção a seguir.

5.2 - As políticas de crédito na sujeição da renda e dificuldade na reprodução camponesa

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, no município de Barra do Choça, desenvolve-se, fortemente, uma política de crédito voltados para a Agricultura Familiar, fruto, inicialmente, da disponibilização de recursos pelo Governo Federal, tendo como objetivo reerguer a produção municipal de um período que se denominou de crise ocorrido na década de 1980. A justificativa para tal ação estatal apontava a demanda de camponeses existentes no município – que ao longo de sua história – estiveram à margem das políticas de crédito do município.

A leitura do aparente é sedutora e leva, imediatamente, a reducionismos e localismos. Tomando por base a leitura de Mészáros (2002) pode-se compreender esse avanço do capital no campo – como o que ocorreu no Centro Sul Baiano e no município de Barra do Choça, representava estratégias de reprodução de um capital em crise, em que as operações financeiras passam a ocupar papel fundamental nesse processo. O que significa dizer que o que determinou tal processo foi a existência de uma massa da capital buscando se reproduzir, e o fez, sobretudo através do capital financeiro, e não a existência de uma massa de agricultores pobres que ansiavam serem salvos pelo ‘Deus mercado’. Com o fito de levar os agricultores a adquirirem esses empréstimos e ao final do processo de trabalho, terem que repassar praticamente toda a sua renda, sob a forma de juros bancários, crescendo o capital de seus credores.

Essa expansão do sistema de crédito, agora se direcionando, também para às pequenas unidades produtivas se seguem nas décadas posteriores, como destacam os autores a seguir:

A tendência de aumento do crédito rural, iniciada na segunda metade da década de 1990, estendeu-se aos anos de 2000, mas com maior intensidade. Entre 1997 e 1999, o volume de crédito rural cresceu apenas 3,6, passando de R\$ 27,9 bilhões para R\$ 28,9 bilhões. O crescimento na década de 2000 foi bem mais significativo. Entre 2000 e 2005, atingiu 70,8, passando de R\$ 29,7 bilhões para R\$ 50,8 bilhões. Na segunda metade da década, o volume de crédito ofertado cresceu ainda mais: 148,0%, totalizando R\$ 75,2 bilhões em 2009. No total, a expansão foi de 152,8% entre 2000 e 2009. (RAMOS e MARTHA JUNIOR, p. 31, 2010)

Como apontado por Marx e Engels (1998) o capital não tem pátria, se desloca, inclusive espacialmente, a fim de extrair mais capital. E é assim que o sistema de crédito se espalha por vários lugares, inclusive no campo, com destaque aos locais que passaram por um processo de modernização da agricultura; e com capacidade de aumentar a produção de *commodities*, direcionadas as bolsas de valores mundiais, supervalorizadas – via dolarização da produção, vindo a representar ganhos significativos.

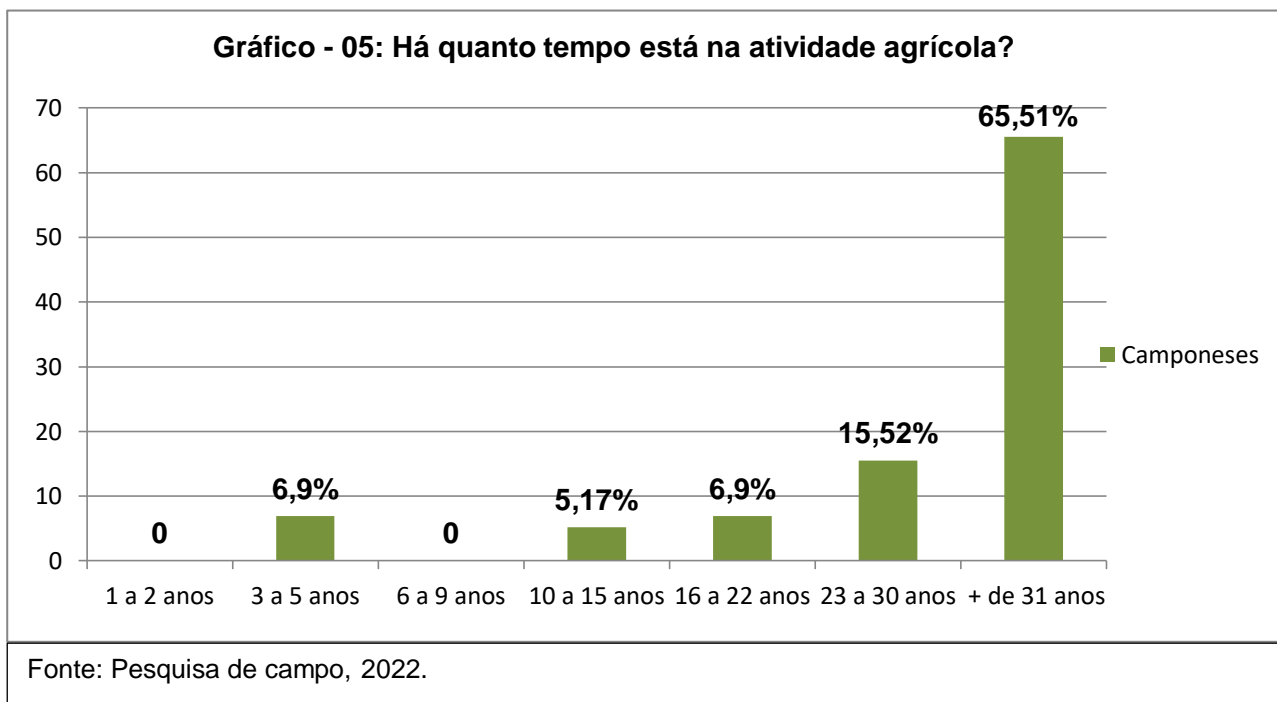
Ramos e Martha Junior (2010), com base em Bacha (2005) afirmam que esse aumento da disponibilidade de crédito ocorreu devido a uma reestruturação no

sistema de créditos, com a disponibilidade de novas linhas de créditos e principalmente o processo de renegociação das dívidas ocasionadas pelo forte endividamento de operações das décadas 1980 e 1990, que deram mais segurança econômica para o setor. Ou seja, foi preciso se criar todas as condições para que o produtor continuasse se endividando, e com isso sujeitando sua renda ao capital financeiro.

O maior problema da política de crédito rural implementada para os camponeses foi o alto endividamento que causou as seguintes dificuldades: a) a manutenção dos cafezais com a produtividade planejada, devido não ter recursos suficientes para a compra de insumos e pagamento das parcelas em vencimento; b) a comercialização ficando vulnerável ao mercado especulativo e disponibilidade de recursos para manter a colheita e beneficiar o café, assim sem agregar valor ao produto, chegando ao nível em que muitos vendiam a “roça no pé”²², situação essa que agrava ainda mais o ganho de renda; e c) a consequência fim gerando um número considerável de inadimplência e aumento de juros sobre a dívida. Assim, se consolida a total sujeição da renda ao capital financeiro.

A política de crédito implementada de modo intensivo e em grandes volumes realmente como ocorreu no município, pôde dá possibilidades de investimentos realizados sem conformidade com os projetos rurais ou em outras atividades e bens, mas a grande maioria dos camponeses empregam o seu dinheiro e trabalho na atividade e estão há muito tempo no campo (como vê no gráfico – 02). Portanto, não podemos afirmar que as causas de endividamento estão ligadas somente a má gestão da propriedade ou manejo inadequado das lavouras; mas sim a toda uma política de dependência amarrada às diversas instâncias do capital – financeiro, produtivo – em se reproduzir, o que implica, também, em se apropriar da renda camponesa e do trabalho social exercido na atividade cafeeira.

²² Termo utilizado pelos produtores quando vendem para os atravessadores o grão do café ainda no pé, antes da colheita, resultado da dificuldade em custear a colheita que depende de grande mão de obra. Vendendo o produto *in natura* sem beneficiamento, agregação de valor e subordinado a especulação do atravessador.



Observa-se no gráfico - 05 que mais de 65,51% dos camponeses entrevistados estão na atividade há mais de trinta anos, o que significa uma relação intensa, experiência e vivência no campo. Demonstrando que os seus laços estão ligados ao modo de vida camponesa.

Em uma época de mundialização e internacionalização da agricultura os fatores mundiais, principalmente com as culturas que são *commodities* sofrem as influências de forma mais rápidas e intensas, assim não é diferente com o café.

Um outro fator de relevância nesse processo é a oferta de Assistência técnica, em boa parte da oferta de crédito a assistência é realizada somente na elaboração do projeto para a liberação dos recursos, após essa fase o camponês fica desassistido e, muitas vezes, nas mãos das lojas comerciais que ofertam a assistência técnica e tentam vender todo seu pacote tecnológico de insumos. Como se vê no quadro abaixo, um número de camponeses entrevistados, ao apontarem às dificuldades em tocar a produção do café e retirar desse os resultados desejado, relatam a falta de assistência técnica.

Quadro - 13: Número de estabelecimentos agropecuários que recebem Assistência Técnica	
Condição	Número
Recebe	278
Não recebe	1718
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos.	

Ou seja, para o capital – financeiro, produtivo – que passou a operar no campo, na região e no município, pouco importa se o produtor direto vai obter ganhos concretos e melhorar suas condições de vida. O que efetivamente importa é inseri-los nas determinações do mercado. Mas, tal realidade nos dá elementos para questionar todo um discurso desenvolvimentista – no qual se ancorou o Estado, sobretudo o poder público municipal. Posto que tratasse de uma realidade que aflige apenas os pequenos produtores, com condições financeiras mais delicadas. As empresas e grandes produtores que atuam no campo barrachocense não possuem essa dificuldade, e além de assistência técnica própria, acessam as tecnologias disponibilizadas pelos órgãos públicos, como as pesquisas realizadas pela UESB e outros órgãos, aumentando seus ganhos, embora, no geral, também sujeitos ao capital financeiro e produtivo.

A partir do ano de 1997, se iniciou um novo movimento de disponibilidade de crédito rural em Barra do Choça – BA, principalmente direcionados para os pequenos produtores, sob a justificativa de se recuperar a produção do café e incentivar a maior entrada no mercado. Mas, é fundamental analisar o que isso implicou no preço do café e nos insumos necessários à produção, implicando na rentabilidade dos produtores, resultante da relação despesas e receitas. E um fator de extrema relevância nessa análise é a taxa cambial, e no caso brasileiro a depreciação cambial.

Como os nossos insumos, máquinas e equipamentos são cotados em dólar, e os produtos comercializados em real, a desvalorização da moeda nacional pode agravar o ganho de renda para o camponês e principalmente uma perda de poder de compra. Por outro lado, amplia a expansão, reprodução e apropriação do capital no campo, pois além de ganhar na expropriação do trabalho e sobre o valor da mercadoria, passar a ganhar na especulação financeira cambial.

O quadro - 14 apresenta a evolução do preço do café em reais e dólar, a partir de 1997 até 2022.

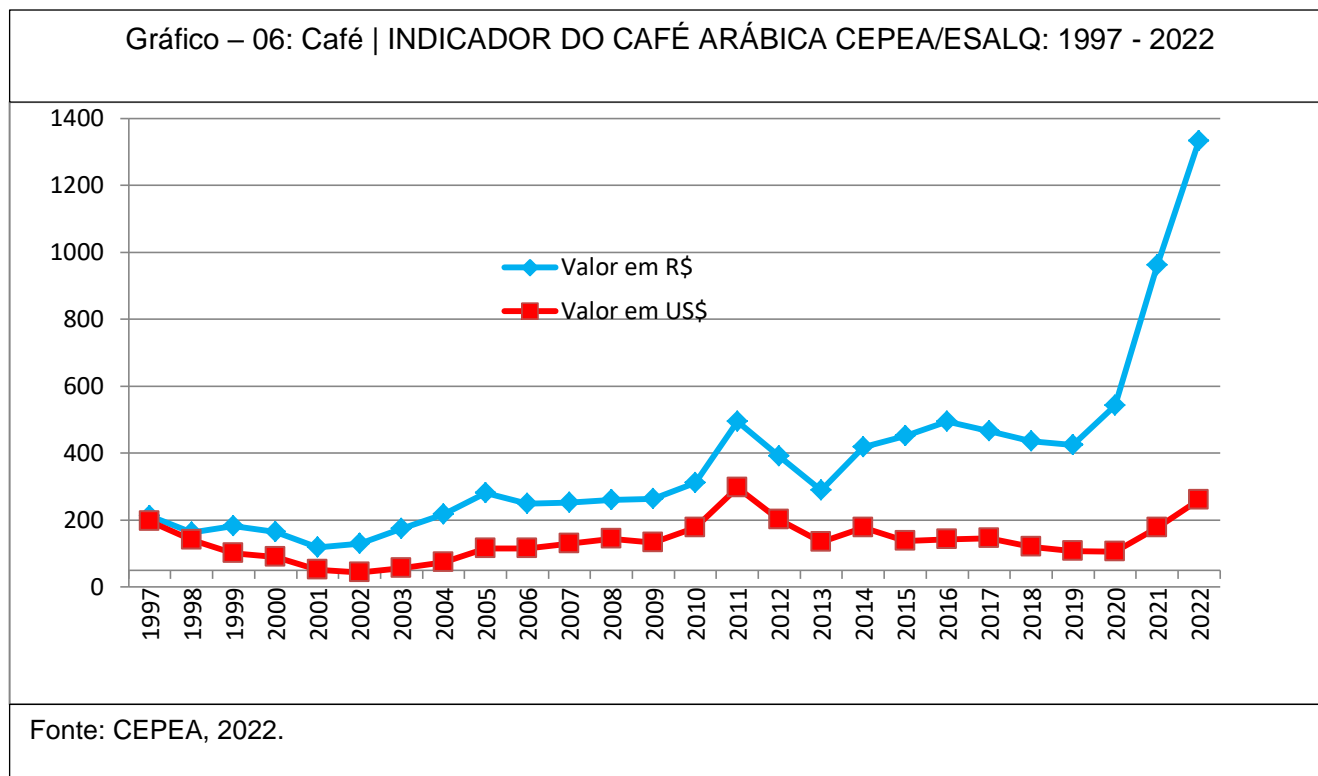
Quadro – 14: Café - INDICADOR DO CAFÉ ARÁBICA CEPEA/ESALQ: 1997 – 2022.						
Por saca de 60kg líquido, bica corrida, tipo 6, bebida dura para melhor, valor descontado o Prazo de Pagamento pela taxa da NPR, posto na cidade de São Paulo						
Data	À vista R\$	À vista US\$		Data	À vista R\$	À vista US\$
1997	212,52	197,06		2010	311,02	177,20
1998	163,18	141,41		2011	494,68	296,38
1999	183,28	101,29		2012	390,81	201,76
2000	164,45	90,33		2013	288,81	134,78
2001	118,09	51,03		2014	418,11	177,97
2002	129,57	44,32		2015	451,03	137,20
2003	173,80	56,70		2016	494,19	142,98
2004	217,18	74,42		2017	465,66	146,03
2005	280,97	115,15		2018	435,90	120,16
2006	249,76	114,76		2019	424,32	107,55
2007	252,22	129,76		2020	542,96	105,74
2008	260,09	144,56		2021	962,17	178,08
2009	262,86	133,46		2022	1.332,89	259,75

Fonte: CEPEA - 2022

O preço do café é baseado com base em especulação nas bolsas de valores, a determinação do preço não se dá somente pela produção e valor da mercadoria em si, mas também no processo de especulação de oferta e demanda em escala mundial – que o capital financeiro delimita. E produz um ciclo viciante de elevar os preços de insumos, quando o preço das *commodities* fazem um movimento de alta, o que não ocorre na mesma velocidade quando os preços caem. Desse modo, o produtor direto fica vulnerável aos interesses do mercado, absorvendo todos os custos e prejuízos por não ter o mínimo de garantia.

Analisando a evolução do preço do café em dólar a partir de 1997 (Gráfico 06), inicia a US\$ 197,06, e faz uma queda até 2002, chegando a US\$ 44,32, menor valor registrado no período em análise, iniciando uma ascendência e depois de 2005 atingindo uma estabilidade acima dos US\$ 100 dólares, chegando ao ápice de US\$ 296,38 em 2011, fruto de uma grande especulação, depois fazendo um movimento descendente até 2020 chegando a US\$ 105,74 e retomando uma

ascendência bruta em dois anos chegando a US\$ 259,75 em 2022. Observamos um maior período uma estabilidade do preço, apenas com uma oscilação significativa entre 2009 a 2011.

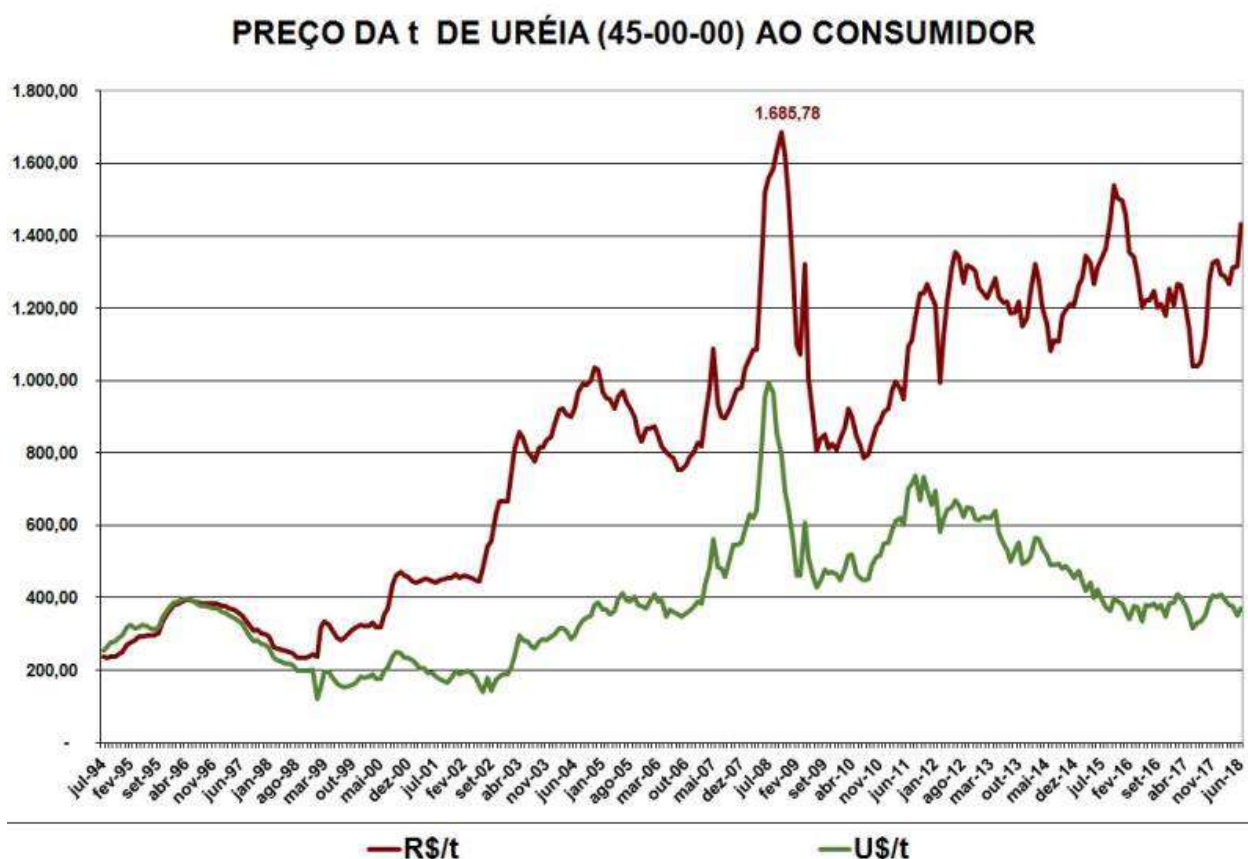


Mas, quando se analisa a mesma situação com base no real, observamos uma partida em valores equivalentes, porém, quando se avança no gráfico, há um distanciamento das linhas que provam a depreciação cambial da moeda, principalmente a partir de 2014 quando se inicia uma maior desvalorização da moeda brasileira frente a estadunidense, com um aumento vertiginoso depois de 2019. Se houvesse um mercado interno de insumos autossuficiente, seria uma situação mais confortável para os produtores, e que iria gerar dividendos para a economia, mas como tudo que compramos é cotado em dólar, acaba gerando uma balança deficitária, pois os insumos possuem mais valores agregados e, principalmente, para os camponeses que não conseguem vender seus produtos pela moeda do dólar.

O mercado de insumos é guiado pelo círculo vicioso do valor das *commodities*, se há um aumento das mercadorias, conseqüentemente aumenta os

insumos, na verdade é um mercado especulativo, como podemos observar nos gráficos a seguir, em que analisa os insumos mais utilizados no manejo da agricultura:

Gráfico – 07: Evolução do preço da tonelada de Ureia, 1994 – 2018.



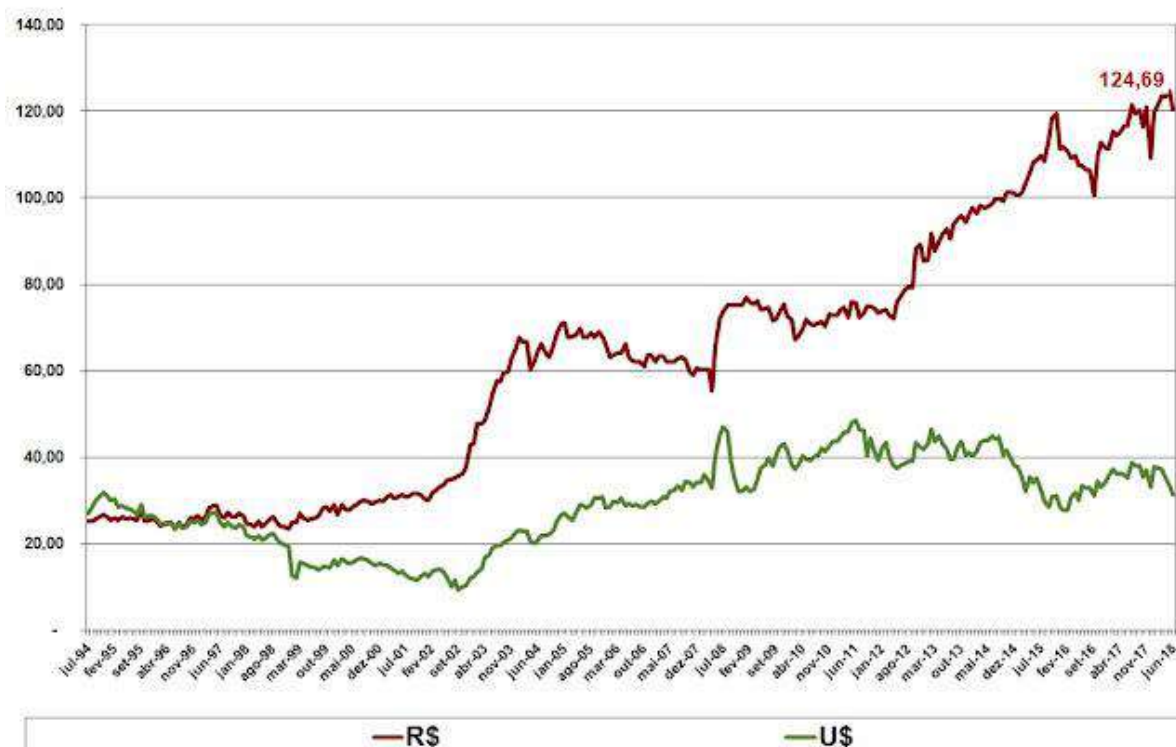
Fonte: Agrobranco, RS, 2018.

A uréia é o adubo principal como fonte de nitrogênio e é fundamental para qualquer cultura. Considerando o valor em dólar podemos afirmar que em um período de 24 anos, a partir de 1994 que uma tonelada custava pouco mais de US\$ 200,00 houve uma variação ascendente de 2007 a 2009, chegando a US\$ 1.000,00 e depois uma estabilidade descendente até se aproximar do que era em 1994 na casa dos US\$ 300,00. Quando consideramos o real, partimos da faixa de R\$ 200,00, no ápice alcança os R\$ 1.685,78, descende o valor, mas retorna uma alta acima dos R\$ 1.400,00. Enquanto a cotação do dólar voltou a estabilidade no gráfico apresentado, a cotação em real mostra um aumento de preço em mais de

700% vezes ao valor inicial. No mesmo período (1997 – 2018) o café teve apenas aumento de 102% do valor.

Mas é preciso acrescentar as condições absolutamente desiguais entre os produtores de café, posto que no caso dos pequenos, sua produção é desvalorizada, vendida, em geral, em real, e não consegue manter os custos da produção em dólar. Realidade diferente dos senhores do agronegócio – que também entram na esfera da especulação na venda de seus produtos.

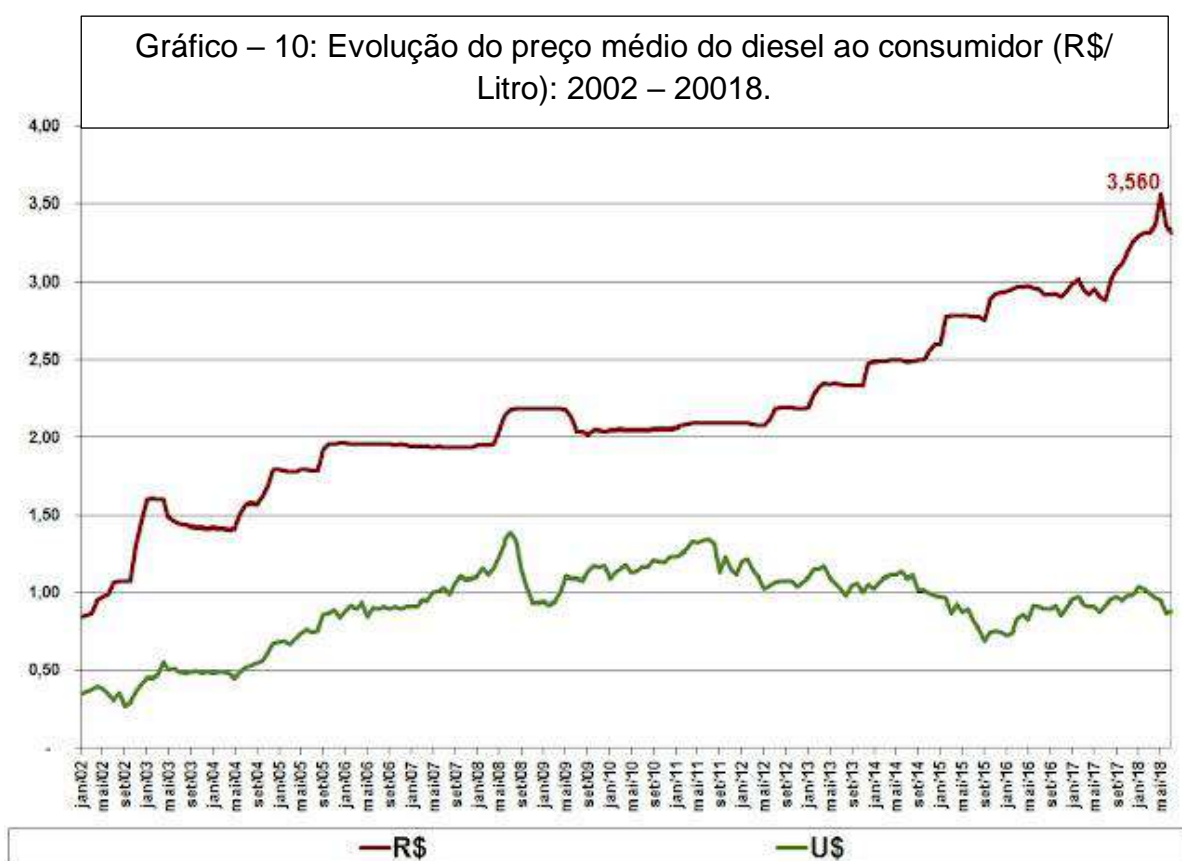
Gráfico – 08: Evolução do preço do Calcário a granel Tonelada, 1994 – 2018.



Fonte: Agrobranco, RS, 2018.

O calcário é um insumo utilizado para a calagem, correção do Ph (acidez) do solo. Quando observado pelo dólar sai da casa acima do US\$ 20,00/ t em 1994, passa por uma queda em 2002 próximo aos US\$ 10,00/ t, ascendendo acima dos US\$ 40,00/ t em 2007 – 2008, estabilizando em uma e voltando para casa US\$ 30,00/t, um incremento de aproximadamente 50%. Enquanto na cotação do real sai

Analisando o gráfico – 10 que apresenta a evolução do diesel, fonte de energia fundamental para o funcionamento das máquinas e equipamentos na agricultura e transporte das mercadorias. No período compreendido entre 2002 – 2018 cotado em dólar, saiu próximo US\$ 0,50/l, houve uma oscilação 2007 – 2009, tendo uma pequena e se mantendo estável em alta e chegando a 2018 abaixo de US\$ 1,00/l, uma elevação de 100% no período de 16 anos. Quando cotado em Real parte abaixo R\$ 1,00l em 2002, no mesmo ano com uma alta significativa em R\$ 1,50/l, seguindo em ascendência até 2018 chegando R\$ 3,56, uma alta de 350%. Considerando o ano de 2022 em que atualmente está acima dos R\$ 7,00/l, no caso brasileiro a primeira vez que o diesel supera o preço da gasolina, esse aumento apresenta uma alta de 700%, comparado a 2002.



Fonte: Agrobranco, RS, 2018.

Outro produto muito utilizado na agricultura é o herbicida Glifosato, utilizado intensamente na limpeza das áreas²³. Analisando o gráfico - 11 com base no dólar o preço parte US\$ 8,00/l em 1997, segue um movimento de descendência, chegando próximo a US\$ 2,00/l 2002 – 2003, retornando um movimento de alta entre 2007 – 2008, equivalendo próximo de US\$ 12,00/l, voltando para uma queda em US\$ 4,00/l em 2018, uma diminuição no preço de 50%. Observando a evolução do preço em real, inicia a R\$ 8,00/l, em um movimento de alta até 2007 – 2008, depois uma queda abrupta em 2012, abaixo dos R\$ 8,00/l, e novamente vertiginosa chegando ao pico de 19,04/l em 2016, fechando próximo a R\$ 14,00/l.

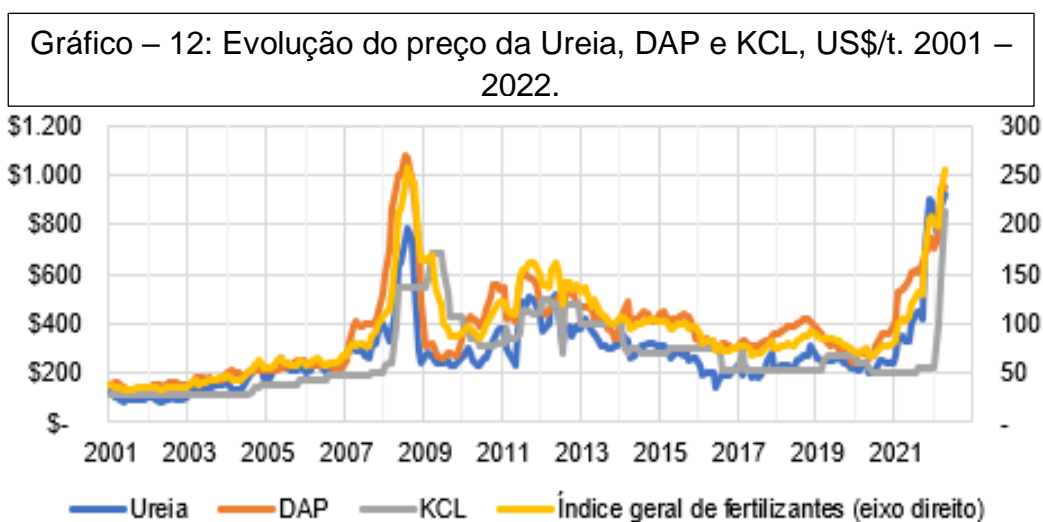


Fonte: Agrobranco, RS, 2018.

²³ Vê-se como essa lógica do avanço do capital no campo se estabelece na total dependência com a indústria química, inclusive no uso exacerbado de produtos bastante polêmicos quanto aos seus efeitos na saúde humana, como é o caso do Glifosato, já bastante denunciado, como demonstrado em *Uso dos Agrotóxicos no Brasil*, publicado pela geógrafa Larissa Mies Bombardi (2017), cuja utilização percebeu-se, através de pesquisa direta, ser muito comum entre os produtores de café entrevistados no município de Barra do Choça.

Nessa situação teríamos um incremento do preço inicial ao final de 175%, já seria alto, mas considerando o valor atual em 2022, na faixa de R\$ 100,00/l, representa um incremento extremamente elevadíssimo de 1250%.

Constata-se que o capital para se difundir no campo incrementa uma lógica de dependência, não apenas do capital financeiro (por t dos créditos) mas também do capital produtivo, sobretudo a indústria química e do setor de maquinários agrícolas. Para o produtor de café barrachocense, se manter no processo produtivo é conseguir obter ao final da colheita o suficiente para pagar os bancos, pagar as despesas da produção (com diversos produtos cotados em dólar) e ainda retirar o suficiente para a manutenção da família, algo irreal e distante na vida da maioria dos entrevistados. Dessa forma, sua renda e com ela as possibilidades de se reproduzir com o mínimo de dignidade vai sendo, cada vez mais, drenada. Assim, o pacote tecnológico é, também, a forma de fomentar a sujeição da renda camponesa, uma realidade presente e crescente no campo, em Barra do Choça/BA.



Fonte: World Bank. Elaborado pelos autores. Para índice geral, base 100: jan/2010.

O gráfico - 12 mostra a evolução do preço US\$/t dos adubos ureia, DAP (fosfato diamônico) e KCL (cloreto de potássio) que são utilizados para o enriquecimento e fortalecimento das plantas durante a lavoura. Esse gráfico tem

um período de análise mais atual e mostra de forma geral e fidedigna a realidade concreta do país. Observa-se que os três adubos assim como o índice geral parte abaixo de US\$ 200/t, se mantem em estabilidade até 2007, que por conta da alta das *commodities* (soja, trigo e milho) sobem abruptamente ultrapassando o preço de US\$ 1.000,00/t, posteriormente uma queda, estabilizando na faixa de US\$ 200,00/t a US\$ 400,00/t. Sendo que em 2022 uma alta acelerada, chegando a mesma alta de 2007, próximo de US\$ 1.000,00/t. Um incremento maior do que 500%.

Considerando a evolução do preço do café no mesmo período, cotado em dólar, em 2001 era de US\$ 51,03 e em 2022 chega US\$ 259,75, um aumento de 507%, nessa situação manteve a rentabilidade e um ganho de 7%. Mas essa é uma realidade que só é acessada pelo grande produtor, que consegue botar sua produção diretamente no mercado mundial. Esse extrai a renda, e os compradores remetem à mercadoria: *commoditie* do café às principais bolsas de valores do mundo, valorizando ainda mais essa mercadoria.

Analisando com base na moeda Real o preço médio para o ano de 2021 da uréia era de R\$ 400,00/t, convertendo o preço de US\$ 1.000,00/t da ureia no final de 2022, para real e considerando a preço médio do dólar de R\$ 5,20, teríamos o preço de R\$ 5.200,00/t em nov/2022. Desse modo, teríamos um incremento com base na moeda do real de 1.300%.

Observando a variação do café teríamos um incremento de 1.128%, mesmo com alta significativa no de 2020 até 2022, o valor pago pelo café ainda é menor em 172% em comparação a uréia, o que inviabilizaria o uso do fertilizante e dos demais produtos analisados no gráfico 12.

Ao analisarmos os gráficos, definido em percentuais, observamos uma crescente significativa nos preços; e quando consideramos os valores absolutos, a alta não é repassada para o consumidor em sua totalidade, diminuindo a margem de ganho de renda do camponês.

Observamos nessa questão a falta uma política que dê segurança e garanta um preço mínimo de produto ao camponês, que minimize a sua exposição à especulação do mercado, bem como ações que fomentem a produção interna de

insumo e geração de energia. Mas, essas questões não se tratam de boa vontade apenas, ou simples erro de planejamento. São questões estruturadas, pensadas e mantidas para garantir a perpetuação da dependência do pequeno agricultor com o capital financeiro e produtivo. Uma teia da qual, quando preso, dificilmente o sujeito consegue se livrar. Uma relação de absoluta desigualdade; de apropriação total do trabalho familiar, sem o menor esforço. Uma dominação que se estabelece mundialmente por um capital sem pátria, que vê na relação com os camponeses brasileiros – dentre eles os barrachocenses, apenas possibilidades de aumentar seus capitais.

Não acredito que essa política seja do governo federal, mas sim mundial. Quando falamos do aumento do preço dos defensivos e fertilizantes, temos uma questão internacional que pauta. Precisamos ampliar a pesquisa mineral e termos esses produtos produzidos no Brasil para minimizar as flutuações de preços internacionais.

Na questão dos combustíveis, também sofremos com as variações do mercado internacional. Precisamos ter tecnologia para superar esse problema. Em relação à energia elétrica, temos condições de melhorar por possuímos a matriz eólica. E para o pequeno agricultor, precisamos ter um grande programa de incentivo com subsídios para que tenham sua energia gerada na propriedade por meio da matriz solar. Isso minimiza os custos.

(Entrevista com Deputado Estadual da Bahia e ex-Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia - SEAGRI, 2011-2014).

Mas, na relação capital, na objetividade da extração do valor, as relações não se determinam pelo óbvio, ou pelo bom senso. As formas de amarração e dominação se fazem por um voraz mercado mundial que visa, única e exclusivamente, crescer seu capital. Assim, o Estado, na sua 'ausência' se faz presente, aos interesses funcionais do grande capital. Não há subsídios para se plantar, nem nenhuma priorização de um projeto produtivo autônomo; como o incentivo e valorização de uma produção para atender um mercado interno (local/regional, por exemplo). O incentivo e o discurso desenvolvimentista pauta e prega a inserção subordinada do pequeno produtor. A esse cabe trabalhar até a exaustão, plantando e colhendo café, para alimentar a sede voraz do lucro e da máquina dos juros impostos pelo capital financeiro.

5.3 - Da dificuldade de reprodução da/na terra à expropriação e mobilidade do trabalho

O município de Barra do Choça/BA, atualmente, possui uma agricultura diversificada, e isso se deu mediante as diversas dificuldades que os produtores diretos passaram com o plantio do café. Dificuldades para tocar a produção, para adquirir os produtos colocados como necessários, comercialização da produção e retorno financeiro que lhes permitissem dar continuidade as próximas safras, dentre outras questões, são as principais observações dos agricultores camponeses entrevistados.

Através de pesquisa de campo nas unidades produtivas do município e conversas com seus produtores, constatou-se que o café continua como o seu carro chefe, seguido da pecuária de leite, hortifrúti e plantio de eucalipto. As atividades de café e hortifrúti são as que mais geram renda e emprego para o campo e a economia municipal. A pecuária de leite apesar de ter representatividade em produção gera uma quantidade menor de emprego e possui um alto investimento em capital: animais, máquinas, equipamentos e infraestrutura das fazendas. Também existindo uma pecuária de corte que se resume basicamente para abastecimento interno. E nas últimas décadas a implantação da cultura do eucalipto nas grandes propriedades e nas áreas com menor possibilidade de implantação de outras culturas devido a qualidade do solo, questões climáticas e disponibilidade hídrica.

Com base em estudos de campo, a lavoura de tomate para uma hectare em campo aberto tem os custos fixos mais baixos, porém os custos e todo o manejo da lavoura está suscetível a diversos fatores externos: pragas, doenças (fungos, vírus, bactérias). A limpeza da área varia de acordo ao tempo, em períodos de maior incidência pluviométrica, surgirá mais ervas daninhas e plantas que prejudicam o desenvolvimento da lavoura, assim consequentemente tendo uma maior despesa com mão de obra e insumos.

A produtividade também varia de acordo a diversos fatores, tais como: temperatura, incidência pluviométricas (no caso de tomate as chuvas no período de

colheita são altamente prejudiciais), a propagação de doenças, a presença de insetos, e a adubação. Ainda assim, um dos produtores entrevistados estima uma produção entre 4.500 a 5.500 caixas de tomate.

O preço é estabelecido com base na demanda de mercado, segue a lei cruel da oferta e da procura. Como a maioria dos produtos, tem o seu destino antes de chegar ao consumidor pelo Centro de Abastecimento de Alimentos – CEABA de Vitória da Conquista - BA, este determina os valores, não existe uma política de preço mínimo, na prática, que possa dá segurança ao camponês de uma rentabilidade viável para a produção. Segundo um produtor entrevistado, o preço médio é de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) a caixa de 22kg, mas, em períodos de grande oferta pode chegar a R\$ 8,00 (oito reais), ao ponto de produtores, em forma de protesto, doa ou até mesmo descartam os produtos e outros passam o trator em cima da lavoura por não compensar pagar para realizar a colheita. E em momentos de escassez registrando o preço R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). Podemos imaginar que nesse momento o camponês ganha dinheiro, mas, na verdade, só os produtores maiores chegam a esses valores, pois a maioria dos pequenos produtores não tem o produto nesses momentos.

Você sabe a produção varia depende de uma série de coisas, não tem uma “receita de bolo”, agora mesmo está chovendo pouco, então vou gastar menos na roça com a limpa, o ano passado choveu mais, nesse período já tinha gastado bem mais, então depende de muitas coisas, agora teve uma alta muito grande de adubo e irrigação, com certeza vou gastar bem mais do que esperava. (Entrevista - Pequeno produtor camponês, 2022).

O depoimento acima demonstra a total dependência e a instabilidade na situação de reprodução social dos camponeses, sobretudo os mais pobres. Essa vai desde uma mudança inesperada nas condições ambientes até às oscilações no mercado. Qualquer situação representa um risco eminente para o camponês e sua família e a sua renda fica absolutamente comprometida.

A cultura do Tomate está entre aquelas que exigem uma maior tecnificação, ou seja, um maior pacote tecnológico para o desenvolvimento da produção, no intuito de torná-la produtiva e viável. E é nesse aspecto que reside o grande risco, pois na perspectiva de produzir muito o camponês fica refém dessa prática da

compra de insumos. O quadro - 15 a seguir destaca os custos necessários a produção de tomates no ano de 2022, em se tratando de custo médio.

Quadro – 15: Custos para a Lavoura de Tomate em 01 hectare, Barra do Choça – BA, novembro, 2022.			
Item	Descrição	Valor em R\$	Valor em %
1	Semente	8.450,00	6,28
2	Adubo para plantio	15.000,00	11,14
3	Adubo fértil irrigação	30.000,00	22,28
4	Produtos pulverização	15.000,00	11,14
5	Mão de Obra	25.000,00	18,57
6	Combustível	5.000,00	3,71
7	Energia	1.200,00	0,89
8	Estacas	8.000,00	5,94
9	Fitolho	3.000,00	2,23
10	Irrigação	15.000,00	11,14
11	Maquinas	9.000,00	6,68
	Total	134.650,00	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

Observando o quadro - 15 os itens: 1, 2, 3, 4, 9, 10 e 11 representam um valor equivalente a 70,89% dos custos totais, representando um alto percentual do investimento que vai para parte de insumos, máquinas e equipamentos, praticamente dois terços dos custos das lavouras. Essa é uma parte da produção que será apropriada pelas lojas comerciais e as grandes corporações mundiais que detém a produção e patentes desses insumos. Trata-se, claramente, de uma forma de subordinação do fruto do trabalho do camponês ao capital. O camponês ele é responsável pelo investimento e assume todo o risco da produção e oscilação de mercado para a venda do produto, e em contrapartida, as revendedoras tem seu pagamento e margem de lucro garantidos pelo trabalho do camponês. Na realidade concreta o camponês assume todo o prejuízo, mas não deixa de honrar com seus compromissos.

De acordo a análise das diversas situações, o que se constata é uma redução na margem de lucro para do produtor direto, o que se torna um grande empecilho para o camponês devido a ter esse um volume baixo de produção. Nessa situação,

os valores obtidos torna inviável a produção em pequena escala, sendo viável apenas a produção em grande volume, ou seja, em grande escala – que assim com uma alta na produção o produtor passa a ter uma renda maior. Nesse cenário, quem aparece é quem detém o capital, pois pode investir e aguardar o retorno, sem que necessariamente aquele capital investido lhe seja condição vital para sua reprodução, sendo, somente, uma forma de investimento. Como registrado em alguns relatos dos camponeses “quem tem dinheiro, ganha dinheiro!”

A produção de café no município apresenta duas características distintas, no que tange ao perfil dos produtores. A primeira realizada pelos pequenos e médios camponeses e a segunda pelos grandes proprietários. Os camponeses ocupam as áreas mais distantes da sede do município, em terrenos mais declivosos e solos mais pobres, utilizando basicamente da força de trabalho manual, enquanto os grandes proprietários estão localizados mais próximos da sede do município e das vias principais, ocupando os terrenos mais planos e tendo uma maior disponibilidade de infraestrutura – que facilita o emprego da força de trabalho mecanizada, Nas figuras – 54 e 55 a seguir são evidenciadas essas duas formas distintas de produção no espaço agrário de Barra do Choça/BA.



Figura – 54: Imagem aérea de um Cafezal na região do Corredor dos Ricos, Barra do Choça - BA, 2022. Foto: Gutemberg Ferreira de Oliveira, 2022.



Figura – 55: Visão panorâmica da Região do Sossego, Barra do Choça - BA, 2001. Fonte: Arquivo Associação da Lagoa Verde, 2022.

O quadro - 16 faz parte do controle da gestão de uma pequena propriedade camponesa, produtora de café tipo arábica – em que a força de trabalho é da

própria família, e apenas no período da colheita há a contratação de outros trabalhadores. Os dados são referentes ao custeio da lavoura no período de um ano, isto é, um recurso utilizado para manter e fomentar uma maior produtividade.

Quadro – 16: Custeio de Café Arábica para 01 hectare. Fazenda Gaviãozinho, Barra do Choça – BA, novembro de 2022.			
Item	Descrição	Valor em R\$	Valor em %
1	Herbicida	1.260,00	3,5
2	Mão de Obra (familiar)	14.328,00	39,8
3	Aubos	13.752,00	38,2
4	Energia	1.224,00	3,4
5	Combustível	1.512,00	4,2
	Total	32.076,00	89,1
	Renda Bruta	36.000,00	11,9

Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

Observa-se que 41,7% da produção é destinada a compra de insumos, como é uma pequena propriedade a força de trabalho utilizada é manual o que representa um custo menor com equipamentos e máquinas. Assim, os insumos representa a maior despesa dessa propriedade, seguida da força de trabalho (39,8%) em que os recursos são utilizados para pagar os próprios membros da família e o que de fato garante a reprodução dos mesmos, pois a lucratividade da cultura fica dependente da produtividade e do valor de mercado que é baseado na especulação de uma *commoditie* auferida nas bolsas de valores.

No quesito produtividade os fatores quantidade e qualidade do café são determinantes para a construção da renda. Atualmente, as pequenas propriedades que produzem o café de modo convencional possuem uma média de 35 (trinta e cinco) sacos de 60 (sessenta) kg por hectare (fonte: SEMAGRI – BC). De acordo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA, para o mês de novembro de 2022 a cotação do café arábica Tipo 6 bebida dura está próximo a 970,27 (novecentos e setenta reais, vinte e sete centavos), equivalente US\$ 180,31

(cento e oitenta dólares, trinta e um centavos). Desse modo, uma produção por hectare renderia R\$ 33.959,45 (trinta e três mil, novecentos, cinquenta e nove reais) ou US\$ 6.310,85 (seis mil, trezentos e dez dólares, oitenta e cinco centavos).



Figura – 56: Café adulto em época de florada, Barra do Choça- BA, 2022. Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.



Figura – 57: Café jovem em época de florada, Barra do Choça- BA, 2022. Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

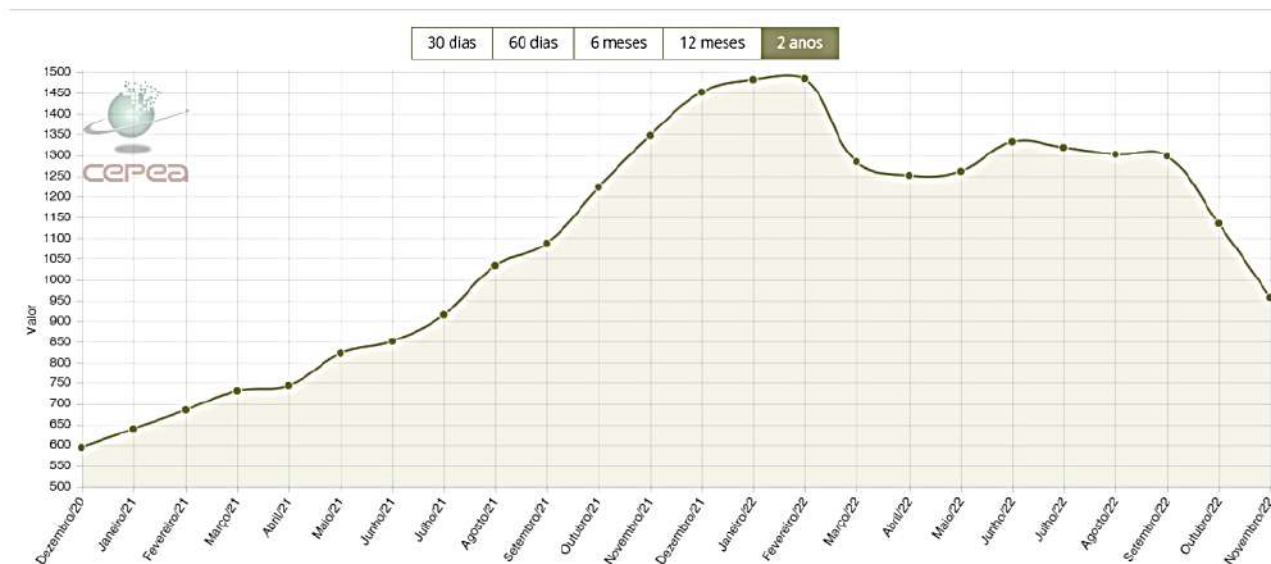
Na condição atual considerando os custos e a receita, renderia apenas 1.883,45 (hum mil, oitocentos, oitenta e três reais, quarenta e cinco centavos), o que representa apenas 5,87% de todo seus custos. Esse valor hipoteticamente seria o que manteria o camponês e toda sua família na entressafra. O fruto de um ano de trabalho. Nessa condição, inviabilizando a sua reprodução e o deixando dependente de empréstimos em bancos, compras de pacotes tecnológicos nas lojas comerciais com prazos de pagamento até a colheita.

A produção cafeeira no Brasil sempre esteve ligada a relação entre produção e preço, enfatizando que o café é uma *commoditie* e o seus valores são determinados pelas bolsas de valores, principalmente as de Londres e Nova Iorque. Quando se tem preços baixos e o fato de passar por um controle de produção, pode-se chegar ao ponto de abandono ou erradicação de cafezais. Quando se tem preços altos há um movimento de aumento de produção – com

implantação de novas terras e implementação tecnológica, quando e para os produtores em que isso é possível – o que não se estende aos pequenos, como bem observado por esta pesquisa.

Gráfico – 13: Evolução do preço mensal do café arábica, dezembro 2020 – novembro 2022.

INDICADOR DO CAFÉ ARÁBICA CEPEA/ESALQ



Fonte: Cepea

* **Nota:** Reais por saca de 60 kg líquido, bica corrida, tipo 6, bebida dura para melhor, valor descontado o Prazo de Pagamento pela taxa CDI, posto na cidade de São Paulo.

O que se observa, na última década, é um controle maior da produção e um congelamento de preços baixos, conforme se ver no Gráfico – 13. A partir de dezembro de 2020, o preço do café iniciou um movimento de alta atingindo seu ápice aos incríveis 1.500,00 reais a saca de 60kg do café arábica, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022. Esse movimento levou a retomada do plantio e cuidados com os cafezais. Com uma estabilidade de preços entre R\$ 1250 a 1300 entre os meses de março a setembro de 2022. E a partir de setembro um movimento de descensão que atualmente está na casa de R\$ 950, bem maior que dezembro de 2020 que era de 600 reais.



Figura – 58: Imagem aérea de um Cafezal na região do Corredor dos Ricos, Barra do Choça - BA, 2022. Foto: Gutemberg Ferreira de Oliveira, 2022.

Em 2019, iniciou-se a pandemia do COVID – 19 e em 2022 a Guerra na Ucrânia o que elevou de modo significativo os insumos, a exemplo do herbicida Roundap que subiu 500%. O litro saiu de R\$ 20,00 em 2020 para R\$ 100,00 em 2022. Mesmo assim, a alta do preço do café motivou alguns produtores a retomarem os cuidados em seus cafezais. O quadro abaixo representa os custos referentes ao plantio de 01 hectare de café, com 3.500 plantas.

O quadro - 17 representa os valores referentes para a implantação de 01 hectare de café arábica da variedade Catuai Vermelho²⁴ com 3.500 plantas em sequeiro, na Fazenda Esperança, no município de Barra do Choça – BA. A fazenda

²⁴ Híbrido (ou natural do cruzamento de duas subespécies arábica), este varietal descoberto há pouco tempo logo ganhou o mercado. Hoje, o catuai – palavra que significa “muito bom” no dialeto tupi-guarani, é líder de produção nas lavouras arábica do Brasil e uma das variedades mais produzidas do planeta. O Catuai Vermelho originou-se como produto de recombinação a partir de um cruzamento artificial entre cafeeiros selecionados, pela produtividade, das cultivares Caturra Amarelo, IAC 476-11 e Mundo Novo IAC 374-19, de C. arábica. A hibridação foi realizada em Campinas, em 1949 e o híbrido recebeu o prefixo IAC H 2077.

possui 14 ha com 28.000 pés de café e 11 ha com 35.000 pés, com espaçamentos distintos, totalizando 25 ha com 63.000 pés de café arábica em sequeiro.

Quadro - 17: Plantio de 3.500 mudas de café arábica – Catuai Vermelho sequeiro por hectare. Fazenda Esperança, Barra do Choça – BA, 2022.			
Item	Descrição	Valor em R\$	Valor em %
1	Plantio em sulcos com adubação manual - M DO	4.000,00	21,72
2	Aubos e insumos - orgânico	4.800,00	26,06
3	Aubos e insumos - químico	5.470,00	29,70
4	Combustível	350,00	1,90
5	Máquinas e equipamentos	1.000,00	5,43
6	Mudas	2.800,00	15,20
	Total	18.420,00	100,00
Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.			

Nota-se, que os itens 2, 3, e 5 que representam os valores com os custos para compra de insumos somam 61,18%, mais da metade do investimento. Novamente outra atividade em que os custos com insumos é a maior parcela do investimento. Enfatizando que após o plantio do café, a planta começa a produzir em uma média de dois anos depois, isso significa que passa a ter os custos representados no quadro de custeio. Essa é outra dificuldade para quem possui pouca terra, pois o café aprisiona a terra e, caso não tenha outras roças ou cultivos, o produtor direto necessita desenvolver outra atividade para sobreviver, ainda que seja sair da propriedade e vender sua força de trabalho em outros lugares ou atividades.

A figura - 56 demonstra as etapas de plantio de mudas de café manualmente, o plantio em sequeiro é feito nos períodos chuvosos entre maio e julho, outubro a março nas chuvas das águas. No plantio a grande parte da força de trabalho utilizada é de mulheres – por apresentarem mais a habilidade e o cuidado com as mudas.



Figura – 59: Plantio de mudas de café arábica Catuai Vermelho na Fazenda Esperança em Barra do Choça – BA, 2022. Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

O quadro -18 representa o controle de custos da Fazenda Redenção em Barra do Choça – BA, o camponês na gestão da sua atividade de pecuária de leite trabalha com uma taxa de renda pré fixada de 15% (quinze por cento) e também o preço de leite fixo a R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) para o mês de outubro de 2022, considerando que o valor do litro de leite não varia tanto como o café e as hortaliças, outros casos aqui analisados.

Quadro – 18: Produção para 7.500 l de leite semi intensivo, Fazenda Redenção. Barra do Choça, 2022.			
Item	Descrição	Valor em R\$	Valor em %
1	Mão de obra	5.437,50	29,00
2	Volumoso (suplementação alimentar)	3.187,50	17,00
3	Energia	1.500,00	8,00
4	Combustível	562,50	3,00
5	Ração (suplementação alimentar)	5.250,00	28,00
6	Renda	2812,50	15,00
	Total	18.750,00	100,00
	Preço do leite a R\$ 2,50		

Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

A fazenda Redenção possui na faixa de 18 a 25 animais em lactação mestiços (Girolandos²⁵) leiteiros, com uma média de 250 litro/ dia e 7.500 litro ao mês. O manejo é feito de modo semi intensivo com gado ao pasto e uma suplementação alimentar de ração e volumoso ao cocho e duas ordenhas diárias.

Fazendo um cálculo dessa propriedade para o manejo desses animais, precisaria de uma área aproximadamente de 20 hectares de pasto, cada hectare esse avaliado em uma média de 30.000,00 reais. Necessitaria de um rebanho com 25 animais fêmeas a 6.000,00 reais e um macho a 10.000,00 totalizando R\$ 160.000,00. Então seria um investimento de aproximadamente 760.000,00 em que a família demanda de toda uma vida para construir.

²⁵ Girolando é uma raça de bovinos resultante de cruzamento bimestiço, na proporção de 5/8 de sangue da raça Friesland-Holstein e 3/8 de sangue da raça zebuína Gir, tendo o holandês como uma raça notável para produção de leite e o Gir com muita rusticidade e longevidade, ambas com notável aptidão para a produção de leite.



Figura – 60: Ordenha das vacas no cocho, na Fazenda Redenção em Barra do Choça – BA, 2022. Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.



Figura – 61: Ordenha das vacas na Fazenda Redenção em Barra do Choça – BA, 2022. Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

Considerando o quadro - 18 os itens 2 e 5 que representam a compra de insumos, sendo que no item 2 todos os produtos para a produção do volumoso (aqueles que possuem teor de fibra bruta superior a 18% na matéria seca, como é o caso dos capins verdes, silagens, fenos, palhadas etc.) e no item 5 estão embutidos todos os custos com ração, medicação e sais. Nessa situação, o camponês tem o custo de 45% destinados aos insumos. Um valor aproximadamente a metade da geração de sua renda total.

O produtor teria uma renda de aproximadamente 15%, o equivalente a 2.812,00 reais, um valor baixo considerando o capital investido em terras, animais, máquinas e equipamentos, curral e toda infra estrutura da fazenda. Isso sem falar em todo trabalho familiar dispendido. Cada vaca para manter uma produção como esta seria necessária entorno de 18 animais lactantes, cada animal deste nível é

encontrado no mercado a partir de 6.000,00, lembrando que o rebanho teria que ter outras vacas para manter esse ciclo produtivo, pois o animal tem um período de lactação em média de 9 meses. Também necessitaria de um macho para emprenhar as fêmeas, avaliado em R\$ 10.000,00. Como apresentado acima, seria um investimento de aproximadamente R\$ 760.000,00, em que a renda mensal de R\$ 2.812,00 equivaleria a 0,37% do investimento total, uma valor menor que o rendimento da poupança.



Figura – 62: Área de reserva energética - Milho, na Fazenda Redenção em Barra do Choça – BA, 2022. Fonte: Pesquisa de Campo,



Figura – 63: Área de pasto na Fazenda Redenção em Barra do Choça – BA, 2022. Fonte: Pesquisa de Campo,

Na unidade produtiva, a venda dos bezerros entram como fonte de renda, como não foi registrado o controle do último ano, podemos hipoteticamente considerar que são 25 fêmeas e todas vão reproduzir durante o ano, lembrando que nem todas fêmeas reproduzem anualmente, depende muito da saúde dos animais. Enfim, 25 fêmeas teriam 25 bezerros e poderíamos separá-los entre machos e fêmeas, pois a fêmea possui um valor melhor mercado, enquanto os machos não possuem valor, chegando a ter registros em tempos passados de doações, abandono ou sacrifício ao nascer em algumas propriedades. As figuras 64 e 65 a

seguir destacam algumas das criações realizadas em unidades produtivas que se teve acesso.



Figura – 64: Ordenha das vacas com o bezerro ao pé na Fazenda Redenção em Barra do Choça – BA, 2022. Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.



Figura – 65: Ordenha das vacas na Fazenda Redenção em Barra do Choça – BA, 2022. Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

Nessa situação hipotética teríamos os bezerros comercializados ao peso de 5 @ arrobas, seriam 13 fêmeas a R\$ 300,00/ @ e 12 machos a R\$ 200,00/ @. Assim seria 65@ de fêmeas que renderia R\$ 19.500,00 e 60@ de macho que equivaleria R\$ 12.000,00, totalizando R\$ 31.500,00 ao ano que daria uma renda mensal de R\$ 2.625,00.

Calculando o total da renda mensal considerando a produção de leite R\$ 2.812,00, com a venda de bezerros mensal R\$ 2.625,00, somaria R\$ 5.437,00/ mês. Analisando o valor de modo isolado, aparentemente poderíamos afirmar que é um valor considerável para viver em nosso país, mas quando analisamos em sua essência todo o trabalho desenvolvido, o capital investido, o valor apropriado pelas lojas e fábricas de insumos. O que se destina ao camponês representa um valor

ínfimo que retorna para sua reprodução, nessa situação representaria 0, 71% ao mês, considerando somente o valor do capital investido de R\$ 760.000,00. Se ele não fizer parte dos custos destinados a força de trabalho, a propriedade dele está destinada ao fechamento.

Na proposta de diversificação de culturas o município teve uma atividade que ganhou força e passou a ser umas das principais da economia - a Hortifruti. Atualmente são produzidos diversos produtos (banana, tomate, abóbora, pimentão, brócolis, couve flor, alface, berinjela, pimentão, pepino, morango, pican, repolho, milho, entre outros).

Juntamente com a política de diversificação de culturas foram fomentadas as políticas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE²⁶ e PAA²⁷, em que se buscava simultaneamente contribuir com segurança alimentar das pessoas vulneráveis, bem como na geração de emprego e renda para os camponeses em nível local, afim de contribuir no combate à pobreza e a miséria no campo. O quadro – 19, a seguir, destaca os custos na produção de hortaliças e foi adquirido com base em informações disponibilizadas por meio de pesquisa de campo.

O quadro - 19 apresenta o controle de custos de uma propriedade que trabalha exclusivamente com a produção de hortifrúti e estabelece um percentual de custos para cada item, no qual o percentual referente a renda é extremamente variável devido as intempéries de produção e principalmente o valor de mercado na venda dos produtos.

²⁶ PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar teve sua origem com o nome de Campanha de Merenda Escolar, em 1955. O PNAE, executado e gerenciado pelo FNDE, é a mais antiga política pública de segurança alimentar e nutricional do Brasil. Atualizado pela Lei nº 11.947/2009. É considerado em todo o mundo o maior na área de alimentação em escolas.

²⁷ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.

Quadro – 19: Custo médio para uma hectare de hortaliças, Fazenda Nova Canãa, Barra do Choça – BA, 2022.			
Item	Descrição	Valor absoluto	Valor em %
1	M D O	-	15
2	Irrigação	-	8
3	Aubos E INSUMOS	-	35
4	Energia	-	4
5	Combustível	-	5
6	Maquinas e equipamentos	-	5
	Total	-	72
	Renda diferencial	-	28

Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

A produção de hortifrúti por, em sua grande maioria, ser de ciclos curtos, na faixa de 60 a 180 dias, é produção rápida – desde o plantio até a colheita, assim, as coisas acontecem muito mais rápido quando comparado a cafeicultura. As doenças fungicas, bactérias, vírus e pragas podem acabar com uma lavoura em poucos dias. Desse modo, trata-se de um cultivar que requer um manejo muito intenso e a utilização de grande quantidade de insumos, nos tratos preventivos e corretivos, o que encarece a produção. Nas figuras 66 e 67 é possível se observar algumas produções de hortifruti em que se teve acesso.



Figura – 66: Área de tomate na Fazenda Nova Canãa, Barra do Choça – BA, 2022. Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.



Figura – 67: Área de tomate na Fazenda Nova Canãa, Barra do Choça – BA, 2022. Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

Conforme o Quadro – 19, os itens 2, 3 e 6 somam 48% e representam os custos com insumos, máquinas e equipamentos, aproximadamente a metade do investimento é destinado à compra desses. Como são culturas que necessitam de

uma maior tecnificação para uma maior produtividade, essa relação com as lojas comerciais é intensa. São movimentados volumes de dinheiro consideráveis, mas como foi observado, a maior dessa produção é apropriada pelas lojas e fábricas de insumos e o retorno para o camponês além de mínimo, torna-se um jogo arriscado. Ressalta-se que, para adquirir esses insumos, o camponês recorre aos empréstimos. Ao final do processo quase tudo que ganhar (se é que ganha o suficiente) é drenado para o capital produtivo (insumos) e financeiro (pagamento dos empréstimos), configurando-se em um claro processo de sujeição de sua renda.

Não tenho sombra de dúvidas que o homem do campo, como falei anteriormente, ele é satisfeito, mas poderia ganhar muito mais do que ele ganha. Ai tem uma parcela que fica com os atravessadores, uma parcela com os donos do produtos que vendem no CEASA, mas eu creio que a maior parcela, maior ganho fica com os donos das lojas de insumos agrícolas (...) Os insumos estão mais caros, eles tem a facilidade em comprar com o preço mais barato, porque compra em grande quantidade, tem muito capital, então compra em grande quantidade e repassa para gente com uma margem de lucro muito grande. (Camponês, produtor de hortaliças. Entrevista: 03/11/22)

Depois de toda uma dedicação e zelo com o trabalho nas lavouras os camponeses ficam à mercê da lei dos mercados de comercialização que variam diariamente de acordo a oferta e a procura. E como já destacado, convivem com as oscilações dos preços dos insumos de que precisam para produzir – determinados em dólar, em que a tendência desses é aumentar, enquanto a tendência no preço de seus produtos é cair, principalmente se há muita produção disponível à comercialização. Há relato que em um único dia uma caixa de tomate de mesma classificação iniciar o dia sendo comercializada a R\$ 50,00 reais e fechar o mesmo dia ao preço de R\$ 23,00, uma queda de 54%. Uma variação drástica que só penaliza o produtor, em que na maioria das vezes está com seu produto no mercado, são altamente precíveis, tem o valor do frete de retorno, em que caso retorne com a mercadoria e ainda sem nenhuma garantia de melhora de preço, acabam vendendo e sendo explorados pela especulação do mercado.

No intuito de elucidar o impacto dessa variação de preço, nos utilizamos do seguinte exemplo: um caminhão *truck* tem-se a capacidade de transportar 700

caixas de tomate, nessa situação se fossem vendidas a R\$ 50,00, renderia 35.000,00, com a variação para R\$ 23,00 a mesma carga renderia R\$ 16.100,00. Um prejuízo de R\$ 18.900,00 em um único dia, de uma produção que teve para seu período de maturação 180 dias de manejo e muito trabalho.

Esse fato é fruto da ausência de uma política efetiva de preço mínimo que possa proteger e ajudar no planejamento das lavouras do camponês. Mas, além disso, de toda uma lógica de dependência que o prende as amarras do capital – que drena toda sua renda, se apropriando dessa como forma de garantir sua reprodução ampliada. Situação essa que expõe e o coloca em relação direta com a crueldade do mercado que explora e expropria o seu trabalho através da compra das mercadorias. Essas variações drásticas de preços que ocorrem nos mercados de comercialização de hortifrúti, não existem nem na Bolsa de Valores do país, berço das relações capitalistas, pois quando ocorrem quedas significativas as negociações são paralisadas e só retomam em condições favoráveis, eles utilizam de um dispositivo denominado de *Circuit Breaker*²⁸.

Já a produção camponesa, fundamental para produzir os alimentos para a população brasileira é jogada ao apetite voraz do mercado, tendo toda sua renda, e mais sua possibilidade de reprodução social tragada pelo 'livre mercado'. Como já apontado, todo resultado de sua produção já encontra-se comprometido, antes mesmo da comercialização. Uma parcela vai para pagar os insumos, outra os juros bancários, e assim por diante. Tem a parcela do atravessador, do frente e do trabalhador (caso seja necessário, além da força de trabalho da própria família). Se a comercialização não ocorre a contento o endividamento e a ameaça da continuidade com o trabalho na terra é quase certo.

As figuras 68, 69 e 70 destaca as etapas de produção do morango (plantio, manejo nas estufas e embalagem), demonstrando a quantidade de força de trabalho necessária para sua produção e um grande pacote tecnológico, devido ao seu nível de tecnificação.

²⁸ O *Circuit Breaker* é um mecanismo de segurança utilizado pela Bolsa de Valores do Brasil para paralisar as negociações por um período quando o Ibovespa, seu principal índice, cai mais do que 10%, independentemente do motivo. Caso o índice continue em queda na retomada das negociações, novos *circuit breakers* são acionados.



Figura – 68: Plantio de morango na Fazenda Comunidade Terapêutica Vida Nova e Esperança - COTEFAVE, Barra do Choça – BA, 2022. Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.



Figura – 69: Área de morango na Fazenda Comunidade Terapêutica Vida Nova e Esperança - COTEFAVE, Barra do Choça – BA, 2022. Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.



Figura – 70: Etapa de embalagem do morango na Fazenda Comunidade Terapêutica Vida Nova e Esperança - COTEFAVE, Barra do Choça – BA, 2022. Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

O camponês quando aderi aos pacotes tecnológicos, na grande maioria de origem das grandes corporações mundiais que dominam o mercado nacional e algumas o cenário mundial (Bunge, Basf, Dow, Dupont, Mosaic Monsanto, Yara, Heringer, Bayer, Syngenta) – em que os produtos são patenteados e suas

fórmulas restritas a produção dessas empresas, tornasse, ainda mais, dependente. Sendo que o uso de alguns desses produtos estão atrelados a utilização de outros produtos, para que se tenha a sua efetiva funcionalidade. Um processo iniciando do plantio da semente, até manejo final para a colheita.

A cotação da venda de insumos é dolarizada, como a grande maioria pertence às empresas multinacionais e são comercializados pelas lojas locais – que também auferem sua margem de lucro, em certos períodos ainda especulam a venda de acordo o movimento do mercado. Os preços dos insumos são auferidos a partir da moeda do dólar, já o camponês quando comercializa seus produtos no mercado interno é vendido com base na moeda nacional - o Real. É notório que o Dólar é considerado como uma moeda mundial, e possui uma grande valorização frente ao Real – o que coloca os camponeses em uma relação direta de fragilidade. O que pôde ser evidenciado na realidade concreta dos entrevistados no município de Barra do Choça/BA.

Sem considerar o processo de subordinação do camponês ao capital, na sua totalidade, somente esse fato da diferença da taxa cambial entre compra de insumos dolarizados e venda de sua produção para o mercado interno é cruel para o ganho efetivo do camponês, pois o que ganha com sua produção é bastante desvalorizado em comparação ao valor dos insumos. Esse fato dificulta extremamente a sua reprodução e estabelece uma forma de relação em que as empresas multinacionais se apropriam de boa parte de sua produção.

Sobre a questão acima os entrevistados foram questionados sobre o valor de troca entre insumos e o valor dado aos produtos camponeses, quais acham mais valorizados, responderam: os produtos camponeses 18,97% e Insumos 81,03%, portanto, a grande maioria tem a percepção da exploração do mercado, porém ainda não compreendem o processo em sua totalidade.

Esse fato da depreciação da taxa cambial favorece somente ao Agronegócio que compra em grande volume diretamente das fábricas e vende os produtos *commodities* para o mercado externo contados em dólar. E ainda se beneficia dos outros custos a serem valorados em reais. Essa relação demonstra uma política favorável ao desenvolvimento do Agro. E, de fato, há uma comercialização ocorrendo no campo cambial do dólar e suas demais despesas estarem ocorrendo

no campo do real. Então para esse ramo de atividade quanto mais o real encontrar-se desvalorizado frente ao dólar, aumenta-se a vantagem da transação comercial, pois além de lucrar com a produção, esses, também, se beneficiarão com a diferença cambial, assim ficando evidente que o Agro não exerce somente a produção no campo, ele também é um especulador financeiro.

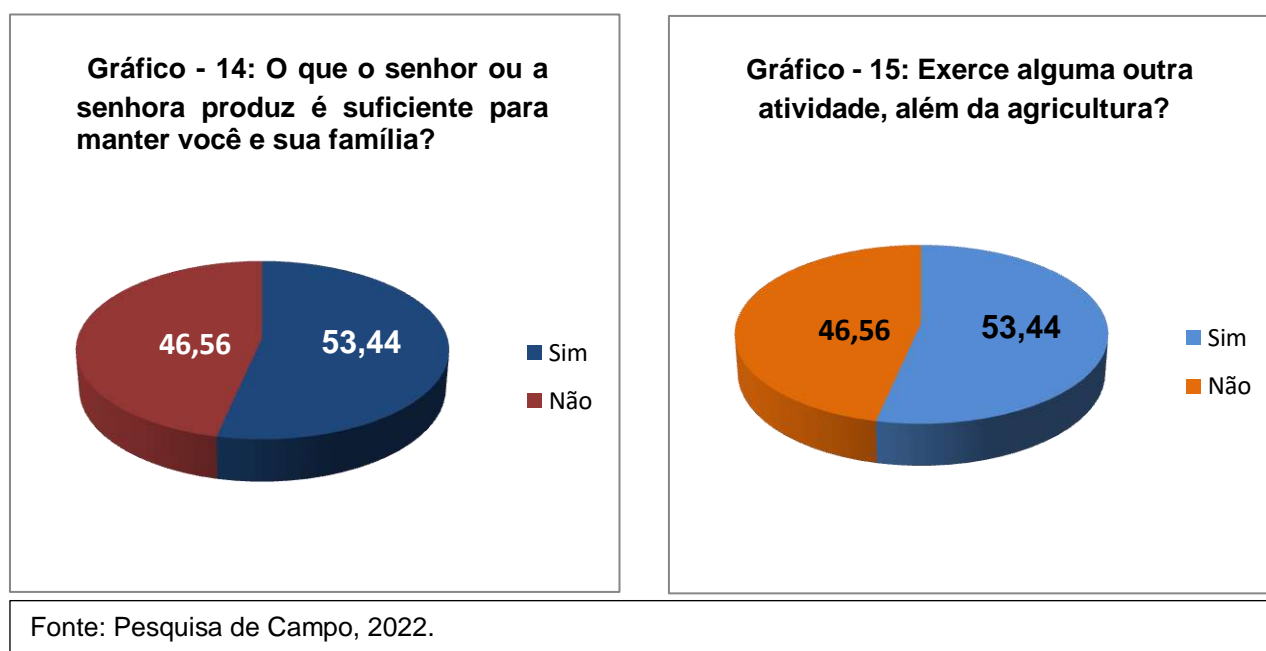
Afere-se que a política agrícola adotada no país estabelece uma relação conflituosa e contraditória entre Agronegócio e produção camponesa, não somente no aspecto da produção, da propriedade de terras e das questões ambientais, mas, também, e intensamente, na especulação e apropriação do capital. Isso porque, embora o agronegócio também esteja envolvido na lógica da produção da mercadoria, os proprietários adquirem parte da renda, possuem peso para colocar suas exigências; além de obterem vantagens na política de créditos, na comercialização e dolarização da produção, etc., permitindo aos mesmos abocanhar parte significativa da riqueza produzida na terra, pelo trabalho.

As avaliações aqui realizadas consideram as condições ideais de planejamento para a produção, no âmbito teórico e técnico, em acordo com as informações trazidas pelos agricultores entrevistados. Aqui não está sendo previsto as diversas intempéries que podem dificultar o processo, tais como: doenças, pragas, temperatura, índice pluviométrico, perdas de lavouras, mortes de animais, dentre outros aspectos – questões muito comuns de acontecer, e que podem dificultar, ainda mais, à reprodução das famílias camponeses.

O custo, na verdade, aumentou muito por causa dos insumos, principalmente após o início da pandemia. Hoje o preço de venda cresce, mas o lucro do produtor não cresceu. A cafeicultura é um exemplo. A saca de café tem um preço diferenciado, mas o custo de produção aumentou demais. O lucro não é proporcional ao preço de venda. Para termos um custo de produção menor precisamos trabalhar para diminuir os insumos, o produtor possa ter sua energia, como tratamos, e a infraestrutura seja ampliada. A pior é a do produtor, que corre todos os riscos. Está sujeito a pragas, clima e preço final. A cadeia da indústria também sofre oscilações no período de compra e venda. A melhor rentabilidade é do atacado e do varejo, seja do produto agroindustrializado ou do produto perecível. (Entrevista com um Deputado Estadual da Bahia e ex-Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia - SEAGRI, 2011-2014).

Até aqui constata-se como os insumos impacta nas despesas das lavouras e consequentemente na apropriação da renda por parte do camponês, esse fato corroborado quando os entrevistados foram questionados sobre o que acham dos preços dos insumos: Excelente e bom não houve nenhuma menção; regular ou mais ou menos 8,62%; Ruim 25,86% e Péssimo 65,62%. Representando assim uma grande insatisfação por parte dos camponeses com a dura realidade em quem convivem, na qual maior parte de sua renda é apropriada pelo mercado de insumos, estabelecendo uma situação de sujeição de renda. Mas, quando nos referimos a mercado de insumos, não estamos no referindo, apenas, as redes de revendedoras. Essas se apropriam do seu quinhão, mediante a diferença em valor e preço, e também de aproveitam da cwwwondição de instabilidade no mercado; mas são as grandes corporações, que controlam mundialmente esse mercado, adquirindo lucros exorbitantes²⁹.

Quando adentramos nessa temática das despesas, com o fito de nos levar ao caminho do que o camponês se apropria, efetivamente, nesse processo, em que ele é a base da produção, os gráficos 14 e 15 trazem algumas respostas que suscitam reflexões.



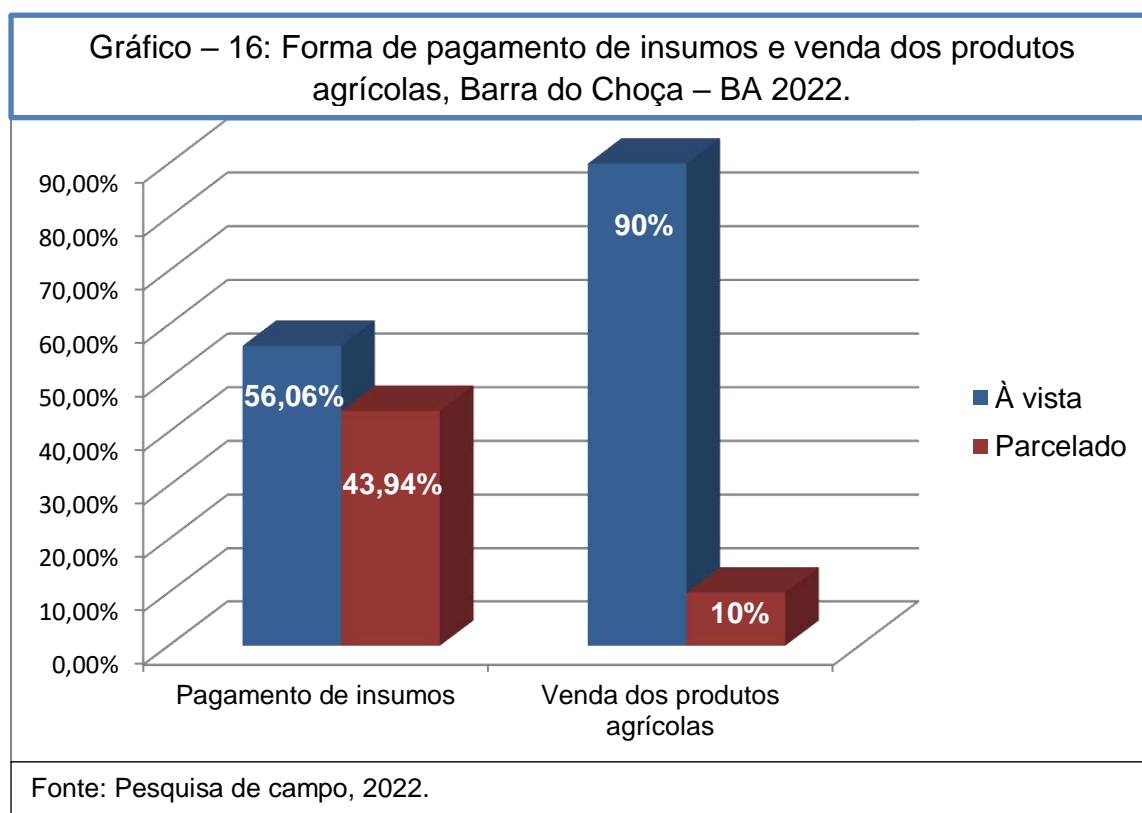
²⁹ Segundo pesquisadores do Cepea (Esalq/USP), os segmentos primário e de insumos se destacaram em 2021, com aumentos de 17,52% e **52,63%**, respectivamente. O PIB também cresceu para os outros dois segmentos, 1,63% para a agroindústria e 2,56% para os agrosserviços. Dentre os ramos, enquanto o PIB do agrícola avançou 15,88% de 2020 para 2021, o PIB do pecuário recuou 8,95%.

Analisando os dois gráficos 14 e 15, aparentemente, esses apresentam resultados percentuais iguais, mas quando aprofunda-se na análise se percebe que realmente apresentam um movimento contraditório e inverso. O primeiro gráfico -14 apresenta o número de famílias que a própria produção as mantêm, em que 53,44% declararam produzir o suficiente para manter a família e outros 46,56% dos entrevistados declararam que não seria essa produção o suficiente. O segundo gráfico - 15 expressa se os camponeses entrevistados exercem alguma outra atividade remunerada, além do trabalho na unidade de produção. Desses 53,44% responderam afirmativamente e os outros 46,56% declararam que não trabalham fora. O que, na verdade, a lógica deveria ser o inverso, apenas aqueles que responderam no gráfico anterior que a produção não mantém a família é que deveriam buscar outra fonte de renda que é de 46,56% do total. Isso demonstra uma parcela de 6,88% daqueles que responderam que a produção é suficiente, mas, ainda assim, demandam a busca de outra atividade para complementar a renda.

Observa-se, que a quantidade de famílias (46,56%) que não conseguem se manter com a própria renda é muito alto, esse fato representa que elas podem buscar outra atividade para sua reprodução, tornando-se propensas a abandonar a agricultura, transformando em assalariados (no campo ou na cidade), se inserindo, completamente, na mobilidade do trabalho. O que em uma escala mais intensa, de avanço do capitalismo no campo, pode gerar uma insegurança alimentar por falta de produção de alimentos que garantem a sobrevivência da sociedade.

Nas dificuldades relatadas pelos camponeses, sempre aparece a dependência e as despesas crescentes com os insumos; bem como as dificuldades com a venda da produção. Para quem pesquisa o campo, uma questão ainda aparece muito forte entre os camponeses: a busca constante em ter uma certa autonomia do mercado, o que já não é possível – como demonstrou a pesquisa, e o pavor em obter dívidas, por isso buscam, sempre que possível, adquirir seus produtos à vista, o que dado preço elevado desses e as dificuldades em arcar com todas as despesas, nem sempre é possível. Também revelaram, que quanto a venda de seus produtos preferem fazê-lo por meio do pagamento à vista, o que encerra

aspectos positivos e negativos. Positivo porque afasta o risco de calote – o que seria, nas condições difíceis em que se reproduz, a sua bancarrota econômica; mas, também negativo, uma vez que no pagamento à vista pode haver rebaixamento do preço pago pelos produtos. Essas respostas dos entrevistados podem ser observadas no gráfico - 16 a seguir.



O gráfico - 16 ratifica a desvalorização dos produtos agrícolas frente aos insumos, nota-se que 90% dos camponeses realizam a venda de seus produtos à vista, porém na etapa de retomada da produção não conseguem comprar os insumos na mesma proporção que vendem seus produtos, apenas 56,06% conseguem fazer a compra à vista e 46,94% parcelado, onde já comprometem parte de futura safra com o pagamento de insumos. Adentrando em um círculo vicioso de endividamento, pagamento de juros, aumentando a sua dependência nas lojas e a sua sujeição ao capital. Com base nas informações obtidas em campo, elaborou-se o quadro 20 a seguir.

Quadro – 20: Esquema do Processo de Sujeição de Renda na Circulação							
						Varejo	Consumidor
						D ²	D ³
D	Fabrica	Compra		Venda		Atacadista	
	D ¹	Loja	Camponês	Atravessador	D ¹	D ¹	D ¹
		D ²		D	D ¹		

Legenda:
D = Dinheiro puro em seu valor, sem acréscimo de lucro;
D ¹ = D + margem de lucro
D ² = D ¹ + margem de lucro
D ³ = D ² + margem de lucro

Como podemos observar, o quadro 20 acima representa a relação de comercialização convencional para atividade de produção da agricultura, de onde inicia-se a produção de insumos à esquerda, em que o camponês compra e paga D² (dinheiro acrescido por duas vezes margem de lucro) e a direita, quando o camponês vende seu produto por D (o dinheiro em sua forma simples).

Analisando o lado esquerdo do esquema – o da COMPRA, o camponês compra pagando D², um valor acrescido por duas vezes de margem de lucro: 1) por parte da fábrica, que explora um bem natural para transformá-lo em insumos, e também extrai a mais valia de seus trabalhadores, utilizando de D para custear sua produção; 2) posteriormente a fábrica vende por D¹ (acrescendo sua margem de lucro) para as Lojas; e 3) as lojas por sua vez que auferem seu lucro em cima do preço da Fábrica D¹ e que passa a ser D² para ser vendido ao camponês.

Do lado direito o camponês vende sua mercadoria por D, o dinheiro na sua forma simples, que segue o processo sendo auferido as margens de lucros, porém o camponês fica alienado ao processo, assim: 1) O camponês vende por D para o atravessador; 2) O atravessador adiciona sua margem de lucro e vende para o atacadista por D¹; 3) O atacadista que, por sua vez, repassa ao varejo acrescentando sua margem de lucro por D²; e por fim 4) o varejo que repassa ao consumidor com sua margem de lucro por D³. Nesse processo, o produto que iniciou a sua circulação por D, saindo do camponês de modo desvalorizado, chega ao consumidor supervalorizado por D³, pois em todo seu caminho houve apropriação do valor da mercadoria do camponês, esse que fica alienado ao

processo e assume todo risco de produção, sendo que no restante da dinâmica e meramente especulativo.

O camponês está na base do processo de produção em uma relação desigual e contraditória, no esquema apresentado a sua mobilidade é limitada, ele pode ter alternativas de compra direto da fábrica, mas mesmo assim pagará por D¹. E, para isso, é necessário ter um grande poder de compra ou buscar compras coletivas. Do outro lado ele pode saltar níveis de venda - horizontalmente, mas sempre venderá por D¹, dificilmente conseguirá vender por D³, pois o mesmo não tem estrutura e condições suficientes em manter a venda direto no varejo ou consumidor, principalmente considerando a quantidade de produção e tempo para comercialização.

Essa dificuldade do camponês em criar condições para sua reprodução, a partir da comercialização dos produtos fruto do seu trabalho, o leva a buscar outras alternativas de renda, nessa situação de crise passa a vender sua força de trabalho de modo temporário em propriedades vizinhas ou permanente em atividades principalmente ligadas a construção civil.

Tanto a sede de Barra do Choça e Vitória da Conquista acabam recebendo essa força de trabalho que se desloca diariamente para prestação de serviço, no comércio, nos serviços domésticos e na construção civil. Assim, caracterizando uma mobilidade de trabalho tão intensa que, em muitas circunstâncias, o camponês abandona seu trabalho de origem.

Mas, no caso da realidade em estudo – quando essa mobilidade se faz presente, ocorre mais de modo complementar, envolvendo parte da família camponesa (os filhos, por exemplo), mais como complemento de renda; vez que sempre retornam à terra.

Embora se veja por parte dos camponeses as queixas relacionadas ao preços dos insumos, o que é real, precisamos observar outras estratégias e artimanhas do capital para sujeitar essa renda camponesa, e essa se faz em consonância e sob o comando do capital financeiro – uma vez que para adquirir os instrumentos necessários para produzir, inclusive os insumos, o camponês precisa de dinheiro,

por isso recorre aos créditos – e se torna endividado. Essa não é uma escolha, mas uma necessidade.

Considerando tudo que foi apontado por esta pesquisa, conclui-se que o Estado (e suas instâncias e escalas) foi fundamental – através da difusão do discurso modernizador e do aparato público (com fins privados) para fomentar, inicialmente, essa dependência dos camponeses, para depois repassar tais financiamentos às instituições privadas. Dessa teia do sistema de créditos, observou-se que os camponeses barrachocenses não conseguem se livrar. E essa é a ponta de lança para todas as demais formas de dependência – seja do capital produtivo (indústria química – insumos) seja do mercado consumidor de seus produtos. Eis, então, as formas principais (e essas encontram-se articuladas) de sujeição da renda da terra do camponês de Barra do Choça/BA.

6 CONCLUSÕES

Nessa etapa da pesquisa o que busca é apresentar uma análise o mais possível baseada no estudo das informações coletados em campo, no desenvolvimento e síntese entre a teoria e prática, apresentando uma compreensão da realidade concreta, em sua essência, também que possa contribuir positivamente dentro do campo limitador de uma pesquisa científica, com a promoção de ações voltadas para políticas sociais e públicas, bem como no modo de vida do camponês e a leitura da produção do espaço agrário de Barra do Choça - BA, sobretudo no que se refere a temática principal desta pesquisa: a sujeição da renda da terra camponesa.

Na perspectiva ideológica e teórica aqui desenvolvida, a superação de toda essa problemática seria o fim da propriedade privada, onde esta presente a gênese da renda da terra, propor o fim das relações capitalistas no espaço agrário. **Mas como propor algo viável neste âmbito em um contexto de profunda crise do capital e subordinação dos trabalhadores?** Onde os camponeses trabalham para sobreviver nessa lógica perversa de exploração e expropriação, e não conseguem refletir sobre uma realidade que dê condições de viver melhor.

Portanto, aqui se propôs uma análise e compreensão crítica dessa realidade, fundamentada na História, a partir da sua percepção do real concreto e como essa se transforma no seu interior e reflete-se através de suas relações sociais. Bem como apontando algumas alternativas que possam minimizar o impacto do processo de sujeição da renda camponesa ao capital, dentro da lógica capitalista, o que, por si só, já encerra profundos limites.

O estudo sobre o processo de sujeição da renda no espaço agrário de Barra do Choça está ligado, diretamente, ao desenvolvimento da agricultura e esse coincide com a implantação da cafeicultura. Desse modo, é pertinente analisar e compreender a partir dessa conjuntura histórica e dialética.

Conclui-se, que o capital evoluiu na perspectiva de avançar no campo barrachocense através da disponibilização do crédito, com o aparato do Estado, aparentemente fomentando a produção do café, mas com foco na etapa da

circulação, onde está presente o instrumento de apropriação da renda, através do crédito, por meio da política de juros. Esse processo estabeleceu um modelo de agricultura que estruturou o modo de vida camponês, baseada no financiamento de compra de terras e produção. O que elevou a concentração de capital e as desigualdades sociais, promovidas pela grilagem e exploração do trabalho. Acontecendo em dois períodos diferentes, na década de 1970 com PRRC que geraram as condições efetivas para a implantação do Café na região e o segundo momento: o fortalecimento da cafeicultura local na década de 1990, por meio do associativismo que visava “integrar” os camponeses nesse processo de dependência do mercado. Essas políticas corroboraram no processo de produção e reprodução ampliada do capital no campo, se expandindo nos diferentes espaços, inclusive sobre as pequenas propriedades e produção camponesa.

Atualmente, o que nota-se, é uma grande quantidade de proprietários endividados que possuem apenas a posse nominal da terra, pois se encontram hipotecadas pelos bancos; por outro lado, uma quantidade de camponeses que resistem e são explorados pelo mercado agropecuário que vendem uma ideia de tecnificação e grande produtividade, que coloca-os em uma condição de sujeição da renda, pois mesmo não estando ligado diretamente a produção, o mercado se apropria da maior parte da produção camponesa, através da extração do lucro sobre os insumos.

Fazendo uma análise e crítica a narrativa, em que a construção do espaço do município teve início com o processo de tropeirismo e depois com a implantação da cafeicultura, ela não está totalmente equivocada, reconhece-se aqui, que realmente esses processos aconteceram, porém é superficial amarrar as transformações atuais do espaço agrário barrachocense somente a elas. O que mostra apenas às relações de modo aparente, pois nessa análise despreza-se os interesses e as relações das classes dominantes nesse processo e esconde os fatos em sua essência e contradição – que visava territorializar o capital (financeiro, industrial) e seus interesses na apropriação da riqueza – efetivada pelo trabalho.

O tropeirismo esteve ligado ao processo de construção de Barra do Choça - BA, da mesma forma que uma tropa passava em qualquer lugar, de modo repentino e sem grandes contribuições. Era uma forma de distribuição, circulação e consumo das mercadorias, em que os espaços que se sobressaiam era os de produção, distribuição, comercialização ou consumo. E Barra do Choça – BA, não ocupava nenhum deles. Então, desse modo, conclui-se que o tropeirismo contribui apenas como uma lembrança histórica, deixando apenas terras abandonadas e como diz alguns relatos, somente deixou “terras pobres e carrapatos”, onde tinham apenas poucas famílias que desenvolviam de forma tímida uma agricultura de subsistência e muitas terras sem trato cultural para pousio do gado e muares nos períodos de seca no Sertão.

É de extrema relevância destacar e criticar, não reduzindo o pensamento que a cafeicultura se instalou em Barra do Choça – BA, não simplesmente porque aqui havia condições naturais favoráveis, mas prioritariamente, porque existia naquele contexto de uma totalidade, uma política federal atrelada ao interesse do capital, que estabelecia condições necessárias para o avanço e expansão do capitalismo no campo brasileiro, baseado na modernização da agricultura, reestruturação do crédito rural, estruturação do parque industrial de máquinas, equipamentos e insumos, e uma produção agroexportadora e um mercado voltado para a produção de *commodities*. Aparentemente é algo imenso para aquele recém-nascido município que surgia, mas é neste contexto que ele estava inserido.

Portanto, antes da implantação da cultura do café, houve a intensa política de crédito que tornou viável a cafeicultura. Um processo que ocorreu de modo drástico, com a exploração, expropriação da terra e dos meios e instrumentos de trabalho dos camponeses e, posterior exploração dos trabalhadores diaristas. Iniciando-se com a especulação, a “regularização” e a compra de terras, inicialmente baratas (bem como alvo de grilagem) e, posteriormente, todo um processo baseado na exploração do trabalho dos trabalhadores que construíam os grandes cafezais.

A política de crédito construiu um mundo aparente de poder econômico, onde se vislumbrava na mudança de comportamento e modo de vida das pessoas, promover um “auge” que teve sua vida efêmera, que mesmo com a política de juros

baixos, mas quando chega o período de quitação, atrelado a crise global da década de 1980, levou ladeira abaixo o “ouro verde”, a *commoditie* Café. Houve uma grande estagnação naquele processo.

Semelhante a década de 1970, o segundo momento de política de crédito no final da década de 1990, se apropriou das pequenas propriedades, tornando os camponeses dependentes e subordinados as relações do capital. Foi uma iniciativa local, seduzidos pela ideia desenvolvimentista do capital, “o canto da sereia” onde há o desenvolvimento para todos. Assim, os camponeses e as autoridades do município sentiam a necessidade do fortalecimento da agricultura (todos se tornam, aparentemente iguais, em seus interesses, não há conflito, portanto não há classes distintas), com base na inserção subordinada – via políticas de crédito - dos camponeses. Esses, seduzidos pelo poder do capital, e ao mesmo tempo mais vulneráveis à toda lógica capitalista.

Mas, não se pode desconsiderar que a política de crédito rural baseada no PRONAF promoveu uma atração muito grande de pessoas no intuito de acesso ao dinheiro, produtores e tantos outros, às vezes sem vínculo direto com a terra, apenas com o interesse de acesso aos recursos. Novamente promoveu grandes transformações, não só no campo, mas também no espaço urbano, criando um alto crescimento populacional e até mesmo um “êxodo urbano”. Aparentemente um movimento de desenvolvimento, mas as relações novamente subordinadas aos interesses e contradição do capital.

A História, aparentemente, novamente se repetindo (mas como disse Marx – a primeira como tragédia e a segunda como farsa), apenas com a mudança dos personagens, assim como na década de 1970, onde houve a implantação da cafeicultura, agora novamente os camponeses ficaram submetidos a quitação das dívidas, com juros não tão favoráveis, a manutenção das lavouras e principalmente a sua reprodução. Atrelados às crises do capitalismo que levam juntos os preços do café e outros produtos agrícolas, aos interesses de quem especula e não quem produz.

Esse fato dificulta o desenvolvimento de uma agricultura autônoma, forte e estruturada, pois acaba havendo um endividamento maciço que em um primeiro momento causa impactos positivos, um aparente crescimento de renda.

Posteriormente a inviabilidade de continuar o manejo das atividades agrícolas, ocorrendo uma perda de produtividade, conseqüentemente a diminuição de renda e a dificuldade da reprodução camponesa, ocasionando em condições de vida precárias.

O crédito rural provocou uma ilusão de renda real, foram criadas realidades que não foram sustentadas ao longo dos anos, não foi um ganho permanente e contínuo. Os camponeses, nessa lógica, não possuem condições reais para o enfrentamento de crises do capital.

Todo esse processo está subordinado à lógica do capital – que explora, expropria, segrega e acumula. A expansão do capitalismo no campo se dá da seguinte forma, quando não explora diretamente através da força de trabalho, cria condições de sujeição de renda – através do crédito rural e das relações não capitalistas, apropriando-se da renda em diferentes momentos na produção, distribuição e circulação dos produtos agrícolas. Existe apenas um processo que se apropria da renda, não permitindo que o camponês se aproprie daquilo que ele produz através da sua força de trabalho e é condição para sua reprodução.

É importante registrar que durante a pesquisa de campo, percebeu-se como uma das principais alternativas dos camponeses para o processo de sujeição da renda, especificamente na etapa da venda dos produtos agrícolas, onde o atravessador e atacadista exercem fortes relações, é a criação de um CEABA no município. Porém enfatiza-se que a sujeição da renda não está atrelada a um lugar específico, mas sim nas relações de troca econômica. Desse modo, independente do lugar, as relações com base na exploração, expropriação e apropriação vão se desenvolver, talvez por outros sujeitos, mas não perderam os princípios do capitalismo.

Um fato que corrobora essa afirmação é o próprio processo de crédito rural desenvolvido no município. Assim como foi na década de 1990 que pensaram como alternativa em um fortalecimento da agricultura local através de uma política de crédito que priorizasse os camponeses do município, em contraponto a década de 1970 que focou nos produtores de outros municípios. O resultado foi o mesmo, os interesses do capital se metamorfoseiam nas relações ao longo da história, mas não perdem as suas premissas.

Dessa maneira, a ausência de uma efetiva política mínima de preços agrícolas que se estenda para a grande maioria, torna o processo ainda mais desigual e contraditório. Notou-se que todos os setores envolvidos na produção trabalham com uma margem de lucro mínima, apenas o camponês fica sujeito aos interesses de especulação do mercado, e em contrapartida assume todo o risco da produção, desde o manejo para a produtividade (utilização de insumos, controle de doenças e pragas nas lavouras), risco do crédito, intempéries climáticas. Destarte, na pesquisa aqui apresentada, dentro da lógica capitalista, a inexistência de uma política de preço mínimo é um dos principais entraves na reprodução camponesa em Barra do Choça atualmente.

Existem algumas políticas reguladoras e fomentadoras de renda no campo, voltadas para os camponeses, porém são bem restritas em sua execução, algumas se limitando ao papel. As políticas como PGPM³⁰, PNAE e PAA poderiam ser alternativas que minimizassem essa exploração, especulação e apropriação do mercado sobre os produtos agrícolas, porém existe pouca disponibilidade de recursos para o desenvolvimento e amplitude.

A efetividade do PGPM está ligado ao papel da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, esta que, por sua vez, devido à pressão do agronegócio e mercado especulativo, nos últimos governos dos presidentes Michel Temer (2016 – 2018) e Jair Bolsonaro (2019 – 2022) vêm enfrentando um forte sucateamento, com o fechamento de diversos galpões e acondicionamento de produtos agrícolas. Na verdade, o PGPM não tem como função regular o mercado, mas, simplesmente, de amenizar as oscilações de preços para os produtores, principalmente nos períodos de crises, destacando que é uma política voltada para atender o agronegócio.

Já o PAA é uma política de riqueza considerável, mas se esbarra na falta de disponibilidade de recursos e na burocracia para a implantação nos municípios,

³⁰ A Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM foi criada pela Lei nº 8.171/91, é uma política de apoio aos produtores rurais em que o Governo Federal define um preço mínimo de referência para os produtos agrícolas, visando a execução de medidas que garantam uma rentabilidade mínima da produção, não caracterizando a imposição de preço ao mercado.

assim restringindo o acesso a pouquíssimos camponeses, sem de fato consolidar o seu objetivo.

O PNAE atualmente é a política que mais minimiza a exploração e expropriação do capital no campo sobre o camponês. Claro e evidente que ainda existem muitos desafios, mas em Barra do Choça – BA é a que subsidia em maior quantidade a compra direta do poder público junto ao camponês. Oferecendo um valor mais justo por seu trabalho e mercadoria, mas a demora entre o período de entrega do produto e o recebimento do valor, ainda é o maior empecilho. Isso só mais uma vez corrobora a dificuldade da reprodução camponesa que não possui condições mínimas de esperar por pagamentos a prazo por seus produtos, as vezes não tendo saída e vendendo para um atravessador.

Em um contexto mais amplo a inexistência de políticas regulamentadoras que estabelecessem critérios e valores de um lado da produção, para o equilíbrio de preços de insumos, equipamentos e máquinas, e do outro um preço mínimo para especulação e comercialização dos produtos, surgiria como alternativa para a manutenção e a reprodução camponesa com uma melhor condição de vida.

Outro fator preponderante e limitador no processo de reprodução camponesa em Barra do Choça – BA é a falta de assistência técnica. O camponês está inserido em uma lógica capitalista que, cada vez mais, exige profissionalismo, a gestão da propriedade como empresa, em que competitividade e produtividade são atributos que permeiam cotidianamente a vida camponesa. Ele em momento algum pode errar, em qualquer etapa da produção e comercialização, pois se cometer o erro, terá algum sujeito para aproveitar de sua falha e apropriar ainda mais do fruto do seu trabalho. Dessa maneira, o acompanhamento de técnicos seriam um suporte para o desenvolvimento dos camponeses nesse processo, não os deixando tão alheios aos interesses do capital.

Durante a realização da pesquisa algo que apareceu como uma alternativa viável e a curto prazo, tendo em vista, a força e a representatividade do associativismo no município foi a compra coletiva, uma ação que diminuiria o impacto e apropriação da renda dos camponeses pelo mercado agropecuário. É uma ação já realizada porém de modo tímido e restrito a poucos camponeses, pois

a grande maioria não possui poder de compra, já que as fábricas exigem pagamento a vista e venda em atacado.

Com base na pesquisa realizada, por meio de entrevistas, aplicação de questionários, visitas as propriedades e vivência com os camponeses, constatou-se, em torno do camponês que possui sua propriedade classificada como média, a dificuldade dele se reproduzir, em uma realidade, muitas vezes, ainda pior que o pequeno camponês (não entrando no mérito das condições de vida), pois esse em sua atividade, mesmo com uma pequena produtividade, possui os custos com a força de trabalho absorvidos pelos próprios membros da família, o que de certo contribui para a reprodução social dos mesmos.

Notou-se, uma tendência de uniformização da produção, baseada no modelo do agro. Em que o grande proprietário (investidor) não depende diretamente da produção para sua reprodução enquanto sujeito, ele entra na atividade somente com o interesse de extrair renda da terra, assim fazendo investimento em terras, insumos, máquinas e equipamentos, no sentido de obtenção de lucro. Tendo uma alta produtividade, mesmo com margens baixas de lucro de mercado, pode obter uma renda considerável por conta do volume de produção. E na pior das hipóteses quando a atividade não se torna mais rentável, pode arrendar ou vender sua propriedade, assim obtendo uma renda absoluta.

Sem sombras de dúvidas vários fatores contribuíram para o crescimento e atração de pessoas e investimentos no município, mas na sua essência o crédito rural foi a maior força motriz, assim como em uma segunda fase de pujança, no qual houve fortes investimentos na agricultura camponesa familiar, através do PRONAF. Porém, todas as fases deixaram uma bolha de endividamento que atrelada a crise do mercado mundial, especificamente ao preço da *commoditie* do café, onde o capital de modo algum não deixa de se apropriar de sua parte. Assim ocasionou em uma redução drástica de produtividade, abandono de lavouras e terras, implantação da pecuária intensiva, chacreamento de terras, dentre outras práticas. Além de uma cidade que cresceu vertiginosamente nesse período, criando uma enorme infraestrutura, em que no presente há uma demanda grandiosa por ações e serviços do poder público, que agora sente dificuldades para criar e mantê-las.

Conclui-se que a política de desenvolvimento agrário na história do país não conseguiu criar ou priorizar condições efetivas que, de certo modo, priorizasse ou protegesse os camponeses dos interesses especulativos do capital. As políticas não visam quem está na base da produção, elas criam condições para desenvolvimento e acumulação para os sujeitos que estão no entorno da produção (... distribuição, circulação e consumo), como apresentado quadro – 20, tanto aqueles que vendem insumos, máquinas e equipamentos para a produção, como por outro lado, aqueles que se apropriam e especulam dos produtos agrícolas, na fase da distribuição e circulação, até chegar ao consumidores.

E assim, as relações e os interesses do capital se expandem por todos os espaços afim de explorar, expropriar e apropriar das riquezas produzidas. O que limitaria o capitalismo dentro da conjuntura social atual, marcada pela ambição e falta de empatia, seria a ausência das relações sociais, mas como o ser humano é um ser social, então onde tiver pessoas, o capitalismo irá pressionar para que se construam relações com base em seus princípios.

7 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Edinalva Padre; MEDEIROS, Rui Hermann; MIGUEL, Antonieta. **Ymboré, Pataxó, Kamakã. A presença indígena no Planalto da Conquista.** Museu Regional de Vitória da Conquista/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2000. (Série Memória Conquistense. N°. 5).

_____. (et. alli). **Política: O Poder em Disputa – Vitória da Conquista e Região.** Museu Regional de Vitória da Conquista/ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1999. (Série Memória Conquistense N°. 4).

BOGO, Ademar. **A política por outros meios.** Fevereiro, 2008. (no prelo).

BOGO, Ademar. **Teoria da organização política I: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa e Mao.** 1ª Ed. São Paulo – SP. Expressão Popular, 2005.

BOGO, Ademar. **Teoria da organização política II: escritos de Mariátegui, Gramsci, Prestes, Che, Ho Chi-Min, Marighella, Álvaro Cunhal, Agostinho Neto e Florestan Fernandes.** 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2006.

DIAS, Edmundo F. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia.** 1ª Ed. São Paulo – SP. Xamã, 2000.

ENGELS, Friedrich, 1820 – 1895. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra/** Friedrich Engels; tradução B. A. Schumann; edição José Paulo Neto. São Paulo – SP: Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich, 1820-1895 **A origem da família, da propriedade privada e do estado** [recurso eletrônico] : em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan / Friedrich Engels ; tradução Nélio Schneider. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2019.

FERNANDES, Florestan. **O Estado**. In:_____. Lênin. 2ª ed. São Paulo – SP: Ática, 1978.

GARCIA, C. R. S. **Alternativa para o abastecimento de água de Vitória de Vitória da Conquista, Bahia**. Monografia (Especialização em Recursos Hídricos) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2004. 70 p.

GERMANI, Guiomar Inez. **A produção do espaço nos assentamentos rurais leituras geográficas**. In: XII Encontro Nacional de Geógrafos. Por uma geografia nova na construção do Brasil. Contribuições científicas., 2002. João Pessoa/PB. Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002, CD.

HARVEY, David. **O espaço como palavra – chave**. David Harvey. Em Pauta. Rio de Janeiro – RJ. 1º semestre de 2015 – n 35, p. 126 a 152.

HOFLING, Eloísa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, XXI, nº 55, p. 30 – 41, novembro, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Sistema SIDRA**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> . Acesso em: 17 de. 2021.

IVO, Isnara Pereira. **O Anjo da Morte contra o Santo Lenho. Poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004. 275p.

LEAL, Victor Andrade Silva. **Trabalho e técnica na produção do espaço social**. Dissertação (Mestrado em Geografia). PPGEIO - UESB, 2018.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução a Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MANÇANO, Bernardo Fernandes. **O futuro do MPA – Caderno de estudos do MPA**. Brasil, 2004.

_____. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Editado por Friedrich Engels, 1894. Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Trad. Suelli Tomazzini. Porto Alegre, L&PM, 2002.

_____. **A ideologia alemã**. Trad: Frank Muller.1ª. São Paulo – SP: Martin Claret, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MEDEIROS, Rui H. de Araújo. Vitória da Conquista nos anos 1960-1978. In: MOSCONI, Luis (Org.). **Edivanda uma vida de fé e de muitas lutas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.223p.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. Rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. **Produção e Comércio na Imperial Vila da Vitória (1840-1888)**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Salvador, UFBA, 2008.

NOVAIS, I. A. F.; OLIVEIRA, J. T. & GOMES, R. A. **Barra do Choça: povoamento, emancipação política e contexto atual**. Vitória da Conquista: Graficalog, 2012. Páginas 202.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI**. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. **O Campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Jacson Tavares de. **Evolução do Uso da Terra e dos Solos na Bacia de Captação da Barragem água Fria I e II em Barra do Choça/BA**. 2006. 112 p, Il. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2006.

ROCHA, L. O. **Degradação Ambiental e Ocupação das Nascentes do Rio dos Monos e no Riacho Água Fria, no Município de Barra do Choça**. Monografia (Especialização em Recursos Hídricos) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2005. 80 p.

ROCHA, Fátima Crislaine Batista. **Trabalho, divisão do trabalho e oposição entre campo e cidade na produção do espaço**. Dissertação (Mestrado em Geografia). PPGE0 - UESB, 2018.

Plano Nacional de Habitação. Produto 6: **Estudo sobre a estruturação de modelo de garantias e seguros. Simulações socioeconômicas de população por faixas de renda e tipologia de cidades.** PLANHAB, 2008. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br>.

SALEM, Jean. **Lênin e a revolução**: trad. Antonio Pescada. 1ª ed. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2008.

SANTANA, Aurelane Alves. **A crise no trabalho na cafeicultura de Vitória da Conquista – Bahia.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba/UFPB. João Pessoa/PB, 2016.

SANTOS, Antônio Luiz. **Produção de riqueza e miséria na cafeicultura: as transformações recentes do espaço rural nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça-BA. 1987.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.

SANTOS, Joelisa Pereira dos. **A produção dos espaços da periferia urbana de Vitória da Conquista/BA na contradição capital versus trabalho.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade estadual do Sudoeste da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Vitória da Conquista/BA, 2019.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual.** Neil Smith. Editora Bertrand Brasil S.A. Rio de Janeiro – RJ. 1988.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. **A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia.** Vitória da Conquista: UESB, 2001. 220p.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socio espacial/** Marcelo Lopes Souza. – 2013. 1 Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013

SOUZA, José Marcos Machado. **Novas Relações de Produção e o significado do café para o processo de urbanização em Barra do Choça.** Monografia

(Licenciatura Plena em Geografia) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2009.

SOUZA, Suzane Tosta et. al. **A reafirmação da dialética campo-cidade na produção do espaço: uma leitura dos conceitos a partir da realidade concreta. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.12, n. 26, p. 70-93, abr., 2017.

SOUZA, S. T. **Da Negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no sudoeste da Bahia**. 2008. 718f. Tese (Doutorado em Geografia), NPGeo/Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

SOUZA, S. T.; SANTOS, J. R. D.; MENEZES, S. O. Renda da terra: conceito central para os estudos em Geografia Agrária. **Pegada** (UNESP. Impresso), v. 20, p. 144-169, 2019.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Produto Interno Bruto dos Municípios: Série 1999-2007**. Salvador: SEI, 2010. 210 p. il. (Série Estudos e Pesquisas, 84).

TONET, Ivo. Ivo Tonet. **Método Científico: uma abordagem Ontológica** – Capítulo IV: O padrão marxiano. 2013. 1ª edição. Instituto Lukács. São Paulo – SP. Brasil.

TORRES, Tranquilino Leovigildo. 1859-1896: **O Município da Vitória. Vitória da Conquista, Ba**. Museu Regional de Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1996 (Série Memória Conquistense nº 2).

VEIGA, A. J. P.; MATTA, J. M. B; MONTEIRO, D. A. V & BOMFIM, C. S.S. **Análise do uso e cobertura da terra em Itapetinga no estado da Bahia, Brasil, com uso de Sensoriamento Remoto e SIG**. Brazilian Journal of Development. 2020. Páginas 20.